

ALBERTO AGGIO

**A FRENTE POPULAR NO CHILE:
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, sob a orientação da Profa.
Dra. Maria Lígia Coelho Prado**

SÃO PAULO

1996

**Para minhas meninas
Anna Carolina
Ligia
e
Juliana**

“ Soy el segundo Presidente chileno del Partido Radical ... Seré el segundo y último si los del otro bando no saben escuchar a la razón y hacer concesiones, como lo han aconsejado los grandes líderes de su propia agrupación ... o yo abro un conducto que regule los deseos del pueblo, o después de mí viene el diluvio”

(Pedro Aguirre Cerda, 1938)

“El poder combativo no puede residir sólo y potencialmente en las masses sino que debe hacerse efectivo en la acción de los gobernantes. Para que lo sea de un modo organizado es necesario una ‘estrategia política’. Los partidos de Izquierda habían operado con métodos bastante eficaces (...) en su papel de opositores y organizadores de un vasto movimiento que los llevara ao poder. Pero ahora, ya en el poder, hacía falta nuevos métodos y que éstos estuviessen organizados en un plan de defensa y ataque. Esta táctica, necesaria a un Frente Popular en el poder, debía considerar principalmente un avance rápido en en las realizaciones de Gobierno. Desde el poder, y a despecho de la gritería de la mayoría parlamentaria derechista, la Izquierda debía martillar intensamente sobre el castillo de los privilegios, consiguiendo conquista tras conquista, y respaldeando esta acción - no importando que ésta rompiese normas - con la fuerza moral y política de la voluntad mayoritaria del país. Pero el F.P. no recurría a esta acción”

(Oscar Bermúdez Miral, 1947)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer de coração a todos aqueles que colaboraram com a elaboração deste trabalho. No plano institucional, a Área de História Social do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Quero agradecer também o estímulo que me foi dado pelos meus colegas do Departamento de História Social, Política e Econômica da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp-Câmpus de Franca. Agradeço também a FUNDUNESP pelo auxílio financeiro para efetivação da primeira viagem de pesquisa ao Chile, para levantamento de documentação.

Quero agradecer aos Profs. Drs. Gildo Marçal Brandão e Modesto Florenzano, ambos da FFLCH, pelas sugestões extremamente importantes que fizeram como membros da Banca do Exame do Relatório para a Qualificação. Todas as sugestões que apresentaram eu procurei incorporar e, se algum erro houve nisso, eles estão inteiramente isentos de qualquer responsabilidade.

Agradeço do fundo do coração aos amigos chilenos que, com sua acolhida afetuosa e solidariedade, transformaram as viagens de pesquisa e trabalho em momentos de prazer, fazendo brotar a partir de cada uma delas uma amizade profunda e duradoura. Quero ressaltar aqui os nomes dos Profs. Leopoldo Benavides e Alfredo Riquelme pelas sugestões bibliográficas, o Prof. Julio Pinto Vallejos pelas discussões de versões de partes deste

trabalho, em Santiago e em Franca, e pelos esclarecimentos de aspectos importantes da historiografia chilena. Não poderia deixar de ocupar um lugar especial o agradecimento ao companheiro Gonzalo Cáceres Quiero, que me recebeu sempre muito cordialmente nas várias viagens de trabalho, discutiu comigo as hipóteses de análise que apresentava e, desde Santiago, continuou permanentemente enviando as informações que necessitava e aquelas que a ele pareciam importantes para o meu trabalho. Ao Gonzalo devo, certamente, muito de novidade e vitalidade que existe nas páginas que se vai ler.

Agradeço mais uma vez, e sempre, à minha eterna orientadora, Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado, que com sua sensibilidade e leveza conseguiu - e somente ela poderá dizer de que maneira - suportar o peso das minhas obsessões.

A Sandra Mara Ortegosa, o meu muito obrigado pôr ter compartilhado a primeira fase desta pesquisa. Às minhas meninas, peço mil desculpas pelo afastamento que, no último mês, se tomou, infelizmente, mais prolongado. Espero, ardentemente, poder recompensá-las deste inevitável mal-estar.

A Hercídia Mara Facuri Coelho agradeço do fundo da alma, visto que o coração já lhe tenho compartilhado. Muito obrigado pela generosidade, solidariedade, estímulo e paciência.

SUMÁRIO

Apresentação	I-IV
Capítulo Primeiro Chile: História e Política	01
Capítulo Segundo A Hipótese de Revolução Passiva	27
Capítulo Terceiro O Movimento Modernizador e seus Protagonistas	52
Capítulo Quarto A Frente Popular: do nascimento à vitória eleitoral de 1938	90
Capítulo Quinto Política e Economia no Período da Frente Popular e do Radicalismo	123
Capítulo Sexto A Historiografia da Frente Popular	173
Capítulo Sétimo A Revolução Passiva Chilena	207
Bibliografia	231
Anexos	244

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é, na verdade, continuidade e desdobramento da dissertação de mestrado, defendida no final de 1990, e publicada em livro três anos depois¹. Naquele texto, procurei estudar as vicissitudes que marcaram o governo comandado por Salvador Allende, entre 1970 e 1973. Dando seqüência às minhas pesquisas a respeito da história política do Chile, o estudo que ora apresento, como tese de doutorado, tem como objetivo principal compreender o que se processou no Chile após a vitória eleitoral da Frente Popular, em 1938.

Este período se reveste de um significado especial na história política chilena, uma vez que se configura como o coroamento do desenlace da modernização do Estado, iniciado em 1920, com a eleição do presidente Arturo Alessandri. Ao lado disso, é neste período que se afirma também um novo papel do Estado em relação à economia, processo este que se combina, no Chile, com o fortalecimento da democracia representativa. Em 1938, com a vitória da Frente Popular, cristaliza-se uma mudança histórica que foi se configurando desde as primeiras décadas do século XX. A partir daí, os governos comandados pelo Partido Radical, que se sucederam até 1952, impuseram ao país um padrão de modernização que se notabilizou no continente latino-americano pela sua singularidade ao combinar desenvolvimento econômico com liberdade política e intervenção do Estado com integração social.

¹ Cf. Aggio, Alberto, *Democracia e Socialismo: A experiência chilena*, São Paulo, Editora UNESP, 1993.

A percepção de um período com estas características já encontrava-se no interior de nossa perspectiva de análise. Em *Democracia e Socialismo ...*, além de termos apresentado um painel histórico do período que se abre com a crise oligárquica e se conclui com a ascensão de Allende, avançamos do ponto de vista interpretativo, caracterizando a fase definidora dos marcos ou fundamentos da democracia chilena como a fase dominada pelos Radicais e a definimos como uma etapa da “revolução passiva” que seria confrontada, de forma exaltada e ruptural, pelos processos desencadeados pela Democracia Cristã e pela Unidade Popular, que chamamos, na oportunidade, de desdobramentos de uma “anti-revolução passiva”². A temática da revolução passiva tornou-se, a partir daí, um problema a ser perseguido e estudado teórica e historiograficamente, sempre tomando como caso concreto de investigação a história política chilena e, em particular, o período aberto com a Frente Popular³.

É o resultado mais acabado desta reflexão que expomos neste trabalho. A forma de apresentação revelou, inclusive a nós mesmo, o caráter reflexivo que esteve em sua origem. Entremeando pesquisa teórica, investigação histórica e discussão historiográfica, concebemos a apresentação desta pesquisa em sete capítulos, elaborados ensaisticamente.

² Idem, p. 165. Num texto posterior matizamos esta interpretação, tomando ainda como referencial o período de Allende; ver Aggio, Alberto, “Anti-revolução passiva e via chilena ao socialismo: revisitando a experiência chilena (1970-1973)” in Dayrell, Eliane G. & Yokoi, Zilda M. G.(orgs), *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1996, pp. 377-385.

³ Publicamos neste sentido “Frente Popular e Revolução Passiva na História do Chile” in Gebran, Philomena & Lemos, Maria Teresa T.B., *América Latina: Cultura, Estado e Sociedade - novas perspectivas*, Rio de Janeiro, ANPHLAC, 1994, pp. 01-13.

No primeiro, reserva-se espaço para apresentar a temática em sua visão mais ampla, traçando-se um painel sumário da história política do Chile. No segundo, expomos o que chamamos de a hipótese da revolução passiva, em seus desdobramentos teóricos e na sua inserção na historiografia latino-americana.

A partir do terceiro capítulo inicia-se a exposição da história do período de crise oligárquica que se abre em 1920. Nele se apresenta o processo de superação da forma política de dominação oligárquica que, no Chile, emerge em simultaneidade com o desenlace da modernização. No quarto capítulo, analisa-se o processo de formação e a vitória eleitoral da Frente Popular, demarcando as circunstâncias que possibilitaram o êxito eleitoral e a hegemonia dos Radicais na coalizão de centro-esquerda. Concluindo esta parte histórica, o quinto capítulo descreve e analisa a vida política e econômica do período aberto pela Frente Popular, realçando as transformações em ambas dimensões, assim como demarcando os aspectos de continuidade ali verificados.

O sexto capítulo procura sistematizar a discussão historiográfica através da apresentação de um painel da produção a respeito da temática da Frente Popular na história do Chile. Nossa intenção foi a de demonstrar de que maneira este período ainda aparece sem a devida especificidade na maior parte dos trabalhos e de como, em função disso, existem inúmeros problemas teóricos e historiográficos nas interpretações elaboradas sobre este período histórico. A partir das lacunas e incongruências que se expressam na literatura sobre o período, nos propomos a avançar a hipótese da revolução passiva como uma categoria decisiva para a compreensão do que se processou a partir do final da década de 1930. É o que fazemos no sétimo e último capítulo. Em forma de conclusões, apresentamos o que, para nós, se configura como a

modalidade específica de revolução passiva que levou o Chile a se tornar um país com características modernas.

A despeito de todas as suas imperfeições e incompletudes, em especial daquelas referentes à reprodução de uma ordem política ainda restrita, foi essa modalidade específica de revolução passiva que possibilitou ganhos significativos para a sociedade em seu conjunto, além de experiência governativa à esquerda chilena, que conseguiu, a despeito de tudo, garantir sua autonomia e independência como representação das classes subalternas. Sem este processo não haveriam as bases da participação de massas na vida política chilena e nem a forte presença do Estado como um fator de desenvolvimento econômico e integração social. A força histórica deste processo advém do indicativo de que, dentre outras razões, o neoliberalismo não pôde se impor ao Chile a não ser após a destruição de tudo o que havia sido construído, em termos sociais, neste período.

CHILE: HISTÓRIA E POLÍTICA

A história do Chile vem se constituindo, para historiadores e demais cientistas sociais, num importante e significativo *locus* de investigação e reflexão não somente a respeito das trajetórias históricas de imposição do moderno na América Latina, mas também das possibilidades de configuração da própria modernidade. Notadamente, sua história política, em especial a do século que se finda, tem se afirmado como um referencial extremamente importante seja para uma compreensão maior dos caminhos assumidos pela modernização seja para as inúmeras indagações acerca dos destinos do continente.

Longe de ser um tema artificial ou “de moda” no interior da historiografia chilena¹ ou mesmo no debate intelectual e político mais amplo travado no país, a problematização das temáticas que envolvem os processos de *modernização* e a construção da *modernidade*, constituem, de fato, o núcleo articulador do debate em torno do Chile republicano². Seguindo diversos referenciais teóricos, podemos dizer que, invariavelmente, por modernização entende-se o conjunto de processos e dinâmicas econômico-sociais e institucionais que induzem inexoravelmente à complexificação das estruturas sociais, enquanto que a noção de modernidade é compreendida como um fato cultural correlato,

¹ Ver o volume 24 da revista *Proposiciones*, Santiago, Sur, de agosto de 1994, que reúne, sob a coordenação de Gabriel Salazar e Julio Pinto Vallejos, artigos e ensaios dos mais destacados historiadores chilenos sob o título “Problemas Históricos de la Modernidad en Chile Contemporáneo”.

² Esta também é a avaliação de Joaquín Fernandois em “Las Paradojas de la Modernización (1932-1992)” in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, Sur, 1994, pp. 341-348.

mas imensamente mais amplo, marcante na trajetória do Ocidente, que assumiu, por suas próprias características, uma dimensão planetária³.

Desde a Independência, em 1810, a afirmação das determinações históricas de longo prazo e as reviravoltas políticas que se processaram deram vida e possibilitaram a expressão de diferentes identidades e representações sociais. Em função disso, a sedimentação de estruturas e os movimentos conjunturais da dinâmica política ajudaram a cristalizar as imagens emblemáticas que foram sendo construídas acerca da história do país - a despeito da crítica que possa ser feita a elas. Impossível não se deparar e evitar o diálogo com uma abordagem que não seja a construção de uma "imagem de país", vale dizer, *ainda* uma "história nacional" - mas, em nenhum sentido, nacionalista -, na qual a história política apareça como uma espécie de território, a um só tempo, fecundo e desafiador, para se realizar um diagnóstico decisivo acerca das duas dimensões temporais indicadas acima.

Neste sentido, é quase inescusável o empreendimento de um voo panorâmico, obviamente que sem nenhum detalhamento, sobre alguns momentos-chave que compõem a história política do Chile, de forma a delinear, ainda que de maneira sumária, algumas das imagens que, ao longo do tempo, foram construídas sobre o país e que passaram a constituir, para o bem ou para o mal, um imaginário compartilhado, misto de realidade, ilusão e auto-engano.

³ A apreensão dos termos do debate chileno sobre as concepções de modernização e modernidade pode também ser percebida em Cáceres Q., Gonzalo, *Modernización Autoritaria y Renovación del Espacio Urbano: Santiago de Chile, 1927-1931* (Tesis de Licenciatura), Santiago, PUC de Chile, 1995, Introducción, p. VII a XVI. Uma precisão maior do entendimento que temos dos conceitos de modernização e modernidade serão apresentados, com mais embasamento no próximo capítulo.

Para inúmeros analistas, diferentemente do México, Brasil e Argentina que realizaram a consolidação do Estado nacional em paralelo à plena integração ao sistema capitalista mundial, o Chile conseguiu efetivar tal processo de consolidação de maneira bastante precoce, possibilitando com isso as condições para que se instalasse e se legitimasse, a partir da década de 1830, uma autoridade política forte e impessoal⁴. A reprodução desta situação através dos mecanismos daquilo que ficou conhecido como “ordem conservadora” garantiu também o suporte necessário à instalação de sucessivos governos constitucionais, que acabou por fazer nascer a conhecida e notabilizada “racionalidade política” dos chilenos. Esta imagem seria, posteriormente, amplificada em sua notoriedade quando, na passagem do século XIX para o século XX, o Chile passou a adotar uma variação do parlamentarismo republicano como expressão e resultado particular da conjuntura que envolveu a guerra civil de 1891, que exigiu uma reorganização da forma política de dominação oligárquica e de articulação dos grupos sociais dominantes. Tal reorganização respondeu também à já instituída centralidade do Estado de assumir a mediação entre aqueles grupos sociais e o enclave estrangeiro de exploração do salitre e do cobre. Esta nova realidade que invade, sem remissão, o século XX, desvelando os limites dos grupos políticos dirigentes, carregou consigo novas circunstâncias para o desdobramento daquela imagem de “racionalidade política”, qual seja, a de que o cenário de ordem garantia também a situação de liberdade

⁴ Cavarozzi, Marcelo, *La etapa oligárquica de dominación burguesa en Chile*, Buenos Aires, 1977, p.10. Sobre a formação do Estado no Chile ver Góngora, Mario, *Ensayo Histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, Santiago, Editorial Universitaria, 1986 e também Jocelyn-Holt, Alfredo, *La Independencia de Chile - tradición, modernización y mito*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, especialmente os dois últimos capítulos. Para uma revisão da historiografia sobre o tema ver Atria, Raul, y Tagle, Matias (editores), *Estado y Política en Chile*, Santiago, CPU, 1991.

vivenciada pelos chilenos. Cristalização de uma imagem que ganhava correspondência com uma estruturação do sistema de partidos políticos jamais vista na América e nesta parte do Ocidente. A restauração posterior do presidencialismo, em 1925, não alterou a nova configuração, possibilitando, ao contrário, férteis combinações políticas capazes de assegurar os alicerces de um fortíssimo sistema partidário que, pela atestada longevidade, deixaria marcas na história do país e do continente⁵.

Em virtude destes processos, afirmou-se no país, ao abrir-se o século XX, não apenas a imagem mas a convicção de que a origem e a fonte de inspiração dos modelos de ordem social extraídos da trajetória ocidental eram intrínsecos àquela sociedade. Num movimento compartilhado por outros países latino-americanos, mas levado ao paroxismo, as décadas de 1920 e 1930 seriam profícuas na formulação de projetos alternativos para a sociedade chilena. No calor dos desdobramentos da crise geral de 1929, mas não objetivamente provocados por estes, afirmou-se na cultura política dos grupos dirigentes uma visão coletiva de distanciamento das pautas mais clássicas do liberalismo econômico. A modernização que o país vai vivenciar a partir daí estará alicerçada ideológica e politicamente no nacionalismo econômico e terá no Estado o seu núcleo dinamizador.

⁵ Sobre o período do parlamentarismo ver Heise, Julio, *História de Chile. El período parlamentario (1861-1925)*, Santiago, Editorial Andrés Bello, 1974; ver também Blakemore, Harold, "Chile, desde la guerra del Pacífico hasta la depresión mundial, 1880-1930" in Bethell, Leslie, *Historia de América Latina - América del Sur, 1870-1930*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, vol. 10, pp.157-203. Para uma história dos partidos políticos chilenos desde o século XIX pode-se encontrar informações detalhadas em Scully, Timothy R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992; para uma discussão sobre a permanência dos partidos políticos no Chile ver Hunees, Carlos "El Sistema de Partidos en Chile: cambio y continuidad" in *Opciones*, n.13, Santiago, 1988, pp. 163-197.

No decorrer do século XX, as experiências governamentais de coalizão política articuladas pelo Radicalismo, na década de 1940, do reformismo exaltado da Democracia Cristã, em 1964, e da Unidade Popular sob Allende, em 1970, seriam todas resultantes desta concepção da modernização, isto é, de processos politicamente concertados. Com a industrialização e o protecionismo, com o intervencionismo estatal e a urbanização, viriam a crescente alfabetização da população, a diminuição da mortalidade infantil e o adensamento da infra-estrutura, acompanhados de uma crescente organização e participação da sociedade nos assuntos políticos e de expressão de interesses, de um índice de violência bastante pequeno em comparação com os demais países latino-americanos e, por fim, de uma nada desprezível cultura cívica permeando os valores do conjunto da sociedade⁶. Tudo isso, enfim, acabou por criar a feição consagradora de um Chile que, através da racionalidade e da solidez dos partidos e do sistema político, era capaz de suportar todas as experiências possíveis de mudança social.

No entanto, esta "realidade" e os processos que a configuraram, recheados de inovações, escondiam algumas dimensões, ainda hoje obscuras e encobertas. O incorretamente chamado "Estado de compromisso" interclassista construído naquelas décadas escondeu reiteradamente o ódio e a intolerância políticas, a corrupção e a sensação de fracasso nacional: os chilenos, que se entendiam modernos, vivenciavam simultaneamente a profunda desilusão de serem incapazes de atingir a modernidade⁷. E mesmo que, a partir da década de 1960, a modernização tenha passado a ser entendida e semantizada como um

⁶ Cf. Fernandois, Joaquín, "Las Paradojas de la Modernización...", *op. cit.*.

⁷ Idem, *ibidem*.

processo que exigia e realizava “profundas transformações”, tais “rupturas” eram projetadas, concretamente, em continuidade com a modernização precedente. Esta foi, sem dúvida, a reluzente vitalidade bem como as razões dos limites dos dois últimos governos antes de 1973, e também o motivo pelo qual, a despeito de tantas mudanças, se pode considerar que o período aberto em 1932 e encerrado com o golpe de 1973 guarda uma marcante unidade.

Completando o percurso do século, o Chile seria, mais uma vez, requisitado como “o caminho a ser seguido” pelos demais países latino-americanos, repondo o tema da “exemplaridade chilena” no continente. A implementação de um conjunto de políticas de matriz neoliberal a partir de 1975, conhecido como “as sete modernizações”, criou, *a posteriori*, a imagem de um extraordinário e surpreendente êxito do neoliberalismo em terreno hostil⁸. Tratou-se, como se sabe, do processo de consolidação e estabilização do regime ditatorial que estruturou-se depois do golpe militar de 1973. Caracterizado por uma violência sem precedentes na história do país, o regime de 1973 acabou por operar uma cirurgia com atributos de refundação da sociedade chilena⁹. Entretanto, além de exemplar, foi também - para retomarmos um dos nossos eixos de argumentação - um processo notável de antecipação, em quase uma década e num país latino-americano, da celebração do famoso *Consenso de Washington*. De fato, antes do discurso neoliberal transformar-se em ideologia da chamada globalização e em manual do

⁸ Ver sobre este tema a ilustrativa oposição entre Lavín, Joaquín, *Chile: La Revolución Silenciosa*, Santiago, Zig-Zag, 1987 e Tironi, Eugenio, *Los Silencios de la Revolución*, Santiago, Editorial La Puerta Abierta, 1988.

⁹ Sobre isso pode-se ver Vergara, P., *Auge y Caída del Neoliberalismo en Chile*, Santiago, Flacso, 1985; Tironi, Eugenio, *El Liberalismo Real*, Santiago, SUR, 1986; Moulian, Tomás, “El Gobierno Militar: modernización y revolución” in *La Forja de Ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*, Santiago, Flacso, 1993, pp. 285-307.

jornalismo econômico internacional, ele se configurou no Chile numa “doutrina de Estado” que, aliada a outros fatores, impulsionou a transformação do país. Anos mais tarde, o Chile passaria a ser tratado pelos ideólogos do neoliberalismo como o *show-case* do mencionado *Consenso*¹⁰.

Do ponto de vista histórico, o que se pode reter, preliminarmente, do processo de transformações empreendido pelo governo militar a partir de meados da década de 1970 - vivido e percebido como uma verdadeira “euforia modernizadora” - é o fato de que tudo foi feito com plena consciência de que se estava buscando ultrapassar as balizas estruturais instituídas pelo desenvolvimento chileno dos cinquenta anos precedentes. Por esta razão, visto sob o prisma da análise, não se trata de algo despropositado a semantização revolucionária deste processo¹¹. Coerente com esta avaliação, mas podendo figurar como um paradoxo, pode-se dizer também que este processo realiza uma fratura história ao separar e até mesmo antepor modernização e modernidade, gerando um cenário intrigante e desafiador. O outro elemento acentuadamente paradoxal desta década “revolucionária” (1975-1985) está no fato de que não haveria a aventura neoliberal sem o “Estado forte” chileno, com capacidade de obliterar tanto a liberdade quanto a

¹⁰ Cf. Tavares, Maria da Conceição & Fiori, José Luis, *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, São Paulo, Paz e Terra, 1993, especialmente pp.80-87.

¹¹ Imediatamente observado, por um espírito em nada suspeito como Mario Góngora, de que se tratava de uma “revolución desde arriba”, ver Góngora, Mario, *Ensayo Histórico sobre la Noción de Estado en Chile en los Siglos XIX y XX*, Santiago, Editorial Universitaria, 1986, p. 260 (a primeira edição é de 1981). Para Tomás Moulián, somente a partir deste momento os chilenos passaram a conhecer “o significado exato da palavra ‘revolução’”, ver Moulián, T., “Tensiones y Crisis política: analisis de la década del sesenta” in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, pp. 69-110.

representação política¹². Adicionado a isso, é parte intrínseca desta modernização, a convocação da presença de atores pré-modernos, como a corporação militar e a Igreja, bem como o prosaico isolamento do país advindo da sua ancilosa e metafórica posição insular no continente.

Quando sobrem no continente a onda democratizadora da década de 1980, o Chile irá se encontrar novamente com o ideal da democracia através de uma particularíssima transição¹³. A vitória da oposição sobre a ditadura militar no plebiscito de 1988, sucedida por uma nova vitória eleitoral e pela posse de Patricio Aylwin como presidente da República, em 1989, demonstrou que se conseguiria restabelecer no país, através de uma política de concertação e consenso, governos apoiados democraticamente por uma ampla base social, fato que surpreendeu a muitos analistas¹⁴.

¹² Por esta razão é extremamente sugestivo o título de "Liberalismo real" dado por Eugenio Tironi num livro de análise deste período. Por outro lado, ainda que este não seja nosso objeto de investigação, é preciso que se enfatize que o propalado êxito chileno não se prende às estritas pautas neoliberais adotadas a partir de 1975. Ao contrário, estas levaram o país, entre 1981 e 1983, à maior crise de sua história, somente comparável ao que se sucedeu como desdobramento da crise mundial de 1929. No início da década de 1980, o PIB chileno caiu 14% e o desemprego atingiu 30%. Segundo a economista Maria da Conceição Tavares, a estabilização e a retomada do crescimento só se efetivou a partir de 1985, com o ministro H. Būchi que, "não obstante continuasse formalmente as políticas liberais, utilizou políticas de gasto público e de financiamento anticíclicas e aumentou a proteção efetiva da economia". Ainda de acordo com a mesma autora, "depois de 1985, as políticas macroeconômicas e de reconversão industrial não tiveram nada de liberais e, em todo caso, supuseram uma participação efetiva e um grau de intervenção do Estado, tanto quantitativa como qualitativamente, muito superiores às demais experiências de ajuste latino-americanas" in Tavares, Maria da Conceição & Fiori, J. L., *op. cit.*, pp. 82-85.

¹³ Sobre a transição chilena ver Drake, Paul W. y Jaksic (org.), *El Difícil Camino Hacia la Democracia en Chile (1982-1990)*, Santiago, Flacso, 1993. Para uma visão mais polêmica da transição chilena ver Moulian, Tomás. "Una victoria táctica y una derrota estratégica" in *Foro 2000*, Santiago, n. 10, 1994, pp. 07-09; também do mesmo autor "Limitaciones de la transición a la democracia en Chile" in *Proposiciones*, n. 25, Santiago, Sur, 1994, pp. 34-45.

¹⁴ Nas análises de Guillermo O'Donnell sobre as transições à democracia na América Latina o Chile, devido à "natureza" do seu regime autoritário aparece

A dramaticidade e o heroísmo da oposição até o plebiscito de 1988 transferiram-se, na mesma medida ou até em maior grau, para a sustentação de uma política de transição pactada, relembrando o comportamento gradualista das forças de esquerda chilenas durante as décadas de 1930 e 1940. Na verdade, entre o plebiscito de 1988 e a eleição presidencial de 1989, houve um plebiscito para a aprovação de dispositivos institucionais que normatizariam a vida política, no qual os militares, comandados ainda pelo General Augusto Pinochet, prepararam a configuração legal de diversos "enclaves autoritários"¹⁵ que passaram a caracterizar a nova situação democrática. Sem outra alternativa plausível pela frente, as forças de oposição entenderam que deveriam participar deste processo de transição, lutando para assumirem o governo, uma vez que avaliaram positivamente o fato de que a transição à democracia seria realizada imediatamente após um ajuste estrutural relativamente exitoso da economia.

De fato, de um ponto de vista estrutural e comparativo, o Chile conseguiu figurar, no conjunto da América Latina, como talvez a transição à democracia efetivada depois de um ajuste econômico bem sucedido, a despeito da inconclusividade da transição no plano político. A avaliação de que esta era uma situação inevitável, uma vez que acabou gerando inumeráveis impasses, contribuiu, por outro lado, para a afirmação, mais uma vez, da dimensão de *ineditismo* a uma situação política vivenciada pelo país: a transição chilena seria a única a manter as forças da coalizão de oposição unidas na *Concertación por la*

colocado no grupo de países onde a transição ocorreria por colapso deste mesmo regime; cf. O'Donnell, G. "Transições, continuidades e alguns paradoxos" in Wanderley Reis, F. e O'Donnell, G. (orgs), *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988, p. 50.

¹⁵ A expressão é de Manuel Antonio Garretón in *La Posibilidad Democrática en Chile*, Cuadernos de Difusión, Flacso, Santiago, 1989, pp. 51-63.

Democracia durante os dois mandatos presidenciais que se seguiram ao governo militar.

Com toda precariedade aparente da situação chilena dos últimos 10 anos, ao que tudo indica esta parece ser, novamente, mais uma mudança histórica com fortes traços de continuidade. No entendimento de alguns analistas, o caráter extremamente condicional da transição, em virtude da presença e do veto militar, gera uma situação paradoxal que passou a ser invertida a favor da coalizão governista de centro-esquerda, uma vez que acaba contribuindo para a gestação de um sentimento de "comunidade política"¹⁶ que tem conseguido isolar os atores responsáveis pelos "enclaves autoritários". De outro lado, o núcleo articulador da "estabilidade" reside fora da dimensão propriamente institucional e normativa. Trata-se da reiteração de um outro tema: a revalorização da democracia como fator de modernização e a equivalência destas duas esferas categoriais no plano dos valores, superando-se os doutrinanismos do passado¹⁷. No campo da esquerda, esta nova percepção partiu de uma autocrítica de seu comportamento político e ideológico antes da ruptura de 1973 e ganhou uma dimensão de exaltação da modernização, superando toda a amargura da derrota e da resistência ao regime militar. A modernização empreendida passou a ser assimilada criticamente, admitindo-se a necessidade de sua potencialização, uma vez que assumia o estatuto de "tendência inerente ao movimento da sociedade"¹⁸.

¹⁶ Cf. Calderón, Fernando y Santos, Mario R. dos, *Sociedad sin Atajos - cultura, política y reestructuración económica en América Latina*, Buenos Aires, Paidós, 1995, p. 180.

¹⁷ Cf. Correa, Enrique, "Balance y destino de la transición" in *Foro 2000*, n. 10, Santiago, 1994, pp. 04-06.

¹⁸ Cf. Fermandois, J., "Las Paradojas" in *op. cit.*.

Como costuma ocorrer com toda história nacional, a história chilena, em seu conjunto, também foi objeto da construção de inúmeras imagens mitológicas sobre si mesma. Desde imagens de natureza prosaica, como a de que o Chile seria uma espécie de “Suíça latino-americana” ou dos chilenos como encarnação de “ingleses na América”, ou imagens mais elaboradas que partem da idéia de que a sociedade e a política chilenas, em virtude de características bastante marcantes, estariam mais próximas da estabilidade européia do segundo pós-guerra do que da gelatinosa e cambiante situação latino-americana. A partir deste último mito, diga-se, construiu-se a idéia de uma democracia perfeita nas décadas que antecederam ao golpe de 1973¹⁹. Por ser assim, isto é, por comportar, de acordo com estas imagens mitológicas, uma natureza distinta do conjunto das sociedades latino-americanas e, portanto, mais “preparada” ou “aberta” à mudança que à conservação, o seu pertencimento à história da América Latina se definiria em torno a uma soberba particularidade. De fato, alguns momentos emblemáticos da trajetória histórica sumariada acima (nem sempre relevados com a devida importância para a construção de uma história política do continente), reforçam esta imagem - cultivada até mesmo pelos próprios chilenos - de um “país laboratório”, como anotou a historiadora italiana Maria Rosaria Stabili²⁰.

Como pano de fundo deste cenário que, como dissemos, mescla realidade e imaginário, está a marca histórico-estrutural do continente, caracterizada pela ausência de uma classe dominante autônoma e de um Estado em condições de assumir plenamente a

¹⁹ Sobre isso ver o texto de Tomás Moulian, “Limitaciones de la transición ...” *op. cit.*.

²⁰ Cf. Stabili, M. R., *Il Cile - dalla Repubblica liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991, p. 08.

integração interna, em termos sociais e econômicos. O Chile continua, assim, a compartilhar radicalmente as mesmas tensões históricas que caracterizam os países latino-americanos, distinguindo-se, tão somente, pela imensa capacidade de traduzir a resolução destas tensões através da marcante singularidade que vem definindo a sua história política. Desta forma, se no conjunto da América Latina, incluindo, obviamente, o Chile, o século XIX configurou-se como o período do predomínio das oligarquias, o século XX chileno será, de maneira extremamente singular, o de ascenso político das representações partidárias da classe média (ainda que não o de sua perpetuação no poder), e também o tempo do despertar da classe trabalhadora e, sobretudo, da democratização, implicando estes processos a incorporação, ainda que difícil e precária, das grandes majorias “às formas de vida próprias do *mundo moderno*”²¹.

Cenários, motivações e anseios comuns a outros países latino-americanos, com enredo, personagens e funções sociais diferentemente demarcadas. No percurso histórico de imposição da modernização no país - caracterizado, como todos os outros do continente por suas vantagens e desvantagens, possibilidades e limites -, a singularidade chilena pode ser captada, ao nosso ver, através da mesma chave analítica que compreendemos ser a mais fecunda para captar tal processo nos países latino-americanos, qual seja, a de que as transformações sociais, políticas e econômicas se deram, em geral, “pelo alto”, através da afirmação de uma “entidade superior” à sociedade, indiscutível, que centraliza, ordena, cria e dá direção aos processos de mudança. Paradigma comum, cujos resultados, porém, dão forma a uma sociedade particular, sugerindo a *especificidade* da trajetória seguida.

²¹ Cf. Aylwin, Mariana, et alli, *Chile en el siglo XX*, Santiago, Editorial Emision, 1986, p. 13 (grifo nosso).

Assim, de acordo com Stabili, "necessidade de Estado e necessidade de regulamentação legal [no Chile] não são apenas características da classe política, mas são sobretudo da própria sociedade, que existe e se reconhece na medida em que faz parte do Estado ou luta por fazê-lo". Isto significa dizer que - prossegue a mesma autora - "independentemente da síntese simbólica e da integração material que consiga realizar, encontra-se enraizado o princípio que faz do Estado o artífice e a garantia da coesão social". Esta situação singular faz com que haja uma estreita relação entre o imaginário coletivo e "a importância da política na vida cotidiana dos chilenos"²².

De um ponto de vista sociológico, esta avaliação ganha uma precisão mais descritiva nas palavras de um outro autor, o chileno Eugenio Tironi, que para demarcar esta forte característica da sociedade em que vive, relata as seguintes considerações:

"Diz-se que, quando se pergunta a um americano 'o que você é?', ele invariavelmente responde indicando sua origem étnica: judeu, negro, porto-riquenho. Se a mesma pergunta é feita a um francês, este designará sua profissão: operário, técnico, funcionário, médico...; um argentino responderá, provavelmente, indicando o time de futebol de sua preferência. Pois bem, no Chile, tradicionalmente, se a pergunta 'o que você é?' fosse feita a alguém, se responderia fazendo menção à sua simpatia política: democrata-cristão, comunista, alessandrista, socialista... Uma sociedade dominada pela política, modelada a partir do Estado? Esta tem sido a explicação que a intelligentsia chilena tem dado ao que se acaba de descrever. E, na verdade,

²² Cf. Stabili, M. R., *op. cit.*, p. 09.

*esta representação se adequa bastante à evolução histórica do Chile*²³.

Quais teriam sido as razões que permitiram com que a presença do Estado na sociedade chilena, ao contrário de outros contextos, em especial latino-americanos, realizasse esta operação, aparentemente paradoxal, de politizar a sociedade? Como afirmamos acima, a especificidade do Chile está no fato de que o Estado se estrutura precocemente, articula e configura as balizas da Nação no correr do século XIX, e, em virtude dos processos específicos de incorporação de massas nas primeiras décadas do século XX, concorre também para a conformação da sociedade civil, moldando-a através de tensões que se expressam na esfera estatal²⁴. Visto no interior de uma trajetória de longa duração, pode-se observar que, enfim, gestou-se no país, em especial neste século, um percurso histórico no qual a modernização foi impulsionada e simultaneamente impulsionou os nexos singulares que se produziram entre Estado e sociedade civil. Este processo ensejou a emergência de identidades coletivas fortemente expressas em partidos políticos, articuladores de visões e projetos nascidos da vida cultural em geral e derivados das classes sociais que passaram a definir gradativamente seu pertencimento à sociedade nacional.

História política particular e específica no contexto latino-americano, colocando como desafio a sua compreensão mais profunda, o Chile apresenta, em nosso entendimento, condições muito

²³ Tironi, E., *El Liberalismo Real*, Santiago, SUR, 1986, pp. 161-162.

²⁴ Ver sobre isso Stabili, M. R., *op. cit.*, p. 09. Num outro texto, comparando o Chile à Itália, Stabili afirma: "Itália é 'nação', é 'sociedade civil', mas depois de mais de um século de unificação, não consegue ser 'estado'", Stabili, M. R., "Mirando las cosas al revés: Algunas reflexões a propósito del período parlamentario" in Ortega, Luis (ed.), *La Guerra Civil de 1891 - cien años hoy*, Santiago, Universidad de Santiago de Chile, 1991, pp.157-169.

favoráveis para que se possa, sem muito risco de incorrer em equívocos, definir aquilo que se tornou consagrado afirmar em relação a este país, ou seja, a *chilenidad*. Recorrendo, mais uma vez a Maria Rosaria Stabili, pode-se dizer que, do ponto de vista político, a essência da singularidade chilena está na “busca dramática de possibilidades” de conjugar a tensão permanentemente estabelecida e nunca resolvida - mas vivenciada até o paroxismo - entre *ordem* e *liberdade*²⁵. Stabili argumenta que o termo liberdade, denotativo do “movimento” e das “novidades” que marcaram diferentes fases da história chilena, muda de sentido com o correr do tempo: “na segunda metade do século XIX é a liberdade da revolução francesa e do liberalismo; na primeira metade deste século, liberdade significa essencialmente democracia, depois socialismo, para voltar a ser, depois da ditadura de Pinochet, outra vez, simplesmente liberdade”. Em contrapartida, a noção de ordem permanece inalterada, desde a Independência até os dias que correm: “é sempre uma ordem que vem de cima, produto de um Estado forte e centralizador, garantido pela presença vigilante das forças armadas, mesmo quando os civis controlam o poder”. É, sobretudo, esta percepção da ordem que constitui, com nitidez, o “elemento de continuidade” na história republicana do país²⁶. Todos os projetos de modernização e modernidade articulados e/ou implementados encontraram, assim, suas bases e seus limites nesta *hendíadis* particular, o que explica a simultaneidade e a paradoxalidade de uma trajetória singular de *antecipação*, em muitos aspectos, e de *permanência* e *continuidade*, em muitos outros.

Antecipação, vista sob um prisma de universalidade, e não necessariamente ruptura, mas (certamente) mudança, mesmo

²⁵ Stabili, M. R., “Mirando las cosas al revés ...” in *op. cit.*”

²⁶ Idem, *ibidem*.

considerando que o discurso político dos atores tenha sido, em muitas ocasiões, um discurso ruptural. Permanência e continuidade, mas não obrigatoriamente conservação e tradicionalismo, ainda que também faça parte desta sociedade elementos de forte conservadorismo no plano cultural²⁷. Continuidade e permanência derivadas, no essencial, da mudança, colocando aos atores históricos sempre o desafio de sua localização precisa frente a esta espécie de *ethos comum* ou *compartilhado*, afim de definir suas identidades políticas, seu pertencimento à ordem, objetivando a conquista ou conservação do poder. É assim que, no processo de modernização vivido pelo Chile, “racionalidade” e “estabilidade” afirmaram-se como valores tão fortes e presentes na vida política quanto o de “revolução” - e por algum momento (nas décadas de 1960 e 1970), eles chegaram até mesmo a andar juntos.

Partindo de um quadro analítico como esse, o que se pode reter de essencial do movimento dos atores políticos, constituídos a partir da sociedade civil, que se apresentaram no cenário nacional a partir de uma chave de identidade revolucionária é que o seu ímpeto foi, no geral, “contido” pela própria necessidade de *também* terem de se afirmarem como “Estado”. Assim, para cada ator que ambicionou uma *refundação* daquela sociedade sob novas bases sobrepôs-se, à sua

²⁷ As ressalvas que apresentamos aqui reportam-se fundamentalmente, no primeiro termo, à cultura política, em especial a da esquerda chilena, e, no segundo, à forte presença dos valores religiosos promovidos pela Igreja católica e que penetraram o cotidiano das diversas classes sociais. Neste sentido, a rearticulação da esquerda chilena, um processo complexo e ainda em curso, configura-se como um dos exemplos mais significativos desta dinâmica de antecipação e continuidade, uma vez que se processa independentemente dos desdobramentos que levaram à queda do chamado “socialismo real”, no final da década de 1980. Referimo-nos aqui especificamente à renovação do socialismo chileno, que resultou na construção de um renovado Partido Socialista e no surgimento do *Partido por la Democracia* (PPD). Ver sobre isso Nuñez, Ricardo, *Socialismo: 10 Años de Renovación - 1979/1989*, Santiago, Ediciones del Omitorrinco, 1991.

autonomia e voluntariedade, a tensão que reproduz o par originário daquela configuração estatal: "ordem e liberdade", com a prevalência do primeiro sobre o segundo. Até 1973, o "lugar" do Estado na sociedade chilena empurrou, inexoravelmente, os atores políticos para a conquista da hegemonia, sem a prévia ruptura com a ordem política vigente.

Desta forma, mesmo com todo o controle e imposição política e social, a longa trajetória de constitucionalismo e democracia representativa que caracteriza o país não deve ser vista como tão somente uma imagem mitológica assimilada pelo senso comum e por parcela da historiografia. Ela é parte integrante da história de como o Chile se fez moderno, ou seja, compõe o acervo do quanto existe de modernidade na sociedade chilena. Mas é parte também do impulso, do empenho e dos limites do percurso de modernização que levou o país àquela conformação, até que a sociedade vivenciasse a derrocada da modalidade de transformação histórica norteadora daquela trajetória. Como dissemos, do final da década de 1930 até pelo menos 1973, uma determinada modalidade histórica de implementação da modernização passou a definir a identidade e o protagonismo dos atores. Comprovado inapelavelmente pelos fatos, a chave revolucionária não vingou. Foi preciso a "ruptura" de 1973 para que ela vingasse pela mão forte de um ator que se apresentou sempre como o seu reverso. Foi somente a partir deste fato que o país vivenciou, junto com a violência e a dor, sua refundação. E, mesmo assim, os elementos de continuidade com a história precedente demonstraram ser demasiadamente fortes para serem cancelados de um só golpe. Muito ao contrário, através de diversos procedimentos legitimadores, o regime de 1973 demonstrou que realizaria um diálogo seletivo com a tradição, impondo uma nova modalidade de concretização da modernização.

É por esta razão que a "ruptura" de 1973 assume a feição definitiva de um marco na história do Chile republicano. Para além da mudança operada, ela revive, em retrospectiva, ainda que tenha se efetivado através de mecanismos inteiramente distintos, a "ruptura", ou melhor dito, a mudança de rumos empreendida com a atualização do processo de modernização que se desenrolou no país a partir da década de 1920 e se definiu, com maior precisão, ao final da década seguinte. A "ruptura" histórica de 1973, isto é, tudo o que se processou como mudanças a partir daí, não pode se afirmar - a não ser ideologicamente - como externa àquilo que se propôs destruir.

Assim, guardadas as marcas do tempo, o grau de *antecipação* frente às referências mundiais parece-nos bastante similar; igualmente o *sentido* do movimento, impulsionador de transformações orientadas a estimular o processo de modernização; idênticos também se pensarmos em relação aos *resultados* - que diferem apenas quanto à magnitude das taxas de crescimento -, quando notamos as profundas alterações na configuração sócio-econômica do país. A marca distintiva corre por conta das *características*, extremamente específicas em cada um dos processos, em especial no plano político, onde se observa o revolvimento das relações que se estabeleciam entre Estado e sociedade.

Este desfecho, precisamente, coloca a possibilidade de indagação sobre o padrão histórico de modernização que foi substituído após o golpe de 1973. Há que se perguntar, enfim, sobre as suas características essenciais, sobre o lugar que ocupou na construção da *chilenidad*, e, por fim, se, de fato, é realmente possível cancelá-lo, de forma integral, como quer fazer crer o discurso ideológico vitorioso produzido na "década revolucionária". Perguntar-se sobre isso passou a ser, no fundo, um convite à reflexão sobre que tipo de "revolução" havia se

processado no país que o diferenciava tão profundamente do período anterior, ainda que, como dissemos, com fortes traços de continuidade. Depois de definida a natureza da “década revolucionária”, haveria algum momento histórico similar àquele que se processou após 1973? Não resta dúvida quanto ao resgate dos processos políticos e econômico-sociais vivenciados a partir da década de 1920, com o início do percurso de superação da forma política de domínio oligárquico.

No entanto, a comparação entre conjunturas históricas distintas não é algo fácil de ser feito e muitas vezes, ao contrário da intenção de seus autores, pode ganhar contornos legitimadores de imagens mitologizadas que pouco ajudam na reflexão sobre o que entendemos ser fundamental sobre a história chilena deste século. Quando se buscou a comparação sem um quadro teórico de referências que permitisse ultrapassar as expectativas conjunturais ou as abordagens meramente fenomenológicas que as conjunturas históricas apresentavam, o resultado demonstrou-se muito pouco satisfatório. Neste sentido, resgatou-se, de um lado, o golpe militar de 1924 como similar ao de 1973, uma vez que representavam dois momentos de crise nacional e de intervenção ordenadora das forças armadas na vida política. A partir de uma lógica idêntica, pôde-se também equiparar os regimes comandados por Pinochet e por Ibáñez (1927-1931), não somente por suas características ditatoriais e por sua excepcionalidade no conjunto da história chilena, mas, sobretudo, por suas posturas modernizadoras²⁸.

²⁸ Ver Drake, Paul W., “El renacimiento de la democracia en Chile: perspectivas históricas y comparativas” in *Revista de Ciencia Política*, n. 198, Santiago, 1986. Como veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo deste trabalho, modernização no período Ibáñez significava, basicamente, reestruturação das funções do Estado, reforma administrativa e financeira, urbanização e obras públicas, industrialização, modificações na legislação referente às relações de trabalho, etc.; sobre isso ver Stabili, *op. cit.*, especialmente capítulo 2, parte 1.

Não se trata, portanto, de buscarmos elementos comparativos entre conjunturas distintas. Superando um enfoque comparativo desta natureza, trata-se, antes, de admitir que este século foi portador de um conjunto de experiências que modernizaram a sociedade chilena, partindo daquela que permitiu a ascensão de massas das décadas de 1920 e 1930. Continuidades e rupturas marcaram esta trajetória e foram revividas pelos protagonistas, vencedores e perdedores, em cada um dos seus momentos. O que se necessita é, sobretudo, uma abordagem teórica que possibilite demonstrar convincentemente a vigência do nexo entre continuidade e ruptura nos momentos mais decisivos do processo de modernização da sociedade chilena.

A dimensão comparativa nos serve, sobretudo, para postularmos algumas perguntas chaves. Ao legítimo questionamento do historiador chileno Luis Ortega sobre se os “revolucionários” do regime militar teriam coragem de realizar a reforma agrária e a nacionalização do cobre - dois óbvios fatores de modernização do país -, como tiveram Frei e Allende²⁹, se poderia acrescentar: estaria a poderosa esquerda da Unidade Popular preparada para realizar o que a esquerda chilena atual define e pratica como política de *concertación*, uma política de alianças vitoriosa seja a partir do momento em que foi possível lutar politicamente contra a ditadura seja como *cauce* da transição e dos bastante bem sucedidos, ao menos no plano da economia, governos de centro-esquerda depois de 1989?

Trata-se, assim, de pensar a partir de uma reflexão historiográfica que, como preocupação, sobreponha dois planos. Em primeiro lugar, ser capaz de trazer para o debate uma visão de longa

²⁹ Luis Ortega, “Los límites de la modernización en Chile. Siglos XIX y XX” in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, Sur, 1994, pp. 33-41.

duração, através de um universo conceitual que possa dar conta de particularidades e não através da reiteração de modelos de “tipo ideal” que respondem pelas generalizações conhecidas. A problematização que realizamos aqui questiona a possibilidade de se refletir crítica e criativamente sobre o processo de modernização do Chile como derivado de categorias tão abstratas ou generalizadoras como, por exemplo, “matriz sócio-política” (ou “clássica” ou ainda “político-cêntrica”) formulada por Manuel Antonio Garretón, ou a matriz “nacional-popular” de Gino Germani, ou a denominada “estado-cêntrica” nas palavras de Marcelo Cavarozzi. Todas com o mesmo significado, isto é, reiterando o papel preponderante do Estado no processo de modernização e indicando a crise atual deste “modelo”³⁰. Por outro lado, num plano conjuntural, é necessário que se possa apreender o movimento real dos atores dessa história e, assim, vinculá-lo ao plano da longa duração. Entendemos que é possível buscar, nesta história, uma explicação sobre as razões que fizeram com que as forças democráticas da década de oitenta resgatassem positivamente a noção “concertacionista” de política que marcou a tradição do país, neste século, fundamentalmente a partir do período aberto com a vitória da Frente Popular, em 1938. Uma assincronia de políticas de natureza pactada, a última delas objetivando dar continuidade a uma determinada dimensão da “revolução modernizadora” que, de fato, havia se processado no país - e esta, como vimos, definia-se antes como transformações nas relações Estado e sociedade do que em termos de taxas de crescimento.

³⁰ Ver sobre isso Garretón, M. A., “Democratización, Desarrollo, Modernidad: una nueva problemática para América Latina?” in Alcántara, Manuel & Crespo, Ismael (eds.), *Los Límites de la Consolidación Democrática en América Latina*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, pp.75-82.

Este trabalho quer contribuir para o repensar da trajetória chilena, neste século, como uma *história política* que tome como referência tanto a longa duração, sintetizada, ao nosso ver, em dois marcos históricos - 1938 e 1973 -, quanto os momentos cruciais e as reviravoltas que caracterizam seu processo de modernização. Uma história que capte a modernização como construção da modernidade, como uma construção de sujeitos históricos, como uma obra, enfim, de criação política, em suas tensões e conflitos, projetos e mitos, afirmações e frustrações.

Na primeira dimensão, a periodização que responde aos nossos propósitos encontra, de forma bastante elástica, suas balizas cronológicas, essencialmente, entre o período que se inicia com o primeiro governo de Arturo Alessandri, em 1920, quando emergem os protagonistas históricos do processo de modernização, e a transição democrática que se inicia no final da década de 1980, ao se buscar a superação da ditadura militar imposta a partir de 1973, que havia redefinido padrão de imposição do moderno na sociedade chilena.

A segunda dimensão configura-se como o núcleo do trabalho de revisão historiográfica que aqui nos propomos. No interior da dimensão de longa duração que acima apresentamos, entendemos que o momento de definição do padrão de modernização assumido pelo Chile se configurou no período aberto pela Frente Popular, em 1938. De fato, diante do desafio de seguir o percurso da modernização iniciado com Alessandri, em 1920, e continuado por Ibáñez, entre 1927 e 1931, o período aberto com a Frente Popular assume, de forma concreta, a função de sistematização e de implementação das pautas da modernização. Tal processo, como já enfatizamos, mesmo com o impacto das mudanças que

se operam a partir da década de 1960, permaneceria em vigência até a derrubada de Allende em 1973.

A escolha deste período responde também ao fato de que, em comparação com o conjunto da América Latina, o processo de incorporação ao moderno de amplos setores sociais encontrou, no Chile, uma forma de resolução extremamente singular por ter se efetivado a partir de um período aberto e definido pela vitória eleitoral e ascensão ao poder de uma coalizão de tipo Frente Popular, no caso, expresso pela composição entre o Partido Radical e as esquerdas. Em certo sentido, isto acabou por conferir, mais uma vez, uma distintividade à história do Chile em relação aos demais países latino-americanos que, mais ou menos no mesmo período e para enfrentar os mesmos desafios, estiveram, em geral, marcados pela experiência do populismo, precedida ou combinada com regimes políticos autocráticos³¹.

A similitude com outros países latino-americanos reside no fato de que, também no Chile, a partir deste processo, abre-se a efetiva superação da forma política de domínio oligárquico. Ainda que, no espaço do governo da Frente Popular (1938-1941) e dos governos radicais que se seguiram até 1952, não tenha se configurado uma situação de integral e completa inclusividade das grandes majorias, o que também se configura como um traço comum em relação a outros países do continente. Mesmo assim, neste lapso de tempo, os governos foram

³¹ Jorge Castañeda é um dos poucos autores que inclui, nas suas generalizações sobre a América Latina, a Frente Popular chilena como similar aos períodos de Cárdenas, no México, Vargas, no Brasil e Perón, na Argentina, caracterizando-a como uma experiência de "centro-esquerda"(p.22). No entanto, chega a causar estranheza a avaliação do autor de que, em todas estas situações e países, tratava-se de uma inclinação "à esquerda" das respectivas sociedades nacionais após os rescaldos da grande depressão (p.224). Obviamente, o problema é bastante mais complexo. Ver Castañeda, J., *Utopia Desarmada - intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1994.

capazes de combinar estratégias de desenvolvimento econômico e democracia representativa, alcançando um grau nada desprezível de modernização do país³².

Após a verificação de quais foram as bases sociais, ideológicas e programáticas em torno das quais se assentou a coalizão da Frente Popular, a partir do seu surgimento no Chile em 1936, bem como as condições que possibilitaram a vitória eleitoral de 1938, importa responder que papel ou função o tipo de coalizão estruturado pela Frente Popular, e projetado a partir daí, jogou na trajetória de modernização do país, em todas as suas dimensões estruturais. Em outros termos, sabendo-se que a Frente Popular durou apenas três anos como coalizão de governo, a pergunta que se coloca é porque uma estratégia política concebida no contexto de resistência ao fascismo, na Europa, conseguiu vencer eleitoralmente e restabelecer a normalidade política no país, depois de anos de instabilidade e até de anomia política, e, mais do que isso, conseguiu dar passos seguros e importantes no sentido de transformar as bases da economia nacional. Uma fórmula política³³ que transcendeu as dimensões do seu nascimento, voltada essencialmente para a articulação

³² Do ponto de vista político, a experiência da Frente Popular no Chile é única na América Latina. Apenas o México, quando da mudança do Partido Nacional Revolucionário para Partido da Revolução Mexicana (PRM), parece ter conhecido uma experiência deste tipo, guardadas as muitas especificidades. Sobre isso ver Casanova, Pablo Gonzáles, *El Estado y los partidos políticos en México*, México D.F., Era, 1981, pp. 47-55 e Medina Peña, Luis, *Hacia el nuevo Estado - México, 1920-1993*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1994, 147-158. Pelos conteúdos programáticos voltados para uma modernização do Estado e da sociedade, pode-se também pensar no reformismo batllista do Uruguai, entre 1903 e 1929, como uma Frente Popular *avant la lettre*. Como acesso a este tema ver Caetano, Gerardo y Rilla, José, *Historia Contemporanea del Uruguay: de la colonia al Mercosur*, Montevideo, Editorial Fin de Siglo, 1994, especialmente cap. IV.

³³ Tomás Moulian desenvolve a idéia da Frente Popular como "fórmula estável" em "Violencia, Gradualismo y Reformas en el Desarrollo Político Chileno" in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, pp. 17-68.

de atores em oposição à “reação autoritária” da década de 1930, para se tornar, muito adequadamente, um padrão de mobilização nacional e de modernização.

Por outro lado, entendemos que se faz necessário compreender os alcances e os limites do percurso modernizador instaurado pela Frente Popular na medida em que, apesar do relativo sucesso alcançado, os déficits em diversos planos não foram em nada desprezíveis. De fato, o período não respondeu integralmente ao atendimento das expectativas sociais em ascensão. Isso implicou, anos mais tarde, a emergência de processos políticos e sociais de ajuste de contas com a estratégia que havia sido seguida. Ainda que o regime de democracia representativa tenha permanecido vigente e sua dinâmica em expansão, aparecem, em especial na década de sessenta, fortes tendências de reestruturação integral do país - as chamadas “alternativas globais”. O desenlace desta trama política, como é sabido, operou-se com o colapso da democracia chilena em 1973.

Por fim, outro elemento importante que trabalharemos aqui é a vinculação e a inter-relação das duas dimensões de análise que apresentamos, isto é, a dimensão da longa duração e a dimensão conjuntural e historiográfica que aborda precisamente o período aberto pela frente Popular, em 1938, através da epistemologia presente na categoria *revolução passiva*, elaborada por Antonio Gramsci nos seus *Cadernos do Cárcere*³⁴. Isto porque - antes de modelos típicos que abarcam realidades muito diferentes e respondem sobretudo à construções basicamente ideológicas, a despeito de toda respeitabilidade

³⁴ No capítulo seguinte, apresentamos a bibliografia de acesso à temática da revolução passiva elaborada por Gramsci e o seu desenvolvimento em relação a alguns países latino-americanos.

acadêmica - trata-se de buscarmos, como afirmamos acima, a utilização de um universo conceitual que se esforça por trabalhar “um critério de interpretação” que elucide o movimento e o sentido dos processos históricos, possibilitando um desvendamento mais sutil dos atores sociais neles implicados.

Neste sentido, é conveniente antecipadamente enfatizar que, obedecendo aos propósitos deste trabalho - de natureza historiográfica e não especulativa - não se configura como um objetivo nosso a instauração de um debate teórico sobre tal categoria. Entretanto, admitindo-se a possibilidade e a validade da sua utilização na investigação da história latino-americana, julgamos importante a elaboração, no próximo capítulo, de uma exposição sintética acerca do entendimento que temos deste conceito para que, depois de analisarmos, nos próximos capítulos, o percurso de modernização desencadeado no Chile a partir da Frente Popular, possamos discutir mais adequadamente o argumento que sustenta, no final deste trabalho, a tese de uma *modalidade específica de revolução passiva* vivida por este país.

Esta abordagem do problema pode, sem dúvida, nos auxiliar na reflexão em torno da particularidade de afirmação do capitalismo na sociedade chilena, contribuindo para que se possa compreender melhor tanto o que até agora designamos como *singularidade* chilena, quanto os processos mais recentes e concretos de modernização em curso no Chile, depois das profundas transformações empreendidas pela ditadura mais longa da sua história republicana.

A HIPÓTESE DA REVOLUÇÃO PASSIVA

No final da década de 1980, quando o argentino José Aricó deu como título de um dos seus mais brilhantes ensaios a pergunta “Por que Gramsci na América Latina?”, a sua intenção, dentre outras, era indagar a respeito do que ele mesmo chamou, utilizando-se do próprio Gramsci, de “tradutibilidade” das linguagens. Era, mais explicitamente, perguntar-se acerca da “possibilidade de algumas experiências históricas, políticas e sociais, encontrarem uma equivalência em outras realidades”¹. A hipótese presente neste raciocínio não contemplava, em nenhuma perspectiva, a noção de repetitividade ou de reiteração de um mesmo modelo, assentando-se, ao contrário, na idéia de que, embora através de linguagens historicamente distintas, determinadas por tradições específicas, a civilização humana comportaria, a partir de uma determinada fase, “uma expressão cultural ‘fundamentalmente’ idêntica”².

Estas considerações do ensaísta argentino e o seu extremo interesse em estabelecer um diálogo crítico e criativo entre o pensamento gramsciano e a história latino-americana emergiram após dois importantes seminários internacionais realizados, no México e na Itália, com o propósito de sistematizar, na forma de um inventário, a reflexão sobre as sociedades latino-americanas empreendida por interpretes do pensamento gramsciano e alguns estudiosos que, de uma

¹ Aricó, José, *La Cola del Diablo - itinerario de Gramsci en América Latina*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1988, p. 87-88.

² Idem, *Ibidem*.

ou outra maneira, tocaram ou se aproximaram de seus temas³. O programa e as intenções destes debates não eram nem ociosas nem desinteressadas. Do ponto de vista ideológico, já que a filiação era fundamentalmente de esquerda, procurava-se uma alternativa aos horizontes do socialismo; programaticamente, à medida em que a temática da democracia se generalizava pelo continente, a questão era saber como propor a vinculação entre questão democrática e hegemonia, no seu sentido gramsciano; do ponto de vista mais acadêmico ou analítico, o problema era repor, em novos termos, o debate em torno da modernização e da mudança social e cultural. Muitos paradigmas utilizados para se pensar a América Latina, especialmente a partir do campo da esquerda, haviam falhado e - sabia-se - que um repensar em torno de Gramsci poderia jogar nova luz nos descaminhos até então vividos.

Pois bem, a partir do fato conhecido e assimilado pela literatura de que a América Latina configura-se como parte do Ocidente desde a expansão européia, ainda que suas formações sociais guardassem, em suas origens, traços de "orientalismo" derivados do estatuto colonial e do forte componente agrário que estruturou a sociedade, bem como suas formas políticas e culturais, o problema da compreensão desta história e, em prospecção, dos processos contemporâneos de modernização capitalista vivenciados pelas sociedades latino-americanas, poderia obter no pensamento de Gramsci uma nova chave de leitura que captasse a particularidade latino-

³ Não se trata aqui de resenhar estes dois marcantes encontros daquele período que já se tornou comum convencionar como a "década gramsciana", pelo menos na América Latina. Para acesso aos textos e debates destes dois seminários ver Martín del Campo, Julio Labastida (coord.), *Hegemonia y Alternativas Políticas en América Latina*, México, Siglo XXI, 1985 e Coutinho, C. N. e Nogueira, M. A., *Gramsci e a América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

americana. A hipótese estaria em ver as potencialidades de um pensamento que poderia trazer para a reflexão um “critério interpretativo” que pudesse desvendar as razões pelas quais a trajetória latino-americana, nas palavras de Juan Carlos Portantiero, acabou por resultar na configuração de uma sociedade complexa, mas desarticulada, de desenvolvimento extremamente desigual e “atravessada por uma profunda crise estatal”⁴.

A definição do pertencimento da América Latina ao Ocidente instaura, histórica e analiticamente, uma dimensão inelutável de “tradução” e “tradutibilidade” de valores e paradigmas. De fato, a partir da Independência política os processos de “ocidentalização” das formas políticas, econômicas e sociais generalizaram-se e, notadamente, o processo de construção dos Estados Nacionais, seguindo as balizas ideológicas que comandaram a emancipação, realizou-se através da forte inclinação das elites latino-americanas pelos valores políticos da “ocidentalização”, especialmente na adoção da forma liberal de suas instituições jurídico-políticas. A partir daí, a vinculação cada vez mais crescente com o mercado mundial fez com que se acentuasse a tendência à “ocidentalização” latino-americana, uma vez que, aqui, o impulso rumo à modernização capitalista não tinha diante de si um “antigo regime” a impor a confrontação de velhas e novas elites, e a estruturação de um Estado fundado no paradigma liberal não tinha a obstaculizar sua passagem uma prévia configuração estatal de corte feudal-burocrática. História de continuidade, mesmo assim, a independência acabou por se constituir, nas

⁴ Portantiero, J. C., “Gramsci para latino-americanos”, citado por Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, p. 89.

palavras de Luiz Werneck Vianna, numa "ruptura real, pondo todo subcontinente diante do imperativo de fazer história"⁵.

Pode-se dizer, portanto, que na América Latina o Ocidente é sua fonte de origem, mas é também processo e construção histórica, a partir da afirmação de valores ocidentalizantes. De outro lado, tampouco houve nesta parte do mundo uma cristalização do "orientalismo", como expressão "pura" e "originária" sobrevivente ao traslado europeu. Como dissemos, a partir do século XIX, o processo de "ocidentalização" passa a ser uma das marcas de essencialidade da sua história que, como recordava Gramsci a propósito dos processos de revolução passiva, teve como "impulso renovador" não o desenvolvimento econômico local, sendo muito mais um reflexo do desenvolvimento internacional que "manda à periferia suas correntes ideológicas"⁶.

Do ponto de vista analítico, é o reconhecimento da existência de um processo histórico concreto de "ocidentalização" dos valores político-sociais, bem como da base econômica da sociedade, que possibilita a introdução da história latino-americana no interior da metáfora gramsciana que distingue "ocidente" e "oriente". O primeiro termo comandaria a história de emergência do *moderno* ou da *modernidade*, processo que se inicia na longa trajetória de superação das estruturas medievais. Esta leitura guarda consigo uma noção forte de *desenvolvimento*, articulada, na linguagem gramsciana, através dos nexos entre modernização e hegemonia (na síntese gramsciana, direção intelectual e moral), não estando, portanto, assentada numa análise objetivista da história. Assim, o que aqui se chama de *desenvolvimento*

⁵ Cf. Vianna, L. W., "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos" in *Dados*, vol. 34, n. 02, 1991, pp. 145-188.

⁶ Cf. Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, 1988.

pode também ser lido como "hipertrofia da modernização". De outro lado, os nexos entre modernização e hegemonia possibilitariam a universalização do moderno, isto é, de uma *unicidade*, fazendo com que ele se estenda "a realidades históricas 'alheias'", dando lugar, desta forma, "a uma progressiva sincronização do assíncrono"⁷. Historicamente, contudo, o *moderno* se afirma de maneira muito frágil em decorrência das "diversas formas de revolução passiva" e, ainda que passivos, tais processos de afirmação do *moderno* não se configuram como exteriores à decisão dos atores sociais⁸.

Derivam-se destas primeiras considerações a propósito da potencialidade da hipótese da revolução passiva para a análise da história da América Latina duas linhas de argumentação que são, ao nosso ver, decisivas para a exposição da abordagem aqui desenvolvida. Em nosso entendimento, ambas podem conectar de forma precisa a hipótese aqui trabalhada com os paradigmas teóricos mais recorrentes na literatura sociológica e politológica que se debruçou sobre a trajetória histórica da América Latina.

Num primeiro plano, está a admissão da validade da tese de que não é possível pensar a história latino-americana tendo a *situação de dependência* como externa à sua natureza e dinâmica. Os

⁷ Cf. Marramao, Giacomo, "O Demônio Anti-sistemático" in *Presença*, n. 11, Rio de Janeiro, CPDC, janeiro de 1988, pp. 150-157. Para Marramao, é o "nexo hegemonia-modernização" que dá suporte à transladação de correntes ideológicas do centro à periferia. Entretanto, ainda conforme Marramao, seria importante observar que, para Gramsci, todas as estruturas sociais e não apenas as estruturas ideológicas passam, neste processo, a estar submetidas ao fenômeno mais geral da "mutação cultural" sob o impacto do *ethos moderno* que se afirma no desenvolvimento.

⁸ Ainda de acordo com Marramao, "mesmo as estruturas mais inertes e opacas, mais mudas e compulsivas em seu inexorável automatismo, na verdade, estão *impregnadas de racionalidade e de decisão voluntária*", cf. Marramao, G., "O Demônio Anti-sistemático" in *Presença*, ... *op. Cit.* 1988.

processos de modernização aqui verificados, que contribuíram para cristalizar a tendência à "ocidentalização" como parte intrínseca da realidade no continente, simultaneamente adensaram formações sociais cujas práticas de classe foram histórica e estruturalmente limitadas pela situação de dependência. A hipótese da revolução passiva, pensada em sua potencialidade conceitual de explicar a dimensão política, em seu sentido integral, do *moderno*, através da dinâmica dos processos de modernização, estaria dialogando, portanto, com a já consagrada noção de "revolução burguesa em países dependentes"⁹, procurando aferir, teórica e politicamente, as complexas situações de luta social e política. Neste sentido, tal hipótese não consideraria mais como interlocutora a pretérita categoria de "revolução democrático-burguesa", instrumentalizada e animada, através de múltiplas combinações, pela esquerda latino-americana como a fórmula e a etapa inelutável do desenvolvimento histórico do continente¹⁰.

Em segundo lugar e vinculado ao argumento anterior, encontra-se o tema do Estado latino-americano. Partindo, então, das considerações até aqui formuladas a propósito da experiência histórica latino-americana, pode-se ressaltar como um dos seus componentes fundamentais, desde o processo de emancipação política, a ausência de

⁹ Este conceito, referido especificamente à situação latino-americana, aparece em Cardoso, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, cap.III, pp.99-134.

¹⁰ Não seria mais o caso, entendemos, de dialogar com formulações como a "via oligárquica e dependente" do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, elaborada por Agustin Cueva em analogia à "via prussiana" formulada por Lenin, na medida em que trata-se, analiticamente, apenas de uma variação politicamente um pouco mais radicalizada da noção de "revolução democrático-burguesa"; cf. Cueva, Agustin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, São Paulo, Ed. Global, 1983, especialmente cap. 05. Para uma versão atualizada desta mesma visão consultar Boron, Atilio A., *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, 1994, pp. 102-111.

iniciativa autônoma de uma classe dominante nacional. Como é sobejamente conhecido e trabalhado na literatura sobre o tema¹¹, em virtude deste fato, o Estado acabou por assumir uma funcionalidade específica no contexto latino-americano: operou "como uma espécie de Estado 'puro', empurrando a sociedade para mudanças e fabricando, de cima, a classe dirigente"¹².

A presença forte do Estado na condução do processo de afirmação da dominação político-social e de atualização econômica, não pode ser vista, no sentido gramsciano, como uma característica típica do "oriente". Retomando as metáforas gramscianas de "oriente" e "ocidente" para comparar e diferenciar realidades específicas que compõem o conjunto da América Latina, Juan Carlos Portantiero conclui que os países latino-americanos podem ser aproximados daquilo que Gramsci, referindo-se aos Estados retardatários da Europa do Sul, chamou de "ocidente periférico e tardio". Guardadas as distinções existentes no interior da América Latina, uma vez que em cada lugar processou-se "um modo particular de articulação ao mercado mundial e um entrelaçamento específico entre economia, sociedade e política", pode-se dizer que, de forma muito mais emblemática, o Estado e a política foram, na América Latina, os fatores que mais atuaram para modelarem a sociedade, dirigindo o processo de "ocidentalização", sem, contudo, assumirem graus de autonomia e soberania como os modelos "bismarkianos" ou "bonapartistas" - expressando-se aí, mais uma vez, as determinações da situação de dependência¹³.

¹¹ Ver sobre a questão Lechner, Norbert (org.), *Estado y Política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1981. Apenas como nota de caráter bibliográfico deve-se mencionar que a edição original deste livro esteve a cargo de José Aricó.

¹² Cf. Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, 1988, p.91.

¹³ Cf. Portantiero, J. C., *Los usos de Gramsci*, Buenos Aires, Folios Editores, 1983. pp. 127 e seguintes.

"Ocidente tardio e periférico", modernização dirigida pela política, estes qualificativos para distinguir países latino-americanos de industrialização "precoce", em comparação ao conjunto do continente, na acepção de Portantiero¹⁴, ou de industrialização "tardia e derradeira" em relação ao capitalismo mundial, na formulação de Hirschman¹⁵, não só se apresentam a nós como convincentes do ponto de vista da análise das sociedades latino-americanas, como também pedem uma maior aproximação em relação à trajetória concreta destas sociedades, no sentido de se compreender as diversidades e especificidades do processo de imposição da modernização, especialmente no decurso do século XX.

Aricó entende que, implicitamente, Gramsci reconheceria como marcas de um processo de revolução passiva os dois principais traços que marcaram a construção dos Estados nacionais latino-americanos, quais sejam, "uma autonomia considerável da esfera ideológica e uma evidente incapacidade de autoconstituição da sociedade"¹⁶. Ao nosso ver, não existe nesta avaliação nenhuma impropriedade conceitual. Expressa-se, ao contrário, uma tentativa de "tradução" conceitual, a partir de uma realidade que guarda características similares, na medida em que, se partirmos de um entendimento geral do conceito de revolução passiva, podemos dizer que este alude, originariamente, a transformações históricas ocorridas a partir do século XIX, sob o impacto dos desdobramentos da Revolução Francesa de 1789. Esta categoria, voltada para a compreensão de processos de imposição capitalista onde não ocorreram ou fracassaram revoluções político-sociais, ou mesmo para compreender as dinâmicas político-sociais que se

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵ Cf. Hirschman, Albert, "Desarrollo y América Latina: Obstinción por la esperanza" in *Lecturas del Trimestre Económico*, n. 05, México, FCE, 1973.

¹⁶ Cf. Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, 1988, p. 96.

desdobraram de processos revolucionários mas que perderam ou arrefeceram este caráter, assume, como afirma Gramsci, o estatuto mais geral de um *critério de interpretação* na análise “de toda época complexa de transformações históricas”¹⁷.

A preocupação estaria, assim, em compreender os nexos que vinculam economia e política e, por conseguinte, o lugar do Estado nos processos de afirmação da modernização capitalista, que acabaram conformando, historicamente, processos de transformação real da sociedade muito menos óbvios do que aquela que se tornaria o clássico exemplo da “revolução em ativação”, como a Revolução Francesa de 1789. Para se compreender tais processos de imposição da modernização capitalista, se deveria levar em conta, de acordo com Gramsci, que “o impulso para a renovação pode ser dado pela combinação de forças progressistas escassas e insuficientes em si mesmas (a despeito de seu elevadíssimo potencial, porque representam o futuro de seu país) com uma situação internacional favorável a sua expansão e vitória”. Desta forma, “quando o impulso do progresso não se encontra intimamente vinculado a um vasto desenvolvimento econômico local, que é artificialmente limitado e reprimido, mas que é o reflexo do desenvolvimento internacional que *manda à periferia suas correntes*

¹⁷ Para Christine Buci-Clucksmann, Gramsci, ao formular o conceito de revolução passiva, debatendo o tema histórico geral da transição dos modos de produção no interior do marxismo da sua época, procurou dota-lo de uma “função crítica” e depura-lo de todo o “resíduo mecanicista e fatalista” das interpretações correntes dos textos de Marx, atribuindo-lhe “uma importância histórica e metodológica geral”. De acordo com Glucksmann, o fundamental para Gramsci era desvendar a especificidade histórica de todo processo de transição e nela compreender e definir o papel do Estado. Assim, o problema era indagar sobre o caráter “radical” ou “passivo” da transição, pensando a partir daí realidades históricas diversas de imposição capitalista, o que implicava também pensar os caminhos para a sua superação. Cf. Buci-Glucksmann, C., “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva” in VVAA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

ideológicas, nascidas com base do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados, então, o grupo portador das novas idéias não é o grupo econômico, mas a camada de intelectuais, e a concepção de Estado da qual faz propaganda muda de aspecto: este é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional¹⁸.

Através desta referência gramsciana, pode-se inferir que a revolução passiva, compreendida como um *critério de interpretação*, possibilita pensar processos bastante variados de construção estatal e de modernização capitalista, implicando a sua verificação através da análise histórica. Isto porque, está claro, a modernização capitalista e o Estado moderno não se generalizaram através da "revolução em ativação", ainda que Gramsci tenha chamado atenção para o fato da Revolução Francesa de 1789 tenha "criado uma mentalidade". Entretanto, seria necessário um esclarecimento antes de prosseguirmos. No que diz respeito aos processos mais gerais de imposição capitalista, entendemos ser impróprio ao conceito de revolução passiva um tratamento de forma a defini-lo como um "desvio" - uma vez que se distingue da chamada "via clássica" - ou, ao contrário, como a "regra" - porque é assimilado como o modelo das burguesias operarem a construção das sociedades capitalista e de seu Estado¹⁹. Em nosso entendimento, a revolução passiva é um critério teórico-político, e não uma tese historiográfica²⁰, que visa compreender o movimento e quais os

¹⁸ Citado por Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, 1988, p. 99.

¹⁹ Esta tese, com a qual estamos em desacordo, está expressa em Ansaldi, Waldo, "Conviene o no conviene invocar al genio de la lampada? El uso de las categorías gramscianas en el análisis de la historia de las sociedades latinoamericanas" in *Estudios Sociales*, n. 02, primeiro semestre 1992, pp.45-65.

²⁰ Cf. Pizzorno, Alessandro, "Sobre o método de Gramsci", citado por Aricó, J., *La Cola del Diablo ... op. cit.*, 1988, p. 153 (Há um erro que se repete nas duas edições do livro, quer pela Punto Sur, quer pela Nueva Sociedad. Em ambas, o

possíveis resultados de processos históricos de mudança estrutural, ambos tomados como dependentes e condicionados pelo protagonismo dos atores históricos no mundo da economia e da política, sejam os vitoriosos ou os derrotados. No seu conjunto, tais processos assumem a feição de uma “revolução sem revolução”, porque estão subordinados a uma dinâmica específica e efetivam-se, como afirma Gramsci, através da combinação determinada de forças progressistas “escassas e insuficientes, por si mesmas”, mas que contam, para seu sucesso e expansão, com uma “situação internacional favorável”.

Por esta razão, pode-se afirmar que, de um ponto de vista teórico, a epistemologia gramsciana da “revolução sem revolução”, tende a individualizar um procedimento metodológico circular, isto é, “de um fenômeno definido como um paradigma interpretativo mais geral que, por sua vez, deve ser verificado concretamente à luz de específicas exemplificações históricas”. De acordo com Luisa Mangoni, “este método de trabalho comporta uma progressiva articulação da mesma hipótese inicial”. Supor, como se afirmou acima, que o caso exemplar de *revolução passiva* é aquele onde se dá “uma combinação de forças progressistas escassas e insuficientes por si mesmas... com uma situação internacional favorável à sua expansão e vitória”, implica trabalhar com a idéia de que, por exemplo, “a complexa realidade política que está contida na ‘expressão metafórica’ de Restauração não pode ser lida como puro processo de conservação, a partir do momento que detrás do aparente imobilismo de uma ‘envoltura política’ ocorre, na realidade, uma transformação molecular das ‘relações sociais fundamentais’”²¹. A

título do artigo de Pizzorno aparece equivocadamente como “Sobre o método de Marx”)

²¹ Cf. Mangoni, L., “Rivoluzione Passiva” in *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*, Roma, Editrice L’Unità, 1987, pp. 129-130.

revolução passiva, "uma construção lingüística propositalmente paradoxal", não pode ser vista, portanto, como uma reação integral à mudança social, esta sim melhor definida como uma "contra-revolução"²². A metáfora da Restauração, referida ao período posterior à queda de Napoleão Bonaparte, que implicou o restabelecimento das monarquias na Europa, à primeira vista, esconde a sua verdadeira natureza de uma "evolução reformista" na qual o fundamental é a "transformação molecular" que se processa²³.

Aprofundando mais nossa abordagem do conceito, podemos dizer que a revolução passiva expressa essencialmente uma combinação de continuidade e mudança ou uma dialética entre conservação e renovação. Num processo desta natureza, o conjunto da sociedade é afetado pela modernização, como um processo de mudança estrutural, sem que haja uma transformação social de caráter radical. Analiticamente, a revolução passiva se reporta a situações onde as soluções são encaminhadas "de cima", com o Estado e a camada de intelectuais vinculada a ele exercendo um papel preponderante, uma vez que atuam em substituição a uma burguesia estruturalmente débil na transição do momento econômico-corporativo para o ético-político, ou seja, na construção e consolidação do Estado moderno. O tipo de acordo político eventualmente firmado (formalmente ou não) entre frações das classes dominantes, mais avançadas ou retardatárias do ponto de vista econômico, ou mesmo com outros segmentos ou grupos sociais (como as camadas médias), assim como ausência ou não de uma aliança com as

²² Cf. Werneck Vianna, Luiz, "O Ator e os *Fatos*: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci" in *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n 02, 1995, pp. 181-235.

²³ Cf. De Felice, F., "Revolução Passiva, fascismo, americanismo em Gramsci" in *VVAA., Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

massas populares, a incompletude da reforma intelectual e moral ou o grau de frustração no processo de afirmação de uma vontade nacional-popular, à moda jacobina, transformadora do aparelho estatal, são todos elementos que compõem analiticamente o conceito e que necessitam da verificação caso a caso, para que se possa aferir os resultados e as possíveis alternativas que existiam diante dos sujeitos históricos²⁴.

Desta forma, se é correto afirmar que a revolução passiva, como um critério de interpretação, refere-se historicamente a processos diferenciados de formação, consolidação e defesa do bloco histórico da sociedade capitalista, ou seja, aos processos pelos quais "o grupo econômico portador da função produtiva alcança sua elaboração superior, fundando um novo tipo de Estado, desenvolvendo um complexo de superestruturas novas" para dar suporte à "expansão generalizada de uma nova sociedade civil"²⁵, também é importante ressaltar que o conceito de revolução passiva possibilita uma ampla abertura para a análise histórica da "forma política que permite ao capital conservar o poder", ou seja, do "reformismo preventivo dos Estados modernos"²⁶. Em outros termos, pode-se sinteticamente dizer que a revolução passiva alude a processos de formação dos Estados nacionais e também à etapa de crise burguesa subsequente à sua consolidação originária, que demandará a intervenção do Estado na absorção da crise e regulação da

²⁴ Estamos de acordo com Ansaldi na sua resposta à indagação acerca da utilização das categorias gramscianas. Para este autor, a condição para esta utilização estaria na preocupação com a "historicidade das categorias analíticas", de forma que elas possam ser, inclusive, "reelaboradas", renunciando-se a toda "formulação" e "aplicação talmúdica, dogmática, acrítica e mecânica", Ansaldi, Waldo, "Conviene o no conviene ..." in *Estudios Sociales ... op. cit.*, 1992, p.50.

²⁵ Cf. Kanoussi, D. & Mena, J., *La Revolución Pasiva: una lectura de los Cuadernos de la Cárcel*, Universidad Autónoma de Puebla, 1985, pp. 125-126.

²⁶ Idem, p. 109.

função produtiva²⁷. Franco De Felice observa que o conceito de revolução passiva é desenvolvido por Gramsci de forma a atingir graus de especificações determinados. Nesta chave de análise, Gramsci interpretou tanto a fase posterior à Grande Guerra e à Revolução de Outubro quanto a emergência do que ele chamou de americanismo como “governo das massas e governo da economia (...), estas novas casamatas através das quais passa a reconstituição do aparelho hegemônico das classes dominantes”²⁸.

Retornando ao esquema interpretativo da passagem ao domínio burguês formulado por Gramsci, é certo que se suas preocupações não eram tanto a do historiador das revoluções, mas as do político e teórico preocupado com o estágio hodierno do capitalismo, objetivando formular as possibilidades práticas da sua superação²⁹, também é correto afirmar que Gramsci assume, em relação ao trânsito ao primado burguês, além da passagem de caráter revolucionário, a possibilidade da imposição do “transformismo”. Neste sentido, após a avaliação da “Restauração” conforme exposto acima e a admissão de que o critério da revolução passiva serve para pensar a generalização do

²⁷ Como afirma Remo Bodei, “em todos os lugares, de fato, assiste-se a revoluções passivas, na Europa e na América, tentativas de racionalização da economia e de controle do consenso”; em relação à Itália, Bodei chega a afirmar a existência de “uma série contínua de revoluções passivas”; cf. Bodei, Remo, “Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização” in *VVAA., Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 104 e 106.

²⁸ Cf. De Felice, F., “Revolução Passiva, fascismo, americanismo em Gramsci” in *VVAA., Política e História em Gramsci ... op. cit.*, 1978, p. 210.

²⁹ De acordo com Giuseppe Vacca, para se compreender Gramsci é necessário vincular sempre suas elaborações teóricas com a perspectiva da luta política prática. Desta forma, para Vacca, o conceito de revolução passiva está intimamente vinculado à mudança *epocal* que o capitalismo vivência a partir do século XX. Assim, revolução passiva e guerra de posições, são elaborados por Gramsci como um “par indissolúvel”, que define sua abordagem da hegemonia; ver Vacca, Giuseppe, “I ‘Quaderni’ e la política del’900” in *Gramsci e Togliatti*, Roma, Riuniti, 1991, pp. 05-114.

predomínio da burguesia; não apenas o caso francês passa a ser visto como "atípico" como também junta-se aos países retardatários neste processo, como foram a Alemanha e a Itália, nada menos do que a Inglaterra, "vanguarda mundial do processo de industrialização no século XIX, do liberalismo como ideologia dominante e sociedade civil burguesa, paradigma de Marx em *O Capital*"³⁰.

Existe aqui uma indicação importantíssima que, ao nosso ver, é necessário ser retida para que se possa fixar melhor a apreensão do conceito. Ela se expressa no fato de que a revolução passiva não pode ser vista como um fenômeno atinente apenas a países retardatários. Em outros termos, que a categoria da revolução passiva não pode ser tomada exclusivamente como um critério de interpretação da passagem do "oriental" ao "ocidental" pela via da modernização, ainda que seja inteiramente pertinente a sua utilização para se compreender processos de modernização ou de "ocidentalização".

Como se sabe, o qualificativo de "retardatário" a alguns países prende-se fundamentalmente à construção tardia do seu Estado nacional e expressa, na avaliação gramsciana, o que se pode compreender como um "primeiro ciclo" da revolução passiva, aquele posterior à conjuntura europeia entre 1789 e 1848, o ciclo do *Risorgimento* italiano. Um "segundo ciclo" seria aquele desencadeado depois da Guerra de 1914 a 1918, do qual fazem parte o fascismo - resultante da primeira onda de revolução passiva depois da Revolução de Outubro -, o americanismo e o fordismo - fenômenos, novos à época, da fortaleza estrutural demonstrada pelo capitalismo - e, por fim, indo além de Gramsci, a social-democracia e o Estado de Bem-estar social do pós-guerra - manifestas expressões da pouco compreendida, mas cristalina "revolução

³⁰ Cf. Wernick Vianna, L., "O Ator e os Fatos ..." in ... *op. cit.*, 1995, p. 220.

passiva européia³¹. Neste segundo ciclo, estabelece-se um nexo de continuidade entre fenômenos aparentemente distintos mas que, por fim, evidenciam uma nova fase assumida pelo capitalismo, na qual passavam a predominar os modernos processos moleculares de transformismo social. Desta forma, a revolução passiva, desta fase, poderia ser verificada no "fato de (se) transformar a estrutura econômica, 'reformisticamente', de individualista em economia segundo um plano"³², contraditando a prevalência individualística na esfera econômica e indicando a "necessidade imanente de (se) chegar à organização de uma economia de programação", dirigida quer pela *política*, ou seja, diretamente pelo Estado, implicando, na maioria dos casos, na emergência das mais variadas formas de corporativismo, quer pela *estrutura*, isto é, pelo Estado em sua *trama privada*, típico da afirmação da hegemonia a partir da própria fábrica, conforme se expressou no americanismo, seu fenômeno mais evidente. Do ponto de vista do conceito, ocorre, assim, uma operação sutil da sua ampliação, visando apanhar as mudanças que se processaram historicamente: da tentativa de apreensão das *formas* pelas quais se processou a metamorfose "dos sujeitos sociais dominantes", a revolução passiva passa a aludir, politicamente, ao *modo de ser* dos "seres dominantes"³³. Avança-se, desta maneira, para a possibilidade de se observar e compreender não apenas as *modalidades* de trânsito ao moderno, mas também as *modalidades* de reprodução da dominação *sob o moderno*.

³¹ Ver os trabalhos acima citados de G. Vacca (1991) e L. Werneck Vianna (1995).

³² Cf. Gramsci, A., Quaderni del Cárcere, p. 1089 e 1228, citados por Bodei e Franco de Felice, in VVAA., *Política e História em Gramsci ... op. cit.*, 1978, *op. cit.*, 106 e 211, respectivamente.

³³ Cf. De Felice, F., "Revolução Passiva, fascismo, americanismo em Gramsci" in VVAA., *Política e História ... op. cit.*, 1978, p. 194.

Em outras palavras, nesta nova conformação, esta “moderna revolução passiva”³⁴ diz respeito, portanto, a uma fase capitalista distinta da época da formação dos Estados nacionais. Neste contexto, opera-se a difusão da hegemonia burguesa entre as massas, “amplia-se o seu Estado, captura-se e assimila-se elementos importantes da cultura das classes subalternas, com o propósito apenas aparentemente paradoxal de organizar as massas “para mantê-las desorganizadas”; enfim, exclui-se a *experiência estatal* das massas, mas contempla-se, ainda que restritiva e controladamente, seus interesses econômico-corporativos. Nesta fase, marcada, de um lado, pelo desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, e de outro, pela pujança, universalização e “alcance objetivo” do fenômeno do “americanismo”, o Estado já não é mais, como afirmamos acima, “vigilante noturno” ou “gendarme” e sim um Estado moderno que solda instituições e massas e que intervêm centralizadamente no processo de reprodução social do capital, mediando produção e consumo.

Fazendo um breve parêntesis para uma observação que se refere diretamente à América Latina, gostaríamos de ressaltar que da mesma forma que nos países que aqui estamos chamando de “ocidente tardio e periférico”, onde a burguesia foi débil e o impulso à modernização da produção não partia dela mesma, mas vinha “de fora”, o Estado passaria a desempenhar a sua função moderna, reiterando a fase anterior, como “um racional absoluto”, cabendo a ele tomar a iniciativa e introduzir, “do alto”, transformações que conduziriam à imposição de medidas inclinadas a reestruturação integral da sociedade civil. Isto sugere um caminho de interpretação a propósito das dificuldades inerentes à

³⁴ A expressão é de Kanoussi, D. & Mena, J., *La Revolución Pasiva: una lectura de los Cuadernos de la Cárcel*, Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

modernização neste tipo de países. Se o predomínio da política na condução da “ocidentalização”, reservando ao Estado um papel muitas vezes ilimitado, foi a sua característica maior, de outro lado, o atendimento às demandas sociais, num contexto já mais complexo de relações, em que cada força da sociedade se mostrava preparada para defender os seus interesses, revelou os limites desta forma tardia de chegar ao “ocidente”. Em geral, nestes processos de “defasagem” entre demandas sociais e recursos econômicos, a grande dificuldade passou a ser a manutenção do jogo de pressões sociais nos marcos de um sistema político de franquias democráticas. Num “ocidente” desta natureza, onde o capitalismo se afirma através de burguesias débeis - porque triplamente dependentes e tributárias em relação ao domínio do capital estrangeiro, ao poder das oligarquias e ao Estado -, o cenário histórico não deixou de contar com uma “sobrepolitização” de todas as relações estruturais da sociedade. Aí, tudo passava pelo Estado, mas sua solidez, entretanto, era sempre relativa, quer porque a hegemonia em sentido integral não se realizava quer porque o enfrentamento de classes ou de forças sociais se configurava débil no plano da sociedade civil, reportando-se sempre ao plano da pressão política. Nesta arena de confrontação permanente, todos ou quase todos os atores sociais lançam-se simultaneamente à conquista do Estado. A revolução passiva se converte, pela ação política exaltada, em “anti-revolução passiva”, isto é, num processo de antagonização às formas anteriores de integração e articulação político-social, movido e orientado por atores políticos já estruturados e experimentados neste ambiente. Neste cenário de “crise de viabilidade econômica, sociedade civil forte, ausência de hegemonia em todos os níveis”, como nos diz

Sérgio Zermeno, a sociedade, permanentemente ou, em alguns casos, cedo ou tarde, se inclinaria por buscar uma "redefinição integral"³⁵.

Retornando ao eixo argumentativo de sistematização do conceito de revolução passiva, ademais do chamado "diagnóstico da fase" presente na avaliação das mudanças morfológicas pelas quais passa o capitalismo, Gramsci adiciona uma outra abordagem dos processos de trânsito à ordem burguesa que se configura como decisiva para fundamentar a revolução passiva como um critério de interpretação. Trata-se da possível distinção entre *modalidades de revolução passiva*.

As gradações no processo de ingresso e solidificação do predomínio burguês estabelecidas por Gramsci entre Itália, Alemanha e Inglaterra são elucidativas. Não se trata apenas de estabelecer uma distinção em relação aos processos de alteração da ordem tradicional, sem levar em conta a luta política e a conquista do poder. Para Gramsci, a Itália se configura como o processo mais *atrasado* de revolução passiva, em comparação com os dois outros, porque é aí que a burguesia se mostrou mais débil e o jacobinismo mais ausente. "É a maior ou menor presença ativa do portador da *antítese*, mesmo que derrotado, o que singulariza uma forma atrasada de uma forma avançada" de revolução passiva, sintetiza bastante bem Luiz Wernick Vianna³⁶. Nesta comparação, a Alemanha expressaria um processo *intermediário*, de presença ativa mas de frustração do elemento jacobino, e a Inglaterra -

³⁵ Cf. Zermeno, Sérgio, "Las fracturas del Estado en América Latina" in Lechner, N. (org.), *Estado y Política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1981.

³⁶ Wernick Vianna afirma que, por esta razão, "a variável-chave na tipologia gramsciana sobre processos de revolução passiva está no elemento jacobino". Desta forma, para Gramsci, "nem toda revolução passiva se cumpre com plena subsunção da *antítese* pela *tese*: o ator subordinado pode ser ativo (ou ter sido), sobretudo *deve*, e é a sua ação que vai qualificar o resultado final como mais ou menos 'atrasado'". Ver do autor o já citado "O Ator e os *Fatos ...*" *op. cit.*, 1995, p. 221; a citação acima também encontra-se nesta página.

com seu “transformismo ininterrupto” - a mais *avançada* modalidade de revolução passiva, uma vez que o jacobinismo afirmou-se como parte constitutiva das origens da história moderna britânica.

Mesmo assim, a versão mais atrasada da revolução passiva não se configura como capaz de impedir que a hegemonia burguesa se faça introduzindo elementos de “progresso” na formação social. Daí, como enfatizamos, Restauração expressar-se fundamentalmente como uma metáfora, encobrindo o processo molecular de transformações. Sobretudo pela situação internacional, o processo de imposição burguesa e de modernização capitalista se torna irrefreável em seus efeitos de irradiação e expansão. Nestas circunstâncias, em *todas as modalidades* de revolução passiva o problema está em saber em que *grau*, o *alcance* e através de que *formas* as classes subalternas terão constrangido o seu protagonismo. Mesmo numa anulação do movimento “dos de baixo”, reduzindo o seu protagonismo a ações “esporádicas e inorgânicas”, Gramsci diria que emergiria na cena histórica o protagonismo dos “fatos”, em substituição aos “homens individuais”³⁷. O *Risorgimento* foi, assim, um processo onde o protagonismo dos “fatos” ultrapassou o ator que representaria os anseios populares; o irrealismo político do Partido da Ação resultou em que a tese garantisse sua conservação na antítese, consubstanciando ente processo, na sistematização gramsciana, como a “versão mais atrasada e negativa da revolução passiva”³⁸.

Pois bem, mas nem sempre a revolução passiva se expressa nesta modalidade e pode-se admitir também que há modalidades específicas condicionadas ou determinadas de outra maneira

³⁷ Sobre esta abordagem ver os textos já citados de Werneck Vianna e Franco de Felice.

³⁸ Werneck Vianna, L., “O Ator e os Fatos ...” *op. cit.*, 1995, p. 222.

pelo tipo de *ativação*, facultado pela via da conquista, promovido pelo movimento das classes subalternas. Como já indicamos, não se trata da inversão dos sinais, em chave de “anti-revolução passiva”, ou, ao contrário, do ator subalterno, em prospecção, assumir para si a revolução passiva como “programa”, como advertiu Gramsci. O entendimento desta questão dá bem a medida de como Gramsci relacionou integralmente história e política na construção da estratégia da “guerra de posições”, que somente ganha sentido no interior do conceito de revolução passiva, uma vez que, na concepção das elites, o processo de modernização que inexoravelmente avança impõe uma lógica para que seu domínio possa ser assegurado: a lógica de conservar mudando. Por outro lado, a modernização também carrega consigo um processo inelutável de democratização social que, do ponto de vista das classes subalternas, demanda e demandou uma ação política realista no sentido de “traduzir a revolução passiva” num outro signo: o de fazer com que a mudança venha a preponderar sobre a conservação. É esta avaliação que possibilitou a Gramsci sistematizar a complexidade que havia assumido a sociedade moderna: a revolução passiva expressaria, simultaneamente, *positividade* “em termos de *processo*, uma vez que, no seu curso, a democratização social, por meio de avanços moleculares, se faz ampliar” e *negatividade* “porque a ação das elites se exerce de modo a ‘conservar a tese na antítese’”³⁹.

As modalidades de revolução passiva guardam, portanto, este aspecto paradoxal e, encaradas desta maneira, aparecem à análise como processos abertos, a serem aferidos em seu percurso e resultados através do comportamento e protagonismo dos sujeitos históricos. Conforme dissemos no início deste capítulo, Aricó, trabalhando

³⁹ Idem, *op. cit.* p. 224.

para realizar um balanço sobre a reflexão gramsciana acerca da América Latina, pôde relacionar um conjunto de trabalhos e autores que trilharam esta senda⁴⁰. Apesar da diferenciação entre eles, Aricó afirma não ter dúvidas quanto a adoção de Gramsci pelo pensamento social latino-americano, uma vez que através dos seus conceitos, teoria e método as “peculiaridades nacionais” no continente podem ser universalizadas, tornando possível a inclusão da “singularidade latino-americana numa tipologia mais consonante com a realidade das (suas) formações estatais”⁴¹.

Os exemplos de aplicação da revolução passiva e de outros conceitos ou sugestões teóricas gramscianas para o estudo da história latino-americana demonstram, segundo Aricó, extrema fertilidade e potencialidade. Em relação a revolução mexicana de 1910-1917, por exemplo, não seria possível introduzir, com propriedade, questões como as que propõe John Womack ao afirmar que a aquela revolução foi, dentre muitas outras coisas, uma forma de “desorganizar a resistência popular ao capitalismo”⁴². Em relação a esta mesma revolução, uma espécie de “solução intermediária entre ‘oriente’ e ‘ocidente”⁴³, Aricó cita Enrique Montalvo como mais um exemplo de que as referências gramscianas aportam uma criticidade não encontrada em outros paradigmas. Ainda que um pouco extensa vale a pena a citação de Montalvo:

“As interpretações da Revolução Mexicana realizadas a partir da oposição entre feudalismo e capitalismo e as que a analisam

⁴⁰ Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, ver nota 96, pp. 155-156.

⁴¹ Idem, *op. cit.*, p. 107.

⁴² Womack, J., “La economía en la revolución (1910-1920). Historiografía y análisis” in *Nexos*, ano I, n. 11, novembro de 1978, p. 03-08, citado por Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, p. 103.

⁴³ Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, p. 105.

como revolução democrático-burguesa, contrapondo o porfiriato (entendido como ditadura pura) ao regime pós-revolucionário (identificado à democracia e à liberdade), restringiram o debate em torno do caráter daquela revolução a esquemas que ela mesma rechaça.(...) Em muitos sentidos, a Revolução Mexicana adquire aspectos presentes tanto nas revoluções do oriente como nas do ocidente e, por vezes, nas duas vias ocidentais. Não se pode negar que a Revolução Mexicana é, durante sua primeira etapa, uma revolução jacobina na qual participam, com demandas radicais, amplas massas sociais. Por outro lado, ela também é, em boa medida, uma revolução passiva ou pelo alto quando as elites dirigentes se apropriam dela e substituem as mudanças radicais por reformas. Desta maneira, liquidam os redutos radicais que permaneceram ativos depois que terminou o conflito armado”⁴⁴.

De todas as formas, não faltam em Aricó e em outros autores referências a experiências latino-americanas que evidenciam outras modalidades de revolução passiva, notadamente em países como o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Em relação ao Brasil, Aricó mostra, utilizando-se dos textos de Carlos Nelson Coutinho, como a categoria de revolução passiva foi utilizada como “complementar” à de “via prussiana”, cunhada por Lenin, tentando fixar não apenas um critério para se pensar a “evolução histórica” do país, mas principalmente buscando demarcar a natureza do “processo de transição do país à modernidade capitalista”⁴⁵.

⁴⁴ Montalvo, Enrique, *El nacionalismo contra la nación*, México, Grijalbo, 1985, p. 21 e 24-25; citado por Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, p. 104.

⁴⁵ Cf. Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, p. 109. Em relação a esta questão, Aricó levanta um problema que merece reflexão: “segundo C. N. Coutinho, esta integração não ocorreu por “casualidade”, mas pela convicção de que a primeira (via prussiana) era insuficiente para entender “plenamente” uma

Os temas principais em relação a isso centram-se na problemática do “populismo” e o período reporta-se fundamentalmente à década aberta com o movimento político-militar de 1930. Em relação à Argentina e Uruguai, a periodização é distinta, envolvendo as décadas de 1870 a 1920. O batllismo aparece como a referência de revolução passiva para o Uruguai e a forma de dominação oligárquica se constitui como a revolução passiva “elitista e anti-popular” protagonizada pelas elites argentinas, a partir do Estado⁴⁶.

No seu conjunto, por fim, a avaliação que predomina é precisamente a que trabalha com a idéia de que, para além dos paradigmas econômicos ou estruturais de explicação da história latino-americana, como são as teorias do desenvolvimento e da dependência, há na América Latina uma preponderância do fato da “ocidentalização”, cujo impulso, contudo, não esteve historicamente “vinculado estreitamente a um desenvolvimento econômico local, mas que era um reflexo do desenvolvimento internacional que, como disse Gramsci, ‘manda à periferia suas correntes ideológicas’”. Como resultado, teremos uma história onde o Estado foi, de fato, o organizador e o promotor do impulso à construção e adensamento de uma sociedade capitalista, “a partir das débeis e gelatinosas classes protomodernas” aqui existentes, bem como veremos se expressar nesta trajetória todo o “iluminismo projetual das

realidade que requeria do “auxílio” da segunda (revolução passiva) para poder ser apreendida. Tenho a impressão de que esta forma de colocar o problema diminui a potencialidade analítica da categoria gramsciana ao reduzi-la a uma espécie de coroamento *superestrutural* de um modelo pensado como possível de ser aplicado a certas realidades latino-americanas”. A propósito deste problema remeto o leitor mais uma vez ao texto de Werneck Vianna, L., “O Ator e os *Fatos...*” in *op. cit.*, 1995.

⁴⁶ Cf. Ansaldi, Waldo, “Conviene o no conviene....” *op. cit.*, 1992, p. 55.

elites modernizadoras” que tiveram que enfrentar o mundo explosivo, porém débil, das classes populares⁴⁷.

Em síntese, a partir da reflexão que orientou todo este capítulo pode-se concluir que a hipótese da revolução passiva como critério de interpretação da realidade latino-americana supõe a absoluta necessidade de se empreender uma investigação exaustiva e problematizadora da realidade nacional específica a ser examinada. É isso que pretendemos fazer nos próximos capítulos a propósito da realidade chilena, elegendo alguns dos momentos mais importantes e emblemáticos da modernização vivida por aquele país durante este século.

⁴⁷ Cf. Aricó, J., *La Cola del Diablo....op. cit.*, 1988, pp. 106-107.

O MOVIMENTO MODERNIZADOR E SEUS PROTAGONISTAS

No transcurso das décadas de 1920 e 1930, o Chile veio a conhecer, em meio a uma profunda fratura no interior dos seus grupos dirigentes, a formação dos principais atores político-sociais que a partir daquele momento animariam a vida política do país. Este processo fincaria as bases para o estabelecimento dos princípios básicos de uma nova ordem estatal, que emprestaria vigor a uma dinâmica modernizadora que se desencadearia simultaneamente ao processo de ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica, vigente desde meados do século XIX. Importa-nos neste capítulo a descrição e análise destas mudanças, procurando captar os aspectos principais das transformações modernizadoras que naquele momento passaram a estar em pauta e a serem implementadas, bem como a natureza dos seus principais protagonistas.

Periodizando, pode-se dizer que o processo foi aberto com a eleição presidencial de 1920, polarizada entre Arturo Alessandri, pela *Alianza Liberal*, e Luis Barros Borgoño, pela *Unión Nacional*, e se encerrou com outra eleição para a Presidência da República, em 1938, da mesma maneira polarizada, entre Pedro Aguirre Cerda, pela *Frente Popular*, e Gustavo Ross, pela *Convención Nacional*¹.

¹ Em 1920, Luis Emilio Recabaren concorreu pelo Partido Operário Socialista, obtendo 0,4% dos votos. Em 1938, o ex-presidente Carlos Ibáñez del Campo apresentou-se como candidato da *Alianza Popular Libertadora* (Unión Socialista e Partido Nacional-Socialista), mas retirou sua candidatura pouco antes da eleição.

Outras dimensões da realidade histórica podem também ser aqui invocadas como elementos de validação desta periodização. Ao abrir-se a década de 1920, emergiram de maneira extremamente rápida, os seres sociais e o cenário de vertigo e turbulência que marcariam a história do país a partir daquele momento: quase que simultaneamente a realidade chilena conheceria a aparição explosiva da máquina e do operariado, da metrópole e da classe média ilustrada. De um ponto de vista mais estrutural, pode-se dizer que no âmbito da economia, o período precedente, caracterizado, grosso modo, pelo predomínio da exploração do salitre pelas empresas inglesas viria a ser substituído pela agressiva introdução da presença norte-americana, mais voltada para a exploração do cobre e de outras atividades de infraestrutura. De acordo com a literatura especializada, a atenção se volta para um elemento de inovação mais nítido. No plano econômico, desde o final da Primeira Guerra, é evidente um deslocamento da economia rumo a sua fundamentação naquilo que ficou conhecido como "substituição de importações". Com a fermentação de um consenso no sentido de que os governos deveriam estimular cada vez mais esta dinâmica, o resultado acabou por se configurar, depois de 1939, na emergência do processo de industrialização dirigida e gerida pelo Estado com a criação da Corfo (*Corporación de Fomento*)². No plano sócio-político, para além da expressiva novidade que se manifestou na afirmação das representações políticas das classes médias, desde o início do século, bem como das classes trabalhadoras, que passaram a se configurar nacionalmente, o decisivo parece ter sido que na conjuntura de 1920 a 1932 opera-se a

² Cf. Muñoz, Oscar G., *Chile y su industrialización: pasado, crisis y opciones*, Santiago, Cieplan, 1988.

passagem da clivagem *clerical/anti-clerical*, como demarcatória da arena política, para o *conflicto de classes*, como seu elemento definidor³.

Em certo sentido, foi a sobreposição destas duas dimensões conflituais na esfera sócio-política, isto é, aquelas que demarcam este momento como uma "conjuntura de passagem"⁴ que fizeram da eleição presidencial de 1920 um ponto de inflexão, percebido como uma espécie de clivagem epocal pelos contemporâneos. "*Hannibal Ad Portas*" foi a manchete de um jornal conservador quando da proclamação de Arturo Alessandri como candidato à presidência da República, numa referência metafórica à invasão cartaginesa sobre Roma. A linguagem que Alessandri esgrimia contra a tradição política do país não era menos cortante e ruptural. Em suas próprias palavras, sua candidatura era postulada como uma declarada "ameaça aos espíritos reacionários"⁵.

O cenário da eleição de 1920 opunha, assim, um candidato anti-clerical, de estilo e linguagem populistas, aberto ao tema social e anti-oligárquico, a outro, o conservador Barros Borgoño, um típico representante da oligarquia e essencialmente clerical, que via na ativação de massas e nas novas ideologias que chegavam ao Chile uma permanente ameaça à ordem e à liberdade. Em 1920, sobrepuseram-se e polarizaram-se, como já indicamos acima, os elementos de fratura da sociedade chilena que se mesclavam naquela conjuntura, isto é, o conflito clerical e o conflito social.

³ Obviamente, o conflito social era parte da realidade chilena antes desta conjuntura e também o tipo de conflito anterior, ou seja, o que opunha as posições *clerical* e *anti-clerical* continuou, de certa forma, a dividir as representações políticas. O que se quer estabelecer aqui é uma distinção de ênfase e de tendência; cf. Scully, Timothy R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992, cap. III.

⁴ Cf. Scully, *op. cit.*, p.111.

⁵ Cf. Aylwin, Mariana et alli, *Chile en el siglo XX*, Santiago, Ed. Emisión Ltda., 1986, p. 107.

Pela agudez do conflito social, explosivo desde o início do século, pela crise econômico-financeira da década de 1910, que o havia agravado, levando à greve cerca de 50 mil trabalhadores⁶, pelo estilo inflamante e populista de Alessandri, as eleições de 1920 deixaram de ser, pela primeira vez, um pleito reservado a um pequeno círculo de notáveis. Por estas razões, adicionadas àquelas já observadas acima, que caracterizam sobretudo uma mudança de estilo e de pautas impulsionadas pela expectativa com a presença popular na campanha, cristalizou-se na história social e política chilena o chamado "mito del año 20", baseado fundamentalmente na idéia de que houve, neste ano, uma espécie de "rebelião do eleitorado".

Em 1920, Alessandri percorreu o Chile transformando seu discurso de otimismo quanto ao futuro do país num desafio de renovação das estruturas e comportamentos políticos. Apresentando-se claramente com uma postura pública anti-oligárquica, Alessandri expressava fundamentalmente uma idéia básica. No seu entendimento, era necessário que se enfrentasse a crise econômica e social através de uma substancial alteração das relações entre o Estado e a sociedade. Uma mudança desta natureza passava, de acordo com Alessandri, pela elaboração de uma nova Constituição para o país, alterando o seu sistema político, e pela adoção de uma nova legislação social. Ambos aspectos, norteadores da iniciativa política de Alessandri, seriam não apenas o sustentáculo de uma renovação dos "costumes políticos", mas

⁶ Analisando o conflito social no Chile, Norbert Lechner define este período como de *conflicto abierto de classes*; ver deste autor *La Democracia en Chile*, Buenos Aires, Signos, 1970. Para o tema do conflito social no Chile neste período e nos subsequentes ver também Bergquist, Charles, *Los trabajadores en la historia latinoamericana - Estudios Comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia*, Bogotá, Siglo XXI, 1988; e Pizarro, Crisostomo, *La Huelga Obrera en Chile - 1890-1970*, Santiago, SUR, 1986.

fundamentalmente a expressão de uma nova e moderna concepção de Estado. Com estas transformações, o Estado estaria em condições de se tornar o agente primordial de estímulo ao desenvolvimento econômico, de afirmação do progresso político e cultural do país, bem como a garantia legítima da liberdade individual e de uma maior justiça social. A imagem que a campanha de Alessandri criava era, de fato, a de uma ultrapassagem das formas parlamentaristas adotadas pelos grupos liberais e conservadoras até então no comando do Estado. Seu programa enfatizava reformas atinentes à livre manifestação do eleitorado, propugnava, como dissemos, um plano de leis sociais voltado para as relações de trabalho e para a previdência social, preocupava-se com a dimensão macro-econômica defendendo a estabilização da moeda e, por fim, além das promessas no plano da educação básica, Alessandri tornou-se o primeiro grande protagonista da política chilena a defender abertamente a presença do Estado como empreendedor no plano da infraestrutura e promotor do desenvolvimento industrial.

Desta forma, Arturo Alessandri foi, a partir de 1920, a expressão política e mesmo uma espécie de conseqüência prática dos debates existentes, durante as duas primeiras décadas deste século, no seio de uma parcela das classes dirigentes visando a definição de um projeto de modernização do Estado, da economia e da sociedade em seu conjunto⁷. Neste sentido, é importante ressaltar aqui que, em definitivo, é possível defender a existência, ainda que em gestação, no seio das classes dirigentes de projetos de modernização desde o início do século, que iriam viver, como se verá mais adiante, uma série de

⁷ Stabili, M. R., "Regimen Oligárquico y Tensiones Modernizadoras, Chile 1900-1930", inédito, mimeo, 1985.

experimentações a partir de 1920, condicionando as iniciativas posteriores, em especial depois de 1938.

Retornando à conjuntura de 1920, a maneira pela qual se definiu a eleição não deixou de revelar o cenário rigidamente oligárquico daquela disputa: Alessandri tornou-se presidente da República através de uma indicação, logo após sua derrota eleitoral. Na "votação popular" - um eufemismo para o voto de menos de 10% da população, com 57% de abstenção dentre os inscritos - Alessandri perdeu por uma diferença de 1.017 votos. Muito ao contrário do que se imaginava, Alessandri venceu nas províncias mais distantes, perdendo nas regiões mais urbanizadas do centro do país. Obteve 82.083 votos (49,4%) contra 83.100 de Barros Borgoño (50,0%)⁸. Depois de muita negociação, um "Tribunal de Honra" lhe deu a vitória por apenas um voto (177 contra 176 para Barros Borgoño)⁹.

A despeito de toda a efervescência da campanha, adensada pela participação de novas organizações sociais, como a Federação de Estudantes do Chile (FECH), ou mesmo o apoio de certas fatias do movimento operário vinculadas a grupos socialistas a sua candidatura, Alessandri teve que atuar, depois da posse, no interior de um

⁸ Dados extraídos de Drake, Paul, *Socialismo y Populismo - Chile 1936-1973*, Valparaíso, Universidade Católica de Valparaíso, 1992, p.35. Ver também Scully, T. R., *op. cit.*, p. 113. e Mariana Aylwin et. alli, *op. cit.*, p. 113.

⁹ O sistema eleitoral chileno apresentava toda sorte de deformações quanto à representação real da sociedade, inclusive pelos seus mecanismos de exclusão (mulheres, analfabetos). O voto era voluntário, o que estimulava o recrutamento coercitivo do eleitorado rural. A taxa de participação eleitoral (inscritos/população), de 1876 a 1915, esteve entre 4.6 e 6.9%, e de 1918 a 1953, passou a ser entre 7.2 e 11.6%. Em 1921 o percentual de inscritos pela população adulta era de 20%, permanecendo até 1937. Até 1952 não se pode falar de uma universalização do sufrágio no Chile. Os dados indicam que entre 1920 e 1938 o percentual de inscritos pela população saltou de 9,9 para 10,3%, e de 1938 a 1952, de 10,3 para 17,6%; cf. Moulian, Tomás, "Evolución histórica de los sistemas de partidos en Chile" in Aldunate, A., Flisfisch, A y Moulian, T., *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*, FLACSO, Santiago, Chile, 1985, págs.38 e 40.

cenário demasiadamente rígido que acabou por minar a implementação do seu programa de reformas.

Em 1921, dois fatos foram decisivos para os destinos de seu governo. Nas eleições parlamentares que se seguiram após a posse de Alessandri, os opositores ao seu programa reformista, isto é, os partidos tradicionais que sustentavam a elite política de direita, conseguiram manter a sua maioria no Senado, embora o novo Presidente tivesse conseguido obter a maioria na Câmara dos Deputados¹⁰. Numa situação de minoria no parlamento, o governo de Alessandri passa a ser atacado pela oposição anti-reformista, que impõe por dezoito vezes mudanças no ministério, além de impingir ao governo uma paralisia decisória através do bloqueio aos principais projetos legislativos do executivo, especialmente aqueles voltados para a área social, que haviam sido apresentados seis meses após a posse¹¹. Mais tarde, isto é, em 1924, mesmo vencendo as eleições parlamentares também para o Senado, a situação de obstaculização das ações do governo não seria alterada. Por outro lado, na área econômica e social, a explosão uma nova crise no setor salitreiro, acabou por ocasionar uma drástica redução da receita fiscal do Estado, atingindo diretamente a atividade industrial e provocando uma onda de desemprego. A situação de crise financeira, que já era palpável na conjuntura da posse, tendeu a um agravamento bastante acentuado, a despeito das iniciativas do governo, como a criação do Banco Central, a regulação do crédito e a promulgação da lei do imposto de renda. Numa situação de crise econômico-social, sem avançar

¹⁰ Cf. Fernando Silva V., "Expansion y Crisis Nacional: 1861-1924" in Villalobos, Sérgio, *História de Chile*, tomo IV, Santiago, Ed. Universitária, 7ª edição, 1987, p. 740.

¹¹ Cf. Echenique Celis, Antonia, *El Proceso de Desarrollo y Culminacion de la Crisis del Estado Oligárquico en Chile (1891-1932)*, México, Flacso, Tesis de Maestria, 1981, p.41; também Scully, T. R., *op. cit.* p. 115.

um passo na legislação de proteção social, a reativação da movimentação operária e a repressão governamental a ela¹² redundaram na ruptura do frágil apoio que Alessandri havia recebido de algumas parcelas deste setor social.

Com o governo integralmente submetido a um implacável bloqueio, Alessandri não conseguiu aprovar, rigorosamente, nenhuma das suas propostas de reforma apresentadas ao legislativo (reformas eleitoral, monetária e social). Cristalizou-se, desta forma, uma conjuntura de confrontação entre executivo e legislativo, na qual o primeiro atacava o segundo em virtude do bloqueio aos seus projetos de reforma e, por conseguinte, à sua implementação, e este respondia ao ataque com acusações de incompetência e corrupção, além de imputar a Alessandri tendências ditatoriais. O cenário político avançava rapidamente para uma situação de deterioração à espera de uma resolução.

Numa circunstância bastante similar ao conjunto da América Latina, o Chile também veio a conhecer, a partir de 1924, a irrupção dos militares na cena política, fora de um contexto de guerra externa ou civil. Pelo desenrolar dos fatos, se a intervenção militar não se configurou imediatamente num golpe de Estado, demonstrou energicamente que emergia naquela conjuntura um novo protagonista do processo de modernização: no dia 02 de setembro de 1924, 60 jovens oficiais do Exército ocuparam as galerias do Senado exigindo a aprovação imediata de algumas medidas atinentes à remuneração dos militares e à legislação trabalhista.

¹² Trata-se aqui do famoso massacre de San Gregório, em fevereiro de 1921, que teve o saldo de um tenente, três soldados e 36 operários mortos, além de dezenas de feridos; cf. Alwin, Mariana, *op. cit.*, p. 115

Três dias depois, formou-se uma espécie de comitê militar para negociar com o governo e pressionar a aprovação imediata pelo Congresso de inúmeras leis que encontravam-se bloqueadas no parlamento¹³. No fundamental, a pauta exigida pelos militares reportava-se ao programa reformador de Alessandri. Com a exceção de uma lei específica que versava sobre o imposto de renda, foram aprovados no espaço de poucos dias os pontos essenciais de uma agenda legislativa que havia se arrastado por três anos: permissão para a criação de cooperativas e de associações profissionais, reconhecimento do sindicato de trabalhadores, jornada de oito horas, salário mínimo, contrato coletivo, Tribunal do Trabalho, Caixa de Seguro Obrigatório, indenização por acidente e reconhecimento do direito de greve¹⁴. Os oficiais Marmaduke Grove e Carlos Ibáñez del Campo destacaram-se, desde os momentos iniciais do movimento militar, como seus líderes.

¹³ A proposta dos militares rebelados baseava-se num conjunto de 13 pontos: 1) Reforma da Constituição; 2) Veto à lei de remuneração parlamentar; 3) Aprovação imediata do orçamento; 4) Afastamento de ministros impopulares; 5) Aprovação imediata das leis sociais; 6) modificação do imposto de renda; 7) estabilização monetária; 8) Aprovação de lei reguladora da contratação de trabalho; 9) Aprovação de lei de recompensa aos sobreviventes da Guerra do Pacífico; 10) Reforma da Lei Orgânica do Exército; 11) remuneração especial ao professorado e demais empregados públicos; 12) Aumento de salários aos efetivos militares e policiais; 13) afastamento integral dos militares da vida política; citado por Echenique Celis, Antonia, *El Proceso de Desarrollo...*, 1981, p. 49.

¹⁴ Cf. Aylwin, M. et. alli. *op. cit.* e Stabili, M. R., *op. cit.*, 1993. A aprovação de um conjunto de leis sociais, em 1924, representou efetivamente uma mudança de atitude das elites políticas. A partir deste momento, foi possível ultrapassar a resistência dos segmentos mais reacionários das classes dominantes quanto à necessidade da adoção de uma legislação social moderna e integradora. Neste sentido, é importante reter o dado de que entre 1920 e 1930 os recursos do Estado com "gasto social" cresceu mais de cinco vezes, especialmente na área da educação, sendo que o número de empregados públicos envolvidos na área social aumentou, no mesmo período, em igual proporção. Ver em detalhes estes e outros dados em Pablo Arellano, José, *Políticas Sociales y Desarrollo- Chile 1924-1984*, Santiago, Cieplan, 1985, cap.I.

Apesar da aparência de integral continuidade entre o reformismo alessandrista e o movimento militar, a incisividade com que atuavam os jovens oficiais do Exército e a adesão da Marinha, abertamente anti-alessandrista, definiu ao movimento e aos seus principais atores uma autonomia e um protagonismo não desejado pelo projeto modernizador desenhado por Alessandri. Quando os militares, em 08 de setembro, conseguiram a aprovação de parte substancial de seus projetos pelo Congresso, Alessandri renunciou e se exilou na embaixada norte-americana, a 11 de setembro de 1924. Neste episódio, contudo, Alessandri teve que nomear uma Junta Militar para substituí-lo, na medida em que sua renúncia somente foi aceita pelo Senado como um afastamento de seis meses. Por sua vez, a Junta Militar designada pelo presidente nomeou uma Junta de Governo, composta pelos generais Luis Altamirano e Juan Pablo Bennett, do exército, e pelo almirante Neff, da marinha, que, ato contínuo, fechou o Congresso de maioria aliancista. O propósito da Junta de Governo era o de convocar uma Assembléia Constituinte, declarando que após o país ter uma nova Carta os militares retornariam aos quartéis pois "estaria terminada sua missão"¹⁵. Desta forma, naqueles turbulentos dias de setembro de 1924, pela primeira vez, após um século de vida independente, os militares passaram a assumir integralmente o governo do país. E, ao contrário do discurso dos militares, o período que se abriu seria longo, extremamente controvertido e instável. Nos oito anos seguintes ocorreram cinco golpes militares e nenhum presidente completou o seu mandato.

O impulso decisório dado pelos militares às reformas modernizadoras, atestando o seu caráter jacobino em confrontação com a "letargia" parlamentar da oligarquia, e a abertura do tema da nova Carta

¹⁵ Cf. Mariana Alwin et. alli, *op. cit.*, também Scully, T. R., *idem*.

constitucional permaneceram como centrais na conjuntura política. Na medida em que as reformas sociais aprovadas até aquele momento evidenciavam antes uma atitude de *controle* e não de *incorporação democrática* das classes subalternas, as elites tradicionais operaram uma reviravolta na sua atitude frente ao ambiente reformador, passando a apoiar a Junta de Governo que, de diversas formas, havia demonstrado que objetivava contrapor-se ao clima de mudanças aberto com a vitória de Alessandri em 1920.

Depois de alguns meses, as discrepâncias entre a Junta de Governo, inclinada a negociar com os políticos que haviam sido deslocados pela vitória de Alessandri, e a "Junta Militar Revolucionária" - que representava o espírito de rebelião do movimento de 02 de setembro de 1924 -, chegaram a um ponto de saturação. A Junta de Governo operava no sentido de acomodar a situação política e manobrava contra a idéia de uma Constituinte, que ela mesma havia assumido devido à pressão dos jovens oficiais. Por outro lado, a "Junta Revolucionária" expressava-se como um ator antagônico a esta operação uma vez que sempre havia declarado que a intervenção militar somente tinha sentido caso pudesse exterminar com a "corrupção da vida política", manifestada especialmente na *politiqueria* da "República Parlamentar". Portanto, qualquer regresso a um cenário anterior ao anti-oligarquismo assumido por Alessandri seria contestado pela juventude militar em sublevação. A renúncia dos militares que estavam à cabeça do governo era uma questão de tempo. Nesta confusa conjuntura, emerge também um movimento cívico-militar, de caráter "restaurador", formado pelos partidos Radical e Democrata, somados a alguns setores liberais, que passam a propugnar o retorno de Alessandri ao poder. Este movimento, embora manifestasse simpatias às inclinações sociais dos militares rebeldes, entendia que a

presença militar acabava se tornando uma intromissão indevida e, mais ainda, “contrária à própria essência do regime republicano”¹⁶.

Uma segunda quebra da “normalidade” política depois da eleição de 1920, expressou-se no golpe militar de 23 de janeiro de 1925. Nada mais que uma direta continuidade do movimento de setembro de 1924. As diferenças entre os jovens do exército e a marinha - pelo já mencionado anti-alessandrismo desta - estiveram a ponto de gerar uma guerra civil. No entanto, foi possível uma acomodação política, constituindo-se uma Junta interina de Governo composta pelo General P. Pablo Darnell, pelo Almirante Carlos Ward e por Emilio Bello Codesido representando os civis. O gabinete ministerial formado por esta Junta foi presidido por Armando Jaramillo, um político alessandrista, e teve como seu Ministro da Guerra o então coronel Carlos Ibáñez del Campo, que iniciaria aí sua meteórica carreira política e de governante.

A chamada “Junta de Janeiro” foi breve, colocou em prática os decretos-lei aprovados no Parlamento em 1924 e preparou o terreno para o regresso de Alessandri. Em março de 1925, Alessandri reassume a presidência. Sob a proteção militar e realizando uma das demandas substanciais do “movimento de setembro”, Alessandri promulgou uma nova Constituição, em 18 de setembro de 1925, restabelecendo as prerrogativas presidencialistas que haviam sido diminuídas pela adoção do parlamentarismo, desde 1891. Manifestando mais uma vez um estilo inclinado a legitimar-se nas massas populares, Alessandri submeteu a nova Constituição a plebiscito popular, embora sua elaboração tenha sido obra de uma comissão de 200 pessoas indicadas pelo presidente. A Carta de 1925, no fundamental, acabou por adotar o modelo de um executivo forte, retirando do legislativo a faculdade de

¹⁶ Cf. Echenique Celis, Antonia, *El Proceso de Desarrollo...*, 1981, pp 50-51.

destituição de gabinetes mediante o voto de censura (garantindo isso em alguns casos, contra ministros específicos); instituiu a eleição direta do presidente, aumentou o mandato para seis anos e garantiu-lhe o controle total das finanças do país; incompatibilizou representação parlamentar e exercício de postos de gabinete; separou a Igreja do Estado e garantiu a liberdade de culto; reestruturou o sistema eleitoral, que passou a ser proporcional e em datas alternadas com a eleição presidencial¹⁷. Dentre outras medidas que Alessandri tomou neste seu regresso ao poder, deve-se destacar a criação do Banco Central, um dos aspectos fundamentais do seu programa, que tinha como propósito sanear e controlar as finanças do Estado e do país.

No entanto, as tensões entre Alessandri e os militares que sustentaram seu retorno estavam longe de serem equacionadas, mesmo depois da promulgação da nova Constituição. A tentativa de Alessandri em afastar o principal protagonista e "herdeiro" do movimento militar de 1924, Carlos Ibáñez, da cena política, resultou numa situação de aberta confrontação: Ibáñez não aceitou sua destituição do ministério, forçando Alessandri a uma nova renúncia, desta vez, definitiva, três meses antes do que deveria ser o término do seu mandato, em outubro de 1925.

Dez dias depois, em 25 de outubro de 1925, realizaram-se novas eleições presidenciais. Este pleito foi inteiramente manipulado por Ibáñez. Apregoando a defesa da representação democrática, Ibáñez estimulou a competição entre dois candidatos bastante inexpressivos na conjuntura: de um lado, um aristocrata apolítico, Emiliano Figueroa Larraín; de outro, um médico do Exército com

¹⁷ Para uma melhor apreensão do sistemática e dos significados presentes da Constituição de 1925 ver Gil, Frederico, *El Sistema Político de Chile*, Santiago, Editorial Andrés Bello, 1969, especialmente Parte III.

inclinações socializantes, José Santos Salas Morales. Figueroa acabou por aglutinar os setores sociais das elites e Salas os diversos segmentos politizados das classes médias e dos trabalhadores. Pela primeira vez os comunistas realizaram uma política eleitoral de alianças com outros segmentos sociais¹⁸. Figueroa venceu as eleições com 71,3% dos votos contra 28,4% de Salas e tomou posse um mês depois. Sem outras alternativas, viu-se forçado a renomear Ibáñez como Ministro da Guerra. Os hábitos “parlamentaristas” arraigados entre os políticos chilenos de manifestarem-se propondo vetos aos gabinetes ministeriais criavam uma sensação permanente de choque iminente entre governo e oposição. Ibáñez soube explorar muito bem este clima enquanto esteve como ministro da Guerra, deslegitimando seus colegas de gabinete e, conseqüentemente, o próprio presidente Figueroa.

A situação conflitiva com o parlamento evoluiu até o momento em que Figueroa não teve outra saída senão nomear Ibáñez como seu chefe de gabinete e ministro do Interior. Nesta circunstância, Ibáñez passou a controlar diretamente o ministério, configurando-se como o “homem forte” do novo governo, demitindo e nomeando ministros, perseguindo opositores, etc. Depois de marchas e contra-marchas, o movimento militar de setembro de 1924 conseguia fincar suas raízes no topo da República, tendo na cabeça do gabinete da Presidência um de seus mais destacados membros. Este novo arranjo ministerial, conhecido como “Gabinete de Fevereiro”, fazia questão de declarar a atmosfera que o guiava: era um gabinete marcado pela “modernização, apoliticismo e juventude”; de “renovação, vigoroso e ...resolutamente determinado a enfrentar a solução dos problemas nacionais com a inalterável marca do

¹⁸ Drake, Paul, *Socialismo y Populismo - Chile 1936-1973*, Valparaíso, Universidade Católica de Valparaíso, 1992, p.40.

interesse público, prescindindo de toda consideração de ordem partidária ou pessoal”¹⁹.

Figuroa renunciou, em 04 de maio de 1927, depois de Ibáñez e Javier Angel Figuroa, irmão do presidente da República e presidente da Corte Suprema, terem entrado em conflito aberto em virtude do exercício das prerrogativas do poder judiciário. Ibáñez não hesitou em destituí-lo do cargo. Duas semanas mais tarde, novas eleições presidenciais foram convocadas. Ibáñez concorreu sem que houvesse possibilidade real de disputa e obteve 98% dos votos, tendo apenas como opositor Elias Laferte do Partido Comunista.

Assim, em 1927, afirmava-se uma tendência explícita do cenário político aberto em 1924. Em primeiro lugar, um militar originário do movimento militar de 1924, que havia sido responsável pela imposição de uma nova situação política ao país, conseguiu atrair em seu apoio quase a totalidade dos segmentos das classes dirigentes, a ponto de praticamente tornar-se uma candidatura única. Em segundo lugar, com a ascensão de Ibáñez ao poder, afirma-se, com força e desenvoltura, a idéia de modernização radical das estruturas do Estado, que havia sido desenhado com Alessandri, em 1920, sem que este tivesse demonstrado condições de realizar os arranjos políticos necessários à sua implementação. O apoio recebido por Ibáñez evidenciava que a idéia de que o Estado deveria assumir um novo papel econômico e social evoluía como uma espécie de consenso generalizado e possibilitava a ossatura necessária ao novo governo.

¹⁹ *La Nación*, 10 e 11 de fevereiro de 1927, citado por Bernedo, Patricio, “Prosperidad económica bajo Carlos Ibáñez del Campo, 1927-1929” in *História*, Pontificia Universidad Católica de Santiago, vol. 24, 1989,5-105.

Ibáñez, ao contrário de Alessandri, desprezando todo o tipo de entendimento político pela via dos partidos, subordinou inteiramente o Congresso, afirmando-se como protagonista de um governo “moderno e eficiente”. As duas bandeiras principais de Ibáñez, isto é, a de um “Estado Moderno” e de um “Novo Chile” concentravam-se fundamentalmente na idéia de que o problema do país era de natureza econômica e sua solução encontrava-se na adoção de um novo papel para o Estado: sinteticamente, “um Estado que se preocupasse com a economia, que a regulasse, que cooperasse com ela, que interviesse nela”²⁰.

Para além da repressão aos partidos de esquerda e ao movimento sindical, Ibáñez tinha claro que o estímulo à legislação social era um mecanismo fundamental para equacionar os conflitos sociais no interior de um esquema de legalidade controlada. Desta forma, a partir de Ibáñez, os conflitos entre capital e trabalho passaram a ser tratados como problemas de natureza econômica, procurando-se implementar a legislação social. Com Ibáñez não se admitiriam mais orientações desestabilizadoras no interior dos sindicatos e, como se dizia à época, “as tentativas de alteração da ordem pública, da ‘disciplina’ ou da ‘harmonia social’”. Todas as “elucubrações fantásticas sobre mundos melhores” que explodem na cabeça dos “miseráveis” deveriam ser substituídas por uma ação clara do Estado no sentido de conseguir “por todos os meios legais, equilibrar a balança de interesses para que se produza a harmonia social, base do progresso e da paz”²¹. Desta maneira, a despeito de toda a repressão desencadeada por Ibáñez sobre o movimento operário e

²⁰ Cf. Bernedo, Patricio, “Prosperidad económica bajo Carlos Ibáñez del Campo, 1927-1929” in *História*, Pontificia Universidad Católica de Santiago, vol. 24, 1989, p.14.

²¹ Citado em Rojas Flores, Jorge, *El Sindicalismo y el Estado en Chile (1924-1936)*, Santiago, Ed. do autor, 1986, p.17.

popular, o estímulo à adoção e implementação de uma nova legislação social transformou-se num fator determinante da sua legitimidade, fazendo com que também parcela significativa dos trabalhadores passasse a compor a base de sustentação do seu governo²².

Com Ibáñez, portanto, o Estado passa, definitivamente, a ser visto como uma agência promotora e garantidora da justiça social e este fato não se relaciona de nenhuma maneira com a forma liberal com a qual era pensado o Estado chileno antes de 1920. O desenvolvimento econômico do país dependia e seria estimulado, nesta visão, por uma maior integração dos trabalhadores na ordem social, fazendo com que este segmento pudesse se incorporar “a todos os benefícios do progresso”, levando-se em conta, no entanto, o grau e o tipo de inserção neste sistema, dependente do “espírito de ordem”, de “responsabilidade” e de “iniciativa para o trabalho”²³.

Desde o início do governo, Ibáñez definiu um terreno de mudanças de caráter econômico e administrativo que ficou conhecido como “plano de estabilização”. Com o apoio de uma missão econômica norte-americana comandada por Edwin W. Kemmerer decidiu-se pela criação do Banco Central do Chile e pela adoção do padrão ouro como câmbio. Estas deliberações responderam aos interesses das companhias norte-americanas de exploração do cobre e aos exportadores de salitre, bem como aos interesses do Estado no sentido de obter uma elevação dos valores fiscais advindos do setor exportador. O plano de estabilização contava também com medidas atinentes ao equilíbrio orçamentário do Estado, o que implicava conter os gastos públicos. Ibáñez empreendeu,

²² Sobre a relação do governo de Ibáñez com os trabalhadores e o movimento sindical ver Rojas Flores, Jorge, *La Dictadura de Ibáñez y los Sindicatos*, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993.

²³ Citado por Rojas F., Jorge, *El Sindicalismo... op. cit.*, p. 15.

com estes propósitos, uma reestruturação da administração pública, acompanhada da dispensa massiva de funcionários estatais. Neste sentido, a obra de Ibáñez assumiu um caráter fundamental no desenlace da modernização, via Estado. Pela primeira vez havia se estabelecido no país a idéia do planejamento estatal como critério de afirmação da intervenção governamental. Com a reorganização integral da administração pública, da qual a iniciativa mais importante foi a criação, em 1927, da *Contraloria de la República*, órgão diretamente ligado ao presidente, encarregado de fiscalizar a administração e o Tesouro, o Estado chileno estruturou as suas bases para uma ação que, mais tarde, viria a ser mais fecunda.

“Estado Moderno” significava, contudo, mais do que a adequação da maquina administrativa e a adoção de uma nova legislação trabalhista. Compreendia uma nova visão ou nova mentalidade que o Estado estava encarregado de inculcar nas pessoas. Em outras palavras, o Estado que pretendia proteger os trabalhadores e se tornar mais eficiente no aspecto administrativo não se configurava num objetivo em si mesmo, mas respondia ao objetivo de desenvolvimento econômico do país. Se Ibáñez era um conservador e rígido em relação a alguns aspectos da vida social, exigindo dos cidadãos uma nova mentalidade, fundada na “honradez e austeridade nos costumes”, de outro lado, afirmava-se como um dirigente de *avanzada* e crítico severo da orientação liberal que havia pautado a conduta das classes dirigentes. Um “Estado Moderno” deveria ser aquele que assumisse um novo comportamento econômico, de base científica; em relação ao social fosse estimulador da organização coletiva, que superasse o isolamento do individualismo; fosse orgânico e funcional, estimulando a “harmonia interna” e promovendo uma orientação

"dinâmica, renovadora e flexível" da vida econômica²⁴. Compreendendo que o Estado deveria estimular o empresário a encontrar seus caminhos para alcançar o patamar máximo de produção, em especial na atividade industrial, Ibáñez criou, em 1927, o Departamento da Indústria, destinado a elaborar e colocar em prática um plano de desenvolvimento e proteção ativa de todas as indústrias do país.

Ibáñez buscou também uma outra forma de legitimação para o seu poder através da proposição de um novo arranjo institucional. Em 1930, implantou uma reforma eleitoral instituindo o que se chamou de *Congresso Termal*: uma forma de representação na qual junto com a indicação dos partidos políticos também participavam representantes das "grandes agrupações sociais", como a Confederação Republicana de Ação Cívica, criada pelo próprio Ibáñez, que abrigava representantes de operários e de funcionários médios²⁵. Esta proposição não significou, como algumas vezes já se supôs, a adoção integral por parte do regime de Ibáñez de um modelo corporativista, funcionalista ou fascista. O período foi, sem dúvida, recheado de discussões sobre estes temas, mas o que acabou sendo adotado - e ainda por pouco tempo - foi uma espécie de simbiose destas várias proposições. O *Congresso Termal* foi, na verdade, a expressão razoavelmente consensual de uma reforma do aparelho estatal cujo objetivo era incorporar novas instituições, sem acabar com os existentes. Eram parte destas novas instituições a nova

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ A proposta de um Congresso com este arranjo entre as forças políticas tradicionais e as bases sociais de apoio do governo de Ibáñez foi tardia - ela foi apresentada em virtude das eleições parlamentares que estavam programadas para 1930 - e ganhou a denominação de *Congresso Termal* em virtude do acordo ter sido selado nas Termas de Chillán, local onde descansava o presidente; cf. Silva, Fernando SILVA V., Fernando, "Un Contrapunto de Medio Siglo: Democracia Liberal y Estatismo Burocrático - 1924-1970" in Villalobos, Sérgio, *História de Chile*, tomo IV, Santiago, Ed. Universitária, 1987, p.825.

legislação social e os novos institutos de proteção às classes populares. Em relação à institucionalidade política, o enfoque era o mesmo: mantinha-se o regime de partidos, mas procurava-se incorporar ao Congresso a participação dos chamados *gremios*. Especificamente em relação à representação, propôs-se a modificação do sistema eleitoral de sufrágio universal, visando superar o "igualitarismo", visto como a "causa de todos os males", mas estimulou-se também a organização de *gremios* ou corporações, com o intuito de se construir uma representação baseada num novo corpo colegiado que excluiria os partidos políticos. Por fim, marcando o caráter pragmático e tecnicista do projeto, propunha-se também a participação técnica de algumas instituições desta natureza²⁶.

De toda forma, independentemente da conclusividade ou da implementação incompleta do seu projeto, Ibáñez foi, de um ponto de vista mais sistêmico, um continuador de Alessandri. Ibáñez reflete a tentativa de ordenar o país com base na idéia de alocar o Estado no centro das decisões através da adoção e implementação do planejamento institucional. Visando estimular a produtividade econômica do país e a dar uma estrutura de financiamento às novas atividades econômicas, inclusive algumas delas sob gestão do Estado, Ibáñez empreendeu uma reforma administrativa importante²⁷, além de instituir inúmeros organismos para-estatais. Dentre os principais organismos com este caráter podem ser destacados: a Superintendência do Salitre e do lodo, o Conselho para o

²⁶ Cf. Rojas F., J., *La Dictadura de Ibáñez y los Sindicatos*, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993, pp. 49 a 59.

²⁷ A partir de meados da década de 1920, uma reforma administrativa dos organismos estatais ganharia corpo, constituindo-se numa das dimensões do que se entendia à época como construção de um "Estado moderno". Iniciativas deste tipo tornaram-se permanentes e constantes a partir de então. Sobre isso ver Urzua V., Germán, *Diagnóstico de la Burocracia Chilena (1918-1969)*, Santiago, Editorial Jurídica de Chile, 1971, pp. 44-75, especialmente para o período que se ocupa este trabalho.

Desenvolvimento do Salitre, o Instituto de Crédito Industrial, o Instituto de Crédito Mineiro, o Conselho de Extração do Carvão, a Caixa de Colonização Agrícola, a Companhia Chilena de Salitre, a Companhia Eléctrico-siderúrgica e Industrial de Valdivia, a Junta de Exportação de Produtos Agrícolas e a Companhia Aérea Nacional²⁸.

A despeito das tarefas de tamanha envergadura acima expostas, a iniciativa mais ambiciosa e impactante adotada por Ibáñez foi a implementação de um extenso plano de obras públicas envolvendo a construção ou reparação de edifícios, estradas, pontes e portos, assim como de sistemas de armazenamento e abastecimento de água potável e de irrigação no campo. Iniciativas que, além de estimular os empreendimentos industriais, atuavam fortemente na área social, promovendo inúmeros empregos. De forma similar a outras dimensões da sua ação governativa, Ibáñez criou para este portentoso programa a Direção Geral de Obras Públicas que chegou a investir, entre 1928 e 1931, o montante programado para seis anos de gestão²⁹.

Sistêmico e orgânico, como dissemos acima, Ibáñez não poderia deixar de atuar também na esfera de ordem social como um fator de transformação. O governo aumentou o peso do Estado no setor educacional, introduzindo a obrigatoriedade de ensino até os 15 anos, regulamentou o sistema universitário através do Estatuto Orgânico do Ensino Universitário, de 1931, concedendo a autonomia universitária, e estimulou a criação de escolas e de carreiras técnicas voltadas para a especialização. Ampliando a intervenção do Estado nesta dimensão, o

²⁸ Sobre isso ver Stabili, M. R., *Il Cile - dalla República liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991, p. 54; Echenique Celis, Antonia, *El Proceso de Desarrollo...*, 1981, p. 62.

²⁹ Cf. Cáceres, Gonzalo, *Modernización Autoritaria y Renovación del Espacio Urbano: Santiago de Chile, 1927-1931* (Tesis de Licenciatura), Santiago, PUC de Chile, 1995, p. 37.

estímulo à educação técnica contou com a criação da Superintendência Nacional de Educação. Aliás, em relação à educação técnica, é importante ressaltar que com Ibáñez os "técnicos e especialistas" passavam a jogar, pela primeira vez, um papel de destaque na estrutura do Estado e da administração do país. Esta preferência indicava o reconhecimento da capacidade administrativa destes profissionais e, sobretudo, a opção em deslocar deste lugar na administração pública o advogado, que "representava o 'dogmatismo romântico de então'", e substituí-lo por homens práticos, "pelo técnico, que se preocupa com a 'realidade econômica'"³⁰. Ainda que inconclusa, a reforma educacional proposta por Ibáñez evidenciava a intenção de "moldar o novo espírito nacional" através de "valores como disciplina, produção, dever social e ordem"³¹. Por fim, é importante enfatizar que, em relação à esfera da segurança pública e da infra-estrutura, neste período também seria criado o Corpo de Carabineiros e a Aeronáutica (Aviação) ganharia sua autonomia frente ao Exército, indicando uma vez mais a inclinação pela especialização das atividades no aparelho de Estado.

Do ponto de vista econômico, os resultados obtidos pelo governo de Ibáñez até a eclosão da crise mundial de 1929 foram extremamente positivos: um saldo de 10 milhões de libras esterlinas na balança comercial, com as exportações batendo na casa dos 34 milhões. Mesmo assumindo uma postura protecionista no plano industrial, Ibáñez conseguiu atrair capitais norte-americanos para o país, o que lhe facilitou

³⁰ Cf. "Nuevos aspectos de la Ciencia Política" in *La Nación*, Santiago, 14 de abril de 1930, citado por Bemedo, Patricio, "Prosperidad económica bajo Carlos Ibáñez del Campo, 1927-1929" in *Historia*, Pontificia Universidad Católica de Santiago, vol. 24, 1989, p.21; também Santa María, Adolfo Ibáñez, "Los Ingenieros, El Estado Y La Política En Chile - Do Ministério de Fomento a la Corporación de Fomento: 1927-1939" in *Historia*, Santiago, n.18, 1983, p.55;

³¹ Cf. Rojas F., J., *La Dictadura de Ibáñez y los Sindicatos*, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993, p. 175.

também o acesso ao crédito externo para a realização dos inúmeros programas de seu governo. O cenário chileno de fins da década de 1920 era de prosperidade e não apenas os índices revelavam o ambiente modernizador em que se vivia. Os hábitos quotidianos se alteravam em virtude do crescimento e remodelação das cidades, em especial de Santiago, acompanhados pelo cenário vertiginoso de aumento do tráfico de automóveis, ônibus, bondes, etc. (chega-se à proposição da construção de um Metrô em Santiago, em 1929); as comunicações aéreas e telefônicas se expandiam e ligavam o país rápida e diariamente com o mundo, acompanhadas pela presença cada vez maior do rádio e do cinema. Um cronista da época chegou a afirmar que aquele era um momento em que “o superlativo era a medida estabelecida”. Explicando e exemplificando, em seguida:

“Iniciou-se o período da Superintendências e dos arranha-céus...Faltavam estradas e se construíam milhares de quilômetros ao mesmo tempo...Faltavam escolas e era necessário construí-las de um só golpe: às centenas. Faltavam quartéis, campos de aviação, portos, tanques de irrigação, canais, ferrovias, aquedutos, e era necessário fazer tudo vertiginosamente. Faltavam piscinas e se construíam num passe de mágica inúmeras, piscinas luxuosas com pisos e escadas de mármore de cores e corrimão de bronze... Não se podia falar em milhares, a unidade monetária era o milhão... Todo mundo falava de opulência. Os teatros e as calçadas eram lotados pelas pessoas, as ruas estavam abarrotadas de

carros. E a dança dos milhões seguia seu curso entre sorrisos, folia e castanholas...³².

Opulentos, prósperos, mas efêmeros, "os loucos anos vinte"³³ chilenos começaram tardiamente e duraram pouco. No início da década de 1930, os desdobramentos da crise econômica mundial afetaram profundamente a economia chilena. Conforme as estatísticas da Liga das Nações, a economia chilena foi a mais atingida em todo o mundo. A queda nas exportações de salitre foi de 91% e a de produtos agrícolas atingiu 86%; o declínio das importações foi da ordem de 75%³⁴. Todas as conseqüências imediatas e drásticas da crise só poderiam ser enfrentadas com medidas altamente restritivas. O resultado foi o esperado: a atividade econômica contraiu-se fortemente, o desemprego acelerou-se (50 mil trabalhadores apenas na zona do salitre) e, em conseqüência, explodiu o conflito social.

Uma avalanche de desempregados invadiu as cidades, especialmente a capital, e o governo passou a temer a perda de controle da situação. As medidas administrativas adotadas pelo governo, como aumento de impostos, revelaram-se tímidas frente à gravidade do impacto da crise mundial. As ações repressivas desencadeadas pelo Estado (como "limpar" a cidade, com a retirada dos mendigos) resultaram infrutíferas. A rápida alternância na chefia dos gabinetes do último período atestavam a magnitude da crise de governo. Tudo isso revitalizou a oposição política, que passou a pressionar pela saída do ditador. No início

³² Citado por Bernedo, Patricio, "Prosperidad económica bajo Carlos Ibáñez del Campo, 1927-1929" in *História*, Pontificia Universidad Católica de Santiago, vol. 24, 1989, p. 105.

³³ A expressão é de Patricio Bernedo, *idem, ibidem*.

³⁴ Ver sobre isso Gabriel Palma, J., "Chile 1914-1935: De Economía Exportadora a Sustitutiva de Importaciones" in *Estudios Cieplan*, n. 12, março de 1984, pp. 61-88; também Scully, T. R., *op. cit.*, p. 119-120.

foram os estudantes universitários, em seguida os operários de Antofagasta, depois os médicos e os profissionais, que saíram às ruas para protestar contra o regime, pedindo o retorno ao “civilismo”. Os confrontos entre manifestantes e forças policiais avolumavam-se, inclusive, com um número cada vez maior de mortos e feridos. Isolado e inteiramente sem alternativas, Ibáñez renunciou no dia 26 de julho de 1931 em favor do presidente do Senado e se exilou na Argentina.

Equacionado o problema político com a renúncia de Ibáñez, a “questão social”, contudo, apresentava-se a olho nu nas ruas das principais cidades. Era impossível não levá-la em consideração nesta hora de refundação da arena política com o fim da ditadura. Em todos os agrupamentos ideológicos expressava-se a ansiedade por afirmar um modelo e um projeto de ação capaz de superar a crise de um só golpe. Nesta conjuntura formaram-se inúmeras organizações socialistas ambicionando dirigir este processo. Algumas destas organizações se pautavam por posturas radicais e rupturais enquanto outras facções expressavam-se através do que, na época, se denominava de “socialismo evolutivo” ou “socialismo de Estado”³⁵. Esta exasperação da conjuntura levou a que os comunistas comandassem uma greve geral e empreendessem algumas ações armadas que redundaram em repressão e fracasso³⁶.

³⁵ Dentre elas podemos relacionar o Partido Socialista Marxista, a Nova Ação Pública (NAP), o Partido Radical Socialista, a Ordem Socialista e a Legião Social Nacionalista; cf. Silva, Fernando SILVA V., Fernando, “Un Contrapunto de Medio Siglo: Democracia Liberal y Estatismo Burocrático - 1924-1970” in Villalobos, Sérgio, *História de Chile*, tomo IV, Santiago, Ed. Universitária, 1987, p.829-830.

³⁶ Entre setembro e dezembro de 1931, os comunistas foram responsáveis pela sublevação da esquadra de operações na baía de Coquimbo e pelo assalto ao regimento Esmeralda, de Copiapó. Sobre a linha política e a ação prática dos comunistas chilenos neste período ver, Barnard, Andrew, “El Partido Comunista de Chile y la Políticas del Tercer Período (1931-1934)” in *Nueva Historia*, n. 08, Año 2, Londres, 1983, pp 211-250.

As forças políticas mostravam-se inteiramente desorientadas após a renúncia de Ibáñez. A comprovação deste fato expressava-se nas alianças e nos resultados das eleições presidenciais convocadas para o dia 04 de outubro de 1931. De um lado, o Radical Juan Esteban Monteiro, um jurista e professor universitário que além de seu partido contou com o apoio dos Conservadores, dos Liberais e da União Republicana; de outro, Arturo Alessandri, apoiado por uma série de grupos reformistas, unificados na *Convención de Izquierdas*. Havia dois outros candidatos, Manuel Hidalgo (trotskista) e Laferte (comunista), representando setores ideologicamente mais radicalizados. Alessandri ambicionava reproduzir a campanha eleitoral de 1920, acentuando mais uma postura populista. No entanto, o país havia passado por inúmeras transformações naqueles últimos 12 anos. Esteban Monteiro foi eleito com 182.177 votos contra 99.075 de Alessandri; Hidalgo e Laferte juntos alcançaram o patamar mínimo de 3.000 votos³⁷. Pela primeira vez os radicais conquistavam a presidência da República e se demonstravam esperançosos de realizarem um governo reformista e avançado do ponto de vista social. Na linguagem de época do Radicalismo isto significava assumir uma postura de natureza socialista, nos moldes do reformismo evolutivo, racionalista, com base na acentuação da presença estatal. O apoio dos grupos políticos tradicionais reservado ao candidato Radical era já um forte indicativo de que avançava-se rumo a uma mudança do padrão de dominação, garantindo-se a ordem, mas ultrapassando-se tanto a visão clássica do liberalismo de manter o Estado afastado da economia

³⁷ Dados extraídos de Correa, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos en su segunda administración" in Orrego, Claudio et al., *Siete Ensayos sobre Arturo Alessandri Palma*, Santiago, ICHEH, 1979, p.399; ver também Urzua, German, *História Política e Electoral de Chile (1931-1973)*, Santiago, Colección Documentos de Chile, 1986, p. 19.

e das questões sociais, quanto na clivagem clerical/anti-clerical que pautava o conflito político desde a consolidação do Estado nacional³⁸.

A tentativa de Monteiro de articular em torno de si apenas os segmentos tradicionais da política chilena deixou de lado e, por conseguinte, em sua franca oposição, além da esquerda que vinha se robustecendo cada vez mais em virtude de uma conjuntura receptiva a um discurso ruptural, os segmentos sociais e políticos que, já àquela altura, compunham o que se conhecia como "alessandrismo" e "ibañismo". Numa conjuntura marcada pela crispação, sem um direcionamento claro, o governo de Monteiro enfrentaria desafios extremamente contundentes.

Oito meses depois de iniciado o governo conduzido pelos Radicais, explodiu, em 04 de junho de 1932, uma rebelião na Força Aérea, conduzida por Marmaduque Grove e por Eugenio Matte Hurtado. Era a evidência de que em virtude da persistência da crise sócio-econômica e da incidência da ação dos grupos políticos de corte ruptural, os Radicais não haviam conseguido estruturar um novo pacto de poder. Monteiro foi forçado a entregar o poder e formou-se um novo governo, reproduzindo a forma das "Juntas revolucionárias" de 1924. Este episódio - assim chamado devido à sua escassa durabilidade de apenas 12 dias - ficou conhecido como a "República Socialista de 1932"³⁹.

Projetado e implementado de acordo com os moldes revolucionários, o movimento revolucionário de 1932 não fazia jus a esta acepção. É o que se percebe ao se verificar suas bases sociais (um

³⁸ Sobre o papel dos conservadores neste momento da vida política chilena ver Pereira Larrain, Teresa, *El Partido Conservador - ideas, figuras y actitudes (1930-1965)*, Santiago, Editorial Vivaria, 1994.

³⁹ Alguns autores consideram como "República Socialista de 1932" apenas o primeiro governo nascido da rebelião de 04 de junho, que durou apenas 12 dias; outros entendem que o seu término somente ocorrerá com a renúncia do general Dávila, em 13 de setembro, estendendo a duração do movimento por 100 dias.

movimento da jovem oficialidade derivada das camadas médias) e seus objetivos econômicos e políticos. O propósito da "República Socialista" de acordo com o "Manifesto ao País", de 05 de junho, assinado por seus comandantes era "organizar tecnicamente as forças produtoras sob o controle do Estado, estabelecer amplamente a justiça social e assegurar a todos os chilenos o direito à vida e ao trabalho"; no texto, a propriedade era concebida como legítima, desde que com função social, e deveria ser "exercida levando-se em conta os interesses da coletividade"; a forma de combater a realidade marcada pela "injustiça na distribuição da riqueza" era a instituição de um "sistema tributário penalizador das grandes fortunas". No manifesto advertia-se que, se por inúmeras razões este programa não fosse cumprido, mesmo assim, o governo adotaria as "medidas necessárias para dar ao povo alimento, roupas e moradia" e que se imporia às classes ricas "um imposto extraordinário e progressivo", especialmente "às fortunas superiores a um milhão de pesos"⁴⁰.

O movimento de 1932 apresentava-se como uma alternativa histórica ao anacronismo dos governos anteriores, que haviam se pautado, de acordo com os rebeldes, por um "enganoso formalismo legalista" que adicionado da sua postura liberal haviam "se distanciado de sua época e da realidade" faltando-lhes "energia suficiente para neutralizar a influência aplastante do imperialismo estrangeiro". Inúmeras foram as medidas de corte popular adotadas pelas juntas que sucederam ao 04 de junho, dentre elas a dissolução do *Congresso Termal*, na qual se assegurava que, muito brevemente, seriam realizadas novas eleições⁴¹.

⁴⁰ Citado em Correa, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos en su segunda administración" in Orrego, Claudio et al., *Siete Ensayos sobre Arturo Alessandri Palma*, Santiago, ICHEH, 1979, pp. 401-402.

⁴¹ Idem, *Ibidem*.

A situação de aberta instabilidade continuou predominando com golpes e contragolpes no interior das Juntas de Governo que se impunham sucessivamente. Grove e Matte, que haviam sido os principais líderes do movimento, acabaram sendo destituídos, presos e exilados na Ilha de Páscoa. Em 13 de junho de 1932, o comando passou para o general Rolando Merino que, três dias depois, também seria substituído. Desta vez por uma Junta Civil fortemente inclinada ao ibañismo. No entanto, esta espécie de "restauração" do ibañismo durou menos de um mês. No dia 08 de julho, o general Carlos Dávila, antigo partidário de Ibáñez mas com aspirações próprias, assumiu plenos poderes como presidente provisório, empreendendo uma generalizada e intensa repressão à esquerda. Depois de dois meses, sem apoio do "ibañismo" e das forças armadas, Dávila foi deposto pelo general Bartolomé Blanche. Este, pressionado pela Corte Suprema, entregou o poder, em 02 de outubro de 1932, para que se realizassem novas eleições presidenciais, no final do mês de outubro.

Fechava-se, assim, o ciclo aberto em 1924 com a intervenção das forças armadas. Contudo, nesta conjuntura de fim do ciclo militar e em virtude do temor de que estes não retornassem aos seus quartéis, os civis formaram vários tipos de grupos armados cuja finalidade era impedir o retorno dos militares ao poder. Estas "guardas civis", conhecidas como "Milícias Republicanas" mantiveram o clima de confrontação política e ideológica. Acabou por se gerar, na vida cotidiana, uma estranha sensação de generalização do "estado de guerra", precisamente no momento em que a normalização da vida política parecia querer retornar. Por algum tempo, estas milícias introduziram um

sentimento e um cenário que os contemporâneos definiram como “um tempo em que todos usavam fardas”⁴².

No entanto, Arturo Alessandri, naquela oportunidade Senador por Antofagasta, seria o nome mais cotado para voltar a ocupar *La Moneda* depois do fracasso da última investida militar. Para as eleições presidenciais e parlamentares de outubro de 1932, Alessandri voltou a se apresentar como candidato, desta vez apoiado pelos Radicais e por alguns grupos de esquerda. Apesar de sua linguagem acentuadamente populista, Alessandri enfatizou, desta vez, duas questões básicas que o governo do país deveria enfrentar: consolidar uma estabilidade institucional e iniciar a recuperação econômica, detendo a inflação e estimulando a produção, especialmente a produção agrícola. Este programa sintetizava com alguma precisão a situação e as necessidades do país, abatido com o impacto da crise internacional e o cenário de anomia interna.

A crise possibilitava um discurso de aparência bastante autônoma por parte de Alessandri. Numa concentração pública realizada uma semana antes das eleições, enfatizou que a reconstrução do país deveria contar com o apoio dos “afortunados” e dos “desgraçados”; os primeiros deveriam “resignar-se a ceder o máximo que permitam suas possibilidades”, enquanto que os últimos teriam que

⁴² Sobre as Milicias Republicanas ver Valdívía O. Z., Verónica, *Las Milicias Republicanas - Los civiles en armas, 1932-1936*, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos/ Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1992. Da mesma autora “Las Milicias Socialistas (1934-1941)” in *Mapocho*, Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, n. 33, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993, pp. 157-180. Ver também Maldonado Prieto, Carlos, *La Milicia Republicana - Historia de un ejército civil en Chile, 1932/1936*, Santiago, Servicio Universitario Mundial, 1988.

“resignar-se também ao máximo dos sacrifícios possíveis”⁴³. Pouco antes, em carta à direção do Partido Radical, agradeceu o apoio dos “partidos de vanguarda”, o que, segundo ele, correspondia precisamente às suas “idéias e doutrinas”⁴⁴, mas deixou claro na campanha que se sucedeu que se apresentava como um “candidato nacional” e brevemente seria “um governante do país e para o país”; que entendia que o Chile deveria ter um “governo forte”, submetido apenas à “ditadura das leis”; e que, por fim, a despeito de tudo e de todos, garantiria a “ordem e disciplina em todas as hierarquias sociais”⁴⁵.

Em relação aos partidos políticos, apesar de Alessandri se sentir mais próximo dos Radicais em virtude de sua tradicional postura de defesa da legalidade e da justiça social, o que Alessandri procurou fazer em 1932 foi atrair todos os partidos em seu apoio. Neste mesmo discurso, com exceção dos comunistas, Alessandri elogiou praticamente todos os partidos do espectro político, em especial o Partido Conservador por seu programa social. O que ele procurava enfatizar era que as suas idéias e programa de 1920, antes combatidos, eram, naquele momento, um “patrimônio da coletividade”⁴⁶.

Alessandri saiu vitorioso deste pleito, obtendo a maioria absoluta com a conquista de 54,7% do eleitorado contra 17,7% de Marmaduke Grove, do Partido Socialista, o segundo candidato mais votado⁴⁷. Empossado, Alessandri compôs o seu ministério com Liberais e Conservadores, contando também com a participação e o apoio do

⁴³ Cf. *El Mercurio*, 23 de outubro de 1932, citado in Correa, Sofia, “Arturo Alessandri y los partidos...” in *op.cit.*, p.406.

⁴⁴ Citado por Correa, Sofia, *idem*, p. 407.

⁴⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁶ *Idem*, p. 408.

⁴⁷ Os demais candidatos assim se postaram: Héctor Rodríguez 13,7%, H. Zañartu, 12,5%, e Lafertte 1,2%, cf. Urzua, G., *op. cit.*, p. 24.

Partido Democrático, na tentativa de alcançar e construir uma maioria parlamentar.

No curso deste segundo mandato, Alessandri passou a assumir o perfil político delineado no discurso de campanha. Visualizando a flagrante impossibilidade de que se pudesse reeditar a idéia de um “governo nacional”, predominante em 1920, formado de tendências políticas díspares, Alessandri, derivou para a idéia de um “governo forte” cuja concepção estivesse assentada na noção de maioria, a ser formada a partir de alinhamentos definidos. Diante da complexidade que havia assumido o cenário político, em virtude da emergência no interior da classe política de grupos diversificados, com um conteúdo programático similar mas com projetos ideológicos bastante distintos, era impossível reeditar o ideal de homogeneidade de uma elite política fundada num contexto estritamente oligárquico.

A idéia de um “governo forte” fez com que o segundo mandato de Alessandri, conquistado com o apoio eleitoral do centro e da esquerda, se caracterizasse, politicamente, como um governo da direita tradicional. Recém empossado, Alessandri requisitou do Congresso, por seis meses, para contrarrestar um possível retorno dos militares e, fundamentalmente, para fazer frente à “desordem social”, o uso das Faculdades Extraordinárias permitidas pela Constituição de 1925⁴⁸. Num atestado claríssimo da autonomia que assumia o tema da ordem pública e social no seu governo e como indicativo de que, se necessário, o próprio presidente manteria como ameaça a “ditadura civil”, Alessandri apoiou

⁴⁸ Alessandri requisitou a adoção de Faculdades Extraordinárias entre abril e outubro de 1933 e de dezembro de 1933 a junho de 1934 com o objetivo de reprimir a esquerda, prendendo e relegando dirigentes sindicais e censurando a imprensa de oposição ao seu governo; cf. Correa, Sofia, *op. cit.*, 1979, p. 436.

abertamente as "Milícias Republicanas" a se configurarem como organismos paramilitares em defesa de seu governo.

Desta forma, não foi propriamente um erro de avaliação da direita política, formada por Conservadores e Liberais, ver em Alessandri um fator de restauração da ordem. Sendo impossível a esta força política, naquele momento, controlar a ascensão dos setores médios e populares uma vez que não dispunham ou não abriram espaço para a elaboração de um programa econômico definido e de longo prazo, restou somente a postura como um ator defensivo, obcecado pela ameaça popular. As forças políticas da direita chilena, isto é, os partidos que representavam as elites tradicionais pautadas pelo liberalismo como ideologia e pelas práticas políticas características da oligarquia, ao contrário dos seus representantes econômico-corporativos não compreenderam o caráter social da crise política que emergiu a partir de 1924. Haveria necessidade de uma rápida mudança de orientação, uma vez que, no plano ideológico essa crise revelava o fracasso do liberalismo abstencionista. A direita política demonstrou não estar preparada para dirigir um processo de reformulação das relações entre o Estado e a economia. Por esta razão, esteve sempre na dependência de atores políticos estranhos, em certa medida, ao seu meio e ao seu estilo (Alessandri, em 1920; a corporação militar, em 1924; Ibáñez, em 1927). Em suma, a direita política demonstrava não estar em condições de se constituir numa força dirigente da modernização do país, que implicava, fundamentalmente, industrialização, crescente urbanização e, como mais importante, exigia e demandava uma "ampliação do sistema de negociações e transações entre grupos dominantes e subalternos"⁴⁹.

⁴⁹ Cf. Moulian, Tomás e Torres D., Isabel, *Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)*, Santiago, Flacso, s/d., p.

Desde o início de seu segundo governo, Alessandri compreendeu precisamente a situação de fragilidade dos partidos de direita enquanto força dirigente, mas raciocinava que devia se manter vinculado a estas forças políticas, inclusive para garantir a seu favor uma maioria parlamentar, conquistada pelos partidos Conservador e Liberal, em outubro de 1932. Alessandri foi, assim, o catalisador deste sentimento de ameaça vivido pelas elites tradicionais. A sua virtual contradição reside no fato de que Alessandri demonstrava consciência de que o país necessitava de uma *nova elite política*, que assumisse um papel diferenciado, qual seja, o de uma classe dirigente que governasse levando em consideração, em primeiro lugar, a diversidade que havia atingido a sociedade chilena, em virtude da emergência das representações políticas dos novos segmentos sociais nascidos da urbanização e industrialização.

Desta forma, se no período entre 1920 e 1932, de instabilidade e de recomposição da vida política chilena, as classes dominantes, através das suas representações políticas tradicionais, não conseguiram encontrar uma saída própria, em virtude das suas fraturas internas e da desconfiança que depositaram no projeto modernizador alessandrista, o mesmo destino, por razões diversas, tiveram os projetos alternativos que emergiram junto com a irrupção dos militares na cena política, independentemente das bases de apoio que angariaram no seio da sociedade. Neste período, o Chile viveu entre as ruínas da forma política de dominação oligárquica e um novo pacto de poder que, em

62. Em outra passagem, afirma-se taxativamente que, "a direita da década de trinta não tinha um projeto de 'desenvolvimento' e sim um projeto de 'ordem', estava obcecada por evitar a volta às situações de caos: a instabilidade política de 1924-1932, a desordem provocada pela crise econômica, os governos débeis ou complacentes frente aos grevistas ou aos 'instigadores da agitação'"(p.38). Foi assim que viram em Alessandri um restaurador da "paz civil" e um saneador econômico.

nenhum momento, se delineou integralmente. É certo que um novo cenário havia sido construído: o Estado chileno havia sido revolvido em suas bases e, como vimos, a corporação militar jogou um protagonismo forte neste processo⁵⁰. Mas também ficou demonstrado que os militares não se configuraram como o único protagonista e, sobretudo, não foram capazes de sustentar e operar os mecanismos de funcionamento deste novo Estado, que implicavam uma nova configuração política e social.

Neste sentido, a despeito das viragens circunstanciais de conjuntura que o Partido Radical se especializou em praticar, entendemos que as suas formulações, em especial no último governo de Alessandri, indicavam um protagonismo extremamente adequado aos ditames daquela circunstância, com prospecções que o qualificavam para ocupar o lugar e a função de classe dirigente. É precisamente isso que se expressa nas duas Convenções do partido que se realizaram em 1931 e 1933. Nelas, o discurso Radical é inteiramente contrário às mazelas do capitalismo em sua versão liberal e "individualista". Depois de intensos debates, a Convenção de 1933 reitera a de 1931, propugnando por um "socialismo evolutivo", mas assimila uma tese da corrente que havia sido derrotada, qual seja, a de que o partido aspirava a uma "sociedade sem classes privilegiadas". A ênfase no "socialismo" aproximava o partido da esquerda e a idéia de que "as classes não podem ser abolidas, mas sim os privilégios de uma classe", definiam o protagonismo dos Radicais como um reformismo de centro, qualificado a ocupar um lugar decisivo na política chilena: no fundo, os Radicais defendiam o regime capitalista, com intervenção do Estado para que se "evite a atual anarquia da produção, se

⁵⁰ Cf. Stabili, M. R., *op. cit.*. De acordo com esta autora "pesará como uma grande hipoteca na história subsequente do país o fato de que o Estado 'moderno e democrático' que se afirma no Chile dos anos 30 em diante, tantas vezes celebrado por boa parte da historiografia, ter sido conquistado e construído graças à ordem imposta pelas forças armadas", p. 57.

nacionalize ou se socialize suas fontes [de riqueza] e se substitua o presente regime de competição pelo de cooperação”⁵¹.

Uma vez definido o cenário político pela estabilidade através da afirmação do governo civil, a proposta de reconstrução econômica do país demandava uma abordagem integral que apontasse para o futuro, sem a adoção de posturas rupturais, sem a defesa de privilégios e estruturas do passado, mas que resgatasse como irreversíveis os passos dados pelo país desde 1924. Os Radicais foram, como vimos, uma força política importante que protagonizou este processo e ideologicamente, respondiam bem a estas demandas, uma vez que suas ênfases recaiam sobre a “harmonia e o bem-estar de todas as classes sociais”, a “compreensão” e a “equidade”, defendendo a substituição da “luta exasperada e violenta pela discussão tranqüila e a cooperação mútua de todas elas, para dar a cada uma o que é justo e rechaçar os privilégios”. Uma outra postura que os “aproximava” do papel desempenhado pelos militares era de qualificarem como nefasta a presença do capital na vida política. Para os Radicais, não se deveria permitir que o capital “usurpe o predomínio social que corresponde ao poder público”; por isso “era necessário impedir a influência do capital nas decisões políticas”⁵².

⁵¹ Embora derrotada em ambas convenções no que se refere à adoção do socialismo como bandeira do partido, a corrente da qual faziam parte Alfredo Guillermo Bravo e Pedro Aguirre Cerda parecia ser a que dava a orientação básica da política dos radicais neste momento. As citações são das Convenções indicadas e extraídas de Correa, Sofia, *op. cit.* p. 420. Embora com uma avaliação distinta da que consideramos aqui, uma vez que enfatiza a posição esquerdizante que passa a assumir o Partido Radical, ver também Tironi B., Ana, *La Ideología del Partido Radical Chileno en los Años Treinta*, Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Memória de Licenciatura em História, 1983.

⁵² Convenção do Partido Radical, *El Mercurio*, 07 de dezembro de 1931, citado por Correa, Sofia, *op. cit.*, p. 421.

Mesmo estando inteiramente derrotado como referencial de grande política, ou seja, mesmo demonstrando a sua incapacidade de renovação e de se constituir num elemento aglutinador da política e da sociedade chilena, o liberalismo elitista das oligarquias, pautado na recusa da intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais, demonstrou uma imensa resistência. Permaneceu evitando assumir integralmente a política reformadora alessandrista, defendendo apenas as inclinações e práticas tecnocráticas e regressivas do presidente. Com esta atitude, as elites políticas tradicionais não deixaram a Alessandri possibilidades de reprodução política no seu último governo, e, ao mesmo tempo, ficaram sem condições de interpelar os emergentes setores da vida social. Como força corporativa, sem apelos generalizantes e universais, afincaram-se nos seus domínios ideológicos - o catolicismo tradicional e o aparato cultural e político da Igreja - que, aliados aos mecanismos eleitorais assentados na fraude (*cohecho*), ainda seriam capazes de lhe assegurar reprodução política.

O contexto subsequente não poderia ser, portanto, o de afirmação das elites políticas tradicionais pautadas pelo liberalismo oligárquico, sem que isso significasse uma reprodução permanente da crise nacional. Em outros termos, a possibilidade de "restauração" estava virtualmente cancelada, forçando as representações políticas da tradição a se abrirem para um processo de atualização.

Uma nova conformação estatal inclinada a estruturar e dirigir um novo passo à modernização, não poderia deixar de levar em conta a variedade de projetos existentes e, em parte já colocados em prática, inclusive aqueles nascidos no interior de determinados grupos das classes dirigentes. O "Estado Moderno" já se configurava como uma realidade projetual que, diante da crise, enfatizava mais ainda o seu

desígnio de Estado “providência” para a sociedade⁵³. Num país da periferia do mundo como o Chile e numa época em que os supostos do liberalismo, que haviam florescido e fulgurado no século XIX, encontravam-se inteiramente questionados, a reestruturação do papel do Estado assumia, sem dúvida, o lugar central como elemento definidor das ações políticas. Em relação a isso, não seria incorreto observar que um pano de fundo único estruturava os projetos políticos, dando um sentido propositivo ao final da década de 1930. Cada ator político, à sua maneira, realçava o papel do Estado no sentido de estimular, intervir ou nacionalizar a economia, regular e proteger o social, afirmar e incrementar a autoridade dos governos e, por fim, tecnificar a ação de Estado para torná-la mais eficiente⁵⁴. O arranjo para que estas peças se encaixassem de uma maneira e não de outra dependeu, em alguma medida, da decisão de um corpo eleitoral configurado num ambiente correspondente à estrutura política oligárquica e de um corpo político de governantes derivado, em parte, desta mesma estrutura, mas que percebia claramente, em virtude da extraordinária crise nacional que atravessou as décadas de 1920 e 1930, o seu esgotamento.

⁵³ Cf. Soto Vásquez, Jorge, *El papel del Estado en Chile: ideas y proposiciones, 1910-1920*, Santiago, Tesis de Licenciatura en Historia, Instituto de Historia, Universidad Católica de Chile, 1988, p. 74, citado em Ibáñez Santa María, Adolfo, “El Liderazgo en los gremios empresariales y su contribucion al desarrollo del Estado Moderno durante la década de 1930 - El fomento a la producción e los antecedentes de CORFO” in *Historia*, vol. 28, 1994, pp. 183-216.

⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

A FRENTE POPULAR: DO NASCIMENTO À VITÓRIA ELEITORAL DE 1938

Na década de 1930, o Chile, ao lado da França e da Espanha, foi o único país latino-americano a conhecer a vitória eleitoral e o estabelecimento de um governo baseado na política da Frente Popular, adotada pelo movimento comunista internacional, a partir de agosto de 1935. Esta estratégia foi aprovada pela Internacional Comunista, em função do entendimento de que haveria a necessidade de se impulsionar a unidade de ação entre os comunistas e outras forças políticas, com o intuito de se fazer frente, política e ideologicamente, ao fascismo e ao nazismo, então em ascensão na Europa ocidental¹. Ainda que a América Latina figurasse como absolutamente secundária diante dos propósitos da III Internacional, Brasil e Chile, em virtude de sua posição estratégica, em relação ao Atlântico e ao Pacífico, passaram a ser vistos como países importantes para que ali se estimulasse a nova linha política assumida pelos comunistas².

¹ Sobre a adoção da política de Frente Popular pela Internacional Comunista a partir do seu VII Congresso ver VV.AA., *Fascismo, Democracia y Frente Popular*, Cuadernos de Pasado y Presente, México, Siglo XXI, 1984, (Introdução de Franco de Felice). Ver também Juliá, Santos, "La Internacional Comunista: de la ofensiva revolucionaria al Frente Popular" in Cabrera, Mercedes et al (orgs), *Europa en Crisis, 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 287-317. Para uma visão geral do período em que as Frentes Populares se formaram, chegaram ao poder e fracassaram como governo na França e Espanha ver Páez-Camino, Feliciano, *Democracias y Dictaduras en los Años Treinta*, Madrid, Editorial Síntesis, 1992. Interessante também o painel apresentado sinteticamente em Bascañán, Carlos, "La estrategia política para la formación de Frente Populares" in *Estudios Sociales*, n. 33, C.P.U., Santiago, 1982, pp.69-113.

² No Brasil a experiência da Frente Popular expressa na Aliança Nacional Libertadora (ANL) redundou num levante armado fracassado em 1935. Não é

Apesar de cronologicamente posterior às experiências da França e da Espanha, as vicissitudes que deram origem a Frente Popular no Chile foram, de certa forma, similares. Da mesma maneira que na Europa, a Frente Popular no Chile articulou-se como uma aliança político-eleitoral que abrigava correntes ideológicas mais amplas do que o espectro formado pela esquerda de matriz marxista. Em oposição ao segundo governo de Arturo Alessandri, a Frente Popular chilena foi composta essencialmente pelos partidos Radical, Socialista e Comunista.

Um outro aspecto que chama atenção é o fato de que, embora igualmente efêmeras como coalizões governantes, estas experiências das frentes populares foram historicamente decisivas em suas histórias nacionais, a despeito dos desfechos tão dispares que tiveram. A Frente Popular na Espanha redundou, como se sabe, no banho de sangue da Guerra Civil, iniciada em 1936, e, na França terminou, sumariamente, com o fim do apoio ao gabinete socialista de Blum, em abril de 1938. No Chile, ao contrário da Espanha, não ocorreu guerra civil. Entretanto, a Frente Popular rompeu-se dois anos depois de chegar ao poder, como veremos no próximo capítulo. Da mesma maneira, diferentemente da França, a ruptura da coalizão de centro-esquerda não significou, no Chile, o fim do governo iniciado em 1938. O presidente eleito por ela apenas teve seu mandato interrompido em virtude de sua morte, em 1941.

nosso propósito discutir aqui este episódio. Sobre isso ver Del Roio, Marcos, *A Classe Operária na Revolução Burguesa - a política de alianças do PCB: 1928-1935*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990; Pinheiro, Paulo Sérgio, *Estratégias da Ilusão - A revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992. Para uma abordagem mais abrangente e factual da questão, envolvendo a América Latina no seu conjunto, pode-se ver Caballero, Manuel, *La Internacional Comunista y la Revolución Latinoamericana, 1919-1943*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1987.

A característica distintiva do Chile é o fato de que, mesmo que as alianças políticas posteriores a 1941 tenham sido extremamente mais amplas e variáveis do que a coalizão vitoriosa em 1938, a experiência da Frente Popular proporcionou ao país mais de uma década de governos sob sua influência, tendo sempre à testa um presidente vinculado ao Partido Radical. Seguindo os passos do processo de modernização iniciado em 1920, a Frente Popular acentuou, profunda e sistematicamente, mas sem assumir uma feição revolucionária, as possibilidades de alteração da fisionomia econômica do país, através da ação estatal. Se os quatorze anos que se seguiram à vitória eleitoral de 1938³ não devem ser compreendidos, em sua integralidade, como um período articulado pela linha política da Frente Popular, ele tampouco pode ser visto em descontinuidade com as forças políticas que assumiram o poder em 1938 ou como externo às mudanças que a partir daquele momento se processaram.

Embora o último governo de Arturo Alessandri não possa ser caracterizado como fascista, o Chile possuía, em meados da década de 1930, um quadro social, político e partidário que comportava a adoção ou aplicação de uma linha política como a das frentes populares. Uma das razões disso era a persistência da crise econômico-social, resultante do abalo sofrido pelo país no final da década anterior. Esta situação gerava inquietação e agitação nos segmentos populares, respondidas invariavelmente com repressão por parte do governo. Por outro lado, a despeito da forte e singular identidade manifestada por cada um dos partidos da esquerda chilena, o Comunista e o Socialista, que invariavelmente levava-os a acirrados embates, o movimento operário e

³ O último governo comandado pelos Radicais termina em 1952, quando foi eleito o ex-ditador Carlos Ibáñez del Campo.

popular já havia criado uma tradição de trabalho conjunto expresso através de inúmeras organizações sociais e políticas⁴.

Assim, a Frente Popular não nasceu e emergiu no cenário chileno da década de 1930 como uma determinação externa, previamente traçada, e tampouco seu processo de constituição assumiu uma trajetória simples e linear. Ela se formou lentamente, desde os primeiros anos da década, a partir de uma série de iniciativas políticas que propugnavam alianças entre forças políticas genericamente consideradas como defensoras das "liberdades públicas" ou pertencentes à "esquerda", para definir-se, posteriormente, como pacto eleitoral cujo objetivo era vencer as eleições parlamentares de 1937⁵.

Entretanto, neste contexto, muito mais do que a ação de comunistas e socialistas, a posição assumida pelo Partido Radical determinou muito fortemente o andamento da conjuntura política e a formação da Frente Popular. Embora tendencialmente ambígua e

⁴ Cruz Salas caracteriza estas organizações e partidos como uma mescla de "modernidade, internacionalismo e insurgência". Este autor apresenta-nos uma série de organizações anteriores à Frente Popular que indicavam uma inclinação de composição e alianças. Há que se observar que nem todas elas - especialmente no início da década de 1930, em virtude da influência do alessandrismo, de um lado, e do insurrecionalismo como prática, de outro - advogavam uma proposta com a natureza da aliança que resultou na Frente Popular. Dentre elas pode-se destacar: o *Comité Revolucionario de Frente Unico Obrero* (1931); a *Alianza Socialista Revolucionaria de Trabajadores* (1932); *El Frente Obrero de los Trabajadores Revolucionarios* (1932); *El Frente Unico Socialista* (1933); *El Frente Nacional de Defensa contra el Fascismo* (1934); *El Block de Izquierdas* (1934-1935). Cf. Cruz Salas, Luis, *História Social de Chile: 1931-1945 - Los Partidos Populares: 1931-1941*, Santiago, Memoria para optar pelo título de professor de Estado, Universidad Técnica del Estado, 1969, pp.280-320.

⁵ Com riqueza de detalhes, o processo de constituição da Frente Popular no Chile é descrito e analisado por Milos Hurtado, Pedro, *El Partido Radical y el Partido Socialista en la Conformación del Frente Popular Chileno, 1935-1938*, Tesis para optar al grado de Licenciatura en Historia, Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 1985, 457p.

vacilante, a orientação mais à esquerda adotada pelo Partido Radical a partir da década de 1930 resultou de transformações ocorridas em sua militância. Mesmo mantendo uma base formada por capitalistas recém-estabelecidos na mineração, na indústria manufatureira e na agricultura, o Partido Radical conseguiu uma ampliação notável nas décadas de 1920 e 1930, com a arregimentação de empregados dos setores público e privado, e também de profissões liberais. A queda de Ibáñez (1931) e os efeitos da crise mundial mostraram aos Radicais que não seria fácil manter as mesmas alianças políticas que funcionaram em período de prosperidade, nas quais estes sempre apareciam como sócios menores dos Liberais. À medida que se acentuava no partido um discurso crítico aos princípios individualistas do liberalismo, aumentava a aderência de militantes da classe média. Os resultados foram expressivos: em 1932, o Partido Radical passou a ser a maior organização política do país, alcançando isoladamente 18% do eleitorado⁶.

Em virtude da posição adquirida nas eleições de 1932, os Radicais passaram a aspirar a presidência da República com candidato próprio. Tendo em vista o fato de que não eram suficientemente fortes para consegui-lo sozinhos, não sendo também provável que a nova aliança liberal-conservadora, que sustentava Alessandri, apoiasse um candidato Radical, voltaram-se para a esquerda, abrindo-se para alianças até então nunca realizadas e consideradas improváveis. No entanto, em virtude deste giro intencionalmente eleitoral, parcelas do partido continuaram não apenas advogando mas inclusive mantendo a sua participação na administração Alessandri.

⁶ Apesar desta margem de votos ser inferior à cifra de 20% conquistada pelo Partido Radical nas eleições parlamentares de 1921.

Por outro lado, a despeito das péssimas relações existentes entre o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS) - o primeiro seguindo as linhas da III Internacional e rechaçando as tendências parlamentares do PS, e o segundo rejeitando a orientação ultra-esquerdista do PC anterior a 1935 -, seus interesses começaram a convergir quando o governo de Alessandri lançou uma repressão indiscriminada contra os sindicatos, atingindo seguidores de ambos partidos. Em fevereiro de 1936, a violência contra o movimento operário chegou ao seu extremo quando o presidente da República determinou, em virtude de uma greve dos ferroviários, a militarização das ferrovias, a prisão de inúmeros ativistas sindicais e o fechamento dos jornais *La Opinión* e *La Hora*⁷. Este acontecimento, em particular, jogou um papel decisivo no interior do Partido Radical, validando a posição de alguns de seus dirigentes que se postavam a favor de alianças mais à esquerda e anti-alessandristas.

No campo da esquerda, a política anti-operária da administração alessandrista⁸ teve uma importância inquestionável como fator de aproximação e de cooperação entre os partidos Comunista e Socialista no interior da Frente Popular. Esse processo de convergência dos interesses políticos da esquerda chilena coincidiu com o abandono por

⁷ Cf. Aylwin, Mariana et al, *Chile en siglo XX*, Santiago, Editorial Emision, 1986, p. 170.

⁸ Esta conduta de Alessandri é explicada, dentre outras coisas, porque visava acompanhar a lógica da política econômica desenvolvida por Gustavo Ross, seu ministro da fazenda. Esta política, objetivando a recuperação econômica do país, se baseou no fomento à produção através da proteção fiscal dos produtores e não na intervenção estatal no que se refere à regulação e controle de preços e salários. Para que esta política fosse mantida era necessário criar e manter um clima de confiança aos produtores, impedindo a reivindicação operária e eliminando a agitação social; cf. Correa, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos en su segunda administración" in Orrego, Claudio et al., *Siete Ensayos sobre Arturo Alessandri Palma*, Santiago, ICHEH, 1979, p.461.

parte da III Internacional das teses insurrecionalistas do chamado *Terceiro Período*⁹, momento no qual, como indicamos acima, o movimento comunista internacional começou a estimular e impulsionar a criação de alianças políticas mais amplas, inclusive com os “partidos burgueses”, para salvar a democracia da ameaça fascista. Esta nova orientação permitiu aos comunistas chilenos gestionarem em relação ao Partido Radical a formação de uma versão local das frentes populares europeias. Apesar de uma intensa e inflamada polêmica interna, os Radicais responderam afirmativamente a esta iniciativa, já que lhes parecia adequada ao propósito de formação de uma coalizão eleitoral de centro-esquerda e plausível como fórmula para eleger um presidente de suas fileiras nas próximas eleições.

No primeiro semestre de 1936, como uma consequência direta da política repressiva de Alessandri, o Partido Radical assumiu a bandeira da Frente Popular, passando a organizar a aliança político-partidária. Em abril deste ano, venceu uma eleição extraordinária para o Senado, em Biobío e Cautín, com o apoio da esquerda. Em virtude do cenário de confrontação com o governo Alessandri, a decisão das forças políticas de centro e esquerda pela criação da Frente Popular foi seguida pouco depois pela criação de uma central sindical unitária: a Confederação de Trabalhadores do Chile - CTCH. Neste processo, o único setor operário que se recusou a participar da CTCH foi a federação dos sindicatos anarquistas, que representava menos de 10% dos trabalhadores organizados.

⁹ Sobre este período da história do Partido Comunista do Chile ver Barnard, Andrew, “El Partido Comunista de Chile y la Políticas del Tercer Período (1931-1934)” in *Nueva Historia*, n. 08, Año 2, Londres, 1983, pp 211-250.

No entanto, depois da exasperação motivada pelo comportamento repressivo do governo, uma parte dos Radicais admitiu, em setembro de 1936, o retorno de seus membros às funções de governo, argumentando que se tratava de uma medida para garantir a realização das eleições parlamentares de março do ano seguinte. Isto fez com que se acentuasse a disputa no interior do Partido Radical a propósito da sua permanência na Frente Popular. A situação internacional também influenciou nos julgamentos que alguns Radicais faziam naquele momento: para os anti-frentistas, a experiência francesa demonstrava que os Comunistas não eram confiáveis - o gabinete Blum havia sucumbido em virtude da falta de apoio deste partido; por outro lado, a Espanha estava mergulhada na guerra civil. Além disso, argumentavam que a Frente Popular era um expediente admissível para momentos de crise aguda, mas que, àquela altura, havia perdido a sua razão de ser. O único argumento favorável à continuidade do Radicalismo no seio da Frente Popular fundava-se no anseio e na possibilidade concreta - talvez a única - de, naquela conjuntura, o Partido Radical chegar ao poder. Percebendo o cenário de crise interna do Radicalismo, os Comunistas estimularam, então, os outros componentes deste partido que se mantinham na Frente a adotarem a seguinte palavra-de-ordem: "O Chile deve ter um Presidente Radical"¹⁰.

Para as eleições parlamentares de março de 1937, os partidos da Frente Popular apresentaram-se numa lista comum. Apesar do crescimento da esquerda, em especial dos socialistas, e da confirmação do Partido Radical como o maior partido da Frente Popular, o resultado jogou contra a afirmação das possibilidades eleitorais dos Radicais de fazerem o próximo presidente da República, uma vez que a

¹⁰ Cf. Correa, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos..." in Orrego, Claudio et al., *op. cit.*, 1979, p.448.

direita (Liberais e Conservadores) conseguiu manter a maioria nas duas câmaras, superando a votação e a representação alcançada pela coalizão de centro-esquerda: a Frente Popular elegeu 18 senadores de um total de 45 e 60 deputados de um total de 146¹¹.

Depois de conhecidos os resultados das eleições parlamentares abriu-se claramente uma luta pela hegemonia no interior da Frente Popular entre Socialistas e Radicais¹². Os primeiros fortalecidos com os resultados eleitorais (11% dos votos) e os segundos mais divididos internamente, em virtude do avanço da postura anti-frentista. A partir daquele momento, o novo objetivo unificador da Frente Popular, ainda de caráter eleitoral, passou a ser a conquista da presidência da República, nas eleições de 1938.

Visando trazer para si a indicação do candidato da Frente Popular, o Partido Socialista lançou como pré-candidato o seu líder mais expressivo: Marmaduke Grove. Esta decisão causou reações fora dos quadros da Frente Popular: levou a *Unión Socialista* a lançar o ex-presidente Carlos Ibáñez como seu candidato, criando então uma divisão no campo popular, que não encontraria solução até o final da campanha¹³. Por outro lado, os Radicais procuraram resolver seus problemas resultantes da ambígua posição que ocupavam na conjuntura: permanecerem ou não no governo; continuarem ou não na Frente Popular. Em relação a esta última, caso a decisão fosse afirmativa, os Radicais

¹¹ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.*, p. 212. Com variações irrelevantes, os dados são praticamente os mesmos apresentados por Urzua V., German, *Historia Política Electoral de Chile (1931-1973)*, Santiago, Colección Documentos de Chile, 1986, p. 30.

¹² Ver sobre isso Milos H., Pedro, *op. cit.*, p. 212-155.

¹³ Além da *Unión Socialista*, Ibáñez foi apoiado pelo *Movimiento Nacional Socialista* e por seus partidários mais diretos agrupados na *Organización Ibañista*. Juntos conformaram a *Alianza Popular Libertadora*.

deveriam lutar irresolutamente para definir um de seus membros como candidato às eleições presidenciais de 1938.

Estas decisões foram tomadas na Convenção Extraordinária do Partido Radical, realizada em Santiago, em maio de 1937. A posição pró-frentista fez a maioria e afirmou-se entre os Radicais o argumento de que o programa econômico e social da Frente Popular coincidia com os fundamentos do Radicalismo chileno, baseados na "democracia, liberdade, solidariedade social e luta contra a reação e o imperialismo internacional". Procurando diferenciar-se da esquerda marxista, a declaração da Conferência afirmava: "não se trata de oferecer utopias, nem se pede a distribuição dos bens: pede-se o apoio a um plano de ação adequado que nos permita criar riqueza e distribuí-la eqüitativamente¹⁴. No mês seguinte, contudo, prosseguiram-se os contatos entre lideranças do Radicalismo, encabeçadas por Juan Antonio Ríos, e o presidente Arturo Alessandri visando um retorno do Partido Radical ao governo, o que significava também uma intervenção na conjuntura eleitoral, nos seguintes termos: o Partido Radical retornava aos quadros administrativos mas exigia um novo candidato governista à eleições, deslocando o então ministro das finanças de Alessandri, Gustavo Ross Santa Maria. Esta proposta era apoiada por altos dirigentes do Radicalismo e mesmo da Frente Popular. Para Alessandri isto significava uma possibilidade de se desvencilhar da direita e o fim das chances eleitorais da Frente Popular. Esta proposta esteve a ponto de ser aprovada, não fosse a exigência dos Liberais e Conservadores - e do próprio Ross - de que o Partido Radical somente deveria ser aceito no governo caso se retirasse da Frente Popular¹⁵. Esta exigência resultou no

¹⁴ Cf. *La Hora*, 16.05.1937; citações extraídas de Correa, S., *op.cit.*, 1979, p. 450 e 454. Ver também Milos H., Pedro, *op. cit.* pp. 255-270.

¹⁵ Cf. Correa, S., *op.cit.*, 1979, p. 451.

afastamento definitivo entre os Radicais e o governo Alessandri. Obrigou-os, contudo, a travar a batalha pela indicação do candidato da Frente Popular.

Os meses finais de 1937 e os primeiros de 1938 foram os momentos decisivos na definição das candidaturas presidenciais. No Partido Radical a disputa foi travada entre Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos, ambos experientes lideranças do Radicalismo. Enquanto Aguirre Cerda era apoiado pelos parlamentares, pouco aceito entre a juventude radical por sua moderação e criticado pelos partidários de Ríos como anti-frentista, este último tinha contra si a acusação de ser “a antecâmara da candidatura do ex-presidente Ibáñez”¹⁶ em virtude de sua colaboração com o então general-presidente no final da década anterior¹⁷.

Aguirre Cerda¹⁸ assumiu abertamente como sua bandeira a palavra de ordem “*Pan, Techo y Abrigo*” e, astuta e eficazmente, uma postura capaz de angariar apoio entre os militantes e as lideranças do Radicalismo. Defendeu, com tranquilidade e moderação, a idéia que atravessava o partido: a Frente Popular deveria adotar o

¹⁶ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* p. 329.

¹⁷ Ver sobre isso Rojas, Flores, J., *La Dictadura de Ibáñez y los Sindicatos*, Santiago, dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993, p. 18. Ver também Palma Z., L y Iglesias, M. J., *Presencia de Juan Antonio Ríos*, Santiago, Editorial Univesitária, 1957, pp. 48-68.

¹⁸ Pedro Aguirre Cerda era um típico filho da classe média chilena, professor, advogado e vinicultor (chegou à condição de proprietário rural através do casamento). Era maçom e como político do Radicalismo apoiou Alessandri em 1920, tomando-se ministro. Desde então participou de diversos governos e associações empresariais do setores mineiro, agrícola e industrial. Foi um dos fundadores e professor da Escola de Economia da Universidade do Chile e publicou dois importantes livros: *El Problema Agrário*(1929) e *El Problema Industrial*(1933). Ver sobre isso Cabero, Alberto, *Recuerdos de Don Pedro Aguirre Cerda*, Santiago, Ed. Nascimento, 1948; Palma Zuñiga, Luis, *Pedro Aguirre Cerda - maestro, estadista, gobernante*, Santiago, Ed. Andres Bello, 1963; Aguirre Silva, Jorge, *Pedro Aguirre Cerda - Ejemplo de Chilenidad*, Ed. do Autor, Santiago, 1992.

programa Radical. Em 28 de novembro de 1937, mediante consultas feitas pela direção ao conjunto do partido, Aguirre Cerda venceu Juan Antonio Ríos por uma pequena margem de votos (a diferença foi de mil votos, de um total de 11 mil). Quase um mês depois, em 19 de dezembro, foi confirmado no interior da máquina partidária e três dias após proclamado pré-candidato oficial do partido. Sua proclamação pública, no entanto, somente se processou em 16 de janeiro de 1938, no Teatro Municipal de Santiago. Nesta solenidade, Aguirre Cerda, como pré-candidato do Partido Radical, explicitou publicamente o seu apreço e comprometimento com a coalizão de centro-esquerda, reproduzido desta forma pelo diário *Frente Popular*.

“A Frente Popular não vai contra a Pátria, a Família, nem contra a Propriedade, como se tem falado deliberadamente (...). A Frente Popular não aceita a tirania, nem a violência, e, por esta razão, se levanta com energia contra o fascismo. Combaterá com denodo o imperialismo econômico, ou seja, o abuso do capitalismo internacional que, favorecido pelas grandes potências procura submeter economicamente os países fracos. Isto não significa que repudie o capital estrangeiro construtivo... [que], respeitando as leis do país vem ao Chile para cooperar conosco para o progresso nacional. Da mesma maneira, não rechaça a sã e vigorosa energia que lhe pode proporcionar uma imigração selecionada e produtiva (...) A luta eleitoral entre direita e esquerda - na forma que se apresenta - é uma verdadeira definição entre fascismo e democracia, e isto obriga o Partido Radical a fazer um esforço supremo para que o triunfo permita que o país mantenha-se na normalidade constitucional, evitando-se assim a tirania ou a

*rebelião, a violência ou a inquietude constante; a emergência do caos na vida nacional*¹⁹.

Aguirre Cerda venceu porque suas idéias e não apenas o seu estilo eram mais cativantes ou inclinados à clássica política do Radicalismo. E isto causou, desde os primórdios da campanha, inquietações e críticas. Poucas semanas antes de sua aclamação, um ensaísta de expressão manifestou-se de forma extremamente acre sobre a consigna assumida pelo candidato Radical. Perguntava ele: "Pode o candidato escolher uma bandeira mais pálida, mais antiga, mais equilibrada?(...) A bandeira da reivindicação social, Sr. Aguirre Cerda, é apenas a expressão mínima das necessidades animais. Ou é um emblema de político sagaz, que não quer inquietar a ninguém e contentar a todos? (...) *Pan, Techo y Abrigo* significa tudo que se quer e, em consequência, não significa nada"²⁰.

A habilidade de Aguirre Cerda era, contudo, resultado de um domínio excepcional das temáticas que marcavam as forças políticas e ideológicas que estavam presentes no campo da Frente Popular. Seu nacionalismo econômico poderia, sem problemas, ser semantizado pela esquerda como "anti-imperialismo", na medida em que

¹⁹ Cf. *Frente Popular*, 17 de janeiro de 1938, citado por Milos H., Pedro, *op. cit.* p.331 (grifo nosso).

²⁰ Cf. *La Opinión*, 10.01.1938, citado por Milos H., Pedro, *op. cit.* p.332. O ensaísta em questão era Tancredo Pinochet que, desde a década de 1910 sustentava em relação ao Chile uma postura abertamente "americanista" - no sentido gramsciano, empregado neste trabalho (ver cap. 2) -, concordava inteiramente com outros pressupostos de Aguirre Cerda, dentre eles o nacionalismo econômico e o estímulo a um comportamento social mais produtivo conforme os conteúdos do Fordismo. A admiração pelo Fordismo e pelo modelo produtivo norte-americano podem ser observadas comparando-se Pinochet, Tancredo, *Un año de empleado público en Chile*, Imprenta Universitaria, Santiago, 1915 e Aguirre Cerda, *El Problema Agrário*, Paris, Imprimiere Française, 1929, parte I. Sobre Tancredo Pinochet ver também os comentário de Stabili, M. R., "Regimen Oligárquico y Tensiones Modernizadoras, Chile 1900-1930", inédito, mimeo., 1985, pp 26-30.

não era apenas retórico, mas tampouco era terceiro-internacionalista. Além do mais, tinha como função efetiva estabelecer uma vinculação direta com uma das maiores influências do socialismo chileno da época: o aprismo²¹. Para as lideranças do aprismo - muitas delas exiladas no Chile -, era decisivo e fundamental estimular o desenvolvimento econômico de uma nação, inclusive com o apoio do capital estrangeiro, antes de se pensar em impulsionar a revolução social, como entendiam outras correntes de esquerda, inclusive no interior do socialismo chileno. A ênfase no desempenho econômico nacional, como pré-requisito ao bem-estar social, o conhecimento e a sedução por aquilo que havia de mais moderno na época enquanto organização econômica, unificava a abordagem de Aguirre Cerda e parte significativa das lideranças da Frente Popular no Chile²².

²¹ Sobre este tema ver Manuel Reveco, Juan, *Los Influidos del APRA en el Partido Socialista de Chile - un aporte al estudio del origen populista del socialismo chileno*, Santiago Flacso, Tesis de Ciencias Sociales, 1989. A propósito da maior liderança aprista no Chile deste período e do início da década seguinte ver Ponce Duran, Pedro, *Oscar Schnake Vergara - comienzos del socialismo chileno (1933-1942)*, Santiago, Documentas, 1994. Há que se recordar também, como fato político e bibliográfico, que a segunda edição de *El Antiimperialismo y el Apra*, de Victor R. Haya de la Torre, foi publicada em Santiago de Chile, em 1936.

²² Não sem razão um dos principais folhetos de anátese de Pedro Aguirre Cerda foi publicado por um protagonista de relevo do aprismo. Trata-se de Luis Alberto Sánchez que através do pseudônimo Juan F. Fernandez publicou *Pedro Aguirre Cerda y el Frente Popular Chileno*, Santiago, Ediciones Ercilla, 1938, 102p. A ênfase na idéia de que a "vanguarda" e a "revolução" deveriam ser pensadas a partir das mudanças materiais e sociais interligadas é expressa, anos mais tarde, por Alberto Sánchez na observação irônica dos seus primeiros contatos com o poeta chileno Vicente Huidobro. Para Sánchez, "seus poemas o apresentavam como um 'aristocrata de vanguarda', ou seja, um 'clássico bolchevizante'(...) Tem-se fixado no leitor a idéia de que inventar o foguete superplanetário, ou Seguro Social, ou a televisão a cores ou o Jumbo-Jet, ou o raio-laser não figura no cenário de "vanguarda". Tampouco se registra ali um descobrimento sociológico dos países nórdicos: a cooperativa. Nada disso se considera como sintoma de revolução" in Sánchez, Luis Alberto, *Visto y vivido en Chile - Bitacora Chilena, 1930-1970*, Lima, Editorial Unidas, 1975, p. 69. Neste livro Sánchez revela o pseudônimo assumido em 1938.

Portanto, a política seguida por Aguirre Cerda não era, ingenuamente, a do tipo “eqüidistante” e “epicêntrico”, um “ponto morto ou neutro”, como o definiu um jornalista após a sua proclamação pública como pré-candidato do Partido Radical²³. Aguirre Cerda expressava, ao contrário, uma consciência clara do sentido que guardava para ele a coalizão de centro-esquerda e definia como exigência política que, para se conquistar a vitória eleitoral, a Frente Popular não deveria apresentar-se como uma coalizão hegemônica pelos partidos de esquerda, de corte marxista, e sim pelo Partido Radical. Por esta razão, obviamente, o programa da Frente Popular não deveria ser revolucionário e tampouco proletário. Ao contrário de Marmaduke Grove, que trabalhava no sentido de imprimir uma marca popular e revolucionária à campanha da Frente Popular, Aguirre Cerda enfatizava, em meio à retórica de esquerda que ocupava o cenário eleitoral, a moderação e uma determinação precisa do caminho a seguir:

“A Frente Popular é um organismo regulador da efervescência da classe irracionalmente explorada, que poderia gerar uma rebelião de conseqüências funestas para o país. A Frente Popular quer que ninguém arrebate nada de ninguém, quer melhorar as condições a que aspira a classe trabalhadora e média, e através desta forma inteligente, racional e justa, favorece também os interesses materiais das classes endinheiradas. As palavras históricas de fraternidade, liberdade e igualdade, se traduzem, agora, por pan, techo y abrigo. (...) [Na atualidade] não existe justiça social e tudo isso produz um sentimento de inquietude na coletividade. O único

²³ O argumento é de um jornalista que assinava com o pseudônimo de Voltaire; cf. *La Opinión*, Santiago, 22.01.1938, citado por Milos H., Pedro, *op. cit.* p.332.

abrandamento, a ponte salvadora é a Frente Popular, que harmoniza os interesses nacionais²⁴.

Após a definição dos pré-candidatos, o movimento de constituição da candidatura da Frente Popular avançou, entre abril e maio de 1938, no sentido da elaboração do Programa de Governo e da definição do candidato de consenso através da realização de uma *Convención de las Izquierdas*.

O programa do candidato presidencial da Frente Popular foi elaborado por representantes dos partidos envolvidos na coalizão, com a colaboração da Confederação dos Trabalhadores do Chile (CTCH). O texto aprovado pelo Comitê Executivo Nacional da Frente Popular foi divulgado no dia 14 de abril, um dia antes da abertura dos trabalhos da Convenção. Tratava-se de um texto que procurava responder aos problemas nacionais, com base nos elementos mais consensuais do debate político que se vinha travando já por bastante tempo. A ênfase na resolução destes problemas era marcadamente popular. No plano político, afirmava a defesa da democracia, o respeito aos direitos individuais e a liberdade de expressão e crença; revogava-se a legislação repressiva. Em relação à vida econômica, o programa postulava o estímulo à produção nacional e a uma distribuição mais eqüitativa e justa da renda, o controle das empresas estrangeiras, a supressão dos monopólios, uma reforma tributária e monetária visando sanear a moeda, a revisão do pagamento da dívida externa e, por fim, uma reforma agrária. No plano social, objetivava o aperfeiçoamento da legislação correspondente, afirmava o direito ao trabalho, com salários razoáveis, o controle dos alugueis, a construção de moradias para os trabalhadores e uma reforma da saúde

²⁴ Cf. *La Hora*, Santiago, 03.02.1938, citado por Milos H., Pedro, *op. cit.* p.349 (grifo nosso).

pública. Uma das dimensões consideradas fundamentais e que, por isso mesmo, ganhou destaque a nível programático, foi a educacional, na qual se propugnava por uma reforma da educação no sentido de torná-la função do Estado, propiciando gratuidade ao ensino e um maior acesso à universidade; defendia-se também a criação de institutos e universidades voltadas para o trabalho. Por fim, no plano internacional, o programa da Frente Popular se propunha a defender a paz no continente americano e a soberania do país²⁵.

Com o programa aprovado, instalou-se em Santiago, na manhã do dia 15 de abril, a Convenção das Esquerdas, com 1030 delegados representando os Partidos Radical, Comunista, Socialista, Democracia Unificada e a Confederação dos Trabalhadores do Chile com direito de voto, além do público em geral. Depois de dois dias recheados de intensos e calorosos debates, de sete votações sem se chegar a um resultado que expressasse uma maioria de dois terços, de acordo com que havia sido estabelecido entre as forças da coalizão, o impasse somente foi solucionado quando o candidato socialista recuou e abriu mão da indicação para o candidato do Partido Radical²⁶. Esta operação

²⁵ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* p. 373. Milos apresenta duas reações ao programa: a primeira do *La Hora*, elogia o texto, enquanto a revista *Hoy* abre suas páginas para o jornalista norte-americano Archibald Mac Leish que entende o programa como "extremamente moderado e que poderia ser questionado por qualquer candidato conservador inteligente"; para ele os temas como anistia, dissolução das milícias privadas e restituição dos direitos cívicos não eram "exigências revolucionárias"(p.374). Ver o o programa da Frente Popular no Anexo I.

²⁶ As votações ocorreram nos dias 15 e 16, com os seguintes resultados:

CANDIDATOS	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.
Pedro Aguirre(PR)	400	400	400	400	400	400	400
Marmadoque Grove(PS)	362	362	360	360	360	360	360
Eliás Laferte(PC)	148	150	150	150	150	150	x
Juan Pradenas(DU)	120	120	120	120	120	x	x
Abstenções	x	x	x	x	x	120	270
Total de votantes:	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030

Fonte: *La Opinión*, 16.04.1938, citado em Milos H., Pedro, *op. cit.* p.375.

garantiu a vitória e a hegemonia aos Radicais, transformando Pedro Aguirre Cerda no candidato da Frente Popular à presidência da República e Marmaduke Grove presidente de Honra da aliança de centro-esquerda, substituindo o Radical Jorge Gonzales Videla. Pela primeira vez desde sua criação, a Frente Popular passaria a ter, a partir daquele momento, um presidente socialista.

Dias mais tarde, em 23 de abril, a Convenção da Direita, formada basicamente pelos Partidos Liberal, Conservador e Democrata, reuniu-se no mesmo auditório em que Aguirre Cerda havia sido proclamado candidato, o Teatro Caupolicán de Santiago. Nesta Convenção, discutiu-se o conjunto de propostas que a direita apresentaria à sociedade e aprovou-se a candidatura de Gustavo Ross Santa Maria, que obteve 1.285 votos dentre 1.319 delegados. Convencidos de que ganhariam, equiparavam a Frente Popular à "revolução anarquizante da Espanha e França" e prometiam um futuro seguro ao Chile, marcado por uma "evolução dentro da democracia"²⁷.

Menos que um programa concreto, Ross apresentou o que ele chamava de seus "propósitos de governo" uma vez que entendia que os programas eram fundamentalmente "enganadores". Duas idéias

²⁷ Cf. Moulian, Tomás y Torres, Isabel, *Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha (1938-1946)*, Santiago, Flacso, 1987, pp. 104-105. Este autores informam que a Convenção foi realizada com 420 delegados do Partido Liberal, 420 do Conservador, 140 para o Partido Democrata e 350 delegados individuais assim distribuídos: 35% de agricultores, 20% industriais, 20% comerciantes, 15% profissionais, 5% mineiro e 5% oficiais da reserva; nenhum dele com impostos menores que \$ 1.000 da época. Chama atenção, dizem Moulian e Torres, a exigência de qualificação dos delegados, ou seja, de que "deveriam fazer parte da elite política ou das classes proprietárias"; de outro lado, o privilégio especial aos proprietários rurais, com um percentual 15% maior que os industriais (pp.95-96).

centrais ocupavam o universo discursivo de Ross: ordem e trabalho. A primeira dimensão era vista como abertamente instrumental para a realização da segunda, esta assumida, pelo discurso de Ross, como uma verdadeira "mística". Num plano mais geral, sua candidatura procurava se apresentar como uma proposição de caráter nacional, enfatizando elementos valorativos a respeito da "raça chilena" e afirmando a tradição histórica do país, ou seja, o que Ross definia como sua "essência". Estas dimensões figuravam como âncoras para a pretensão de se realizar, a partir da vitória eleitoral, o "destino histórico do Chile"²⁸.

Recusando-se a ser visto como tradicionalista, Ross procurava enfatizar sua postura mais técnica do que política na abordagem do problemas nacionais, bem como sua perspectiva moderna, explicitada como uma atitude promotora de transformações no interior da ordem tradicional. No plano da economia, apresentava-se como um liberal que havia extraído suas lições da crise mundial e admitia a intervenção do Estado, desde que este cumprisse um papel benéfico de fomentar a iniciativa privada, não concorrendo com esta. Neste sentido, suas orientações gerais de política econômica visavam a máxima obtenção do desenvolvimento das forças produtivas, modernizando a agricultura e a mineração, com o auxílio do Estado, sem negar também a presença do capital estrangeiro. Ross era bem menos flexível e pragmático em relação à atividade fabril, acomodando-se à divisão internacional do trabalho. Para ele, o Chile deveria se especializar em seus recursos naturais, como minério, pesca e madeira. A diferença com o industrialismo desenvolvimentista da Frente Popular era, neste aspecto, extraordinariamente visível.

²⁸ Cf. Moulian, Tomás y Torres, Isabel, *Discusiones entre honorables ...op.cit.*, 1987, ver pp. 115-128.

Apesar de Ross não poder ser, de fato, tomado como um político propriamente reacionário e tradicionalista - ele também havia negado explicitamente qualquer simpatia pelo fascismo -, eram fortes no seu discurso os temas da ordem e do autoritarismo político²⁹. Ross simbolizava, com efeito, uma direita politicamente arrogante, agressiva, com pretensões abertamente hegemônicas e pouco disposta a negociação. Uma direita convicta de que era a única depositária do progresso, da tradição e do futuro. Convencida também de que o caminho que apresentava à sociedade era de "bem-estar e de desenvolvimento", fundado no capitalismo como "ordem natural", perfeitamente adaptada aos anseios e às necessidades dos homens³⁰.

Por todas estas razões, a candidatura de Ross afetou fortemente a unidade interna de Liberais e Conservadores, em especial, por sua enorme insensibilidade frente à questão social. Suas posturas nesta questão atingiam a bases de sustentação de lideranças doutrinárias do Partido Liberal que passaram a rejeitá-lo como candidato. Entretanto, a ruptura mais significativa, neste campo, acabou por operar-se no interior do Partido Conservador. A juventude deste partido, naquele momento, já organizada autonomamente na Falange Nacional, contestou o nome de Ross como candidato de unidade da direita e recusou-se a fazer sua campanha³¹.

²⁹ Durante a campanha eleitoral seus elogios à ditadura de Salazar em Portugal se tornaram notórios; Moulian y Torres, *op. cit.* p.126.

³⁰ *Idem*, p. 127.

³¹ O processo de organização e autonomização da juventude do Partido Conservador inicia-se em 1932 e ganha seu ápice, com a organização da Falange Nacional, em 1937. De acordo com Moulian e Torres, "a Falange colocava no centro do seu discurso teórico as idéias de construção de uma ordem social-cristã, de crítica ao liberalismo individualista, de regeneração da nação através de uma política que encarnasse a primazia do espiritual", cf. Moulian, Tomás e Torres, Isabel, *Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)*, Santiago, Flacso, 1987, p. 69. Ver também Pereira, Tereza,

Entre junho e julho de 1938, apesar da indicação de Aguirre Cerda como candidato da Frente Popular, houve diversas tentativas, vindas especificamente do interior do Partido Radical, para agregar, numa única postulação, os candidatos da Frente Popular e da Aliança Popular Libertadora, que patrocinava o nome do ex-presidente Carlos Ibáñez³². Em virtude da história pregressa de Ibáñez como ditador, do seu carisma irredutível e dos atritos entre os socialistas, divididos entre Ibáñez e a Frente Popular, esta possibilidade mostrou-se impossível e apenas um episódio externo à campanha poderia unificar estas duas correntes. A conjuntura do início do segundo semestre de 1938, precipitaria, por fim, os acontecimentos que levariam à polarização integral da eleição presidencial de 1938 entre dois campos opostos.

Entre agosto e setembro de 1938, o governo de Alessandri operou uma nova escalada repressiva contra parlamentares que participaram de incidentes envolvendo o ministro do Interior, Luis Salas Romo, quando da proposta de elevação de tarifas de eletricidade³³. O ambiente político acirrou-se ainda mais em virtude de declarações do ministro do Interior de que havia perdido a confiança no regime parlamentar e de uma postura abertamente favorável à candidatura de Ross assumida pelo presidente Alessandri. No final de agosto, quatro parlamentares são processados judicialmente pelo governo, numa atitude

El Partido Conservador, 1930-1965 - Ideas, Figuras y Actitudes, Santiago, Fundação Mario Gongora, 1994, pp.55-75. Sobre o ambiente e o processo ideológico de construção da Falange Nacional ver Orrego V., Claudio (ed.), *Horacio Walker y su Tiempo*, Santiago, Ediciones Aconcagua, 1976. Para uma visão testemunhal deste processo político ver Cash Molina, Jorge, *Bosquejo de una Historia - Falange Nacional, 1935-1957*, Santiago, Copygraph, 1986.

³² Dentre os principais promotores desta iniciativa política encontrava-se Juan Antonio Ríos, líder Radical simpático ao ibañismo.

³³ O projeto beneficiaria a Companhia de Eletricidade filiada à American Foreign Power de New York, da qual Luis Salas Romo era diretor remunerado; cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* p.404.

de clara atemorização. As suspeitas de que Alessandri estava objetivando prolongar seu mandato através do estabelecimento de uma ditadura no país, da mesma forma que, recentemente, havia se processado no Brasil, crispava ainda mais os ânimos e a conjuntura eleitoral.

Num ambiente extremamente polarizado, sobressaltado pelas atitudes arbitrárias do poder executivo e pela contestação por parte dos parlamentares da Frente Popular, a incerteza quanto à realização das eleições não era descabida. Ross atribuía este cenário à agitação irresponsável, à “violência” e “desordem” desencadeadas pelos militantes e dirigentes da Frente Popular. Ibáñez, por sua vez, num esforço para fazer com que o clamor por sua retirada da disputa eleitoral se tornasse irresistível, procurava reafirmar a idéia de que somente a sua vitória poderia barrar o poder discricionário de Alessandri. Aguirre Cerda provurava ampliar sua base de sustentação - neste momento, ele recebeu a adesão da Federação dos Estudantes do Chile (FECH) - e centrava seu discurso na defesa e garantia do regime democrático, manifestando-se contra o presidente Alessandri de maneira incisiva e consonante com as perspectivas da sua base partidária:

“... [o Presidente] arroga-se ...a tutela do Poder Legislativo cuja origem emana da autoridade soberana do povo; rompe, por conseguinte, o equilíbrio estável dos órgãos superiores do governo da República e expressa, nem mais nem menos, a pretensão de estabelecer no país uma ditadura aberta (...) eu digo ao Excelentíssimo Sr. Alessandri que semelhante atitude é inaceitável, é antidemocrática, atenta contra a estabilidade da

*República e ameaça provocar violentos transtornos sociais cuja responsabilidade ultrapassa todos os limites*³⁴.

No dia 04 de setembro, Ibáñez programou a sua "Marcha da Vitória", como forma de antagonizar a "Marcha da Democracia", realizada pela Frente Popular. A concentração reuniu aproximadamente 15 mil pessoas, bem menos que as 60 mil atribuídas à manifestação da Frente Popular, quase dois meses antes. Mas, o distintivo foi a desenvolta presença da juventude do Movimento Nacional Socialista, liderado por Jorge Gonzalez von Marées. Motivados pelo clima de campanha, pelo antagonismo imperante e pelas incertezas quanto à lisura nas eleições, no dia seguinte, pela manhã, grupos de jovens nazistas, armados e mediante violência, ocuparam a Casa Central da Universidade do Chile. A partir deste "posto conquistado", passaram a exigir a destituição de Alessandri e a formação de um novo governo. Foram reprimidos e dominados rapidamente pelas forças governamentais que, ato contínuo, os encaminharam à prisão. Imediatamente, surgiram novos incidentes com um outro grupo de nazistas que disparavam dos últimos andares do prédio do *Seguro Social Obrero*, um edifício situado imediatamente atrás do palácio *La Moneda*. Para o governo, era o sinal de que se tratava de um *putch*. Alessandri ordenou, então, que se levassem os nazistas presos na universidade para o edifício do *Seguro Obrero* e que estes subissem até os últimos andares. Esta determinação do executivo, de obrigar os jovens nazistas presos na Universidade a subirem as escadas ainda desperta interrogações a propósito de sua deliberada intenção: inesperadamente, ao atingirem os últimos andares do edifício, ocorreu uma fuzilaria, cujo resultado foi de 63 mortos.

³⁴ Diário *La Hora*, 13.08.1938, citado por Milos H., Pedro, *op. cit.* p.406.

Mesmo com o movimento nazista rápida e cruelmente debelado, Alessandri demandou do Senado a implantação de Faculdades Extraordinárias, causando estranheza e uma inevitável suspeita quanto às intenções do presidente. A oposição levantou-se em críticas ao governo, mas o Estado de Sítio foi aprovado, por 4 meses, no dia 12 de setembro, e os supostos responsáveis pelo levante, Ibáñez e Jorge Gonzales von Marées, foram encarcerados.

Ainda que inesperada, a tentativa dos nazistas de derrubarem o governo, com a intenção de garantirem a possível vitória de Ibáñez nas eleições presidenciais e não de estabelecerem no Chile um regime nazista, conforme as declarações de Jorge von Marées, refletira a situação real de crise do regime democrático no país, decorrente do comportamento adotado pelo presidente Alessandri³⁵.

Às vésperas da eleição presidencial, a polarização comandada pela Frente Popular baseada na clivagem democracia *versus* fascismo ganhava, cada vez mais, elementos de credibilidade. No dia 12 de outubro de 1938, o general Ibáñez, do interior do presídio, renunciou à sua postulação, liberando seus apoiadores para votarem conforme suas convicções. Von Marées adotou, por sua vez, outro procedimento: indicou um voto de oposição para seus seguidores, encaminhando decididamente seu apoio a Pedro Aguirre Cerda. Não fazê-lo, disse Von Marées, configurava "um ato de traição aos interesses populares". A nove dias da

³⁵ Segundo Pedro Milos, "os acontecimento de 05 de setembro devem deixar de ser vistos como um fato quase fortuito que veio transtornar ou modificar inesperadamente a realidade. É certo o seu caráter inesperado ou irruptivo, mas não é possível negar-lhe, por outro lado, seu caráter consequencial. O que a Frente Popular vinha tentando demonstrar e fazer pesar na realidade fazia meses, o "putch" nacist, em poucas horas, tornou evidente", Milos H., Pedro, *op. cit.* p.417.

eleição o diário *Frente Popular* afirmava no seu editorial: "*Todo Chile con Aguirre Cerda!*"³⁶.

A polarização irreduzível entre as candidaturas de Ross e Aguirre Cerda criava a sensação de que se estava vivendo o final de uma etapa histórica e a abertura de um novo ciclo, independentemente do resultado eleitoral. O certo é que, naquela altura, esta não seria mais uma eleição qualquer. Ela assumia uma importância equivalente à eleição presidencial de 1920, na qual Alessandri se elegeu presidente pela primeira vez. De toda forma, para além da expectativa de ser traduzi num momento de ultrapassagem de governos instáveis e, por fim, autoritários, a eleição de 1938 emergia como um teste decisivo e definitivo para a democracia e a Constituição de 1925. Entre 10 e 30 de outubro, foram suspensas as Faculdades Extraordinárias sob as quais vivia o país, para que as eleições pudessem se realizar dentro da normalidade.

A eleição presidencial ocorreu numa terça-feira, 25 de outubro de 1938. Os resultados evidenciaram uma vitória extremamente apertada do candidato da Frente Popular: Pedro Aguirre Cerda obteve 50,17% dos votos contra 49,24% de Gustavo Ross; numericamente a diferença ficou em apenas 4.111 votos, computados de um universo de aproximadamente 443 mil votantes, dentre 503 mil eleitores inscritos³⁷.

³⁶ Idem, p. 424.

³⁷ De acordo com o censo de 1930, 12% da população estava inscrita e 88% dela exerceu o direito de voto. Aguirre Cerda foi eleito, portanto, com o apoio explícito e direto de apenas 5% da população. Dados extraídos de Urzua V., German, *Historia Política Electoral de Chile (1931-1973)*, Santiago, Colección Documentos de Chile, 1986, p.41 e Drake, Paul, *Socialismo y Populismo - Chile 1936-1973*, Valparaíso, Universidade Católica de Valparaíso, 1992, pp.178-179. Ver também Infante Barros, Marta, *Testigos del Treinta y Ocho*, Santiago, Editorial Adres Bello, 1972, p. 90. A partir destes dados é importante observar que o percentual de votos obtido pela direita, com G. Ross, corresponde ao maior índice alcançado por um único candidato desta corrente nas eleições presidenciais que se observaram no país de 1932 a 1970, considerando-se sempre as eleições polarizadas em duas

Observada a distribuição dos votos entre os dois candidatos, Aguirre Cerda venceu na maioria das províncias do norte e do sul, sendo que expressivamente em Magalhães (88%), um tradicional reduto socialista. Venceu também nas cidades mais importantes: na capital, em Valparaíso e Concepción. Ross superou Aguirre Cerda nas províncias tipicamente rurais, especialmente na zona central do país. Cruzando dados de enfoque variado, Aguirre Cerda superou Ross nas províncias com um índice de modernização mais expressivo, isto é, em regiões mais urbanizadas, de sindicalização mais numerosa, com uma taxa média de salários mais alta que as demais e onde a religiosidade era mais baixa³⁸.

A eleição de 1938 pode ser analisada também através de outras referências. Além de fatores econômicos e sociais, fatores geográficos foram importantes na obtenção do voto para o candidato da Frente Popular. Estava presente no discurso da Frente a exigência de uma distribuição mais eqüitativa dos recursos do orçamento do governo central entre todas as regiões do país e não apenas para a capital e sua zona de influência direta. Neste sentido, ao que tudo indica, Aguirre Cerda aglutinou os ressentimentos regionais que se avolumavam a partir da avaliação de que as províncias do norte e do sul pagavam as importações das províncias centrais³⁹. Por outro lado, além da fama de defensores dos interesses regionais, os Radicais foram efetivamente responsáveis pela alta votação de Aguirre Cerda em algumas províncias do sul - nas áreas de colonização agrária -, onde a organização da

postulações; cf. Moulian, Tomás e Torres, Isabel, *Discusiones entre honorables ...op. cit.*, 1987, p.199.

³⁸ Nas comunas urbanas Aguirre Cerda alcança 61,5% contra 37,5% de Ross, ao passo que nas rurais isto se inverte quase que absolutamente na mesma medida. Cf. Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, pp.179-180.

³⁹ Idem, pp. 171-174.

produção obedecia moldes mais capitalistas que as demais. Estas províncias representavam quase 20% do eleitorado e os Radicais, com uma presença importante na região, garantiram o apoio ao candidato da Frente Popular. Outro aspecto que se apresentou como decisivo foi a votação muito mais expressiva de Aguirre Cerda na região metropolitana (55%), que representava em torno de 35% do eleitorado⁴⁰, sendo que, neste caso, um outro dado pode ser agregado para se compreender melhor os resultados desta eleição: na capital, quanto mais popular fosse a comuna, mais aumentava o percentual de opção por Aguirre Cerda⁴¹.

Obviamente, o outro fator decisivo que atuou na eleição de 1938 foi o massacre dos jovens nazistas, a menos de dois meses do pleito. Além de ter determinado que a eleição fosse disputada apenas entre dois candidatos, orientou, de fato, algumas opções eleitorais de uma maneira bastante surpreendente: os *nacistas* chilenos foram estimulados por sua liderança maior a votarem pela candidatura da Frente Popular. Pelo percentual de diferença entre os dois postulantes, pode-se admitir a idéia de que a parcela da direita chilena, contra a qual, em termos mundiais, se levantava a postulação das Frentes Populares, ajudou concretamente, a eleger o seu mais portentoso adversário. No entanto, como demonstramos acima, a Frente Popular no Chile era, sobretudo, uma coalizão político-eleitoral anti-repressiva, anti-ditatorial e, concretamente, anti-alessandrista, ainda que marcasse, por todo tempo e em especial seus componentes da esquerda marxista, sua retórica anti-

⁴⁰ Cf. cf. Moulian, Tomás e Torres, Isabel, *Discusiones entre honorables ...op. cit.*, 1987, p.197-198.

⁴¹ Drake observa que em comunas de classe média, como Providencia e Ñuñoa, a opção por Aguirre Cerda permaneceu em torno de 50% dos votos enquanto que em comunas claramente de trabalhadores, como San Miguel, Puente Alto, Quinta Normal e Renca o percentual ficou entre 58% e 74% dos votos, demarcando, ao nosso ver, a força da presença dos partidos de esquerda; cf. Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, p. 180.

fascista. O apoio *nacista* ao candidato da Frente Popular era, numa situação normal, estranho e incoerente, mas nas circunstâncias em que se apresentava o final da campanha ele não foi tão descabido. Entretanto, pelos dados de caráter eleitoral expostos acima, não se deve supor que a votação obtida por Aguirre Cerda nas províncias do sul, que, entre outras coisas, eram ocupadas por "imigrantes alemães fiéis ao nazismo", tenha determinado a vitória eleitoral de 1938⁴².

Após a derrota, a reação da direita à Frente Popular permaneceu agressiva, mas rapidamente alguns de seus líderes procuraram definir a sua postura como de oposição moderada, com o intuito de não jogar mais ainda Aguirre Cerda nos braços da esquerda. Das imagens catastróficas de Aguirre Cerda como o "Kerensky chileno", evoluiu-se, assim, para uma estratégia de induzir parte da Frente Popular a inclinar-se mais à direita. Esta atitude, além de contar com o apoio de uma minoria da chamada "direita política", em especial de uma "ala progressista do Partido Liberal e da Falange", teve o apoio decisivo de alguns líderes conservadores e das elites econômicas, que passaram a assumir um perfil fundamentalmente pragmático após a vitória da Frente Popular. A atitude pragmática das elites econômicas reunidas principalmente na Sociedad Nacional de Agricultura (SNA) e na Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA) explica-se pelo fato de que, de forma corporativa, estes segmentos já haviam conquistado um espaço significativo a nível governamental, atuando de forma coordenada e mantendo representantes junto ao Banco Central do Chile⁴³. Pelo discurso e postura assumidos por Aguirre Cerda durante a campanha, tudo indicava que, na medida em que pudessem garantir estas posições no

⁴² Esta avaliação encontra-se em Stabili, M. R., *Il Cile - dalla República liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991, p. 98.

⁴³ Cf. Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, p. 166.

interior do Estado, estes segmentos não seriam afetados por um governo como o da Frente Popular. A tentativa de monopolizarem o poder presidencial através de Ross havia sido válida, mas sua derrota não significava um ataque direto às suas posições, tanto mais - pode-se enfatizar - com o apego à "ordem" demonstrado pelo futuro presidente. Para estes setores sociais, estava claro que os meios de produção e de comunicação sob sua propriedade não estavam em risco e, assim, o pânico inicial que afetou a Bolsa de Valores de Santiago foi prontamente superado. Por outro lado, no plano da política, as palavras de uma expressiva liderança dos conservadores, o Senador Rafael Luis Gumucio manifestavam, com clareza, a atitude que as elites chilenas deveriam seguir. Num texto muito auto-referido, Gumucio afirmava: "aos conservadores, já que não podemos contar com as massas nem com as Forças Armadas, nos convêm, mais ainda que nossos adversários, manter a democracia constitucional"⁴⁴.

No que se refere aos atores fundamentais que compunham a Frente Popular, a vitória eleitoral foi lida conforme suas postulações anteriores, tanto aquelas mais singulares vinculadas a cada uma das forças políticas quanto àquilo que as aglutinava na coalizão político-eleitoral. Percebe-se a cada argumento uma capacidade maior ou menor de reconhecimento tanto do terreno político quanto de cada um dos atores e suas potencialidades.

Para os Comunistas, a vitória significou a força da unidade do povo chileno; para os Socialistas, uma esperança de mudança e uma manifestação de liberdade das classes populares; e, por fim, para

⁴⁴ Gumucio, R. L., *Me Defiendo. Misión Conservadora*, Santiago, Imprenta Económica, 1939, p. 65. Ver também Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, p. 182.

os Radicais ela se configurou numa expressão de justiça, presente na proposta apresentada pela Frente Popular. Como valor compartilhado e articulador destas visões estava a defesa da democracia. Esta assumia, contudo, um sentido distinto conforme o enfoque de cada uma destas forças políticas. Para o Partido Comunista, democracia era a defesa das reivindicações populares contra o inimigo comum: a oligarquia associada ao imperialismo. Para o Partido Socialista, a democracia era o espaço da liberdade para que o povo chileno, oprimido, explorado e pobre, pudesse lutar pelas transformações da sociedade. Por fim, para o Partido Radical, a democracia era encarada como o “justo meio”, isto é, a capacidade do governo de responder, gradativamente, às necessidades do povo; a democracia era a possibilidade de avançar e evitar excessos⁴⁵.

Após a vitória, uma transformação inevitável entraria em curso. A Frente Popular, que havia nascido como um ator político *defensivo*, teria que, obrigatoriamente, passar a adotar uma visão mais *afirmativa e propositiva* da realidade do país e da ação governativa. As circunstâncias e a natureza do Partido Radical fizeram com que ele procurasse operar esta viragem, mais incisivamente, antes mesmo dos resultados eleitorais. A rigor, o Partido Radical assumiu este movimento a partir da assunção de Aguirre Cerda como candidato presidencial. Esta definição era necessária ao encaminhamento e resolução das tensões existentes no interior da Frente Popular desde a sua criação e, ao nosso ver, foi o Partido Radical que, de forma mais consciente conduziu politicamente a sua superação. Sumariamente, havia no interior da Frente Popular três visões que se manifestavam de forma tensionada, a despeito da consciência precisa deste fato por parte de todos os seus atores. A Frente Popular foi um ator oposicionista, mas carregou dentro de si a

⁴⁵ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* p.432.

ambigüidade de manter-se em oposição a um determinado governo ou levá-la a limites mais amplos, ou seja, de questionamento do regime social, propondo uma alternativa de transformação da sociedade. A vitória eleitoral definiu esta questão: a Frente Popular passaria a ser governo. Em segundo lugar, a Frente Popular oscilou, permanentemente, o seu caráter entre uma coalizão político-eleitoral e um movimento político de natureza mais orgânica; acabou reduzindo-se ao primeiro. Por fim, em virtude de suas bases sociais abria-se a possibilidade de se propor novas formas de participação política, com uma incorporação mais aberta das camadas populares; contudo, a opção, estratégica e instrumental, foi manter-se nos quadros da prática política previamente estabelecida, guardadas as inovações surgidas a partir de 1920, ou seja, manter-se num plano de equilíbrio entre estrutura representativa e política de massas⁴⁶.

Reafirmando nosso argumento, a passagem de um perfil a outro do ator político em questão se configura a partir do momento em que o Partido Radical assume a hegemonia da Frente Popular e Pedro Aguirre Cerda, expressão da moderação e da negociação política, é ungido candidato presidencial da Frente Popular. Estes dois fatos solidificaram, dentre os principais componentes da Frente Popular, o consenso em torno da definição pelo objetivo tático de defesa do regime democrático e constitucional, a despeito de toda retórica ruptural esgrimida pelos partidos de esquerda. Programa, candidato e campanha assumiram um tom e uma direção únicas: manutenção da democracia, aperfeiçoamento da legislação social, crescimento da economia nacional com base no desenvolvimento capitalista, maior intervenção estatal e, por fim, ênfase na negociação que implicava a implementação de tal programa. Sob todas as circunstâncias, era de se esperar que aquilo que

⁴⁶ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* p.438.

as forças políticas da Frente Popular haviam assumido como positivo para a construção, estabilidade e vitalidade da aliança eleitoral antes de 1938, isto é, o predomínio dos conteúdos e significados expostos acima, se tornasse fator de desunião e ruptura depois de conquistado o governo⁴⁷.

Depois de uma década intensa de mobilização popular e de ascensão da esquerda, passa a se impor, mesmo para estes setores, um espírito de moderação. A vitória da Frente Popular levou a esquerda chilena ao poder, sem que isto significasse - já se sabia em 1938 - uma alteração substancial da ordem política e social⁴⁸. Para alguns analistas, numa visão um pouco anacrônica, este fato implicou um retardamento na radicalização da política chilena⁴⁹, pelo menos na forma como ela irá se expressar a partir dos anos sessenta.

A ascensão ao poder da Frente Popular não era o início de um conjunto de transformações modernizadoras. Expressava, sem dúvida, muito de continuidade, mas trazendo consigo uma novidade: as forças de esquerda estavam institucionalizadas e pesavam na definição do que deveria ou não ser encaminhado via Estado. Não se trata, novamente, de voltar ao velho paradigma e pensar que tudo se deve à "elasticidade" e "flexibilidade" da cultura política e das instituições

⁴⁷ Cf. Milos H., Pedro, *op. cit.* P.441. Esta percepção será, contemporaneamente, registrada através de um livro de caráter polêmico que nem sempre compreendeu precisamente o que ocorreu, procurando tenazmente denunciar a moderação assumida pelos radicais a partir da ascensão ao poder. Trata-se de Bermúdez M., Oscar, *El Drama Político de Chile*, Santiago, Editorial Teguvalda, 1947, ver especialmente pp.58-88.

⁴⁸ Cf. Lechner, N., *La democracia en Chile*, B. Aires, Ediciones Signos, 1970, p.80. Ainda com uma visão, ao nosso ver, equivocada, Lechner vê na burocracia o fator impulsionador da continuidade, Sem verificar a complexidade do processo, para ele, a Frente Popular "conduziu unicamente a uma extensão formal da participação política, estabilizando indiretamente a estrutura de dominação tradicional"(p.78).

⁴⁹ Esta tese é defendida por Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, p.188.

chilenas ou mesmo à "adaptabilidade das elites" e às "concessões dos marxistas"⁵⁰. Ao contrário, esta foi uma obra de construção política e, como tal, esteve a ponto de não se concretizar, antes e, como veremos, depois de 1938. Mas, logo após a vitória, Aguirre Cerda demonstrava consciência do que estava em jogo e advertia:

*"Sou o segundo Presidente chileno do Partido Radical... Serei o segundo e o último se os do outro grupo souberem escutar a razão e fazer concessões, como os têm aconselhado os grandes líderes de suas próprias agremiações ... ou eu abro um canal que regule os desejos do povo ou depois de mim vem o dilúvio"*⁵¹.

A vitória de 1938 carregava, portanto, muito mais do que as divisões internas da Frente Popular. Levava para o novo governo um problema inarredável que precisaria ser enfrentado, sem o qual a posição do presidente, e com ela a do regime democrático, estaria em aberto questionamento.

⁵⁰ Idem, Ibidem.

⁵¹ U.S.Dept. of State Archives, Santiago, 09 de novembro, 1938, citado por Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op. cit.*, 1992, p.184 (grifo nosso).

POLÍTICA E ECONOMIA NO PERÍODO DA FRENTE POPULAR E DO RADICALISMO

A chegada ao poder da Frente Popular significou, na história do Chile, o início de quatorze anos de governos liderados pelo Partido Radical. A partir de 1938, a política conciliatória e flexível deste partido passou a ser o ponto de referência central na vida do país, o que acabou por gerar, a despeito das enormes divergências internas da Frente Popular e dos conflitos latentes com as forças de direita, um clima de relativo consenso em torno de temas como democracia representativa, estabilidade e desenvolvimento econômico. À testa do governo, o Partido Radical garantiu uma relativa estabilidade do sistema político e não se postou como um obstáculo, em quase todo o período a partir de 1938, à livre manifestação das representações políticas das camadas subalternas, em especial das urbanas. Acomodando-se também às oscilações dos outros segmentos políticos, o Partido Radical pôde realizar, ao longo deste período, alianças políticas, eleitorais e de governo, de amplo espectro, ora encaminhando-se mais à esquerda, ora à direita, conforme os ditames da conjuntura¹. Entretanto, o consenso a que nos referimos jogou um papel

¹ Por aliança eleitoral entende-se a composição política entre partidos através de uma lista comum, mas que nem sempre se desdobra em colaboração recíproca quando se ascende ao governo. Por aliança de governo entende-se a composição política visando a formação de ministérios, ainda que, eleitoralmente, tais forças políticas continuem apresentando-se como concorrentes ao eleitorado. T. Scully observa que de 1932 a 1952 os Radicais e os Conservadores nunca compuseram alianças eleitorais, ainda que tenham participado de algumas alianças de governo, no início e no final do período. No que se refere propriamente ao período aberto em 1938, as alianças eleitorais lideradas pelos Radicais foram sempre de centro-esquerda. A partir do governo os Radicais buscavam, e por vezes conseguiam, o apoio da Falange Nacional, dos Liberais e dos Conservadores; cf. Scully, Timothy

muito mais decisivo do que a natureza das coalizões levadas a efeito pela política do radicalismo. Neste sentido, a ascensão ao poder da Frente Popular, uma coalizão marcadamente de centro-esquerda, abriu, em 1938, um período na história do Chile que não correspondeu integral e precisamente aos anseios que expressavam, retoricamente ou não, suas bases sociais e suas representações políticas².

Imediatamente após a posse, a intenção do governo da Frente Popular, encabeçado por Pedro Aguirre Cerda, era a adoção de uma série de medidas sociais relativas à terra, ao trabalho, à habitação e à saúde. Para tanto, o presidente eleito procurou todos os partidos que compunham a Frente Popular para formarem o novo ministério, inclusive a Aliança Popular Libertadora (APL). O Partido Comunista recusou-se a participar diretamente do governo alegando que a sua declinação significava uma contribuição à busca de estabilidade diante da agressividade que a direita manifestava em virtude da vitória da Frente Popular. A Aliança Popular Libertadora, dividida entre ibañistas e socialistas (União Socialista) não conseguiu evitar que este convite rompesse definitivamente sua frágil unidade política. Como conseqüência, a União Socialista retira-se da Aliança Popular, deixando-a integralmente nas mãos de Ibáñez, em oposição ao governo de Aguirre Cerda.

R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992, pp. 134 e 135.

² Não se trata aqui de montarmos um quadro comparativo para buscarmos semelhanças com outros países latino-americanos. E muito menos tomarmos como base desta operação conceitos como o de "populismo". Entretanto, ao nosso ver, não é despropositado compararmos o período de quatorze anos de predomínio Radical no Chile com os anos em que Getúlio Vargas governou o Brasil, ainda que as diferenças no que se refere principalmente à dimensão política sejam expressivas. O que chama atenção, contudo, é a quase integral coincidência cronológica e os projetos econômicos que mesclavam nacionalismo e integração internacional tendo como base o "americanismo".

Em virtude da direita contar com a maioria das cadeiras do Parlamento, era praticamente impossível o governo implementar as medidas de cunho social que havia planejado através de mecanismos legais³. Além da retórica agressiva em relação à Frente Popular, os partidos da direita chilena, desde o início, manifestaram-se fortemente empenhados em bloquear as ações governamentais, especialmente aquelas de natureza reformista. Diante deste bloqueio imposto pela direita, o recurso que o governo da Frente Popular procurou usar foi a mobilização de suas bases sociais, bem como a utilização das faculdades reguladoras de que dispunha o Poder Executivo. Nestas circunstâncias, uma das principais medidas adotadas pelo governo da Frente Popular foi dar poder de iniciativa ao *Comisariato*, instituto criado em 1932 pelos Decretos-Lei n. 520, que deveria se ocupar da regulação parcial do exercício da propriedade privada, especialmente em relação à habitação e à saúde pública⁴. Assim, através da mobilização popular e de estratégias de apoio aos anseios mais diretos destes setores, o governo da Frente Popular beneficiou vivamente os partidos marxistas e a Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCH), o que resultou num forte incremento da sindicalização e da atividade sindical⁵.

³ Pelos resultados eleitorais de 1937, a direita conquistou 42% do eleitorado, fazendo em torno de 70 deputados e 24 senadores; o centro alcançou mais ou menos 40 deputados e 16 senadores e a esquerda 26 deputados e 5 senadores; esta correlação de forças no parlamento somente será modificada nas eleições legislativas de 1941; dados extraídos de Urzua V., German., *História Política e Electoral de Chile (1931-1973)*, Santiago, Colección Documentos de Chile, 1986, p. 44.

⁴ A ação do *Comisariato* cobriu principalmente as questões relativas aos aluguéis de imóveis e procurou regular esta prática em favor dos segmentos populares. Por esta razão, passou a ser um instituto público violentamente atacado pela imprensa de direita; sobre isso ver Espinoza, Vicente, *Para una historia de los pobres de la ciudad*, Santiago, SUR, 1988, especialmente pp.185-217.

⁵ Os dados neste sentido são expressivos: a sindicalização cresceu em torno de 40% em apenas um ano e o número de sindicatos dobrou, atingindo a marca de 1.687. Isto vai repercutir na ação operária nos anos seguintes. Comparativamente,

No outro campo, os partidos direitistas coincidiam numa atitude de oposição ao novo governo, porém, careciam de uma estratégia clara para enfrentá-lo: enquanto os conservadores católicos postulavam uma oposição total, acreditando que a Frente Popular representava uma ameaça aos valores cristãos e à propriedade privada, o Partido Liberal adotou uma posição moderada e de negociação, pois acreditava que o Partido Radical, um antigo aliado, ainda possuía uma ala direita forte e influente capaz de contrarrestar o que parecia ser uma maré avassaladora de esquerdismo. Deste modo, Liberais e Conservadores trabalharam concentradamente na intensa utilização dos mecanismos parlamentares de obstrução às iniciativas do executivo, objetivando com isso que o governo modificasse seus planos e, de acordo com a avaliação dos Liberais, os Radicais pudessem, de alguma forma, se separar de seus inflamados aliados marxistas.

Emergindo como acontecimento externo às vicissitudes humanas e como um fato inesperado, o terremoto de janeiro de 1939, que destruiu boa parte do sul do país, foi um fator a mais na contenta executivo *versus* legislativo que marcaria o governo de Pedro Aguirre Cerda. Emergencialmente, o governo foi obrigado a rever seus planos mais imediatos e reorganizar suas iniciativas no sentido de implementar rapidamente um processo de reconstrução das áreas mais atingidas pelo sismo. Foi no interior deste processo que o governo de Aguirre Cerda apresentou ao Congresso um projeto de emergência contendo a proposta de criação da CORFO - *Corporación de Fomento de la Producción* - que analisaremos mais adiante.

em 1937, foram três mil o número de grevistas, enquanto que em 1938 e 1939 eles alcançaram 10 mil e, em 1940, 18 mil; cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*, Santiago, Editorial BAT, 1992, p.67.

A estratégia da direita de concentrar a sua ação de oposição nas manobras parlamentares, unificou Liberais e Conservadores no Congresso e mostrou-se bastante eficaz, uma vez que conseguiu arrefecer a extrema desenvoltura demonstrada até aquele momento pelo governo, a despeito das manobras que havia sido obrigado a operar em virtude do terremoto de janeiro. Mesmo que o governo tivesse demonstrado disposição para negociação de partes importantes de seu programa de emergência (o caso de financiamento da CORFO é o mais exemplar, como veremos mais adiante), o comportamento da direita não deixou de inclinar-se - e de maneira incisiva - no sentido de intensificar sua pressão, seja com forte propaganda contrária à Frente Popular, seja com a difusão de informes falsos e alarmistas na imprensa chilena. Esta campanha de ataques visava instalar o pânico entre os investidores e gerar o descrédito quanto ao novo governo.

Por estas razões, as dificuldades do governo no plano legislativo, verificadas quando da votação do projeto da CORFO, aprovado depois de diversas derrotas e de muita negociação em 29 de abril de 1939, tornavam-se cada vez maiores. O esforço dos Radicais para ampliar a base parlamentar de sustentação do governo não surtia nenhum efeito em virtude da polarização, em certa medida artificial, entre a Frente Popular e a oposição dos partidos de direita mais a APL. Nesta conjuntura, após uma série de negociações de cúpula, os Radicais receberam a recusa do Partido Democrático para ingressar na Frente Popular.

No interior da coalizão de centro-esquerda a situação também encontrava-se complicada. Em junho de 1939, sintomaticamente, uma convenção do Partido Radical reafirmava o discurso a respeito da necessidade de se manter a "unidade da Frente Popular", a defesa do

programa eleitoral de 1938, bem como a manutenção e aperfeiçoamento do regime democrático. No entanto, a primeira crise de proporções graves entre o governo e os partidos da Frente Popular emergiu em virtude do descontentamento que acabou causando o comportamento do ministro da Fazenda, Roberto Wachholtz, para quem “se deveria fazer política de esquerda com homens de direita”, uma vez que faltavam quadros para ocuparem todos os escalões da administração. Para os líderes dos partidos da esquerda, esta era uma desculpa que tinha como intenção manter o pessoal administrativo do “regime anterior”, vinculados ao alessandrismo. Esta crise ocasionou a renúncia de três ministros socialistas. Para substituí-los, foram indicados Oscar Schnake para a pasta de Fomento, Rolando Merino para a de Terras e Colonização e Salvador Allende para a Saúde, todos igualmente do Partido Socialista. Com estes novos ministros, foi também proposta a criação de uma Junta Econômica, dirigida pelo Presidente da República, encarregada de fazer valer as orientações e critérios relativos à política geral de Fomento, bem como de créditos. Imediatamente, esta proposta ganhou a oposição do ministro da Fazenda, Roberto Wachholtz, fazendo emergir a segunda crise ministerial de grandes proporções, e que, por fim, acabou motivando sua retirada do governo⁶.

A conjuntura política evidenciava que, além dos desentendimentos internos da Frente Popular, os conflitos entre oposição e o governo passavam de latentes a diretos ou explícitos, envolvendo inclusive um incidente militar, em virtude da mudança no juramento à bandeira proposta pelo governo da Frente Popular⁷. Mesmo que esta

⁶ Cf. López C., Glória et al., *El Partido Radical y su Política de Alianzas (1936-1942)*, Santiago, Universidad de Chile, memória, 1966. p. 206.

⁷ O juramento que estava em vigor dizia o seguinte: “Eu, N.N., juro por Deus, diante da bandeira da minha Pátria e pela minha honra de soldado, cumprir

mudança estivesse em direta continuidade como constitucionalismo imposto às Forças Armadas no governo anterior, a contestação ao presidente Aguirre Cerda por parte dos militares foi aberta, fortalecendo no seio da direita mais reacionária e nacionalista a idéia de deposição do governo da Frente Popular. Este incidente provocou o episódio do "*Complot del Póker*", um conjunto de ações conspiratórias que deveria desencadear uma sedição aberta no dia 09 de julho de 1939⁸.

Depois de abertos confrontos com o presidente Aguirre Cerda, o general do exército Ariosto Herrera, declarado simpatizante fascista, aliado ao ex-presidente Carlos Ibáñez, articulou e tentou colocar em prática um dispositivo golpista contra o governo frentista, no dia 25 de agosto de 1939. A sublevação - que ficou conhecida como *Ariostazo* - fracassou sem encontrar respaldo suficiente no interior das Forças Armadas. Foram presos 32 civis e 36 oficiais, dentre eles o general Herrera, enquanto que Ibáñez conseguiu exilar-se no Paraguai. Imediatamente, uma multidão de pessoas saiu às ruas em defesa do

fielmente meus deveres militares conforme as leis e regulamentos vigentes". O novo juramento dizia: "Orgulhoso de ser chileno, prometo pela minha honra de soldado obedecer a Constituição, as leis e as autoridades da República; juro, ainda, amar e defender com minha vida a bandeira da minha Pátria, símbolo desta nossa terra e expressão da liberdade, justiça e democracia". Pode-se concluir que o novo juramento proposto pela Frente Popular significava diretamente a subordinação dos militares em relação ao poder civil, eliminando-se a referência direta a Deus e redimensionando a noção de Pátria. Citações extraídas de Alvarez, Rolando et. all., *De Ariosto Herrera al General Viaux: un estudio de los Complots Militares en Chile*, Santiago, Instituto Profesional de Estudios Superiores "Blas Cañas", 1995, Seminario de Título dirigido por Verónica Valdívía Ortiz de Zarate, pp. 85-86.

⁸ O *Complot del póker* revelou a vinculação do nacionalismo chileno expresso pela Frente Nacional Chilena (FNCH) com os militares. Esta organização, assim como o Partido Nacional Fascista, eram sucedâneos do Movimento Nacional Socialista comandado por Von Marées. Ambos nasceram depois de 1938 e seriam posteriormente substituídos pelo Movimento Nacionalista do Chile; ver sobre isso Valdívía O. Z., Verónica, *El Nacionalismo Chileno en los Años del Frente Popular (1938-1952)*, Santiago, Universidad Católica Blas Cañas, Serie Investigaciones, n. 03, 1996, especialmente pp. 09-22.

governo de Aguirre Cerda, da democracia e contra o fascismo. Diante das circunstâncias de derrota do expediente golpista, os partidos de direita permitiram que o Congresso concedesse poderes emergenciais ao Presidente, a fim de que pudesse “ser restabelecida a lei e a ordem”. Não obstante tal atitude, a imprensa de direita, notadamente o “Diário Ilustrado”, porta-voz do Partido Conservador, aproveitou a oportunidade para alertar o governo de que suas ações induziam e justificavam tais atitudes de sedição⁹.

No entanto, ao contrário do que advertia a direita, estas atitudes facciosas, como ficou demonstrado, eram isoladas e cada vez menos prestigiadas no interior das Forças Armadas. Vencido o período entre 1924 e 1931, no qual os militares chilenos haviam precipitado sua intervenção no espaço político e fracassaram como grupo uma vez que foram deslocados do poder, o que se afirmava gradativamente no interior da Forças Armadas era o constitucionalismo, não somente como mecanismo formal de reintegração dos militares à vida nacional, como também o meio pelo qual os militares poderiam recuperar, depois daquela experiência, seu *esprit de corp*¹⁰. Neste sentido, é possível captar aqui mais um elemento de continuidade entre o governo da Frente Popular e o governo anterior, dirigido por Arturo Alessandri, ainda que a ênfase no civilismo tenha ganhado mais nitidez e afirmação após 1938.

Um outro problema de grande envergadura que o governo da Frente Popular teve que enfrentar no decorrer do ano de 1939 foram as agitações no campo. O número de petições vindas deste setor,

⁹ Cf. *Diario Ilustrado* de 26 de agosto de 1939, extraído de Alvarez, Rolando et. all., *De Ariosto Herrera al General Viaux... op. cit.*, 1995, p. 93.

¹⁰ Cf. Alvarez, Rolando et. all., *De Ariosto Herrera al General Viaux... op. cit.*, 1995.

envolvendo questões trabalhistas e sociais, que era de cinco em 1938 saltou para 177 em 1939¹¹. A pressão dos fazendeiros foi enorme desde o início do governo de Aguirre Cerda. Em março de 1939, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) exigiu providências do governo no que se refere à agitação no campo, fazendo com que este criasse uma Comissão Mista, formada por fazendeiros, representantes dos trabalhadores do campo e membros do governo, para solucionar o problema. De acordo com o Ministério do Trabalho, deveria ser suspensa toda a tramitação relacionada com a constituição de sindicatos agrícolas enquanto a comissão mista especial criada para a matéria não estudasse e definisse uma regulamentação própria para o setor. Nesta oportunidade, não apenas o Presidente Aguirre Cerda e seu partido, mas todos os partidos da Frente Popular consentiram com estas medidas¹².

Ao final de 1939, em virtude da forte influência da SNA no Parlamento e mesmo no Partido Radical (especialmente pela presença dos agricultores do sul) e da ação do Partido Comunista no campo - organizando cerca de 440 sindicatos -, nenhuma lei a propósito da sindicalização camponesa havia sido aprovada. A SNA bloqueou qualquer tentativa de aplicação da legislação social no campo, alegando especificidade da atividade agrária. Os "agitadores" foram reprimidos com o beneplácito tácito do governo que, de uma atitude inicial reformista, passou a se mostrar inteiramente conciliatório com os proprietários rurais¹³.

¹¹ Em 1940 as petições camponesas foram de 199, declinando para uma cifra entre 65 e 100 até 1945, voltando a ultrapassar a marca de 200 em 1946. Em 1939, elas atingiram 26% das petições trabalhistas; cf. Scully, Timothy R., *Los Partidos de Centro ... op. cit.*, 1992, p.167.

¹² Cf. Scully, Timothy R., *Los Partidos de Centro ... op. cit.*, 1992, p.163.

¹³ Sobre a questão agrária no período da Frente Popular ver Bravo, Braulio, *El Frente Popular y la sindicalización campesina*, Valparaíso, Tesis de Magister en

Depois do fracasso da tentativa de golpe liderada por Herrera e Ibáñez, o governo Aguirre Cerda conseguiu realizar a operação de montar, na Câmara dos Deputados, um bloco político que lhe deu maioria pelo breve lapso de dois meses. Muito rapidamente este bloco político foi desestruturado em função da renúncia dos ministros do partido Radical, numa desastrada e incompreensível tentativa de desvinculação entre a imagem do partido e a do governo do presidente Aguirre Cerda¹⁴. Por esta razão, a situação política não teve o seu quadro geral alterado, com a direita continuando a negar ao governo os votos necessários à aprovação dos seus projetos, o que conduziu a administração da Frente Popular à paralisia decisória.

Era urgente reverter esta situação através de uma iniciativa para além do campo da Frente Popular, objetivando romper a inércia parlamentar. A partir de fevereiro de 1940, o partido Liberal passou a ser mais incisivo em sua estratégia de aproximar-se dos Radicais, objetivando a composição de um governo de centro. A reação dos partidos de esquerda a esta proposta assume ares de indignação exatamente no momento em que a Sociedade Nacional de Agricultura lança um manifesto anti-comunista, assinado também pelo ministro Cristóbal Sáenz, membro do Partido Radical. A Frente Popular rechaçou o manifesto e Cristóbal Sáenz argumentou que havia assinado o documento

Historia, Instituto de Historia, Universidad Católica de Valparaíso, 1988. Também Valenzuela M., Jaime, "La Agricultura y la Política Agraria durante el Gobierno del Frente Popular, 1938-1941" in *Estudios Sociales*, n. 61, 1989, pp. 119-149, e Muñoz D., Ignacio, *Historia del Poder. la Sociedad Nacional de Agricultura durante el Período del Frente Popular*, Santiago, Ed. Vivaria, Série Avances n. 01, 1991.

¹⁴ Conseguiu-se formar, nesta oportunidade, um bloco parlamentar de apoio ao governo composto por 78 deputados que não eram somente dos partidos da Frente Popular. Este bloco foi composto por 32 Radicais, 15 Socialistas, 7 Comunistas, 5 Democráticos, 5 Democratas, 3 Vanguardistas, 2 APL, 1 Radical-Socialista, 1 Independente e 6 Falangistas; cf. López C., Glória et al., *El Partido Radical y su Política...op. cit.* 1966. pp. 207-208.

como agricultor e não como ministro, agregando em seguida que tinha como preocupação servir aos interesses do partido Radical, que em sua opinião era "o partido da ordem"¹⁵. Ficava cada vez mais claro que o móvel de ataque a Frente Popular e de atração dos Radicais por parte da direita era a questão comunista.

Em abril de 1940, por iniciativa do partido Radical, reúnem-se as direções dos partidos Radical, Liberal e Conservador para firmarem um pacto visando a possibilidade de implementação das propostas do governo. A proposta de acordo continha a aceitação do arquivamento dos projetos de anistia geral, o desbloqueio dos projetos do governo no Congresso, aumento de salário para os militares e de recursos para as Forças Armadas, além de projetos relativos à sindicalização camponesa, à poupança, à habitação, etc.

De início, os partidos de esquerda entenderam este acordo como uma trégua com a direita, enquanto que a direção dos Radicais, depois de aprová-los por unanimidade, argumentava que os acordos visavam "facilitar o despacho de diversas leis fundamentais", permitindo o "cumprimento do programa da Frente Popular". No entanto, o comportamento da direita não indicava, em nenhuma hipótese, uma mudança de estratégia. Nestas circunstâncias, os partidos Socialista e Comunista manifestaram-se veementemente contrários a tal tipo de pacto, acompanhados pela CTCH. Para estes segmentos, tratava-se de uma manobra da reação e de uma atitude desleal para com a esquerda. Cinco meses depois, a direita aprovou uma lei de anistia no Congresso, rompendo praticamente um acordo que jamais foi posto em prática.

¹⁵ Cf. López C., Glória et al, *El Partido Radical y su Política...op. cit.* 1966. p.212.

Uma nova tentativa de acordo entre os Radicais e a direita foi motivada pela situação orçamentária que apresentava um déficit de 240 milhões de pesos, em virtude de aumentos de salários do setor público. Neste caso, os Radicais agem sem consulta alguma aos partidos de esquerda e a direita reage à proposta de acordo de maneira extremamente radicalizada pedindo a ilegalização do Partido Comunista e a dissolução da CTCH, além de outras medidas ofensivas aos próprios Radicais. A ruptura do processo de negociação entre Radicais e direita foi inevitável. O presidente Aguirre Cerda vetou a lei de anistia patrocinada pela direita, que reagiu aprovando na Câmara dos Deputados, em 05 de dezembro de 1940, um dispositivo que colocava na ilegalidade o Partido Comunista. O rechaço da Frente Popular foi imediato, conseguindo barrar esta proposta no Senado. Nesta oportunidade, Pedro Castelblanco, presidente dos Radicais, reiterou a posição do partido em defesa das liberdades, em especial da liberdade de pensamento, reafirmou a aliança com o Partido Comunista, mas fez questão de demarcar a função dos Radicais nesta composição, nos seguintes termos:

“O Partido Radical vem tomando diversas iniciativas para que o Partido Comunista não extrapole os limites do nosso pacto... Consideramos que a ordem na produção, a disciplina no trabalho e o respeito pelas hierarquias são a pedra angular do progresso. (...) “...seremos irredutíveis neste sentido e qualquer violação nos encontrará firmes na posição que deixo anunciada e, por conseguinte, em inteira liberdade de defender nossos princípios fundamentais.(...) “As greves de ocupação e a existência de comitês que orientam a ação dos chefes nas grandes indústrias estão em confronto com nossos princípios. (...) “...a incorporação ou requisição da indústria privada para

mãos do Estado, nós a rechaçamos”(...) “A agitação artificial no trabalho, que obstaculiza a produção, e a deflagração de greves ilegítimas tampouco aceitamos”¹⁶.

A situação de fragilidade no Parlamento fazia com que a política do governo Aguirre Cerda fosse necessariamente oscilante e errática, ainda que ela guardasse sempre um pano de fundo afirmativo da ordem política e social. Este cenário sofreu pequenas alterações em virtude da realização de eleições complementares na cidade de Valparaíso, no mês de novembro, vencidas por um candidato frentista. No entanto, este triunfo se processou, como veremos em seguida, num momento de crescentes divisões no interior da Frente Popular e de isolamento do presidente em relação a sua própria aliança.

A derrota eleitoral em Valparaíso foi recebida com bastante apreensão pela direita. Os fatos pareciam indicar que a estratégia de bloqueio das ações do governo no Congresso era contraproducente no plano social, uma vez que tendia a fortalecer a base eleitoral dos partidos da Frente. Aproveitando-se da ocorrência de alguns incidentes no processo eleitoral, a direita, com o objetivo de desestabilizar o governo, anunciou um boicote às eleições parlamentares de março de 1941. Esta iniciativa política representava um desafio aberto à legitimidade do governo, criando um cenário favorável a especulações quanto a uma inevitável intervenção do exército. Em meio a estas circunstâncias, o presidente Aguirre Cerda fez enormes concessões à direita com o objetivo de pôr fim à chantagem eleitoral. Mesmo assim, a direita manteve o clima desencadeado por suas declarações contestatórias à legitimidade do governo até fevereiro de 1941.

¹⁶ Cf. *La Opinion*, 13 de dezembro de 1940, citado por López C., Glória et all, *El Partido Radical y su Política...op. cit.* 1966. p.222.

A lógica que sustentava a orientação que Aguirre Cerda imprimia ao seu governo era fundamentalmente pragmática - ainda que não desprovida de valores ideológicos de referência - e tinha que enfrentar diversas dimensões de contestação. Em primeiro lugar, como já destacamos, a oposição da direita, entrincheirada no Parlamento, radicalizando cada vez mais esta posição. Em segundo lugar, as dissensões internas da Frente Popular em relação aos objetivos de governo da Frente Popular que, como vimos, assumiam leituras distintas da conjuntura e do processo em curso, conforme a organização política. Essas fissuras na coalizão governante facultavam ao presidente uma margem de manobra para operar uma orientação independente, já que o governo se via paralisado por intermináveis conflitos. E, por fim, os problemas derivados das relações entre o Presidente da República e seu próprio partido. No que se refere a este último aspecto, no primeiro semestre de 1941, uma substituição de postos no gabinete e o fechamento do jornal comunista "El Siglo", como forma de combater a extensão de uma greve nas minas de salitre, levou a que o partido Radical desencadeasse um conflito de sérias proporções com seu Presidente. Este conflito resultou em renúncia coletiva dos ministros Radicais, contrarrestada pela recusa do Presidente aos pedidos de demissão de seus ministros e, em seguida, em processos de expulsão do partido para aqueles que permaneceram no governo. O conflito foi tão expressivo que entre junho e setembro de 1941, os Radicais não estiveram representados no governo¹⁷.

É importante observar que este clima de disputa interna, instalada desde o início do governo da Frente Popular, marcou

¹⁷ Cf. Snow, Peter G., *Radicalismo Chileno - História y Doctrina del Partido Radical*, Buenos Aires/Santiago, Ed. Francisco de Aguirre, 1972, pp. 95-96.

todo o período presidencial de Aguirre Cerda, motivando nada menos do que 16 mudanças ministeriais em três anos. De fato, desde a posse, nunca foram fáceis as relações entre o governo e o partido de onde provinha o Presidente, o PR. Logo ao assumir, Aguirre Cerda designou para os principais postos da administração as lideranças do radicalismo que o apoiavam na direção do partido, o que, por sua vez, acabou criando um vazio nos órgãos de direção partidária, imediatamente ocupado por membros de tendências mais à esquerda. A nova direção partidária expressava uma grande preocupação em relação à vontade do presidente em negociar com a direita, o que poderia, segundo ela, não somente debilitar o governo, como também afetar o apoio até então demonstrado pelas bases eleitorais da Frente Popular. Entretanto, estes temores não se confirmaram, pelo menos no período de Aguirre Cerda.

Os conflitos entre o Presidente da República e seu partido expressavam, em termos gerais, uma aceitação ainda frágil dos institutos fundamentais da Constituição de 1925. Pode-se dizer que as razões destes conflitos se assentavam, em primeiro lugar, na tradição parlamentarista anterior à Constituição de 1925, que ainda se reproduzia na política chilena do final da década de trinta, em especial no Partido Radical. Tratava-se de uma “queda de braço” permanente entre o Presidente da República e os partidos que formavam o governo, uma vez que a Constituição de 1925 havia instituído um governo fortemente presidencial¹⁸. Em segundo lugar, poder-se-ia dizer também que, em virtude do Partido Radical não se configurar propriamente como um “partido de massas” e de ter conseguido chegar ao governo somente

¹⁸ Sobre isso ver Bravo Lira, Bernardino, *Régimen de Gobierno y Partidos Políticos 1924-1973*, Santiago, 1978; e do mesmo autor “Orígenes, Apogeo y Ocaso de los Partidos Políticos en Chile, 1857-1973” in *Política*, n. 07, Santiago, 1985, pp. 09-42.

através de coalizões com outros partidos, a sua dependência em relação ao controle do aparato governamental era um fator determinante de sua sobrevivência e reprodução políticas. Daí o conflito com a Presidência da República se expressar de maneira tão dramática¹⁹.

Retomando à conjuntura do final do ano de 1940 e dos primeiros meses de 1941, podemos dizer que dentre os fatos mais expressivos que marcaram aquele momento assumem relevância as disputas no interior da Frente Popular, que levariam à ruptura da coalizão que havia vencido em 1938, e as eleições parlamentares realizadas no mês de março.

Dentro da Frente Popular, a luta pela hegemonia da coalizão animou acirradas contendas políticas. Como vimos no capítulo anterior, Radicais e Socialistas disputaram constantemente o direito de direção da Frente Popular. Os primeiros, que finalmente haviam alcançado o controle do Executivo, não se mostravam dispostos a cedê-lo aos Socialistas. Ao lado de uma orientação governamental de corte pragmático e flexível, no plano político, e, como veremos detalhadamente mais à frente, da implementação de uma estratégia que contemplava as demandas sociais, mas também garantia a reprodução das classes dominantes através de um programa de atualização do capitalismo chileno, via intervenção estatal, os Radicais expressavam, através da sua liderança partidária, um discurso inclinado a manter e garantir a sua

¹⁹ No período em que o Partido Radical esteve à testa do governo, os problemas entre a direção partidária e o Presidente da República foram intensos e permanentes e envolviam sempre a formação dos gabinetes ministeriais ou substituição de ministros. Em virtude destes conflitos, Pedro Aguirre Cerda chegou a oficializar sua demissão. Sobre isso ver Cabero, Alberto, *Recuerdos de don Pedro Aguirre Cerda*, Santiago, Imprenta Nascimento, 1948, pp. 249-250. Especificamente sobre o conflito entre os presidentes do radicalismo e o Partido Radical ver Reyes Alvares, Jaime, *Los Presidentes Radicales y su Partido - Chile, 1938-1952*, Santiago, Centro de Estudios Públicos, d.t. 120, mayo 1989.

aliança com a esquerda. Um dos principais protagonistas do radicalismo que se especializou neste tipo de discurso foi Gabriel González Videla, mais tarde Presidente da República. Ao qualificar o apoio do seu partido ao programa da Frente Popular que, segundo ele, era claramente de “vanguarda” e “definidamente socialista”, Videla afirmava que o Partido Radical havia abandonado sua antiga postura liberal, anti-religiosa e individualista para reconhecer “ao Estado o direito de intervir e controlar a produção e o consumo no país”. E mais, admitia peremptoriamente que o Partido havia se convertido “ao socialismo de Estado” e reconhecia “a luta de classes”²⁰.

Em relação ao Partido Socialista os problemas eram de outra natureza e mesclavam uma postura de realismo político com a esperança de um crescimento do partido, além de antagonismo internos tendentes, inclusive, ao dilaceramento. O Partido Socialista, ao aceitar a candidatura de Aguirre Cerda, em 1938, esperava, com a sua participação no governo da Frente Popular, obter apoio para a indicação de um nome de suas fileiras nas futuras eleições presidenciais. Durante os dois primeiros anos de governo de Aguirre Cerda, os socialistas estiveram sempre pressionando para que não houvesse desvios nos objetivos programáticos da aliança. Isto gerou uma divisão interna muito grande uma vez que, ideologicamente, para os socialistas, os custos da gestão comandada pelos Radicais não eram de pouca monta. O Partido Socialista oscilou entre o que se chamou na época de “colaboracionismo”, expresso na política de lideranças do socialismo chileno que participaram do governo de Aguirre Cerda, como Marmaduke Grove, Oscar Schnake e Salvador Allende, e o “inconformismo” ou “vanguardismo revolucionário”

²⁰ Cf. Guzman H., Jorge, *Gabriel Gonzales Videla - Biografía y Analisis Crítico de su Programa*, Santiago, Imprenta y Litografía Universo, 1946, pp. 53-54.

de algumas de suas lideranças, como César Godoy, apoiado principalmente por parcelas da Juventude Socialista e por alguns intelectuais como Julio Cezar Jobet, Alejandro Chelén Rojas ou Oscar Waiss²¹.

Além dos objetivos que levaram a direção central do Partido Socialista a optar pela participação do partido no governo, permaneceu como uma de suas missões históricas a luta com os comunistas pelo controle do movimento operário. Esta disputa gerou diversos incidentes e se converteu também numa das razões de fratura da coalizão. Os socialistas viam com enorme receio o fato do Partido Comunista não assumir nenhuma responsabilidade nos gabinetes ministeriais, o que era justificado pelos comunistas com o argumento de que se tratava de um procedimento necessário que tinha como objetivo desmentir as afirmações da direita de que a Frente Popular era uma criação da III Internacional.

Um outro fator que afetou diretamente as relações entre socialistas e comunistas foi a situação mundial. Em primeiro lugar, o cenário de superação da crise de 1929 nos Estados Unidos, com o advento da era Roosevelt, a política de boa vizinhança e o New Deal jogou um papel extremamente importante, causando um impacto enorme entre os socialistas. Enquanto a direção partidária dos socialistas, da mesma forma que se passava com o radicalismo, acentuava uma retórica esquerdista, os líderes do partido que participavam do governo concentravam seus esforços em resolver os problemas básicos do país,

²¹ César Godoy liderou a formação do Partido Socialista dos Trabalhadores que, em pouco tempo, acabou se incorporando ao Partido Comunista. Deve-se observar também que não havia unidade teórica ou prática entre aqueles que defendiam posição contrária à direção. Sobre isso ver Drake, Paul, *Socialismo y Populismo ... op.cit.*, 1992, especialmente pp. 208-240; e Ponce Duran, Pedro, *Oscar Schnake Vergara ... op. cit.*, 1994, especialmente pp. 94-97.

dentro da ordem capitalista nacional e internacional. Através da atuação de Oscar Schnake, então Ministro de Fomento, o Partido Socialista passou a buscar uma estratégia de institucionalização e de reelaboração da sua identidade, tendo como proposta e objetivos algo que se poderia caracterizar como uma "democracia social de corte rooseveltiano"²². Deve-se reter também que esta perspectiva aproximava-se da orientação assumida pelo Presidente Aguirre Cerda que, desde a campanha, havia manifestado imensas simpatias pelo Presidente dos Estados Unidos²³. O Partido Comunista chileno chegou, também neste momento, a fazer elogios à política de boa vizinhança assumida por Roosevelt²⁴.

A posição defendida por Schnake dava, na verdade, plenitude política à visão mais estrutural que os Radicais tinham a propósito das mudanças que deveriam ser implementadas no país. Para os Radicais, que controlavam o governo, tratava-se de avançar rumo a uma "economia dirigida", cujas funções essenciais eram controlar as atividades econômicas, restaurar a capacidade de compra, fixar preços e organizar o crédito interno através da criação de bancos de fomento²⁵. Como já enfatizamos, não havia dúvidas de que, para o radicalismo, a

²² Este aspecto é extremamente bem desenvolvido em Yopo H., Boris, *El Partido Socialista y Estados Unidos, 1933-1946*, Santiago, FLACSO, D.T. 224, 1984, pp.30-67.

²³ Cf. *Zig-Zag*, 03 de novembro de 1938, pp. 26-27;76-77.

²⁴ Mais tarde, entre 1943 e 1945, já rompida a Frente Popular e, no plano internacional, verificando-se uma aproximação entre URSS e Estados Unidos, o Partido Comunista chileno flertou com o chamado *browderismo*, sem, contudo, assumir uma postura de adesão completa e integral a esta linha política. O *browderismo* expressou, basicamente, uma linha "colaboracionista" e adaptativa ao sistema capitalista, elaborada pelo líder do Partido Comunista dos Estados Unidos, Earl Browder, no contexto do New Deal. Sobre as relações entre o Partido Comunista Chileno e os Estados Unidos neste período ver Riquelme S., Alfredo, *Visión de Estados Unidos en el Partido Comunista Chileno - la "Era Rooseveltiana": 1933-1945*, Santiago, FLACSO, D.T. 239, 1985.

²⁵ Cf. Yopo H., Boris, *El Partido Radical y Estados Unidos, 1933-1946*, Santiago, FLACSO, D.T. 230, 1984, p. 42.

Frente Popular deveria se propor a encontrar soluções para o país a partir das regras impostas pela ordem capitalista, atualizada no contexto pós- crise de 1929. Schnake, por sua vez, enviado pelo Presidente Aguirre Cerda como representante chileno à Conferência de Havana e a uma missão diplomática aos Estados Unidos, em dezembro de 1940, retorna ao país convencido de que aos países latino-americanos apenas restava uma saída: aliar-se financeira e diplomaticamente aos Estados Unidos. Em relação à situação chilena, Schnake esmerou-se em esgrimir os seguintes argumentos a propósito da economia nacional, visando sustentar que a sua estratégia não derivava de uma concepção de última hora:

"A finalidade do planejamento econômico é provocar um aumento apreciável da produção visando melhorar as condições de vida das massas operárias (...) A economia dirigida tem por objetivo o fim dos privilégios abusivos do regime liberal capitalista (...) Este novo regime corresponde a um novo sistema de democracia social, na qual os direitos do cidadão alcancem o patamar que não lesione o bem-estar geral da comunidade (...) A democracia social suprimirá os defeitos e vícios tradicionais do individualismo, afastará a ameaça do fascismo e desenvolverá a produtividade nacional (...); esta permitirá o planejamento de todas as atividades econômicas do país, a organização material e espiritual da nação e a defesa dos direitos essenciais do homem"²⁶.

²⁶ Citado em Yopo H., Boris, *El Partido Socialista ... op. cit.*, 1984, p.38. Será precisamente este o sentido do discurso de abertura do VII Congresso do Partido Socialista feito por Oscar Schnake, em 04 de junho de 1941, no qual o aprofundamento desta abordagem levará à elaboração da expressão "democracia dirigida", indicativa, segundo Schnake, de um fenômeno político necessário e

Neste mesmo contexto, as circunstâncias mundiais que envolveram a deflagração de II Guerra na Europa e o avanço militar do nazismo provocaram um outro acontecimento que atuou de maneira ruptural no interior da Frente Popular chilena. A assinatura do Pacto de Não-Agressão entre Hitler e Stalin, aproximando soviéticos e nazistas, gerou enorme apreensão e imprimiu nas relações entre socialistas e comunistas um abalo bastante profundo, pelo menos até junho de 1941, quando Hitler invadiu a URSS, dando mais nitidez ao conflito bélico.

Assim, desde fins de 1940, com o retorno de Oscar Schnake ao país e sob seu comando, os socialistas assumiram a avaliação de que, a partir daquele momento, a III Internacional “estava morta” e passaram a defender a opinião de que o Partido Comunista chileno, em virtude do pacto assinado entre a Alemanha Nazista e a URSS, não poderia mais se expressar como porta-voz dos trabalhadores chilenos. Esta posição do Partido Socialista foi, basicamente, definida a partir de um discurso feito por Oscar Schnake no Teatro Caupolicán, em Santiago, acompanhado por cerca de 10 mil pessoas. Neste discurso, depois de uma relatar suas impressões da Conferência de Havana, de afirmar uma crítica severa ao pacto nazi-soviético, Schnake definiu o Partido Comunista como “o pior inimigo do país”²⁷. O próximo passo era

correlato às mudanças que estavam se processando internacionalmente e que, de alguma forma, o governo que havia sido eleito em 1938 também procurava implementar no Chile; cf. Schnake Vergara, Oscar, *Chile y la Guerra - hacia una democracia dirigida*, Santiago, Ediciones Ercilla, 1941.

²⁷ Cf. *El Imparcial* de 15 de dezembro de 1940. O título da matéria era expressivo: “Ustedes ya no pueden hablar en nombre de la clase trabajadora, no pueden llamarse nuestros amigos”. Ver também sobre isso Stevenson, John R., *The Chilean Popular Front*, University of Pennsylvania Press, 1942; Connecticut, Greenwood Press, 1970, Segunda Edição, p.108. Este discurso de Schnake seria transformado num texto amplamente divulgado, intitulado *América y la Guerra*, editado pelo Departamento de Publicações, Secretaría Nacional de Cultura (Folleto, n. 31, s/f). Dentre as lideranças que mais aplaudiram Schnake, e que parecia demonstrar as mesmas intenções, estava o também ministro socialista

lógico e inevitável: após a repercussão do discurso de Schnake, o Partido Socialista declarou que permaneceria lutando contra “as direitas e seus aliados fascistas” e defendeu que a continuidade da Frente Popular “necessitava a exclusão do Partido Comunista”²⁸.

O Comitê da Frente Popular reuniu-se imediatamente e, secundado pela CTCH, solicitou à direção do Partido Socialista que reconsiderasse a situação e buscasse ultrapassar o conflito através de mecanismos democráticos, superando a proposta de exclusão dos comunistas. O Partido Socialista respondeu com um documento que praticamente selava a sua posição. Nele se afirmava que, em virtude do pacto nazi-soviético, a III Internacional havia ordenado a ruptura das Frentes Populares e ao Partido Comunista chileno, seu fiel seguidor, não interessava mais manter a Frente Popular no Chile. Segundo o documento dos socialistas, isto explicava porque o Partido Comunista estava levando um política de “guerrilha surda” contra o governo da Frente Popular, através de uma “permanente sabotagem, tanto nos centros de trabalho, como nos conflitos que são promovidos para se fazer agitação pela agitação”²⁹.

Esta polêmica de caráter ruptural não poderia deixar de afetar o Partido Radical. Rapidamente, os Radicais dividiram-se em dois blocos: o primeiro considerava praticamente dissolvida a Frente Popular, em virtude da atitude assumida pelos socialistas, que tinham a presidência do Comitê da coalizão; o segundo pretendia ainda garantir a unidade da Frente Popular e rechaçar as postulações do Partido

Salvador Allende; cf. Ponce Duran, Pedro, *Oscar Schnake Vergara ... op. cit.*, 1994, pp.118-119.

²⁸ Cf. *La Opinion*, 19 de dezembro de 1940, citado por López C., Glória et all, *El Partido Radical y su Política...op. cit.*, 1966, p.224.

²⁹ Cf. *La Opinion* de 21 de dezembro de 1940, citado por López C., Glória et all, *El Partido Radical y su Política...op. cit.*, 1966, p.230.

Socialista. A situação se definiu, praticamente, quando os socialistas, em 06 de janeiro de 1941, decidiram não mais participar da Frente Popular e convidaram o Partido Radical e as outras forças que haviam composto a Frente a formarem um Bloco de Esquerda, sem a presença dos comunistas. O argumento era definitivo: o Partido Socialista não voltaria mais a compor a Frente Popular porque ela estava "inspirada" no Partido Comunista, cuja política nacional era, segundo os socialistas, "contrária aos interesses do país"³⁰. A direção do Partido Radical assumiu, então, a postura de considerar rompida a coalizão da Frente Popular, liberando as lideranças do partido para que buscassem uma nova base política para sustentação do governo.

Neste contexto, os comunistas tentaram reagir afirmando que, ao contrário do que afirmavam os socialistas, o partido permanecia leal à política e ao governo da Frente Popular. Como era de se esperar, tomaram como alvo principal de suas críticas o dirigente e ministro socialista Oscar Schnake. Para o Partido Comunista, a iniciativa de Schnake nada mais era do que a expressão de uma conspiração orquestrada pela direita e pelo imperialismo contra a classe trabalhadora chilena e contra a soberania do país. Seu secretário-geral, Carlos Contreras Labarca, num discurso de 12 de janeiro de 1941, no Teatro San Miguel, acusou duramente Schnake de ter se vendido ao imperialismo norte-americano, tentando demonstrar que o ministro socialista havia feito inúmeras concessões aos Estados Unidos na Conferência Inter-Americana celebrada em Havana. Afirmando a necessidade de manter unida a Frente Popular e buscando influir na posição da direção socialista, Contreras Labarca contra-atacou afirmando que a linha política defendida

³⁰ Cf. *La Opinion* de 07 de janeiro de 1941, citado por López C., Glória et all, *El Partido Radical y su Política...op. cit.*, 1966, p.232.

por Schnake levaria, definitivamente, o Partido Socialista a se tornar um partido sem princípios³¹.

Este clima irredutível de discórdia instaurado entre socialistas e comunistas causou enorme preocupação no interior da CTCH que, em 14 de janeiro de 1941, objetivando manter a unidade do movimento sindical, não viu outro caminho senão o de afastar-se definitivamente da Frente Popular.

A direção do Partido Radical ainda tentou uma fórmula para manter a Frente Popular, trazendo a presidência da coalizão para as suas mãos e admitindo a presença comunista onde o partido demonstrasse antecipadamente que poderia vencer as futuras eleições parlamentares. Todas as forças que estavam anteriormente na coalizão rejeitaram esta proposta, inclusive o Partido Comunista. Esta recusa provocou definitivamente a ruptura da Frente Popular, abrindo-se então espaços para operações de confecção de alianças ou pactos políticos nos quais os partidos se comprometiam a buscar um consentimento recíproco e um trabalho em conjunto para construir uma base de apoio ao governo Radical. Esta proposição acabou por reduzir-se tão-somente a alianças regionais nas quais prevalecia a conveniência eleitoral. As coalizões eleitorais estavam, a partir de então, subsumidas a uma política governamental que deveria ser defendida. A Frente Popular havia morrido e cada partido buscava agir em seu único e exclusivo interesse.

A partir de janeiro de 1941, o colapso da Frente Popular foi celebrado pela imprensa de direita como o fim tão esperado da luta de classes. Contudo, as suas conseqüências políticas imediatas foram bem menores do que se presumia: os socialistas mantiveram seus três

³¹ Cf. Contreras Labarca, Carlos, ! *Este es Schnake* !, Santiago, Ediciones del CC de PCCh, Discurso de 12/01/1941, p. 18.

postos no ministério e os comunistas continuaram de fora. Mesmo assim, em períodos eleitorais, interessava muito mais aos Radicais a aproximação com os comunistas visto que estes ainda se configuravam um aliado seguro, uma vez que o Partido Comunista não aspirava uma candidatura própria nas eleições presidenciais, ao contrário do Partido Socialista, em franca ascensão³².

Os resultados da eleição parlamentar de março de 1941 mostraram que os partidos direitistas tinham bons motivos para temê-la. O Partido Socialista chegou a 16,8% dos votos; os comunistas alcançaram a cifra de 11,8% do eleitorado; e o Partido Radical ainda conseguiu ultrapassar os principais partidos da esquerda, obtendo 21,9% dos votos. A direita em seu conjunto havia caído de 42% (em 1937) para 31,2%³³. Isto significava que os três partidos juntos, somados às outras agremiações que anteriormente compunham a Frente Popular, poderiam controlar a maioria das cadeiras do Congresso. Porém, a esta altura, como vimos, a Frente Popular já havia desmoronado.

O governo eleito em 1938 e encabeçado por Pedro Aguirre Cerda chegou ao fim com sua morte, em novembro de 1941. Durante três anos, a direita conseguiu solapar seus objetivos programáticos, especialmente no que se refere à questão agrária. Para contrarrestar a ação do governo da Frente Popular, a direita contou, num plano mais geral, com as divisões no seio da coalizão e também com a

³² Para as eleições parlamentares de 1941, o Partido Radical e o Partido Comunista agruparam-se em muitas regiões do país no Partido Progressista Nacional; cf. Ponce Duran, Pedro, *Oscar Schnake Vergara ... op. cit.*, 1994, p.123.

³³ As eleições parlamentares de 1941 expressam com nitidez a famosa divisão em três terços do eleitorado chileno, algo que conseguiu se reproduzir, ainda que não linearmente, mesmo com a ampliação do corpo eleitoral em virtude das reformas realizadas do final da década de 1950, até o início da década de 1970. Os dados eleitorais do período que estudamos neste trabalho podem ser consultados no Anexo II.

disposição do presidente em fazer concessões e arranjos políticos para ampliar sua base de sustentação e evitar confrontações. É possível afirmar que a direita esteve inclinada, no início, a empreender uma estratégia que provocasse uma crise institucional com repercussões que conduziriam a uma derrubada do governo. Se isso não aconteceu foi porque a lógica do Partido Radical se impôs através de concessões aos latifundiários e afirmação, como veremos, de uma orientação econômica consonante aos interesses do jovem empresariado.

As duas administrações que sucederam o Presidente Aguirre Cerda foram comandadas por Juan Antonio Ríos (1942-1946) e Gabriel González Videla (1946-1952), ambos membros do Partido Radical. A designação de Ríos como candidato deveu-se à recuperação do controle do partido por seu grupo e, em grande medida, derivou de uma reação ao comportamento pré-eleitoral da esquerda. Enquanto os socialistas procuraram apresentar Oscar Schnake como seu candidato, o Partido Comunista mostrava-se mais inclinado a apoiar Gabriel González Videla, líder da ala mais à esquerda dos Radicais. Em meio a estas circunstâncias, Ríos procurou angariar apoio nas forças do centro e da direita. Conservadores e Liberais dividiram-se em relação ao candidato do Radicalismo e, não conseguindo articular uma candidatura própria, foram levados a apoiar Carlos Ibáñez.

A despeito deste cenário pré-eleitoral bastante confuso e conflituoso entre as forças de centro-esquerda, estava claro que seria impossível a vitória de qualquer uma delas isoladamente. A situação internacional marcada pela Guerra também era favorável a um rearranjo. A Alemanha Nazista havia invadido a URSS, o que estimulava a que se pensasse concretamente na defesa da democracia em geral, mantendo-se a perspectiva estratégica de modernização capitalista como pano-de-

fundo de um programa de governo. Assim, de uma coalizão entre classes médias e setores populares que marcou a composição da Frente Popular em 1938, passou-se, em 1942, na campanha de Ríos, a se propugnar abertamente por um compromisso inter-classista de união nacional³⁴.

A partir do momento em que a candidatura de Ríos foi assumida pela esquerda e denominada como *Alianza Democrática*, definiu-se com muito mais nitidez o papel cêntrico do Partido Radical nas políticas de coalizão, obrigado a lidar com pressões, expectativas e ofertas de ambos os lados do espectro político. Ríos expressou, portanto, uma aliança eleitoral bastante ampla que, no final da campanha chegou a contar até mesmo com o apoio do ex-presidente Arturo Alessandri. Para uma eleição polarizada, sua vitória não foi tão expressiva, ao atingir os 56% do eleitorado, revelando que a direita, mesmo sem candidato próprio, dividida (uma parte dos Liberais apoiou Ríos) e sem programa definido, conseguiu alcançar a cifra significativa de 44% dos votos³⁵.

O primeiro gabinete de Ríos foi uma heterogênea e insólita combinação de partidos, que incluía os Socialistas, uma ala dos Liberais, os Radicais e o Partido Democrático. Não foi estranho, assim, que vigorasse, neste período, uma instabilidade ministerial permanente. Os atritos se fizeram constantes, levando os socialistas, em meio a um conturbado debate interno, a abandonar o ministério depois de um ano no governo³⁶. Em relação ao Partido Radical, reproduz-se em grau bastante

³⁴ A partir de 1943, a linha de União Nacional contra o fascismo passou a ser a política oficial dos comunistas chilenos. Sobre isso ver Contreras Labarca, C., *Unión Nacional*, Santiago, 1944.

³⁵ Cf. Moulian, Tomás e Torres D., Isabel, *Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)*, Santiago, Flacso, 1987, p. 195.

³⁶ O Partido Socialista assumiu postos ministeriais, mas em poucos meses, já em 1943, retirou-se do governo acusando-o de direitização. Marmaduque Grove criou o Partido Socialista Autêntico, que teve curta duração, e Oscar Schnake foi para o

elevado os conflitos entre o Presidente da República e seu partido, principalmente em torno da questão das nomeações ministeriais, fazendo com que o próprio partido do Presidente passasse à oposição por um breve período³⁷. O Partido Comunista, em virtude da sua nova linha política que pregava a União Nacional, ainda que rejeitado como membro da coalizão de governo, deu total apoio a Ríos, inclusive como interlocutor entre o Presidente e seu partido.

A presidência de Antonio Ríos teve que enfrentar os problemas políticos e econômicos advindos da situação de guerra, assim como acomodar-se ao novo papel que os Estados Unidos passou a desempenhar em relação a América Latina. Mesmo aceitando a "colaboração" com os Estados Unidos, que lhe causava sérias desvantagens econômicas, como veremos mais adiante, o Chile relutou em romper com o Eixo - recomendação feita em 1942 pela diplomacia latino-americana, sob influência dos Estados Unidos -, só o fazendo um ano depois sob forte pressão norte-americana. Antes que a possíveis sentimentos pró-fascistas, como ocorreu na Argentina, a resistência devia-se ao fato da economia chilena ter sido consideravelmente afetada pelos baixos preços a que eram submetidas as exportações de salitre e cobre.

México, retirando-se definitivamente da vida política. A partir deste momento, sobrevém uma intensa discussão interna e um processo de renovação da liderança partidária, do qual um dos únicos sobreviventes da chamada "velha guarda" foi Salvador Allende. Este processo redundou na retomada das raízes ideológicas do partido, que culminou, em 1945, na adoção da chamada *Linha de Frente do Povo*, na qual o partido se concentraria principalmente no estímulo a projetos baseados nos interesses dos trabalhadores. Sobre isso ver, Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*, Santiago, Ed. BAT, 1992, pp.94-95, e também Walker, Ignacio, *Socialismo y Democracia - Chile y Europa en Perspectiva Comparada*, Santiago, Cieplan-Hachette, 1990, pp.126-127.

³⁷ Sobre isso ver Reyes Alavares, Jaime, *Los Presidentes Radicales y su Partido - Chile, 1938-1952*, Santiago, Centro de Estudios Públicos, D.T. 120, mayo 1989, pp. 49-73.

Ainda que sem a força para alterar radicalmente o cenário, as eleições parlamentares de 1945 demarcaram, por sua vez, o quadro político interno, revelando algumas mudanças em relação à eleição parlamentar de 1941. Mesmo afetada pela guerra, a direita conseguiu crescer, atingindo 43,7% dos votos e os Radicais, a despeito de todos os custos de ser governo, mostraram capacidade de se manter estáveis nos 20%. Os reflexos do término da Frente Popular foram cortantes para a esquerda, que viu reduzida sua votação a 23% do eleitorado. O Partido Socialista baixou a 7,2%, secundado pelos 5,6% das outras forças socialistas, mas contrárias ao partido, e o Partido Comunista foi o que mais cresceu, alcançando 10,3% dos votos, tornando-se, isoladamente, a maior força eleitoral da esquerda³⁸.

O término da Guerra agravou os problemas econômicos do país. Embora em alta no mercado internacional, a demanda de cobre caiu abaixo dos níveis do pré-guerra. O resultado foi a explosão social. A agitação operária elevou de forma alarmante o índice de greve: em 1945 e 1946, uma média de 187 greves, com a participação de 96 mil trabalhadores em cada ano. Os conflitos chegaram ao auge em janeiro e fevereiro de 1946, quando o ministro Alfredo Duhalde assumiu a vice-presidência, substituindo o presidente Ríos, afastado por enfermidade, e desencadeou uma forte onda de repressão contra os sindicatos de trabalhadores do salitre, gerando violentos protestos em Santiago, inclusive com a morte de alguns manifestantes. Duhalde viu-se obrigado, assim, a aceitar algumas reivindicações dos grevistas. O movimento sindical, por sua vez, visando acelerar o cumprimento das medidas tomadas pelo governo a seu favor e mantendo o clima de repúdio à violência policial, convocou uma greve geral para 4 de fevereiro

³⁸ Ver Anexo II.

de 1946. Os socialistas, que de início haviam apoiado a manifestação, mudaram de idéia ao serem convidados para fazer parte do gabinete ministerial. Alegaram que o seu ingresso no governo garantiria o atendimento às reivindicações dos trabalhadores e, numa manifestação de anti-comunismo, afirmaram que tratava-se de evitar a eclosão de uma guerra civil comandada pelo Partido Comunista³⁹. Esta atitude dos socialistas de trocar seu ingresso no governo pela participação no movimento de protesto gerou confrontos de rua entre operários comunistas e socialistas e, por fim, o rompimento definitivo da CTCH, com os sindicatos controlados pelos socialistas passando a apoiar abertamente o governo e aqueles que se encontravam nas mãos dos comunistas atuando em oposição a Alfredo Duhalde⁴⁰.

Com a morte do presidente Ríos e a antecipação das eleições presidenciais, a divisão no seio da esquerda criou um impasse para os Radicais. Em virtude das repercussões da repressão desencadeada pelo governo ao movimento sindical, o Partido Radical sepultou qualquer pretensão de Duhalde e, como já havia se tornado comum desde o término da Frente Popular, voltou-se para o Partido Comunista visando compor uma aliança eleitoral, com Gabriel Gonzalés Videla como candidato à Presidência. Duhalde, por sua vez, viu-se entre os socialistas, que o estavam apoiando, e alguns líderes da direita que pretendiam uma aproximação com o centro político. Com a negativa de

³⁹ Este foi o tom usado por Agustín Alvarez Villablanca, secretário-geral interino do Partido Socialista. Na verdade, os comunistas estavam pressionando para que fossem também chamados a compor o ministério, uma vez que, conforme a declaração da sua Comissão Política, a repressão aos trabalhadores fazia parte de um plano destinado "a destruir o regime democrático e assaltar o poder para impor, a sangue e fogo, uma tirania do tipo fascista em simultaneidade ao GOU argentino". Citado em Moulian, Tomás e Torres D., Isabel, *Discusiones entre honorables ... op. cit.*, 1987, p.227.

⁴⁰ Cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, pp. 78-79

Duhalde em ser o candidato dos socialistas, este partido viu-se no dilema de não poder apoiar o candidato dos Radicais, González Videla, uma vez que esta composição carregava a marca e o respaldo dos comunistas. Para evitar divergências maiores e manter-se unido, o Partido Socialista decidiu concorrer com um candidato próprio, lançando o seu líder sindical e também secretário-geral, Bernardo Ibáñez.

Estava claro que os chamados acontecimentos da *Plaza Bulnes*, onde se efetivaram os conflitos entre forças policiais e trabalhadores, e depois entre comunistas e socialistas, causavam fortes repercussões na conformação das alianças para as eleições presidenciais de 1946. Mesmo assim, os Radicais conseguiram, em parte, reproduzir a sua política de alianças à esquerda, mantendo a composição com os comunistas. Perderam, contudo, a capacidade de atração dos socialistas em virtude do desempenho do governo e das questões internas desta agremiação, que acentuava suas críticas às propostas de repetir um governo de união nacional. Em comparação com a *Alianza Democrática* de Ríos, uma coalizão bastante ampla, os Radicais demonstravam que haviam perdido também a capacidade de aglutinação em seu apoio de segmentos dissidentes da direita, uma vez que a composição com os comunistas e o isolamento de Duhalde definiram claramente as opções.

Desta forma, os campos se delineavam com bastante nitidez e somente divisões internas marcadas pelo personalismo das lideranças políticas, aliadas a uma fragilidade programática, explicam a posição que a direita tomou diante destas circunstâncias pré-eleitorais, demonstrando, por fim, uma inabilidade extraordinária. Ao lançar dois candidatos, Eduardo Cruz-Coke e Fernando Alessandri, a direita diminuiu sensivelmente suas possibilidades de vitória. A Falange, que anteriormente havia apoiado Juan Antonio Ríos, sentiu-se ainda impotente

para apresentar uma alternativa própria e preferiu apoiar Cruz-Coke. Procurando se afastar dos Radicais, os falangistas não se seduziram pelo convite feito por Videla para formarem um pacto que superasse a antiga fratura entre leigos e crentes e aceitassem, como na França e na Itália do pós-guerra, um diálogo franco e ativo entre comunistas e católicos⁴¹.

Graças à mencionada inabilidade da direita, Gabriel González Videla venceu as eleições com 40% dos votos, já que somados, os votos dos candidatos da direita chegaram a 47%⁴². Como não contava com a maioria no Congresso e não havia obtido respaldo unânime para a aliança que se tinha operado com o Partido Comunista, nem mesmo em seu próprio partido, o Presidente eleito teve que fazer diversas concessões à direita para que seu nome fosse ratificado no Parlamento, além de enfrentar dissensões internas no Radicalismo, imediatamente após sua vitória eleitoral. Na medida em que os Liberais contavam com um número suficiente de assentos no Parlamento para decidir as eleições, exigiram, em troca do seu apoio a González Videla, três postos ministeriais e o direito de consulta e aprovação prévia de qualquer projeto do Executivo referente à sindicalização camponesa. Os Radicais aceitaram ambas exigências e o resultado foi um ministério formado a partir de uma estranha mescla que envolveu Radicais, Liberais e Comunistas.

González Videla herdou os problemas econômicos não resolvidos pela administração anterior e ainda se viu envolvido numa delicada situação política, tanto no plano interno, como internacionalmente, devido à participação comunista em seu ministério. No

⁴¹ Cf. Moulian, Tomás e Torres D., Isabel, *Discusiones entre honorables ... op. cit.*, 1987, pp. 294-298.

⁴² Bernardo Ibáñez obteve apenas 2.54% dos votos.

plano internacional, como o Chile carecia dramaticamente de financiamento externo, os Estados Unidos contavam com um importante trunfo para dissuadir o Presidente de sua aliança com o Partido Comunista. A situação interna do Chile, em especial a composição política do governo, era totalmente contrária à orientação da nova política exterior norte-americana para seus vizinhos latino-americanos. Era o início da chamada guerra-fria e o governo norte-americano apelava para a solidariedade das nações americanas a fim de defender o continente da ameaça comunista.

Levado pelas pressões internas vinda dos Liberais, que chantageavam o Presidente com a ameaça de se retirarem do governo caso os comunistas não fossem expulsos do gabinete ministerial, e, externamente, pelo corte de recursos que os Estados Unidos ameaçavam realizar uma vez que questionavam a presença comunista num governo democraticamente eleito, Gonzáles Videla cedeu aos pedidos de rompimento com o Partido Comunista. Em abril de 1947, os comunistas se retiraram do ministério, mediante a promessa de que, caso o partido continuasse apoiando o governo e a situação se alterasse, o Presidente os chamaria novamente para retornarem aos seus postos ministeriais, dentro de pouco tempo.

Contudo, a saída dos comunistas do ministério não aliviou as dificuldades do governo. Os Estados Unidos mantiveram sua pressão, a fim de assegurar que a ruptura do governo com o Partido Comunista fosse completa. Ao contrário do que imaginou Videla, o governo norte-americano manteve o embargo informal sobre os créditos destinados ao Chile, que havia entrado em vigor em novembro de 1946, em virtude da vitória eleitoral de uma coalizão que contava com a participação comunista. Esta pressão norte-americana em relação aos

empréstimos internacionais agravou a situação econômica, que já era difícil, e deu novo impulso à agitação operária. O apoio dos comunistas às greves contra a política do governo e as permanentes críticas feitas à relação do Chile com os Estados Unidos, proporcionaram ao presidente González Videla a justificativa necessária ao rompimento definitivo com o Partido Comunista. Em agosto de 1947, todos os membros do partido foram expulsos dos postos governamentais que ocupavam e, em outubro, aplicaram-se severas medidas visando a repressão de uma greve nas minas de carvão, deflagrada pelos sindicatos sob controle dos comunistas. Em seguida, o governo fechou o jornal do Partido Comunista, *El Siglo*, e rompeu relações diplomáticas com a URSS. À medida que o governo mostrava-se disposto a reprimir os comunistas e alinhar-se de maneira integral aos Estados Unidos, o Chile era recompensado com os empréstimos até então bloqueados: a primeira remessa foi do Exim-Bank, no valor de 23 milhões de dólares⁴³.

Entretanto, a política de “mão de ferro” contra os comunistas não conseguia conter a agitação operária. Foi necessário que, em 1948, o governo decretasse a Lei de Defesa da Democracia, prescrevendo o Partido Comunista e atingindo diretamente os direitos e liberdades sindicais. Uma nova onda de agitação operária, em 1950, tratou de demonstrar que sem uma mudança importante da política econômica, seria inútil seguir com uma postura repressiva. O governo não conseguiria reduzir significativamente nem a inflação, nem a inquietação nas fábricas.

No início da década de cinquenta, os Radicais, que haviam se afastado da esquerda, também se distanciaram da direita, uma vez que, num esforço de última hora para evitar a derrota nas eleições

⁴³ Cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, pp. 81-82.

presidenciais de 1952, González Videla e o Partido Radical tentaram aproximar-se novamente dos socialistas. Contudo, a esta altura nenhum partido, seja de direita ou de esquerda, estava disposto a aliar-se aos Radicais. Depois de 14 anos, o Partido Radical já não estava mais em condições de fazer as mesmas coalizões políticas que lhe haviam proporcionado ótimos resultados, em virtude do seu isolamento e da fragmentação e enfraquecimento do sistema político e partidário⁴⁴.

Esta configuração final do governo Videla, que afirma muito fortemente a impressão de fracasso de um período histórico, é, num certo sentido, ilusória uma vez que tanto os partidos como o sistema político demonstraram capacidade de resistência e afirmação nos anos que seguiram. Em relação ao que apresentamos até o momento, pode-se ficar com esta mesma impressão. Mas, ela deve ser admitida como parcial na medida em que a dimensão econômica ainda permanece fora do nosso campo de análise. Esta dimensão nos parece central para os propósitos deste trabalho, sendo preciso resgatá-la para se compreender, em seu conjunto, o processo aberto em 1938. Entretanto, é necessário que se enfatize, uma vez mais, que não há, especialmente neste período (para dizer o mínimo), possibilidades de se analisar a esfera econômica tomando a esfera política como externa a ela.

Como havíamos afirmado no início deste capítulo, o programa da Frente Popular pleiteava diversas reformas políticas e econômicas destinadas a operar uma melhor distribuição de renda, ampliar o mercado interno e modernizar o sistema de produção do país.

⁴⁴ Esta é a conclusão unânime que aparece nos estudos sobre o período em que o Radicalismo foi o partido governante no Chile, compartilhada também por José Del Pozo em *Les Ideologies du Developpement Au Chili a L'Époque de L'Intustrialisation (1938-1952)*, Université de Montreal, mimeo, 1986, sem dúvida, o melhor trabalho de síntese sobre as posturas assumidas pelos governos Radicais.

Propunha-se também um controle maior sobre as atividades de empresas estrangeiras, além de fazer-se uma vaga menção à reforma agrária. Apesar das lideranças partidárias da direita interpretarem tal programa como uma grave ameaça à propriedade privada, na prática a Frente Popular não somente atuou no sentido de evitar qualquer explosão revolucionária, como acabou fortalecendo, em especial, os novos segmentos empresariais das classes dominantes. A reprodução desta perspectiva pelos dois governos comandados pelo Radicalismo que se seguiram à Frente Popular redundou numa real atualização do capitalismo chileno a padrões mais avançados, notadamente em relação ao que se concebia na época como fortes dimensões promotoras da modernização, isto é, a industrialização e o planejamento, os pilares da política econômica da Frente Popular. Esta orientação imprimiu, sem dúvida, um efeito perdurável no desenvolvimento econômico chileno, tomando-se, juntamente com a inevitável presença do Estado na vida social, a base fundamental de referência para a concepção e formulação dos projetos e estratégias de todos os atores políticos.

Com a Frente Popular afirmou-se uma tendência prévia de intervenção do Estado como elemento promotor da modernização, em seu sentido mais amplo, fortalecendo a perspectiva de superação dos entraves externos à economia nacional, bem como ultrapassou-se uma atitude de simples reação aos entraves ou flutuações da economia mundial que afetavam severamente o país. Como já indicamos anteriormente, entre o fim da I Grande Guerra e meados da década de 30, a indústria de bens de consumo teve um rápido crescimento, obstaculizado pela carência de divisas e de acumulação interna. Foi o esgotamento do que ficou sendo conhecido como o “período fácil” da substituição de importações.

Para que esta situação estrutural fosse solucionada e se pudesse criar condições para o aumento da capacidade de produção da economia nacional, era necessário a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, tendo à frente o Estado como promotor e gestor de ações que visassem o estabelecimento de um parque industrial com capacidade de sustentar uma nova etapa de crescimento econômico, sem os custos impostos pela situação estrita de dependência externa. Este processo demandaria não somente a mobilização da sociedade, mas também uma intervenção qualificada no sentido de alterar, social e culturalmente, os níveis e a qualidade de vida das classes subalternas. O processo econômico da modernização induzida exigia a construção de uma outra organização sócio-cultural, de natureza incorporadora e, portanto, superadora das situações estruturais que caracterizavam o predomínio oligárquico do período anterior à década de 1930. Dada a incapacidade do setor privado em implementar tal projeto, o Estado levou-o a cabo através da CORFO (*Corporación de Fomento de la Producción*). O organismo estatal voltado para estimular o desenvolvimento, sua criação, como vimos, havia sido proposta pelo governo Aguirre Cerda em virtude das circunstâncias de reconstrução do sul do país depois do terremoto de 1939.

Desta forma, ultrapassando-se as circunstâncias imediatas que levaram o governo Aguirre Cerda a propor a criação da CORFO - aliás, o único projeto importante que a Frente Popular conseguiu aprovar no Congresso - pode-se dizer que os dois principais objetivos dessa corporação eram: (1) a partir do aproveitamento das riquezas naturais do país, aumentar a produção em todos os setores da economia e diminuir seus custos, a fim de reduzir o *déficit* da balança de pagamentos e, com isso, o estrangulamento externo; e (2) contribuir com

um crescimento da oferta de bens e serviços, com o intuito de proporcionar um índice maior de bem-estar à população. De acordo com o governo, a CORFO teria um caráter eminentemente orientador e programador. Seria composta por representantes de diversos organismos técnicos do Estado, das organizações empresariais e dos sindicatos de trabalhadores, tornando-se, na América Latina, a primeira instituição estatal desta natureza⁴⁵.

A criação da CORFO respondeu também a um anseio antigo das principais organizações empresariais do país - dentre elas a *Sociedad de Fomento Fabril* (Sofofa), a *Sociedad Nacional de Mineración* (Sonami) e a *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA) - e, por esta razão, recebeu destas um apoio integral. A idéia de que o Estado deveria estimular as atividades econômicas era já algo consagrado entre os empresários chilenos. Entretanto, a concepção de fomento assentava-se, desde a década de 1920, na dotação de créditos a atividades já existentes e, como uma ampliação desta concepção na década de 1930, na permissão de créditos para a pesquisa e experimentação de novos processos produtivos, para a exploração mineral em novas áreas e para a preparação técnica de pessoal. As mais importantes organizações representativas do capital privado, indicadas acima, apoiavam a idéia de promover uma maior participação estatal no processo de desenvolvimento econômico e, essencialmente, admitiram, com a CORFO, uma ampliação do conceito de fomento através da noção de *planejamento*⁴⁶. Em outras

⁴⁵ Para descrição e análise detalhadas, tanto do processo de criação, como do seu significado e do desempenho da Corfo na história econômica e social do Chile ver Ortega M., Luis, et all, *CORFO - Corporación de Fomento de la Producción: 50 años de realizaciones (1939-1959)*, Santiago, Facultad de Humanidades, Universidad de Santiago de Chile, 1989.

⁴⁶ Cf. Ibáñez S. M., Adolfo, "El Liderazgo en los gremios empresariales y su contribucion al desarrollo del Estado Moderno durante la década de 1930 - El

palavras, consideraram um passo essencial a elaboração de um “plano geral de estímulo à produção” ou, nas palavras do ministro da Fazenda de Aguirre Cerda, Roberto Wachholtz, “um plano amplo, nacional, cientificamente elaborado, levado à prática com método e desenvolvido a longo prazo”⁴⁷. Ainda que, em virtude da deficiência de informações sobre o país, tenha sido impraticável colocar imediatamente em ação um plano global, com a CORFO se estruturou, enfim, uma base segura para que os empresários pudessem ampliar a oportunidade de conseguirem créditos baratos e uma maior proteção em relação à concorrência estrangeira, além de um canal direto de comunicação entre Estado e capital privado.

Ao ser aprovada a lei que criou a CORFO, foi possível notar a força da oposição de direita às diretrizes que compunham o programa de governo da Frente Popular. Os temas principais em questão eram o grau de autonomia da Corporação e a forma de financiá-la. No primeiro aspecto, a opinião dos partidos de direita contrastava com a dos representantes do capital privado, pois estes eram favoráveis a um mecanismo que proporcionasse um vínculo direto entre o Estado e os empresários, através de suas organizações corporativas, enquanto os parlamentares da direita desejavam que as iniciativas da CORFO estivessem sujeitas à aprovação do Parlamento. Quanto ao financiamento, a proposição do governo era de que se elevasse os impostos pessoais e de empresas, isto é, a proposta da CORFO era acompanhada pela idéia de que a parte mais rica da sociedade sustentasse uma entidade estatal que iria, através dos planos que implementasse, retribuir com estímulos à iniciativa privada. A criação da

fomento a la producción e los antecedentes de CORFO” in *Historia*, vol. 28, 1994, p.190-191.

⁴⁷ Citado por Aylwin, Mariana et all, *Chile en el siglo XX*, Santiago, Ed. Emisión Ltda., 1986, p. 198.

CORFO contou, neste último aspecto, com a derrota do governo da Frente Popular, uma vez que o Congresso acabou aprovando um aumento de 15% sobre a tributação do cobre para financiar a Corporação. Em outras palavras, o financiamento da CORFO acabou ficando dependente dos recursos fiscais a serem auferidos com a tributação do setor exportador.

Numa visão de conjunto, é possível afirmar que as concessões feitas pelo governo na negociação do projeto CORFO acabaram por limitar o alcance da sua política econômica. Em primeiro lugar, ao ser obstaculizada a reforma tributária, com a negativa do Congresso em elevar os impostos pessoais e de empresas, o governo teve que abandonar o seu projeto de redistribuição de renda. Em seguida, ao vincular o financiamento da CORFO aos impostos sobre companhias norte-americanas de cobre, garantiu-se implicitamente a não-nacionalização do principal produto nacional. Como consequência, o governo se viu forçado a recorrer a empréstimos externos - principalmente ao Exim-Bank -, o que significou um controle externo em relação aos objetivos do desenvolvimento econômico chileno. Mesmo atuando com envergadura em seus planos, a materialização dos objetivos da CORFO se fez cada vez mais dependente da assistência técnica e financeira dos Estados Unidos, que se tornou o maior investidor no país, aumentando em cinco anos (1940-1945) o percentual investido de 18% para 30%⁴⁸. Por fim, ao negociar com a SNA o apoio à autonomia da Corporação, em troca da suspensão do processo de sindicalização no campo, o governo reconheceu formalmente que as lideranças políticas da direita vinculadas ao setor rural teriam um poder de veto sobre suas políticas. Não foi

⁴⁸ Idem, pp.55-56.

surpresa, assim, a extrema timidez com que a CORFO atuou em relação à modernização da agricultura e das relações sociais no campo⁴⁹.

A despeito de suas limitações, as realizações da CORFO foram impressionantes. Num primeiro momento, a Corporação empreendeu um programa de ação dirigido a apoiar empresas de diversas áreas da economia e passou a adquirir uma importante presença no mercado financeiro, estabelecendo normas para a regulação desta área. Atuou fortemente, também, na regulação do mercado de importação e exportação, visando regular preços e proteger os setores mais fragilizados do mercado interno. Providências da mesma natureza foram tomadas para resguardar os setores econômicos e sociais mais afetados pela inflação.

A partir de meados dos anos 40, ampliou sua intervenção na economia do país, levando a cabo planos setoriais destinados a desenvolver indústrias básicas e de infra-estrutura, criando empresas mistas ou estatais, fazendo com que o Estado assumisse, pela primeira vez, uma função empresarial. Como indicativo desta ação do Estado através da CORFO, em 1944, foi criada a *Empresa Nacional de Electricidad* (ENDESA). Neste ano completou-se também a construção de usinas hidroelétricas e termoelétricas, iniciando-se a pesquisa e prospecção de petróleo. Em 1945, foram descobertas as primeiras jazidas de petróleo na província de Magalhães e cinco anos mais tarde a CORFO transferiu a pesquisa, prospecção e distribuição de petróleo para a *Empresa Nacional de Petróleo* (ENAP), instituição de caráter autônomo que passou a controlar o setor. Por fim, no campo da siderurgia, a CORFO criou e financiou a *Compañía de Acero del Pacífico* (CAP), em 1946, para

⁴⁹ Cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, pp.53-54.

colocar em funcionamento, quatro anos mais tarde, a maior siderúrgica do país, a usina de Huachipato.

Apesar de criticada por sua ingerência nos negócios privados, a CORFO manteve uma orientação precisa nos seus programas: não permitiu que a intervenção estatal assumisse um caráter substitutivo em relação à iniciativa privada ou que fosse introduzido um tipo de planejamento que pretendesse abarcar e controlar a totalidade da economia nacional. Em 1947, justificando seu procedimento, um dos vice-presidentes executivos da CORFO sintetizou com bastante exatidão esta orientação: "A Corporação jamais prejudicou a iniciativa privada. Nunca chegou a controlar um empreendimento que tenha participado ou que tenha proporcionado assistência, e tem se retirado de todo negócio quando a empresa privada se mostra disposta a ocupar o seu lugar"⁵⁰.

Olhando em perspectiva, a ação empreendedora da CORFO começou a ser implementada lentamente no início da década de 1940 e completou-se 10 anos depois. Podemos considerar que a característica mais importante de todo o período foi o rápido crescimento da produção da indústria manufatureira, cujo índice subiu em 126%, alcançando, em média, um crescimento anual que chegou a um *record* histórico de 11%. Houve, de fato, por parte dos governos Radicais, uma firme decisão política de transformar a estrutura econômica do país e de estimular o desenvolvimento através de um "vigoroso processo de industrialização", sem deixar de lado os outros setores da economia. De acordo com os dados dos cinco primeiros anos de ação da CORFO, registra-se que, do investimento feito, 34% foram para energia e combustíveis, 25,3% para a indústria, 15,4% para agricultura, 13,1% para

⁵⁰ Citado por Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, p.57.

comércio e transportes, e, por fim, 12% para mineração⁵¹. Com este aporte de recursos, já em 1941, a atividade industrial se configurava como uma dimensão fundamental da economia, caminhando rapidamente para ser o setor mais dinâmico do capitalismo chileno. A ação da CORFO expressou, assim, um conjunto de investimentos na economia que não tinha parâmetros anteriores no setor privado e tampouco na esfera pública. A taxa de investimento estatal cresceu abruptamente, atingindo 50% um ano depois de criada a CORFO e alcançando 71,1%, em 1942⁵². Com tudo isso, o índice da produção total aumentou em 59%, para um crescimento da população de 36%⁵³.

A CORFO desempenhou, assim, um papel crucial como pioneira das indústrias básicas e como provedora de assistência financeira a empresas estabelecidas em diversos setores da indústria. A despeito de não ter sido inspirada num princípio ideológico ou doutrinário prévio, e ser muito mais o fruto de uma reação às conseqüências da depressão, a CORFO acabou por tornar o crescimento sustentado da economia dependente da sua capacidade de orientar recursos financeiros para o investimento produtivo. Mesmo assim, uma forte instabilidade na

⁵¹ Cf. Ortega M., Luis, et al, *CORFO - Corporación de Fomento de la Producción: 50 anos ... op. cit.*, 1989, p.111.

⁵² Cf. Osorio, Jaime, *Raíces de la Democracia en Chile, 1850-1970*, México, Ediciones Era, 1992, p. 77.

⁵³ No final da década de 1940, o Chile havia alcançado um desenvolvimento industrial importante em comparação aos seus vizinhos latino-americanos, conforme o quadro abaixo, ainda que na mesma década seu ritmo de crescimento geral (3,5%) seja levemente inferior ao conjunto da América Latina (4,2%):

AMERICA LATINA: EVOLUÇÃO DOS COEFICIENTES DE INDUSTRIALIZAÇÃO					
Anos	Argentina	México	Brasil	Chile	Colombia
1929	22.8	14.2	11.7	7.9	6.2
1937	25.6	16.7	13.1	11.3	7.5
1947	31.1	19.8	17.3	17.3	11.5
1957	32.4	21.7	23.1	19.7	16.2

Fonte: Osorio, Jaime, *Raíces de la Democracia en Chile, 1850-1970*, México, Ediciones Era, 1992, p.71.

tendência de crescimento no setor manufatureiro demonstrava que a capacidade estatal para substituir e aumentar a taxa de investimento era limitada. Essa limitação se explica pelo papel que desempenharam o cobre e a agricultura nos esforços de industrialização da CORFO.

Como vimos, um dos principais objetivos da CORFO consistia em diversificar e expandir a produção doméstica, de maneira que a economia fosse menos vulnerável às grandes flutuações dos mercados internacionais. A proposta da Frente Popular de financiar a Corporação aumentando o nível da tributação sobre as atividades econômicas voltadas para o mercado interno mostrava-se coerente com este objetivo central. No entanto, o rechaço do Congresso a essa proposição governamental condenou o governo a submeter a sua política econômica à instabilidade do setor exportador. A introdução de um imposto especial sobre as exportações de cobre, destinado ao financiamento da CORFO, era um sintoma de que o hábito de apoiar-se no setor externo para obter o grosso das rendas do Estado não havia sido superado e representava um elemento de resistência de alguns segmentos das classes dominantes. No final da década de 1940 e início da década de 1950, enquanto o valor dos produtos derivados da produção mineral girava em torno dos 80% das exportações⁵⁴, a tributação do Estado sobre o comércio exterior conformava 52% da receita fiscal do Chile⁵⁵.

Em relação ao mercado mundial, a importância estratégica do cobre cresceu significativamente com o advento da II Guerra Mundial. No entanto, o aumento da demanda não representou uma elevação de preços, em virtude do controle das exportações chilenas imposto pelos Estados Unidos. Após a Guerra, duas dimensões se

⁵⁴ Cf. Osorio, Jaime, *Raíces de la Democracia ... op. cit.*, 1992, p.34.

⁵⁵ Cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, p.58.

combinam: o preço do cobre aumenta, mas os volumes de exportação caem surpreendentemente, levando o governo chileno a recorrer a empréstimos externos, habilmente controlados pelo governo norte-americano que, em troca, exige a adoção de uma política mais clara no sentido de "afastar a ameaça comunista".

Como vimos, no contexto da guerra-fria, o governo Radical assumiu a política anti-comunista imposta pelos Estados Unidos, assinando também diversos tratados de cooperação mútua que envolviam, inclusive, a partir de 1951, uma relação direta entre as Forças Armadas dos dois países. A despeito desta estreita relação, a convivência entre ambos nem sempre foi amistosa. O Chile empenhou-se em aumentar sua renda proveniente das exportações de cobre, enquanto os Estados Unidos procuraram exercer um controle total sobre o mercado deste produto⁵⁶.

Além do problema externo representado pelas exportações de cobre, os governos da Frente Popular e do Radicalismo enfrentaram a questão da insuficiência da produção agrária. Entre 1932 e 1952, a produção agrícola sofreu uma queda de 16%, exigindo do governo uma dotação adicional com o intuito de aumentar a importação de alimentos. Na medida em que a CORFO assumiu e cumpriu a promessa de não interferir no *status quo* do campo, concentrando sua preocupação

⁵⁶ O ponto alto desse conflito deu-se em 1952, quando insatisfeito com o preço firmado pelos Estados Unidos no Pacto de Washington (1951), o governo chileno baixou uma lei que entregava o controle direto da exportação do cobre ao Banco Central. Com isso, entre 1952-1953, o Chile pôde comercializar seu cobre livremente, ao preço do mercado londrino, bem mais alto que o imposto pelos Estados Unidos (cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, p.60). Desta forma, era inevitável que, mais tarde, na década de 1960, explodisse a questão do controle chileno sobre o cobre, com a sua consequente nacionalização e estatização nos governos de Frei (1964-1970) e Allende (1970-1973).

exclusivamente no setor industrial, a agricultura esteve integralmente excluída das transformações que se processaram nos outros setores da economia. A principal consequência desta incapacidade do governo em integrar o setor agrário aos planos de desenvolvimento da CORFO foi que, ao término do período, as relações sociais e de propriedade no campo eram praticamente as mesmas - a concentração da propriedade era uma das mais altas do mundo e as relações de trabalho combinavam o assalariamento com formas pré-capitalistas de exploração da mão-de-obra⁵⁷.

Na tentativa de acomodar sua política econômica às condições impostas pelos proprietários rurais, a Frente Popular e os governos Radicais que a sucederam facultaram a este segmento social o estabelecimento de novas relações com os outros segmentos das classes dominantes, em especial da indústria e das finanças. A tática adotada pelo Estado de vincular controle de preços e subsídio à importação de alimentos, com tributação e créditos generosos para a agricultura, abriu precedentes para que os recursos obtidos através das baixas taxas de impostos e dos vultosos empréstimos se desviassem para negócios mais proveitosos no setor industrial. Assim, muitos recursos oficiais não apenas foram utilizados para subsidiar o investimento privado, como também contribuíram para criar novos laços entre as elites agrárias e os novos grupos industriais. Devido à proteção governamental, resultante de uma mescla de imposição e impossibilidade, o latifúndio sobreviveu intacto até a década de 1960, não se constituindo num obstáculo intransponível para a intervenção transformadora e modernizadora do Estado, via CORFO.

Por fim, o inevitável problema da inflação. Desde as iniciativas de política econômica do período posterior à depressão, que

⁵⁷ Cf. Faúndez, Júlio, *Izquierdas y Democracia ... op. cit.*, 1992, p.61.

visavam recuperar a capacidade produtiva do país, o Chile não foi capaz de suplantar a instabilidade macro-econômica. O período comandado pelos Radicais agravou esta dimensão, tornando a inflação um processo crônico e permanente. Nos quatorze anos em que se aplicaram as medidas econômicas patrocinadas inicialmente pela Frente Popular, os preços continuaram subindo e, com eles, as taxas de inflação⁵⁸. Como vimos, durante este período, o mercado interno e a produção industrial experimentaram uma notável expansão e diversificação. Ocorreu, contudo, um crescimento parcial, no qual a industrialização patrocinada pelo Estado e financiada pelo cobre foi acompanhada por uma política agrária que isolou o campo do resto da economia e atrofiou sua expansão. Isto inibiu, de certa forma, o nível de emprego no setor industrial que, entre a décadas de 1930 e 1950, subiu apenas três pontos, atingindo 19% da força de trabalho ativa. Os resultados decepcionantes em matéria de empregos foram, em grande parte, efeito da distribuição da renda produzida por uma política econômica que visava acomodar interesses, expandindo o crédito à medida em que avançava o desenvolvimento da economia.

Procurou-se, assim, contrabalançar os efeitos da inflação adotando-se uma política de reajustamento anual dos salários, atendendo especialmente os setores de trabalhadores com força sindical expressiva. Neste sentido, passou-se gradativamente a aceitar a idéia de

⁵⁸ A chamada "fase moderna da inflação chilena", conforme a expressão de Hirschman, foi tão instável ou desigual, embora crônica e permanente, quanto o crescimento econômico do período. Assim, para 1940, o índice foi de 12,6%, tendencialmente crescente até atingir os 29,4%, em 1943, para em seguida assumir uma tendência de baixa, voltando a crescer apenas em 1947, quando alcançou os 33,5%; cf. Aylwin, Mariana et alii, *Chile en el siglo XX*, Santiago, Ed. Emisión Ltda., 1986, p. 210. Ver também Hirschman, Albert O., *Política Econômica na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1965, especialmente pp.210-220.

que era necessário conviver com a inflação e, portanto, aceitá-la como um preço a ser pago pelo progresso econômico e social que estava em curso. Até a inflação se tornar uma ameaça séria à acomodação geral dos interesses de todos os setores implicados no processo de expansão econômica - e isto somente foi ocorrer no início do governo Videla -, ela foi suportada uma vez que a ação dos mecanismos de reajustamento quase que automáticos cumpriu a função de arrefecer a resistência e o protesto das camadas subalternas.

Numa visão de conjunto do período aberto em 1938, podemos dizer que a "sorte" ou o "destino" dos atores políticos fundamentais que operaram as mudanças ali empreendidas não corresponde à envergadura da tarefa realizada. Em relação à esquerda, ainda que as conseqüências da sua participação nos governos de coalizão tenham sido prontamente avaliadas como negativas - e esta visão será predominante no seio da esquerda chilena até a década de 1970 -, não é possível deixar de lado o fato de que os partidos Comunista e Socialista não somente conseguiram assegurar o seu papel de representantes dos trabalhadores organizados, como também puderam aumentar suas bases e seu prestígio para, enfim, atuarem como forças proeminentes do processo político nacional, em condições de igualdade com os demais partidos. Isto é extremamente importante porque, além da experiência governativa, permitiu, por outro lado, assegurar a autonomia política e organizativa das classes subalternas no processo de modernização acelerada que o país viveu neste período.

Entretanto, um dos aspectos mais desastrosos do período foi, para a esquerda, a ruptura da coalizão vitoriosa em 1938 e a fratura do movimento sindical. Estes déficits político-organizacionais, acrescidos da impossibilidade de se conseguir estender o processo de

avanço da sindicalização ao campo e de se ampliar o eleitorado nacional⁵⁹, no plano da cidadania, bem como a incapacidade de influenciar no sentido de uma maior integralidade do desenvolvimento econômico, com a possibilidade de se diminuir a vulnerabilidade e a dependência do exterior, no plano econômico, foram as maiores debilidades da esquerda chilena neste período.

É verdadeiro que a correlação de forças, como vimos, não era inteiramente favorável à esquerda e que a direita, em maioria no Parlamento por quase todo o tempo, conseguiu bloquear a implementação de medidas voltadas para atingir os objetivos apresentados acima. Além disso, em diversas oportunidades, a direita demonstrou claramente aos Radicais que seus interesses teriam preferência até mesmo sobre a manutenção da democracia representativa. A direita combinou a sua força eleitoral com o seu potencial econômico: vetou tudo o que afetava seus interesses imediatos e permitiu as mudanças que expressavam os interesses das organizações empresariais, acomodando seus conflitos internos.

A disposição do Partido Radical em ceder às pressões da direita seguiu a lógica de afirmação histórica deste partido. Nela, o tema da ordem assume importância equivalente ao da mudança. A afirmação das representações da esquerda empurrou o Radicalismo para o centro e este tinha tudo a oferecer aos dois lados do espectro político, desde que estes o brindassem, conforme as circunstâncias, com o posto maior da República. Desta forma, os Radicais compreenderam que, a partir do final da década de 1930, a combinação mais eficaz para dar andamento à modernização e garantir a estabilidade estava na sua própria razão de ser como ator político. Os Radicais puderam, assim, vencer três

⁵⁹ Ver Anexo II.

eleições presidenciais consecutivas graças à sua habilidade em formar coalizões eleitorais e de governo, tanto à esquerda quanto à direita. Completado o ciclo econômico e alterada a situação mundial com o final da II Guerra, o Radicalismo, a despeito de não ter reduzida a sua base eleitoral, não conseguiu mais reproduzir a sua política de alianças.

No final da década de 1940, o socialismo chileno encontrava-se profundamente dividido e o Partido Comunista estava proscrito. Entretanto, no início da década seguinte, os sindicatos voltaram a se unificar em torno de uma única organização, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sob controle dos Socialistas e dos Comunistas, e os dois partidos da esquerda passaram a estruturar uma nova política de alianças, tendo como central o eixo socialista-comunista. Esta nova política da esquerda chilena assentava-se numa leitura inteiramente negativa da experiência dos governos de coalizão de centro-esquerda, que haveria de influenciar decisivamente boa parte da historiografia sobre o período.

A HISTORIOGRAFIA DA FRENTE POPULAR

A despeito da importância que assume, entre historiadores e demais cientistas sociais, a reflexão a respeito do período aberto em 1938 para a compreensão da história contemporânea do Chile, pode-se atestar, contraditoriamente, a ausência de um debate historiográfico sistematizado sobre o temática da Frente Popular e dos governos Radicais na bibliografia chilena. Não existe, a rigor, um texto, em forma de ensaio ou livro, que tenha manifestado, explicitamente, este escopo em sua concepção¹.

Entretanto, pelo significado que assumiu, a simples existência da Frente Popular e de seus desdobramentos não poderiam deixar de figurar como temas importantes ou sugerir questões permanentes para a produção historiografia do país ou para aquela que, elaborada em outros contextos, versou sobre a história política do Chile contemporâneo. Ainda assim, contudo, é possível observar a pequena quantidade de trabalhos que tomam o período aberto com a Frente

¹ Pode-se atestar isso consultando o extenso e rigoroso levantamento feito por Gonzalo Cáceres Quiero, *Temas de Historia de Chile (Siglos XIX y XX). Una aproximación bibliográfica a lo publicado entre 1982 y 1992*, Santiago, mimeo, enero 1994, 28p. Também em Riquelme S., Alfredo, *La classe política chilena en la literatura historiográfica y politológica: el estado de la cuestion*, Santiago, ILET, 1987. 50 p. Em relação à historiografia chilena mais amplamente, confirma-se o mesmo fato. Ver Gazmuri, C. y Sagredo, R., "Historiografía chilena en los últimos 20 años" in Gómez-Martínez, José L. y Pinedo, Javier, *Los ensayistas, Chile: 1968-1988*, Georgia, 1987-1988. Em relação ao debate historiográfico chileno ver também Salazar, G. (coord.) "Historiografía Chilena: balance y perspectivas - actas del seminario de historia de Chile" in *Proposiciones*, Santiago, n. 12, 1986, pp. 157-170.

Popular como um objeto específico de investigação, quer pelo ângulo das razões que possibilitaram ou levaram à constituição da coalizão entre Radicais e esquerdas, quer em relação à sua experiência governamental, após a vitória eleitoral de 1938².

Numa ampliação do problema, a mesma ausência pode ser notada também no fato de que mesmo nas obras gerais sobre a história do Chile, isto é, nos ensaios mais importantes sobre a trajetória política³ ou econômica⁴ do país e até mesmo na produção acadêmica de matriz historiográfica⁵, não se reserva um destaque especial ao período aberto em 1938, ainda que seus temas, derivados das transformações históricas que se processaram, sejam objeto de esmerada reflexão.

Por qualquer ângulo que se observe, o período aberto com a vitória da Frente Popular não compõe, na historiografia sobre o Chile, uma unidade temática, com recortes precisos que possam estruturar um universo definido de reflexões. Por esta razão, as motivações da produção historiográfica sobre temas específicos que se extraem do período - e pode-se registrar aqui, já são da alguma monta⁶ - não têm

² Especificamente sobre a formação da Frente Popular, o trabalho mais expressivo, pelo levantamento documental, é o de Milos H., Pedro, *El Partido Radical y El Partido socialista en la Conformación del Frente Popular Chileno, 1935-1938*, Santiago, memoria de prueba, PUC-Santiago, 1985; sobre isso ver o nosso quarto capítulo. O primeiro registro acadêmico da experiência governamental da Frente Popular, extranhamente não publicado no Chile até os dias que correm, é de Stevenson, John Reese, *The Chilean Popular Front*, University of Pennsylvania Press, 1942.

³ Ver Góngora, Mário, *Ensayo Histórico sobre la Noción de Estado en Chile en los Siglos XIX y XX*, Santiago, Ed. Universitária, 1986.

⁴ Ver Pinto, Aníbal, *Chile, un caso de desarrollo frustrado*, Santiago, Ed. Universitária, 1973.

⁵ Ver Villalobos R., Sergio e outros, *História de Chile*, Santiago, Ed. Universitária, Tomo 4, 1974.

⁶ Ao longo deste trabalho temos apresentado esta bibliografia. Excetuando-se os trabalhos gerais já citados, como os de Mariana Aylwin e Maria R. Stabili, o período tem estimulado estudos sobre os partidos políticos, como aparecem nos

demonstrado, todavia, a intenção de sistematizar o conjunto destes estudos como um objeto específico de investigação, com desdobramentos negativos, ao nosso ver, para a articulação de um debate mais circunstanciado historicamente sobre a própria vida política do país.

Uma reflexão sobre produção acerca do tema e do período permanece assim, em aberto. Como tem sido caracterizado, então, o período iniciado pela Frente Popular? Quais os critérios para trabalhá-lo como uma unidade temática, a partir das alterações substanciais que ele provocou? Em que sentido 1938 aparece como um marco histórico? Como definir, com mais precisão, o papel histórico dos protagonistas deste processo?

O primeiro problema historiográfico que surge do estudo da Frente Popular é, desta forma, o da definição das suas balizas cronológicas. Como vimos nos capítulos anteriores, a duração da coalizão originária, tanto do ponto de vista político como governamental, não estendeu-se além de 1941. No entanto, o tipo de coalizão expresso pela Frente Popular acabou sendo tomado como referencial para um período mais longo, pelo menos até 1952, em virtude de os presidentes eleitos nos pleitos posteriores pertencerem ao Partido Radical e suas alianças eleitorais incluírem parcelas distintas da esquerda, além de terem enfrentado adversários apoiados pela direita. Neste tipo de avaliação,

trabalhos de Drake, Moulian, Scully, Faúndez e Del Pozo. Sobre os Radicais, em especial, além dos já citados e dos trabalhos de Glória López e Jaime Reyes, pode-se indicar também Carrasco, Julio E. Guíñez, *Interpretación de la evolución social y política de Chile desde 1932 a 1952*, Universidad de Concepción, memória, 1963; e Urzua, G., *La democracia Práctica - los gobiernos radicales*, Santiago, Ciedes, 1987. Sobre o Partido Comunista Chileno é bastante útil a coletânea de Varas, A. (comp.), *El Partido Comunista en Chile*, Santiago, Cesoc/Flacso, 1988; Como trabalho documental mais importante sobre 1938, vale a menção para Infante Barros, Marta, *Testigos del Treinta y Ocho*, Santiago, Ed. Andrés Bello, 1972.

aceita-se 1938 como marco inaugural de um período com características histórico-estruturais próprias e distintas, tanto do período anterior como do posterior, e atribui-se a ele uma caracterização única⁷, não levando em consideração as mudanças que se processaram na formação e composição das coalizões no plano eleitoral e/ou governamental⁸.

Em virtude do término da Frente Popular ter-se registrado em 1941 e de as coalizões eleitorais posteriores assumirem configurações distintas, ainda que tenham tido como eixo o Partido Radical, em nosso entendimento, não se pode trabalhar com a existência de um período de "governos de Frente Popular" ou ainda um "período de Frentes Populares", iniciado em 1938 e concluído em 1947⁹ ou em 1952, quando termina o governo de Gabriel González Videla. Numa avaliação rigorosa, mas que ainda tenta prezar o significado simbólico de 1938, é possível admitir, como faz Maria R. Stabili, que depois de formalmente rompida a Frente Popular, os governos de Juan Antonio Ríos e de Gabriel

⁷ Esta visão é assumida por Tomás Moulian: "Chamamos período das Frentes Populares aquele no qual predominam coalizões de centro-esquerda, formada por radicais e socialistas e/ou comunistas. (...) O termo está sendo usado, portanto, num sentido amplo e não somente para designar a coalizão originária que levou à vitória de Aguirre Cerda", cf. Moulian, T., "Violencia, Gradualismo y Reformas en el Desarrollo Político Chileno" in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, nota 40, p. 38.

⁸ Conforme afirmamos no capítulo anterior, o Partido Radical oscilou da esquerda para a direita inúmeras vezes, no plano eleitoral e de governo. Enquanto as alianças eleitorais puderam se manter, com muito esforço, a partir da base de centro-esquerda, as alianças de governo não mantiveram este critério. Sobre isso ver SCULLY, Timothy R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992, p. 135 e Pozo, José Del, "La période d'alliances politiques multiclassistes au Chili (1936-1956): Populisme ou autonomie de classes?" in *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caribes*, XIII, 25, 1988, pp. 07-27.

⁹ A referência aqui é ao ano em que foi decretada a Lei de Defesa Permanente da Democracia, que colocou na ilegalidade o Partido Comunista Chileno, depois deste ter sido afastado do governo que tinha ajudado a eleger um ano antes.

González Videla não foram mais do que "pálidas cópias" da coalizão que ascendeu ao poder em 1938¹⁰.

Do ponto de vista analítico, a consequência mais imediata, mas não suficiente, desta avaliação é a de que se deve fazer referência ao período aberto em 1938 utilizando-se uma chave de leitura mais favorável à compreensão da própria história da Frente Popular. Como indicamos anteriormente, o ascenso ao poder em 1938 não significou concretamente uma ruptura e desde o momento da indicação do candidato Radical à presidência tornou-se clara a hegemonia do Partido Radical na coalizão de centro-esquerda. Estas marcas se desdobram e se reproduzem, sem grandes alterações, nos governos seguintes, sob o comando dos Radicais. Independentemente da baliza cronológica final (1947 ou 1952), o período esteve marcado, portanto, por estas características.

O segundo problema a ser examinado, ainda de caráter geral, é o fato de que as mudanças que se processaram neste período foram interpretadas a partir do recorte sociológico que trabalha com a relação - de resto, mecânica - entre partido e base social. Em virtude do apoio eleitoral dos Radicais encontrar-se, fundamentalmente, junto à classe média, elaborou-se, a partir deste dado, uma interpretação para o período conforme este critério. Desta maneira, passou-se a se explicar o processo e o período como a derrota da oligarquia e a vitória das camadas médias, representadas pelo Partido Radical. Obviamente, os governos comandados por este partido passaram a ser classificados como governos de classes médias. O esquema foi recorrente nos estudos sobre a América Latina: os processos de modernização ocorridos desde

¹⁰ Cf. Stabili, M. R., *Il Cile - dalla Repubblica liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991, p. 101.

fins do século XIX, em especial a urbanização, adensaram as camadas médias e estas, em conjunturas posteriores, em geral nas primeiras décadas do século XX, ascenderam ao poder depois de liderarem movimentos contestatórios à estrutura oligárquica. Nesta abordagem, se reconhece o início deste tipo de processo na vitória de Arturo Alessandri, em 1920, e seu prolongamento nos 14 anos de governo comandado pelos Radicais, a partir de 1938¹¹.

Sabe-se, porém, que este processo é imensamente mais complexo. No que se refere a outras experiências latino-americanas do início do século, como a argentina e a brasileira, foi possível demonstrar as inúmeras dificuldades do movimento das classes médias em assumir um papel ruptural diante da estrutura oligárquica¹². A partir desta crítica passou-se, contudo, a se advogar o inverso, generalizando-se as plausíveis conclusões a respeito da Argentina e Brasil. Desta maneira, na América Latina as classes médias e suas representações teriam demonstrado capacidade para imprimirem uma primeira fissura nos padrões de dominação oligárquica, mas não conseguiram ultrapassar os limites da contestação estritamente política em relação às oligarquias. O resultado teria sido um cenário de "ausência de hegemonia", em virtude da crise oligárquica, cuja consequência mais direta seria a emergência de uma "Estado de compromisso"¹³. Se a primeira abordagem tomou o critério sociológico e a partir dele tinha as respostas prontas, a segunda, transferiu para as camadas médias um problema histórico que não era o

¹¹ Ver a respeito deste tipo de enfoque Johnson J., John, *La Transformación política de América Latina - el surgimiento de los sectores medios*, Buenos Aires, Ed. Dimensión Americana, 1961, cap. 05; Petras, James, *Política y Fuerzas Sociales en el Desarrollo Chileno*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1967.

¹² Cf. Weffort, F., "Liberalismo e Oligarquia" in *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp.105-121.

¹³ Idem, *Ibidem*.

delas. O diagnóstico era, sem dúvida, verdadeiro: as camadas médias não eram rupturais e revolucionárias em relação à oligarquia. Mas talvez não fosse delas um programa voltado para “formular uma perspectiva própria em relação ao processo de produção”, cujo objetivo era afirmar uma “nova ordem, conformada à sua maneira e da qual fossem a garantia de sustentação”¹⁴. Mas isso não deve ser o mesmo que trabalhar com a idéia que as suas representações tenham manifestado uma incapacidade atávica para o governo da economia.

Como demonstramos nos capítulos anteriores, este processo assumiu uma configuração determinada no Chile e é a partir desta determinação específica que esta história deve ser interpretada, ultrapassando-se o referencial sociológico como critério para a caracterização do período. Toda a trajetória de mudanças vivenciadas em função da superação da forma política de dominação oligárquica assumiu, no Chile, um processo singular em virtude de um consenso tácito que foi se formando entre diversas forças sociais e políticas a respeito de algumas temáticas fundamentais que envolviam a construção do que se chamou à época de “Estado Moderno”. Depois de três décadas convulsionadas, a preponderância de uma determinada orientação no sentido de levar adiante a implementação das pautas deste novo Estado somente se impôs em função da conjunção de inúmeras variáveis. Nem o percurso e tampouco o desfecho estavam previamente delineados a partir do contexto de mudanças que começaram a se processar no início da década de 1920. Como enfatizamos anteriormente, o processo modernizador que viveu o Chile desde então não se afirmou tendo a orientá-lo apenas um tipo de protagonismo social ou político.

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

Num certo sentido, o problema de localização da temática da Frente Popular e de uma conseqüente apreciação do período que ela abriu decorre, em primeiro lugar, da dificuldade de se atribuir a ele um caráter afirmativo. O peso da historiografia chilena de matriz conservadora é ainda muito grande. Como afirma Gabriel Salazar, a historiografia chilena ainda permanece soterrada pela tese de que "a ordem social paradigmática de meados do século XIX ... foi desestruturada e quebrada pelo parlamentarismo e pelo democratismo que a sucedeu, provocando as crises de 1891 e 1973"¹⁵. Nesta leitura conservadora, a força dos partidos políticos a partir da década de 1930, pressionando no sentido da afirmação de um "governo de partidos" que superasse, na prática, o hiper-presidencialismo da Constituição de 1925, é interpretada como um fator de decadência e incapacidade¹⁶.

Para além desta postura conservadora, emergem, em segundo lugar, as discrepâncias entre a esquerda e o centro a propósito da memória que foi construída sobre o período. A despeito da valorização da vitória de 1938, as avaliações que a esquerda realizou sobre a sua participação nos governos de coalizão, como afirmamos no capítulo anterior, foram extremamente negativas. A partir delas, a leitura da esquerda, em especial dos socialistas, assumiu uma perspectiva de

¹⁵ Cf. Salazar, Gabriel, "Construcción de Estado en Chile: la historia reversa de la legitimidad" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, SUR, 1994, pp. 92-110. Neste ensaio Salazar discute as dificuldades dos intelectuais das ciências humanas em desvendar o que ele chama de uma "história reversa", isto é, aquela "não foi" (a despeito de sua permanência). Em relação à historiografia, Salazar registra que a permanência da historiografia conservadora mantém a "paralisia" entre os historiadores, impedindo a construção de uma historiografia mais crítica.

¹⁶ Esta leitura está presente, por exemplo, em Bravo Lira, Bernardino, *Régimen de Gobierno y Partidos Políticos 1924-1973*, Santiago, 1978; também em "Orígenes, Apogeo y Ocaso de los Partidos Políticos en Chile, 1857-1973" in *Política*, n. 07, Santiago, 1985, pp. 09-42.

denúncia e de cobrança, expresso nas palavras de um de seus maiores intelectuais do período:

“O Partido Radical foi o principal inimigo de todo esforço sinceramente reformista, tendente a estimular transformações progressistas na economia nacional (...) [Desde 1938], o Partido Socialista estava envolvido numa falsa realidade, a realidade da Frente Popular, obrigado a um trabalho inoperante e burocrático, em nada diferente daquele realizado pelo Radicalismo, e se distanciava de sua linha doutrinária e programática, perdia seu conteúdo revolucionário e introduzia o desalento nas massas e nos seus próprios militantes”¹⁷.

Por outro lado, do Partido Radical veio uma leitura diametralmente oposta. Para um dos mais incontestáveis líderes do partido e depois presidente da República, Gabriel González Videla, o advento da Frente Popular havia significado “a queda definitiva da república oligárquica de 120 anos, para dar nascimento à *segunda república*, à república da democracia”. Para ele, os dois campos deste confronto estavam claros: de um lado, “a aristocracia, apoiada nos bancos e no capitalismo internacional”, e ,do outro, “a democracia, apoiada nas classes médias e proletárias”¹⁸.

Outro proeminente líder radical, de perfil mais intelectual que político, Florencio Duran, afirmava que diferentemente da França, onde a Frente Popular havia sido concebida como uma etapa a mais na melhoria de vida ou no “bem-estar” dos trabalhadores, no Chile, “a

¹⁷ Cf. Jobet, Julio César, “El Partido Socialista y el Frente Popular en Chile” in *Arauco*, n. 85, fevereiro de 1967, p. 27.

¹⁸ Citado por Yopo H., Boris, *El Partido Radical y Estados Unidos, 1933-1946*, Santiago, FLACSO, D.T. 230, 1984, p. 42.

Frente Popular englobava, no seu programa, planos integrais que representavam a estratégia total desta luta, identificando-a com a transformação do país". Por ter se pautado assim, a Frente Popular conseguira realizar a façanha de transformar as bases do país, encaminhando-o da "velha democracia política" à "moderna democracia econômica"¹⁹. Para Duran,

"... a Frente Popular, sob a inspiração Radical e a autoridade de Aguirre Cerda, não buscou, unicamente, um alívio momentâneo para as angústias da classe operária. Planejou uma grande empresa nacional, capaz de transformar, desde as raízes, a estrutura orgânica da nossa democracia, procurando dar, aos conflitos sociais, uma solução duradoura e permanente. (...) [A Frente Popular explorou] a economia chilena em favor do Chile, visando proporcionar ao trabalhador todo bem-estar possível. À "mística do trabalho", anunciada pelo candidato dos partidos da direita, o Sr. Ross, a Frente Popular chilena opunha e sobrepunha a religião do aço, a fidelidade à terra e a mística da produção"²⁰.

Se a visão dos Radicais era basicamente acrítica e laudatória, ainda que encerrasse o segredo da hegemonia que exerceram no processo, a representação que a esquerda socialista construiu sobre o período estava bastante preocupada com os caminhos e projetos alternativos que sentia necessidade de propor e não levava na devida conta o que disseram os Radicais a propósito de si mesmos. Do ponto de vista da análise historiográfica, é absolutamente insustentável manter

¹⁹ Cf. Duran B., Florencio, *El Partido Radical*, Santiago, Ed. Nascimento, 1958, p. 180 e 184.

²⁰ *Idem*, pp. 175 e 181.

ainda a avaliação de que os Radicais, “como um partido essencialmente eleitoreiro”, se preocuparam exclusivamente com a “política” e não com a “economia”²¹; ou que, numa outra chave de leitura, também negativa, o Radicalismo chileno tivesse expressado, por todo o tempo em que esteve no governo, uma orientação “pragmática e desintelectualizada”, fruto de uma visão desideologizada da política²².

A despeito das visões que os principais protagonistas tiveram do processo aberto em 1938 e de seus resultados, o fato é que depois da instabilidade geral vivida da década de 1920, abriu-se, na década seguinte, um período em que a vida política e institucional chilena ganhou uma relativa estabilidade, dependente fundamentalmente da ação dos partidos políticos, das alianças e das negociações entre eles.

Em outros termos, a década de 1930 iniciou-se com a consolidação de um sistema de partidos que foi, gradativamente, se adensando. Um outro elemento de polêmica na historiografia emerge precisamente deste ponto. A partir de que momento se estruturou, então, a democracia chilena? Como olhar para este processo? Para Stabili, o principal protagonista da construção do Estado moderno no Chile seria a corporação militar. Esta hipoteca, a democracia chilena teria que carregar até o seu colapso²³. De nossa parte, este parece-nos um argumento anacrônico, que se fundamenta nos acontecimentos de 1973 para buscar explicações sobre as bases de um sistema político que, de fato, não se

²¹ Cf. Bermúdez M., Oscar, *El Drama Político de Chile*, Santiago, Editorial Teguvalda, 1947, p. 82.

²² Cf. Flisfich, Angel, *Algunas hipótesis sobre la relación entre intelectuales y partidos políticos en Chile*, Santiago, Flacso, d.t. n. 234, 1985, pp. 11-12.

²³ Cf. Stabili, M. R., *Il Cile - dalla República liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991, p. 57.

apresentava como integralmente democrático, visto a partir da sua estrutura de representação extremamente deficiente.

Com alguma vinculação aos fundamentos da tese de Stabili, Adolfo Ibáñez traz para o problema uma dimensão mais profunda. Estudando o papel desempenhado pela liderança empresarial no período, para ele, o perfil do Estado Moderno no Chile veio se delineando desde as realizações do movimento militar de 1924 e do governo Ibáñez, a partir de 1927, "que introduziu na administração pública um destacado grupo de *ingenieros*, que foi fundamental para materializar as idéias que a este respeito haviam se delineado desde o início do século"²⁴. Como vimos nos capítulos anteriores, a importância dos militares como protagonistas da remodelação do Estado, intensificando o processo de modernização, é inegável. Concordamos com Adolfo Ibáñez quando ele afirma que, neste período, delineia-se um novo conceito de política que "baseia sua possibilidade de realização no administrativo", necessitando, assim, do concurso do "planejamento e dos técnicos"²⁵. No entanto, estes não foram, como também vimos, os únicos protagonistas. Por outro lado, a ação dos *ingenieros* estabelece um elemento de novidade que, gradativamente, passa a estar dependente da esfera política. A autonomia e desenvoltura que estes vivenciavam no período de Ibáñez jamais será igual em governos posteriores, particularmente depois de 1938. Se o coroamento deste processo, como admite Adolfo Ibáñez, é a CORFO, por sua expressão de articulação planejada de projetos e estratégias, mais se

²⁴ Cf. Ibáñez S. M., Adolfo, "El Liderazgo en los gremios empresariales y su contribucion al desarrollo del Estado Moderno durante la década de 1930 - El fomento a la producción e los antecedentes de CORFO" in *Historia*, vol. 28, 1994, p. 185.

²⁵ Cf. Ibáñez S.M., Adolfo, "Los Ingenieros, El Estado Y La Política En Chile - Do Ministério de Fomento a la Corporación de Fomento: 1927-1939" in *Historia*, Santiago, n.18, 1983, pp. 48-49.

realça e se afirma em primeiro plano o peso dos agentes políticos e não dos técnicos. Ao contrário do período Ibáñez, a tecnificação do Estado, a partir de 1938, passou ter que caminhar compassadamente, conforme o equilíbrio das forças políticas, tendo os Radicais como eixo. Passou a ser necessário, enfim, um ator político que legitimasse, valorizasse e operasse esta nova política. Se esta tarefa era incompatível com a prática do liberalismo tradicional e com seus operadores políticos, tampouco poderia ser reservada exclusivamente aos técnicos. Estes jogaram, sem dúvida, um papel fundamental como “grupo tecnocrático”, ocupando os postos chave nas empresas estatais e fazendo a mediação prática entre os projetos do Estado e os interesses privados. A ação deste grupo ajudou a implementar uma nova estrutura no Estado, modernizar sua relação com a sociedade e vencer a resistência dos segmentos políticos vinculados à direita e à burguesia mais moderna²⁶.

A dimensão da política passa, assim, para o primeiro plano da discussão. É possível, aqui, resgatar um outro tratamento para o tema. Reverte-se o enfoque, tomando-se a questão da estabilidade novamente como referência. Para Sofia Correa, o período que estrutura as bases do Chile contemporâneo - ou seja, dos quarenta anos de vida democrática que se seguiram até 1973 - encontra-se no segundo governo Alessandri. Para esta autora, no final do seu governo “a Constituição era respeitada e apreciada pelas direitas e pelas esquerdas”; (...) através dela “legitimaram-se o governo civil e o regime democrático liberal”, assim como “consolidou-se também o poder econômico da oligarquia e, por

²⁶ Cf. Pinto, Aníbal, “Estado y Gran Empresa: de la Precrisis hasta el Gobierno de Jorge Alessandri” in *Estudios Cieplan*, n. 16, Santiago, junio 1985, p.27.

consequente, seu papel de classe dominante²⁷. O protagonismo fundamental aqui não é dos militares, nem dos *ingenieros* e tampouco dos partidos políticos. Há uma espécie de subalternização de todas as forças ao império de lei e ao poderio da oligarquia. Poderíamos dizer que se trata quase de uma pre-determinação, na qual a democracia chilena estaria, assim, ausente de contradições, tensões e conflitos que poderiam levar, como, inclusive, quase levaram, ao seu cancelamento.

Em nosso entendimento, a estabilidade acabou por se consolidar como resultante de um processo eminentemente político. A aliança político-eleitoral que reuniu os partidos Radical, Comunista e Socialista, vitoriosa na eleição presidencial de 1938, conseguiu dar forma, pela primeira vez na história do país, a um governo de coalizão cujo centro de gravitação era basicamente distinto dos governos anteriores, mesmo daqueles que se estruturaram depois de 1920, quando a vitória de Arturo Alessandri, pela Aliança Liberal, abriu uma nova fase na história política do país.

Se é correto afirmar que a partir de 1932 abriu-se um período cuja configuração é a de um regime presidencial fundado em alianças de partidos²⁸, não seria também equivocado afirmar-se que a ascensão da Frente Popular ao governo consagrou um padrão mais sistemático a esta mudança, reproduzindo-a por quase uma década e meia. Esta distintividade guarda precisamente o aspecto de

²⁷ Cf. Correa, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos en su segunda administración" in Orrego, Claudio et al., *Siete Ensayos sobre Arturo Alessandri Palma*, Santiago, ICHEH, 1979, p. 462.

²⁸ Ver Góngora, M., *op. cit.*, especialmente pp. 237 e ss. A caracterização de Góngora respalda-se em Bravo Lira, Bernardino, *Régimen de Gobierno y Partidos Políticos 1924-1973*, Santiago, 1978. Ver também Scully, *op. cit.* e Moulian, Tomás, *op. cit.*, 1993, cap. 01.

simultaneidade entre mudança e continuidade que, ao nosso ver, caracteriza a transformação processada a partir de 1938.

Em síntese, o centro da discussão que se expressa nos autores acima referidos, no fundo, o tema de 1938 como marco histórico, que carrega consigo a problemática da consolidação do Estado Moderno no Chile. Trata-se, assim, de buscar uma precisa definição de 1938 como um marco divisor de balizas precisas da história chilena, em virtude da natureza das forças políticas e sociais que ascenderam ao poder. A questão é relevante e se reveste de sutilezas, uma vez que os temas da modernização do Estado e das relações sociais - leia-se institucionalização do conflito -, assim como a estabilização do sistema político são, todos eles, abertos em conjunturas anteriores ao ascenso da Frente Popular ao poder. Por outro lado, deve-se considerar também que, além da estabilização do regime, as "tarefas" econômico-sociais assumidas e implementadas a partir da Frente Popular corresponderam a uma determinada fase do capitalismo em escala mundial que se expressaram de uma forma bastante particular no Chile. O Estado Moderno de que se fala, portanto, é um Estado que passa a influir decisivamente nos processos econômico-sociais e que reorganiza inteiramente a vida do país.

Ainda que se possa observar um relativo consenso nas interpretações quanto à validade da questão, existem, como vimos acima, agudas discrepâncias quanto ao momento da origem deste tipo de Estado e, portanto, em relação aos agentes históricos responsáveis por

sua criação, assim como discordâncias quanto ao papel dos diversos atores sociais e políticos em sua consolidação²⁹.

Para uma das correntes interpretativas, 1938 funda um determinado padrão de relacionamento, de interação, entre Estado e sociedade não apenas inexistente anteriormente mas inteiramente novo diante da conformação estatal definida pelo padrão oligárquico de dominação. No entendimento de dois expoentes desta linha, "as eleições presidenciais de 1938 foram decisivas para consolidar no Chile um novo modelo de desenvolvimento no qual o Estado vai ter um papel preponderante"(...) e "significou, pela primeira vez, a ascensão ao poder executivo do Estado de grupos e partidos que tradicionalmente estiveram marginalizados"³⁰. O cenário que se estruturou no país ao final da década de 1930, afirma um outro defensor desta interpretação, "apresenta profundas diferenças com o preexistente (...), particularmente no que se refere ao papel do Estado e de suas relações com os empresários"³¹. No essencial o papel do Estado passou a ser definir uma direção a ser seguida pela comunidade nacional e possibilitar os meios para que o setor empresarial pudesse realizar a tarefa requisitada na direção indicada. Nas palavras de Anibal Pinto:

*"... o essencial desta fase reside na transformação qualitativa das responsabilidades do ente público e especialmente em suas novas funções como **empresário** e como **agência de***

²⁹ Esta problemática aparece delineada no trabalho de Sofia Correa "La Derecha en la Política Chilena de la Década de 1950" in *Opciones*, n. 09, Santiago, Academia de Humanismo Cristiano, 1986, pp. 31-51.

³⁰ Cf. Muñoz G., Oscar y Arriagada, Ana M., *Orígenes Políticos y Económicos del Estado Empresarial en Chile*, Santiago, Cieplan, serie Estudios n. 16, 1977, pp. 08-09.

³¹ Cf. Pinto, Anibal, "Estado y Gran Empresa ... *op. cit.*", Santiago, junio 1985, p. 22.

*planejamento. Ambos elementos devem ser considerados e vistos de maneira integrada uma vez que comparativamente à figura do Estado-empresário, suficientemente destacada, nem sempre tem-se valorizado com a mesma ênfase sua nova responsabilidade como Estado-programador, que excedia substancialmente a órbita do agente de crédito ou de 'fomento' na qual havia estado anteriormente*³².

Deve-se enfatizar, assim, que o fundamental desta análise está no fato de não considerar exclusivamente o aspecto da estabilização institucional como o definidor da aceitação de 1938 como um marco histórico. Esta interpretação trabalha fortemente com uma dimensão mais estrutural que chama atenção para as mudanças econômicas e sociais. Ela procura enfatizar o sentido histórico presente na ação governativa das coalizões articuladas pelos Radicais, a saber, a combinação entre modernização capitalista e integração social. Do ponto de vista analítico, o tratamento não se estrutura a partir de um exclusivismo da dimensão política e institucional, de resto, impossível como fator explicativo do ineditismo de uma coalizão da natureza da Frente Popular conseguir dar continuidade à estabilidade alcançada pelo sistema político chileno no final do governo Alessandri, atualizando o Estado às novas exigências da integração ao mercado mundial.

Estabilização e novo modelo de desenvolvimento passaram a interagir, estruturando e concretizando um novo consenso no plano da política. A partir de 1938, a Frente Popular se qualifica como uma "fórmula política" capaz de dar continuidade à estabilidade obtida no governo anterior e, com ela, estruturar as bases de compromisso

³² Idem, p. 23

interclassista, que daria sustentação a uma "fase reformista de longa duração"³³.

De acordo com esta interpretação, a senda "reformadora" introduzida com a Frente Popular assumiu uma feição de *substituição* em relação às classes dominantes³⁴. Estas, depois de 1938, foram seguidamente derrotadas nas eleições presidenciais e, a despeito delas e apesar delas, as coalizões composta por Radicais mais parcelas das esquerdas conseguiriam implementar, no período, um conjunto de "reformas democrático-burguesas". Esta autonomia do ator governante facultou às coalizões governantes do período a condição de se expressarem como um sujeito autônomo, com projeto próprio³⁵.

Tomás Moulian define o caráter e as razões desta autonomia argumentando que "a racionalidade política das forças impulsionadoras das reformas modernizantes tinha uma lógica própria" fundada, "no caso dos Radicais, no componente 'mesocrático' e, no caso dos partidos de esquerda, no componente popular e na tese da necessidade de uma 'revolução democrático-burguesa' como etapa prévia ao socialismo"³⁶.

O papel de *substituição* assumido pelas coalizões de governo comandadas pelos Radicais depois de rompida a Frente Popular

³³ Cf. Moulian, T., "Violencia, Gradualismo y Reformas en el Desarrollo Político Chileno" in VV.AA., *Estudios sobre sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, p. 37.

³⁴ Esta é a tese de Tomás Moulian, "Violencia, Gradualismo y Reformas ..." in *op. cit.*, Santiago, Flacso, 1985, p. 42. Neste ponto do texto, Moulian combate a tese de que a Frente Popular teria representado um papel de *mediação* em relação às classes dominantes. Sobre isso ver Liliana de Riz, *Sociedad y Política en Chile, De Portales a Pinochet*, Ed. de la Universidad Autónoma de México, 1979.

³⁵ Tomás Moulian, "Violencia, Gradualismo y Reformas ..." in *op. cit.*, Santiago, Flacso, 1985, p.42.

³⁶ Idem, *Ibidem*.

não significou - muito ao contrário - um bloqueio ao desenvolvimento capitalista. A partir destes governos, o Estado transformou-se, afetiva e solidamente, num agente ativo de estímulo ao processo de industrialização por substituição das importações, fator determinante para a ultrapassagem do modelo primário-exportador. Além do mais, o Estado se tornou, como vimos, um fator de estímulo ao crescimento de uma expressiva burguesia manufatureira, através de políticas protecionistas e de fomento. De fato, a literatura especializada enfatiza que "os primeiros anos do decênio dos anos cinquenta foram testemunha do robustecimento de um núcleo industrial até então secundário"; na década de 1930 foi a área têxtil que liderou o dinamismo do setor industrial, enquanto que, a partir da década seguinte, "são as atividades englobadas na metalmeccânica que cumprem este papel"³⁷.

A distintividade fundamental que caracterizava a situação de *substituição* era o fato de que se colocava em questionamento, não as bases em que estavam assentadas as relações sociais, mas o "liberalismo restritivo" ou a postura de externalidade das classes dirigentes tradicionais frente à questão social, uma vez que a intervenção estatal na economia já havia sido assimilada por classes como um "mal menor" ou inevitável. Desta forma, no plano econômico houve, segundo Moulian, uma concordância razoável quanto aos objetivos, a despeito de parecer contraditório ao nível discursivo, uma vez que implicava o abandono do liberalismo econômico e a admissão do intervencionismo estatal como benéfico. O núcleo do problema aberto com a situação de *substituição* esteve na "combinação industrialização-

³⁷ Cf. Pinto, Aníbal, "Estado y Gran Empresa ... *op. cit.*, Santiago, junio 1985, p.27.

democratização social, que era a forma global de conceber a modernização" dos grupos que ascenderam ao poder em 1938³⁸.

Desta maneira, ainda que o enfoque e o estilo modernizador das coalizões comandadas pelos Radicais para empreender as tarefas da industrialização e da integração social, via intervencionismo estatal, não fossem os mesmos das classes dominantes (estas, como vimos, disputaram com um outro programa, em 1938, encabeçado por Gustavo Ross), estes tampouco representaram uma ameaça: nem o programa nem sua implementação questionavam fundamentalmente a sobrevivência do capitalismo; em contrapartida, implicavam a adoção de um modelo que confrontava a lógica pura da acumulação de capital com medidas fundadas na lógica de "justiça social"³⁹.

A conclusão a que se pode chegar, a partir desta interpretação, é que se impôs, a partir de 1938, uma situação na qual deixa de existir a homologia entre poder econômico e poder político vigente na fase anterior. As classes dominantes subordinaram-se a esta nova configuração, as esquerdas integraram-se ao sistema político, saindo de uma posição de poder residual ou marginal para a de um poder

³⁸ Segundo Moulian, esta visão do bloco governante gerava tensões com as classes dominantes. Os governos radicais em coalizão com a esquerda desenvolveram muito a legislação social, a partir do *Código do Trabalho*, de 1925, como foi o caso da adoção da "semana corrida", na administração de Juan A. Ríos, criaram regimes próprios para a previdência social e saúde pública e afetivamente democratizaram o acesso à educação. Cf. Moulian, T., "Violencia, Gradualismo y Reformas ..." in *op. cit.*, Santiago, Flacso, 1985, p. 90.

³⁹ Moulian realiza aqui uma ultrapassagem de uma tese sua de 1985, na qual ele admitia, utilizando-se de uma construção de Guillermo O' Donnell, a sensação de ameaça presente nas classes dominantes em virtude tanto da natureza da coalizão de governo que se formou quanto em relação às mudanças implementadas, ainda que isto não tenha gerado efeitos catastróficos; cf. Moulian, T., *op. cit.*, 1985, p. 41.

significativo, e o centro político, núcleo do bloco governante passou a ser ocupado por um novo ator - o Partido Radical. O estilo e os fundamentos da forma política de dominação oligárquica passaram a estar, efetivamente, sob questionamento, sem que este processo significasse uma ruptura de corte revolucionário. Muito ao contrário, o Partido Radical, ao assumir decisivamente o papel de ator governante, acabou por converter-se "em porta-voz dos interesses dos setores industrializantes"⁴⁰, executando uma política de compensações com as elites políticas tradicionais e expressando um apoio irrestrito às iniciativas da técnico-burocracia estatal, adensada cada vez mais pela postura intervencionista do Estado⁴¹.

Esta conjunção de fatores parece estar na base da explicação acerca das razões pelas quais a democracia política, com todas as suas imperfeições no que se refere aos mecanismos de representação, ao contrário de entrar em colapso com o advento da Frente Popular, tenha se estabilizado e se fortalecido. Parece indicar também a razão da solidez do vigoroso processo de modernização social dinamizado pelo Estado neste período, consagrado na fórmula do "arreglo democrático", cunhada por Eugenio Tironi, visando indicar o *compromisso tácito* de todos os atores políticos e sociais quanto à necessidade de se

⁴⁰ A partir da CORFO, a proteção ao setor industrial não somente era vista como indispensável; mais do que isso, as medidas neste sentido, que emergiram anteriormente das circunstâncias, deveriam ser "elevadas à condição de política econômica"; cf. Ibáñez S. M., Adolfo, "El Liderazgo en los gremios empresariales ..." in *op. cit.*, 1994, p.214.

⁴¹ Moulian, Tomás, *La Forja de Ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*, Santiago, Flacso, 1993, pp. 94 e 95.

industrializar o país, garantir a democracia e atender as demandas sociais⁴².

O diálogo crítico, o questionamento, a relativização e mesmo uma oposição integral a este esquema interpretativo, ao seu encadeamento lógico e às suas conclusões, tem se constituído num empreendimento historiográfico de desmontagem das suas referências empíricas, cronológicas, analíticas e teóricas, realizado por diversos autores, chilenos ou estrangeiros.

Ainda que válido e útil como "chave interpretativa daquele complexo entrelaçamento de modernidade e tradição e de vários outros elementos" que caracterizaram o país até a década de 1950, o que, segundo Maria R. Stabili parece ser um problema difícil para esta interpretação é o fato desta estar baseada num "um conjunto de esquemas ideológicos preconstituídos" que começam a ser superados "por análises pontuais e empíricas"⁴³.

Um dos primeiros aspectos que se pode levantar como questionamento acerca da natureza da democracia política consolidada no período refere-se aos problemas na esfera da representação que dava suporte ao sistema político. Empiricamente se pode demonstrar que havia uma subrepresentação da sociedade, marcada por diversos mecanismos, mas sobretudo pelo número de inscritos e de votantes. Em relação aos últimos, os dados demonstram

⁴² Cf. Tironi, Eugenio, *El Liberalismo Real*, Santiago, SUR, 1986, cap. 01. Como modernização social, Tironi, define o processo de "implementação de medidas destinadas a integrar os indivíduos na sociedade através do sistema econômico e do Estado, em substituição aos vínculos tradicionais de tipo caudilhista ou comunitário", p.20. Os fundamentos de sua posição teórica - marcadamente durkheimiana - encontram-se em *Autoritarismo, Modernización y Marginalidad - El Caso de Chile, 1973-1989*, Santiago, SUR, 1990.

⁴³ Cf. Stabili, M. R., *Il Cile - dalla Repubblica liberale ...*, op. cit., 1991, p. 74.

que em 1932 ele não passava de 7,6%, chegando apenas a 15,2% no final do último governo dos Radicais (1952). A taxa média entre 1938-1946 foi de apenas 8,5%⁴⁴.

Num universo restrito de representação como este, ainda que o estilo político tenha se consolidado gradativamente como o da "política de massas", continuaram predominando alguns mecanismos oligárquicos, fundados numa rede informal de composição de acordos, alianças setoriais, compromissos e clientelismo. Por esta razão, no interior da classe dirigente a dinâmica política continuou operando à base de vínculos familiares, enquanto as relações com os outros grupos sociais assumiram uma característica abertamente clientelista⁴⁵. Uma exígua base eleitoral e as práticas clientelistas do período conformaram um cenário claro no qual predominava a exclusão da maioria da população dos processos eleitorais, conjugada à integração controlada de massas ao jogo político, mediante a institucionalização dos partidos de esquerda e da luta sindical.

Para Stabili, a historiografia chilena a respeito do período padece de uma espécie de colonização do discurso político. O que existe é ainda, segundo esta autora, "demasiada retórica" e uma visão idealizada da democracia chilena como sendo o resultado de um "processo linear e progressivo a uma democratização sempre mais profunda". Para Stabili, existem ainda problemas pontuais ainda inquestionados:

"Fala-se de partidos de massa, de partidos de esquerda, mas a massa eleitoral não existe. A maioria da população não tem

⁴⁴ Ver Anexo II.

⁴⁵ Para Stabili, em virtude destas características, "o processo seguiu um andamento muito tortuoso e em nada progressivo"; cf. Stabili, M. R., *op. cit.*, p. 75.

*carta de cidadania. Pergunto-me porque os socialistas e comunistas, presentes nos governos radicais, não propuseram, com força, uma reforma eleitoral. Queixavam-se do 'cohecho' mas não me parece que propuseram instrumentos eficazes para combatê-lo*⁴⁶.

Mesmo que aguda e correta, esta percepção, contudo, não é algo externo à interpretação de Tomás Moulian que apresentamos acima. Ainda que com outra argumentação, Moulian já havia observado as inúmeras dificuldades das coalizões do período em operarem uma democratização maior do sistema político. Especificamente em relação ao governo do presidente Radical Juan Antonio Rios, Moulian conclui que, a despeito das condições favoráveis, "a lógica estabilizadora predominou sobre a lógica reformadora"⁴⁷.

Admitindo-se que a historiografia pode estar superando a visão idealizada da democracia chilena, existem, contudo, outros problemas a serem examinados. Um elemento que deve ser considerado como inovador é o processo de "diferenciação das elites" que se processa a partir do período que estamos analisando. Trata-se de duas temáticas interligadas. Uma da divisão da direita chilena em "direita política" e "direita econômica" e a outra referente à atualização da oligarquia. Através desta temática se chama atenção para o fato de que a tese da *substituição* acima apresentada não deva ser compreendida como integral e orgânica, devendo ser somente considerada no interior da estrita dimensão político-institucional.

⁴⁶ Entrevista de Maria Rosaria Stabili a Gonzalo Cáceres publicada em *La Epoca*, 04 de fevereiro de 1996, pp. 14-15, sob o título "Revisitando a las élites".

⁴⁷ Cf. Moulian, Tomás, *La Forja de Ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*, Santiago, Flacso, 1993, p. 92.

O problema volta a ser a questão da origem e fundação do Estado Moderno no Chile. A respeito da questão, Sofia Correa afirma que não é possível deixar de considerar a superação do marco 1938. Para ela, "os traços fundamentais deste Estado advêm do segundo governo Alessandri, senão de antes, e, neste sentido, haveria muito mais continuidade do que ruptura entre sua administração e a de Aguirre Cerda". Sofia Correa questiona a possibilidade deste tipo de Estado ter sido estruturado sem a participação da direita ou mesmo com sua ativa oposição; isto seria trabalhar com a "imagem de uma direita "extremamente míope" frente aos processos sociais⁴⁸. Mesmo porque, muitas das propostas implementadas pela Frente Popular tinham plena concordância dos meios empresariais e algumas delas - vinculadas ao protecionismo e ao fomento industrial - eram propostas antigas dos setores empresariais. Havia entre a Frente Popular ou os Radicais e aquilo que se convencionou chamar "direita econômica" uma concordância integral a respeito da modernização da economia com base na condução estatal.

É interessante aqui trazermos à nossa discussão a avaliação mais ampla de Armando de Ramón⁴⁹ a propósito das elites chilenas neste período. Para este autor, a oligarquia chilena viveu, a partir de 1920, o desafio de enfrentar a política de massas que estava nascendo e foi obrigada a adaptar-se a ela para conservar parte da cota de poder que havia desfrutado tradicionalmente. A forma pela qual esta adaptação ocorreu foi a de fortalecer ou criar corporações representativas de interesses setoriais ou gerais e, a partir delas, obter o seu reingresso no

⁴⁸ Cf. Correa, Sofia, "La Derecha en la Política Chilena de la Década de 1950" in *Opciones*, n. 09, Santiago, Academia de Humanismo Cristiano, 1986, p. 32.

⁴⁹ Cf. De Ramón, Armando, *Santiago de Chile (1541-1991). História de una sociedad urbana*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, especialmente pp. 258 a 264.

Estado. Dentre estas associações pode-se mencionar a Sociedade Nacional de Agricultura, a Câmara Central de Comércio, a Sociedade de Fomento Fabril, a Sociedade Nacional de Mineração.

Com a administração de Ibáñez, estas corporações foram chamadas a participar na gestão de novas agências e empresas fiscais e, mais tarde, a partir de 1932, passaram a exercer uma importante influência no processo legislativo, por "sua capacidade de produzir análises técnicas"⁵⁰. Como desdobramento desta estratégia é interessante observar também que, a partir de 1934, estas associações uniram-se na Confederação da Produção e do Comércio. Assim, esta estratégia corporativa⁵¹, operada como forma de pressão ou como conquista de espaços para acomodar os atos do governo à defesa dos seus interesses, "renovou" a política oligárquica e, segundo De Ramón, a própria oligarquia, e pôde devolver às estas "a quota de poder que antes havia desfrutado através do controle que exerceu sobre o Congresso do Chile entre 1891 e 1924"⁵². Pode-se sintetizar esta interpretação da seguinte forma: a partir de 1920, as classes dominantes foram se adaptando à política de massas através dos mecanismos corporativos que

⁵⁰ Cf. Correa, Sofia, "Sistema Político y Movimiento Partidário (1920-1990)" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, SUR, 1994, pp. 86-88.

⁵¹ É importante destacar aqui que o corporativismo no Chile apresenta características peculiares. As corporações são associações voluntárias, não controladas nem financiadas pelo Estado, não havendo também monopólio da representação. Por outro lado, não representam todo o setor de referência. Ainda que tenham objetivado assumir um caráter universal, as associações empresariais no Chile, entre 1920 e 1960, representavam concretamente o grande capital; cf. Correa, Sofia, "Sistema Político y Movimiento ..." in *op. cit.*, 1993.

⁵² Cf. De Ramón, Armando, *Santiago de Chile ... op. cit.*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992. Assim, para este autor, "a Sociedade Nacional de Agricultura seria chave o controle de organismos como a Junta de Exportação Agrícola e a Caixa de Crédito Agrário, como para a Sociedade Nacional de Mineração o seria sua influência na Caixa de Crédito Mineiro, ou para a Sociedade de Fomento Fabril sua relação com a Corporação de Fomento da Produção e suas filiais", p. 262.

lhes facultava o controle de múltiplos organismos públicos que determinavam a maioria das políticas a serem implementadas.

O distintivo entre estes dois autores que estamos apresentando é que, enquanto De Ramón prefere trabalhar com a noção de uma "oligarquia renovada", que engendrou uma "classe governante" também "renovada", Sofia Correa utiliza a idéia de que o Estado passou a ser atravessado pelo que ela chama de "poderes fácticos", expresso nas "diversas classes políticas" que emergiram neste período, a saber: a partidária, a empresarial e a sindical. Em ambos, se observa, contudo, uma avaliação crítica da tese da *substituição* esposada por Tomás Moulian. Para ambos, nem a construção e tampouco a consolidação do Estado Moderno no Chile teriam sido obra da coalizão de centro-esquerda que ascendeu ao poder a partir de 1938. Mesmo levando-se em consideração a obstaculização de suas intenções democratizadoras e modernizadoras por uma "direita política" avessa ao tipo ou estilo de modernização que estava sendo implementado.

A conclusão desta história, para estes autores, deve ser vista de outra maneira. Para De Ramón, "o grupo oligárquico, durante estes anos, foi o porta-voz da modernização da sociedade e do Estado", não tendo dificuldades em assumir o acordo suposto no chamado Estado de Compromisso que, no fundamental, se reportava ao "desempenho comum do poder político e à afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava o consumo interno através da industrialização substitutiva de importações"⁵³. Já para Sofia Correa, a "diferenciação das elites" acabou por configurar-se como um fato claro, da mesma forma que o intercâmbio entre elas. Por esta razão, o Estado, neste período, passou

⁵³ Cf. De Ramón, Armando, *Santiago de Chile ... op. cit.*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 263.

a assumir características "mistas", isto é, o empresariado obteve "uma representação direta no Estado, além de estabelecer estreitos vínculos com os partidos políticos" (com os partidos da direita, em importante medida com o Partido Radical e até com o Partido Socialista e a Falange Nacional). Por outro lado, como um processo de marcas compensatórias, a elite sindical, também neste período, formou-se como classe política vinculada aos partidos de esquerda, que estavam no governo; e a elite partidária, por sua vez, revigorou-se com a estabilização, resguardando todas as formas tradicionais de legitimação pelo voto: o "cohecho" (compra de votos), o paternalismo e o clientelismo. Para Correa, "a representação empresarial corporativa colocou limites muito claros às possibilidades reformistas dos governos Radicais; mas isso foi assim, sobretudo, porque estes não tentaram questionar nunca essa influência; ao contrário, a legitimaram na medida em que os dirigentes do Partido Radical procuraram ingressar nas direções das associações empresariais"⁵⁴.

Este último elemento apresentado por Sofia Correa nos o desenvolvemos, sob outra chave interpretativa, no próximo capítulo. Entretanto, para podermos avançar, entendemos que seja necessário reter o fundamental: ainda que haja, nestas duas últimas interpretações, uma apreciação distinta quanto aos protagonistas da construção do Estado Moderno e mesmo quanto ao andamento e as características deste processo, há uma avaliação consensual, inclusive com a de Moulian, quanto à existência de um impulso à mudança, envolvendo a modernização do Estado, da economia, de alguma forma, a democratização social.

⁵⁴ Cf. Correa, Sofia, "Sistema Político y Movimiento ..." in *op. cit.*, 1993.

Conclusão diametralmente oposta pode-se extrair dos trabalhos de Gabriel Salazar⁵⁵. A sua preocupação principal é a elaboração de uma interpretação que consiga dar conta dos fundamentos da legitimidade da dominação social que se estruturou na história chilena. Em outras palavras, Salazar procura, na verdade, desvelar as bases da ausência de legitimação que existe na sociedade chilena, em função de como se processou a modernização capitalista no país. Esta ausência de legitimidade do capitalismo no Chile acabou problematizando, segundo Salazar, a sua própria validade.

Para Salazar, a partir de 1925, "institucionalizou-se um 'modo de articulação' entre o político e o social que, sendo democrático no plano formal, operou-se à base da clientelização dos movimentos sociais, sob a condução inescapável da classe política civil (com respaldo militar)"⁵⁶. Esta forma de articulação entre o político e o social nada mais fez do que reproduzir, no entendimento deste autor, a fratura histórica entre estas duas dimensões, existente desde a consolidação do Estado Nacional.

A conjuntura aberta em 1920 reproduziu a ilegitimidade uma vez que se conseguiu derrotar, em 1925, o que ele qualifica como uma "proposta 'sociocrática' do político". Naquele ano, emergiram na cena política dois projetos de refundação do Estado: o 'sociocrático', defendido por uma Assembléia Constituinte de

⁵⁵ Utilizamos aqui os seguintes trabalhos de Gabriel Salazar: *Violencia Política Popular en las "Grandes Alamedas" - Santiago de Chile, 1947-1987*, Santiago, SUR, 1990 e "Lo Social (Popular) y lo Político (Nacional) en Chile: crisis del modo clientelista de articulación?" in *Movimientos Sociales y Política: el desafío de la democracia en América Latina*, Santiago, CES Ediciones/Clacso, 1990, pp. 183-206.

⁵⁶ Cf. Salazar, G., "Lo social ...", p. 184.

BBU/FFLCH/USP

Trabalhadores e Intelectuais⁵⁷ e um outro projeto, arquitetado pela classe política civil, que veio a prevalecer com a Constituição outorgada de 1925.

De acordo com esta interpretação, em 1925, estruturou-se uma nova ordem político-social que, em nome do enfrentamento à velha oligarquia, estabeleceu uma "democracia formal e liberal", que simultaneamente submetia os movimentos sociais à estrutura institucional, com a concordância e participação dos partidos de representação popular. Naquela conjuntura, operou-se, claramente, um ato de hegemonia da classe política civil, comandada por Alessandri, que, segundo Salazar, conseguiu estruturar um pacto com os militares que, a partir deste momento, passariam a jogar o papel de "garantidores" da nova ordem.

Esta nova ordem político-social era, em tudo, contrária ao chamado projeto 'sociocrático'. Este, de acordo com Salazar, defendia um Estado de caráter federativo, descentralizado e localista, voltado fundamentalmente para a produção e o emprego, no qual a cultura e a educação estimulariam o desenvolvimento social. A estrutura de representação deste Estado não deveria ser composta por "intermediários políticos eleitos em votação nacional, mas por representantes eleitos pelas associações e classes produtivas". Mesmo assim, os cargos estatais ocupados deveriam obedecer à designação imperativa, sendo eleitos, empossados ou revogados pelas bases. No que se refere à base social, a propriedade era entendida "essencialmente como uma função social". Por

⁵⁷ Esta Assembléia Constituinte, de acordo com Salazar, "a primeira e única da história do Chile", reuniu mais de 1.200 delegados do todo o país, entre 07 e 10 de março de 1925, no Teatro Municipal de Santiago, convocada por um Comitê Operário Nacional (que havia exigido da Junta Militar o retorno de Arturo Alessandri à presidência); Cf. Salazar, G., "Lo social ...", p. 193. Ver também "Asamblea Constituyente de 1925 - un olvidado ejercicio de soberania popular" in *Pagina Abierta*, Santiago, 30/09 a 13/10/1991, pp. 26-27.

fim, neste projeto cabia o entendimento de que "o Exército permanente e central" fosse dissolvido⁵⁸.

Na visão de Salazar, estes "princípios constitucionais" apresentavam-se como inteiramente coerentes com os princípios social-produtivistas defendidos, explícita ou implicitamente, pelo movimento popular desde o século XIX. Esta "política popular", de vocação produtivista e autonomista em relação aos movimentos sociais, não era defendida apenas pelos segmentos populares, mas também pelo empresariado industrial, pela classe média, estudantes, técnicos públicos e pela oficialidade jovem do Exército. Em virtude de sua pauta de princípios, esta política confrontava diretamente "os interesses da classe dominante em seu conjunto: a oligarquia mercantil-financeira (e o conglomerado econômico estrangeiro que estava acima dela), a classe política civil profissionalizada e a alta oficialidade das Forças Armadas"⁵⁹.

Não é difícil concluir que, com base nesta interpretação, 1938 e tudo o que se seguiu até 1973, esteve, portanto, em linha direta de *continuidade* com a construção hegemônica empreendida pela classe política civil que, naquela conjuntura, submeteu os movimentos sociais, o estamento militar e também o chamado "empresariado confederado"⁶⁰ a uma nova ordem reguladora que será a base do nacional-desenvolvimentismo no Chile.

Do ponto de vista analítico, não-formal, entendemos que se deve destacar que, em Salazar, o movimento político conduzido pela classe política civil, em chave nacional-desenvolvimentista, em tudo o

⁵⁸ Cf. Salazar, G., "Asamblea Constituyente de 1925 ..." in *Página Abierta*, Santiago, 30/09 a 13/10/1991, pp. 26-27.

⁵⁹ Cf. Salazar, G., "Lo social ...", p. 193, p. 194.

⁶⁰ A referência aqui é em relação à criação da Confederação da Produção e do Comércio, em 1934.

que ele implicou de mudanças de estilo⁶¹, é fundamentalmente analógico à tese da *substituição* defendida por Moulian na caracterizar o processo histórico que se deu a partir de 1938. Com a diferença de que Moulian define seus atores de maneira mais precisa. Em ambos, opera-se a construção de um cenário de relativa "autonomização" ou de preponderância do político, em sua relação com o social, na condução da modernização. Pela primeira vez na história do Chile, afirma Salazar, "o Estado não estaria posicionado abaixo do conglomerado ordenador da economia, mas identificado com ele e, de certo modo, acima dele"⁶².

Em termos concretos, redefiniam-se, no período, os termos nos quais a Nação havia se estruturado. A partir deste momento - e este enfoque nos interessa sobremaneira -, o espaço nacional, em todos os seus recursos materiais e humanos, passou a ser definido como "uma única grande empresa". De acordo com Salazar, a formação de um "empresariado tecnocrático de Estado" foi a grande criação desta nova ordem. Coube a este segmento "administrar essa grande empresa, principalmente através da manipulação das políticas comerciais, cambiárias e financeiras. Assim, a unidade empresarial da Nação tornou-se um valor político superior à própria diversidade social; e a política como tal, uma atividade hegemônica sobre todo o social ou o corporativo privado"⁶³.

⁶¹ A partir da afirmação do "nacionalismo econômico", elemento definido do nacional-desenvolvimentismo, "todos os partidos políticos se preocuparam, depois de 1934, em incluir nos seus programas de ação ideológica, planos de ação empresarial sobre as necessidades de desenvolvimento global do país. Foi neste contexto que surgiu e se legitimou a noção de Estado Empresarial e/ou Estado Fabril", cf. Salazar, G., *Violencia Política Popular ...*, p. 226.

⁶² Cf. Salazar, G., *Violencia Política ...op. cit.*, p. 225.

⁶³ Cf. Salazar, G., *Violencia Política ...op. cit.*, pp. 226 e 227.

No entanto, as dificuldades herdadas do período anterior, resultante da dominação do conglomerado mercantil-financeiro, e em especial a forma de articulação entre o político (nacional) e o social (popular), marcada essencialmente pela reprodução do clientelismo, resultou, de acordo com Salazar, numa prática estatal ineficiente e menos autônoma, expressa na paralisia do crescimento industrial e na dependência acentuada, Estado deficitário e caro, hipertrofia da burocracia pública e, por fim, movimentos sociais, premidos pela estagnação e pela inflação, lançando-se numa visceral prática reivindicativa. Deste cenário que marcou a década de 1940, Salazar extrai sua conclusão: a classe política fracassou na sua estratégia hegemônica⁶⁴.

O tema de fundo é, assim, retomado: emerge com toda força, masi uma vez, a sensação de fracasso e frustração, quando não de decadência. A crítica ao marco 1938 e à singularidade do período aberto com a Frente Popular, apesar de conter elementos importantes de revisão histórica - alguns deles já apontados anteriormente - , não trouxe consigo conceitos capazes de captar esta história sob outro ângulo. Ela reiterou a oposição entre duas versões rústicas: de um lado, a reprodução perpetua da oligarquia através de novas roupagens, e, de outro, o essencialismo histórico, com base numa visão idealizada do elemento popular, como redenção civilizadora.

Em nosso entendimento, contudo, as vinculações com o tema clássico da construção do capitalismo em países periféricos são demasiado evidentes e podem ser muito úteis como estratégia conceitual de releitura desta história. Por esta razão, entendemos que

⁶⁴ Cf. Salazar, G., "Lo Social ..." in *op. cit.*, pp. 195 e 196.

existem possibilidades de se construir uma nova chave de leitura do período, a partir de um diálogo crítico com os elementos extraídos das interpretações gerais do período, agregando, além disso, outros referenciais teóricos que, conforme já antecipamos no segundo capítulo deste trabalho, tornam-se extremamente necessários para a continuidade da reflexão até aqui realizada.

A REVOLUÇÃO PASSIVA CHILENA

O período aberto com a vitória eleitoral da Frente Popular, em 1938, faz parte, como vimos, do longo processo de superação da forma política de dominação oligárquica e, simultaneamente, de estruturação de um Estado moderno no Chile. De acordo com a historiografia que se debruçou sobre estes processos, 1938 representou, antes que uma ruptura, uma continuidade com a dinâmica de mudança e conservação que havia sido aberta desde 1920. Mesmo assim, os governos Radicais que se sucederam até 1952 realizaram, com tensões e acomodações, uma obra significativa de configuração de um padrão histórico de desenvolvimento do capitalismo no país, baseado num regime de democracia liberal representativa, no estímulo à industrialização dirigida pelo Estado e na integração social via dispositivos de um "Estado de bem-estar". Este padrão histórico de modernização capitalista, que combinou e alternou, antes e depois de 1938, momentos de crise e desenvolvimento, deu mostras de solidez pelo menos até meados da década de 1960, seguindo vigente até a "ruptura" de 1973.

Compreendemos, assim, o período aberto com a Frente Popular como um momento determinado do processo de afirmação do capitalismo na sociedade chilena. Momento determinado de um processo mais amplo de modernização, que encontra no período um impulso sem precedentes, cujos resultados afirmaram um padrão específico de integração sócio-política e de identidade nacional.

No entanto, como procuramos demonstrar, o período aberto com Frente Popular não assumiu a feição, nem fatural nem ideológica, de uma "revolução". Cronologicamente enclavado num contexto mais amplo de afirmação da modernização do Estado, iniciado a partir da década de 1920 e, na outra ponta, pela contestação dos traços específicos que caracterizaram esta dinâmica, a partir da década de 1960, podemos compreender este período como um momento, distintivo e definidor, do que entendemos ser um processo de "revolução passiva" que caracterizou a trajetória específica de modernização vivida pelo Chile.

Apresentamos teoricamente a hipótese da revolução passiva no segundo capítulo deste trabalho. Entendemos ser necessário esclarecer, neste momento, que não se trata de tomarmos o pensamento gramsciano de modo axiológico e "aplica-lo" à realidade histórica chilena. Trata-se de pensar, a partir das questões que levantamos sobre a categoria da revolução passiva, a *particularidade chilena* e defini-la como uma *modalidade específica* de manifestação concreta dos elementos que o conceito encerra. Como já se indicou, a partir da leitura de José Aricó, a história concreta de modernização da América Latina apresenta-se como uma possibilidade de "universalização" deste princípio teórico. Neste sentido, para o caso chileno, a "revolução passiva" não se apresenta nem como arbitrária, do ponto de vista analítico, nem como um ponto de partida, mas, ao contrário, como um ponto de chegada, na medida em que ela se expressa como uma "incorporação" a uma realidade histórica concreta. Como o foi para Aricó, se o modo de exposição aqui adotado a tomou como um ponto de partida, isto não significa que a hipótese já não

fazia parte das conclusões, ou seja, já não se configurava como um pressuposto analítico¹.

Um outro pressuposto que estabelecemos no segundo capítulo deste trabalho considera que o tratamento que estamos dando à modernização vivida pelo Chile deve tratá-lo como um país que procurou perseguir o processo de "ocidentalização" a partir da sua situação concreta de país periférico. Seguindo de perto as referências de Juan Carlos Portantiero², podemos dizer que o Chile se configura como uma variante singular do que este autor chama "ocidente periférico e tardio". Singular porque o processo de revolução passiva que conduziu e afirmou o processo de sua "ocidentalização" foi marcado por características próprias decorrentes principalmente das alternativas políticas que se efetivaram a partir da década de 1920 e, em especial, a partir de 1938. A busca de uma "redefinição integral" da sociedade, presente na "revolução em liberdade" da Democracia Cristã, nos anos 60, na "experiência chilena" vivenciada sob a "via chilena ao socialismo" de Allende, de 1970 a 1973, e, depois, na chamada "revolução silenciosa" das "modernizações neoliberais" conduzidas por Pinochet, a partir de 1973, responderam de distintas formas à modalidade específica de revolução passiva que se operou no país.

O painel que elaboramos da historiografia chilena no capítulo anterior, procurando indicar a centralidade dos processos de transformação ocorridos nas décadas iniciais do século XX, que implicaram o desenlace da modernização chilena, configura-se como

¹ Cf. José Aricó, *La Cola del Diablo - itinerário de Gramsci en América Latina*, Caracas, Ed. Nueva Sociedad, 1988, especialmente pp. 107-108.

² Cf. Portantiero, J. C., *Los usos de Gramsci*, Buenos Aires, Folios Editores, 1983.

essencial para o nosso argumento em torno da modalidade específica de revolução passiva que caracterizou a história do Chile contemporâneo. Trata-se, aqui, de pensar tanto o contexto histórico mais amplo que deu substrato às transformações modernizadoras ocorridas no período, que mantiveram sempre em cena elementos de "restauração" e de "renovação", quanto os aspectos singulares que caracterizaram o processo específico de modernização aberto a partir da década de 1920.

Ao contrário de uma visão linear e conservadora que visou consagrar a imagem de uma trajetória "límpida de republicanismo" ou linear da democracia política, a construção do Estado chileno foi marcada, como enfatizou Gabriel Salazar, por um alto grau de "ilegitimidade" e de ausência de hegemonia, no que diz respeito aos momentos de fundação e refundação da ordem. Esta "ilegitimidade" fez com que a presença militar pairasse como um espectro em todos os momentos decisivos de reconstrução dos pactos de poder -e, neste sentido, parece-me justa a tese de Stabili a este respeito -, ainda que os militares não tivessem se conformado num ator político de significação na condução direta do Estado, excetuando-se a experiência pós-1973.

Através de uma abordagem que valorize a longa duração, podemos, sem dúvida, admitir a idéia de que, em relação ao primeiro aspecto, a história política do Chile apresenta elementos suficientes para que possamos pensa-la a partir do conceito da revolução passiva, incluindo nesta história o período aberto em 1938.

Pode-se registrar, assim, seguindo de perto as reflexões de Gabriel Salazar, que todos os projetos de Estado oficializados, ou seja, todas as Constituições do país (1833, 1925 e 1980) foram impostas (promulgadas ou "plebiscitadas"), em circunstâncias compulsivas e tensionadas, "sem a deliberação da cidadania"; nas

conjunturas definidoras destes processos, todos aqueles que propugnaram por um "projeto alternativo" de ordem foram, invariavelmente, reprimidos, excluídos e/ou desqualificados, individual ou coletivamente. Todos estes processos políticos foram definidos por um "Comitê de Notáveis" que, além de desconsiderarem a questão social e de atraso econômico como fundamentos legítimos para a construção da ordem, elaboraram "um modelo de Estado restritivamente político (não social, nem econômico) e restritivamente liberal (não corporativo ou socialista)". Agrega-se a isto que, a consolidação e o funcionamento do Estado dependeu sempre da manutenção de um grau de exclusão (formal, quanto à representação, e, por vezes, físico ou ideológico), bem como do ocultamento da ilegitimidade da sua fase de origem. Por fim, opera-se, nesta trajetória histórica de longa duração, uma dinâmica de alternância entre presidencialismo (fase fundacional) e parlamentarismo (fase madura), obedecendo-se aos ditames da integração econômica ao mercado mundial e afirmando-se pelo controle mais estrito das classes populares e de sua "rebeldia". Desta forma, conclui Salazar, todos os problemas da sociedade puderam "ser resolvidos de um modo puramente técnico e sincrônico; isto é: ajustando os mecanismos internos do próprio Estado"³.

História política sem rupturas, com fortes traços de conservação no plano da ordem político-social, de renovação controlada, onde "os grandes ausentes do processo formal de construção e reconstrução do Estado" foram "a massa cidadã e os movimentos sociais-populares"⁴.

³ Salazar, Gabriel, "Construcción de Estado en Chile: la historia reversa de la legitimidad" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, SUR, 1994, pp. 92-110.

⁴ Idem, *ibidem*.

A partir deste cenário histórico geral, importa-nos pensar, no interior da lógica estabelecida por este trabalho, o momento específico de desenlace da modernização do Estado, ocorrido a partir da ultrapassagem da forma política de domínio oligárquico, aberta, no Chile, com a crise que se instaurou desde a década 1920. Como vimos, este processo seguiu seu curso e encontrou sua "resolução" na ascensão da Frente Popular ao poder em 1938. Entendemos que se configurou, a partir daí, um processo cujas características podemos qualificar como uma *modalidade específica de revolução passiva*, na qual, mais uma vez, o Estado figura "como um absoluto racional". Trata-se, portanto, em termos históricos e teóricos, não somente de refletir sobre o momento fundacional e de longa duração da revolução passiva chilena, mas de captar, fundamentalmente, a sua *modalidade moderna*.

Neste sentido, podemos partir de um certo patamar comum presente na historiografia sobre o período. A partir da conjuntura de 1938, opera-se um desenvolvimento significativo do capitalismo e a presença do Estado na economia passa a ser redirecionada pelas forças políticas que ascendem ao poder. O período de crise oligárquica havia sido precedido por intensas lutas sociais do proletariado chileno, mas com a ascensão da Frente Popular em 1938, as forças representativas do proletariado se integraram definitivamente ao sistema político, passando inclusive a fazerem parte do sistema da ordem.

Norbert Lechner conclui, analiticamente, que esta fase representou a passagem do conflito de classes aberto para o conflito de classes institucionalizado⁵. A aproximação em relação ao poder por parte do movimento operário significou, portanto, o seu ingresso no

⁵ Cf. Lechner, Norbert, *La democracia en Chile*, Ediciones Signos, B. Aires, 1970.

sistema da ordem. Superava-se, desta maneira, a "fase autocrática" expressa por Ibáñez, bem como o "regressivismo" político do segundo governo de Alessandri. Entretanto, se a ascensão dos partidos de esquerda ao poder, em coalizão com os Radicais, implicou, de um lado, o progressivo atendimento de demandas populares mais imediatas, de outro, imprimiu um relativo arrefecimento na luta por seus projetos estratégicos. De fato, a partir da Frente Popular, o movimento operário não postulará a construção do socialismo como tarefa imediata e o seu ativismo sindical, embora não tenha se consubstanciado em sindicalismo oficial, passou a ser abertamente pró-estatal⁶. Neste sentido, portanto, a partir de 1938, a ordem pôde ser legitimada de maneira moderna. O Estado passa a se concretizar como uma relação social legitimada mais pelos mecanismos de incorporação e integração do que pela simples coerção. Através de uma operação desta envergadura, o país definia o seu percurso de "ocidentalização".

Houve no Chile, portanto, uma *solução peculiar* tanto para o conflito de classes aberto entre o proletariado e as classes dominantes, como para a crise interna do poder oligárquico. Em relação ao primeiro aspecto, é importante lembrar que a institucionalização do conflito se tomou possível a partir da imposição da Carta de 1925 e do Código do Trabalho adotado com o segundo período Alessandri, logo após a derrota da Assembléia de Trabalhadores e Intelectuais. Este fato implicou o cancelamento do cenário de confrontação direta, neutralizando a agitação social precedente.

No que se refere à crise oligárquica, o que se processou, como indicamos no capítulo anterior, foi uma diferenciação no

⁶ Para uma leitura específica sobre a história das lutas do proletariado chileno ver os trabalhos já citados de C. Pizarro e C. Bergquist.

seu interior, mas o distintivo, neste aspecto, residiu numa verdadeira *simbiose* das elites dominantes, fazendo com que as formas sociais anteriores de dominação permanecessem, no fundamental, inalteradas. De acordo com Maria Rosaria Stabili, a classe dominante "constituída por um núcleo central composto pela velha oligarquia da segunda metade do século passado, diversificada economicamente e acrescida, por cooptação, de elementos mais dinâmicos da sociedade", conservou "inalterada as formas sociais anteriores". O estilo de vida, os comportamentos, as normas pelas quais o grupo se pautava eram substancialmente as mesmas, herdadas de geração em geração, com o objetivo de garantir sua continuidade, com base na adesão a um modelo cultural determinado pela tradição". Este estilo "aristocratizante" somente sofrerá alterações em virtude da crise dos anos 1930 e das mudanças processadas na Europa, além da influência crescente do "modo de ser norte-americano"⁷.

Esta *solução peculiar*, por suas características próprias de "inovação", sem rupturas no plano da ordem, e de "conservação social", determinou a construção de um "consenso" igualmente singular: democrático no plano formal e participativo para os setores organizados da sociedade, mas radicado fundamentalmente na sociedade política. Um consenso inteiramente dependente da mediação dos aparelhos e instituições representativas. Sem autonomizar-se nos seus específicos interesses e expressar-se abertamente em seus conflitos, a sociedade civil passou a reproduzir-se através dos mecanismos de representação do Estado (dimensão corporativa) e das estruturas compensatórias equacionadas no interior do sistema político.

⁷ Citado por De Ramón, A., *Santiago de Chile (1541-1991). História de una sociedad urbana*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 262-263.

Como observou Leopoldo Benavides, o processo definido no Chile como institucionalização do conflito expressou tão somente que a democratização passou a ser, na realidade, o meio pelo qual se expressava a crise de hegemonia da classe dirigente e, simultaneamente, a expressão formal da fragilidade do consentimento das classes dirigidas. O paradoxal, continuando com Benavides, é que este "consenso se estabelece, precisamente, sobre a base da sua não-existência, que é a maneira pela qual a classe dominante pretende recompor sua hegemonia, determinada em grande medida pela correlação de forças sociais e políticas"⁸.

O Estado que emerge desta construção já não é mais um "Estado oligárquico", estrito sensu, nem mesmo um "Estado oligárquico-burguês"⁹, em virtude da fragilidade dos segmentos empresariais vinculados especificamente à industrialização. A composição de alianças sociais para a sustentação deste tipo de Estado, ou seja, esta solução de "equilíbrio orgânico", foi bastante mais complexa e dependeu tanto de uma sistematização coerente de estratégias de crescimento econômico como fator de legitimação, quanto de uma imensa capacidade de articulação política entre as forças sociais.

Por esta razão entendemos como problemática a qualificação conclusiva de Tomás Moulian de "reformismo incompleto" ou "inorgânico" para o período aberto com a ascensão ao poder da Frente Popular. Não sem razão, pois faz parte da sua lógica interna, esta interpretação recusa terminantemente a caracterização do período como

⁸ Cf. Benavides, Leopoldo, *La Democratización y el Desarrollo en el Proyecto Popular. Chile 1890-1970*, Flasco, Santiago, D.T. 165, 1982, p 20.

⁹ Ver a crítica a esta formulação elaborada em Faletto, Enzo, "Clases, crisis política y el problema del socialismo en Chile" in Zenteno, Raúl B. (coord.), *Clases Sociales y Crisis Política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1977.

de revolução passiva, ainda que reconheça a existência, neste processo, de uma esquerda inclinada a realizar uma "revolução democrático-burguesa" de matriz singular: uma "forma *sui generis* que não ia pelo caminho violento, mas por uma *modalidade passiva* de revolução a partir de cima, nos marcos de um regime de compromisso interclassista"¹⁰. O argumento de Moulian, neste sentido, é de que os governos de centro-esquerda do período promoveram "o crescimento industrial", mas não produziram uma "revolução capitalista"; geraram uma maior democratização de oportunidades, mas não uma "revolução democrática"¹¹.

Mesmo compreendendo que a história fatural pode sustentar este argumento, parece-nos que se supuséssemos que a Frente Popular e os sucessivos governos de coalizão de centro-esquerda tivessem realizado ambas as "revoluções" estaríamos, então, no interior do esquema mais "clássico" de uma revolução burguesa. Não há, como vimos, possibilidade de supor, em virtude do que se processou historicamente no Chile a partir da crise oligárquica, um "ativismo revolucionário" nestas duas dimensões. Por outro lado, a recusa à tematização da revolução passiva nesta fase configura-se, ao nosso ver, como um procedimento analítico que impede qualquer avaliação a propósito da natureza estrutural e do sentido histórico do reformismo daqueles governos. Equivocadamente, esta recusa assegura, no entanto, uma outra resolução ao enigma chileno. Consonante com os qualificativos do "reformismo inorgânico" ou "incompleto", a singularidade do Chile estaria em ter vivido uma forma peculiar de construção do capitalismo

¹⁰ Cf. Moulian, Tomás, "Violencia, gradualismo y reformas en el desarrollo político chileno" in VV.AA., *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*, Flacso, Santiago, 1985.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

marcado pela "ausência de uma revolução burguesa, de caráter ativo ou passivo". Este teria sido o resultado, segundo Moulian, da combinação de industrialização e democratização, típica do caso chileno, sem resolução dos problemas básicos da dependência, do atraso agrário e de um equacionamento estrutural da sociedade em sentido burguês, o que envolveria fundamentalmente os temas da liberação do mercado, a nível interno e externo. A oportunidade de uma revolução passiva, ainda de acordo com Moulian, teria sido perdida pelas classes dominantes após 1947, quando se restringiu fortemente o sistema de representação, com a exclusão dos comunistas. Este fato, e anteriormente a derrota de Ross em 1938, impediram "que o processo de industrialização tivesse uma ênfase de modernização burguesa ao invés de tinturas de modernização democratizadora"¹².

O problema desta interpretação reside, ao nosso ver, no fato de que o período aberto em 1938 passa a ser compreendido como uma espécie de "parênteses" na história do "reformismo social chileno"¹³, que encontraria, apenas mais à diante, no governo da Democracia Cristã, em 1964, e, em parte, no governo da Unidade Popular, em 1970, a sua suposta completude e organicidade, ainda que "frustrada", por outras razões. Se houve, de fato, "tarefas postergadas" pelos governos que se seguiram à Frente Popular, tanto em relação à modernização econômica quanto em relação às questões democráticas, entendemos que não se pode negar a existência, neste período, de um processo de afirmação de

¹² Cf. Moulian, T., *La Forja de Ilusiones ...*, 1993, pp. 100-102.

¹³ Estamos admitindo aqui a hipótese de que é possível sustentar que a prática reivindicativa das classes populares no final do século XIX e início do século XX, especialmente aquela de onde nasce o Partido Operário Socialista, possa ser pensada como uma experiência de reformismo social.

um padrão histórico de desenvolvimento do capitalismo, compartilhado, simultaneamente, pelos principais atores políticos e sociais.

Portanto, ao nosso ver, o mais importante para a análise do período consiste na construção de uma explicação mais convincente e consonante com os fatos da modernização empreendida pelo Estado, e suas vinculações com o tema da democratização social. Esta explicação deve elucidar, *afirmativamente*, as razões pelas quais o período assumiu a feição de um processo de modernização no qual um determinado segmento político, externo socialmente às classes fundamentais, ao chegar ao poder conseguiu dirigir a modernização, operando a partir de uma "racionalidade própria", ou seja, em "substituição" às classes dominantes. Trata-se de explicar o fato de porque a esquerda que se aliou ao centro político naquele processo, independentemente das suas intenções estratégicas e de sua retórica, acabou por assumir aquela "modalidade passiva", mesmo sem assimilá-la integralmente como seu "programa". Não há nenhuma razão para que, a partir da tese da "substituição", cancele-se a hipótese de que as coalizões articuladas pelos Radicais tenham representado um novo modo de relação com as classes proprietárias em geral e com burguesia industrial, em particular. Na verdade, foi a partir destas classes que se impôs uma forma de realização da modernização capitalista que, como vimos, passa a ter no Estado um elemento vital de operação, mas que, pelas injunções das circunstâncias políticas que levaram à vitória de 1938, também vai afirmar, no Estado, uma tendência de democratização social limitada, pautada pelo gradualismo. A categoria de substituição expressa, ao nosso ver, uma dimensão de fragilidade desta modalidade de revolução passiva, uma vez que o Partido Radical, ao substituir um "bloco histórico" de classes tradicionais e modernas, teve que responder, simultânea e

estrategicamente, ao impulso modernizador e aos sancionamentos que advinham deste bloco.

Contraditando a conclusão que situa o período como um "parênteses", ainda que tenha que se relativizar o sentido dos elementos que compõem a generalização da fórmula do "arreglo democrático" chileno, parece-nos, neste sentido, mais plausível como interpretação do caráter histórico assumido pelo período, a construção de Eugenio Tironi, segundo a qual, foi a partir dos governos de aliança entre esquerda e Radicais que se estruturou um consenso industrialista e democratizante na sociedade chilena, afirmativo de um "ethos desenvolvimentista no econômico, integrador no social e democrático no político", fator de dinamização do transito da sociedade chilena a pautas mais modernas de organização¹⁴.

Esta espécie de "revolução de cima e de caráter democratizador", especialmente na sua dimensão social, em função do peso que passaram a jogar os segmentos organizados das classes subalternas através da representação dos partidos de esquerda, organizou a formação social, "como um híbrido de estancamento e modernidade", como acertadamente observou Moulian¹⁵. Mesmo assim, os resultados não podem ser considerados desprezíveis em relação à situação anterior de defasagem entre desempenho econômico e atendimento às demandas sociais. De fato, como observou Anibal Pinto, contrastando com as etapas anteriores, "se poderia dizer que (...) há aqui

¹⁴ Cf. Tironi, E., *El Liberalismo Real*, Santiago, SUR, 1986.

¹⁵ Cf. Moulian, T., "Violencia, gradualismo y reformas ..." in VV.AA., *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*, Flacso, Santiago, 1985.

uma consonância entre transformações ocorridas no nível sócio-político com as que se efetivam na base econômica"¹⁶.

A arquitetura política montada neste período não foi, portanto, nada desprezível. A mencionada "substituição" não operou, como vimos, no sentido de eliminar as classes dominantes. Ela se processou sem alterar o predomínio dos setores burgueses no plano econômico e o dos proprietários rurais no plano político e ideológico, mesmo depois de impulsionada a industrialização. No entanto, ela possibilitou, pela primeira vez, que "a classe política civil" passasse a representar os interesses dos movimentos sociais de cada corporação em particular e, simultaneamente, colocar em prática uma política estrutural de desenvolvimento global, vale dizer, como uma "economia programada", segundo um "plano", com base na idéia de erigir no país "Estado empresa". Como assinalou Salazar, "os movimentos sociais foram chamados a ser incorporarem responsavelmente à tarefa 'nacional' do desenvolvimento estrutural, definindo-se para eles uma participação *em tudo passiva*, como segmento clientelístico"¹⁷.

Um processo com estas características necessitou, assim, da legitimação operativa e funcional de um ator político que, ao mesmo tempo, pôde se constituir, durante o período, no coração da "classe política civil", uma vez que era imprescindível a este ator assumir a "face matizada" de atendimento aos movimentos sociais que se dispusessem tacitamente a participar, tendo como referente "uma lógica de equilíbrio, de conjunto e de 'estrutura'; ou seja, nacional"¹⁸.

¹⁶ Cf. Pinto, A., *Chile, um caso de desarrollo frustrado*, Santiago, Ed. Universitária, 1973, p. 313.

¹⁷ Cf. Salazar, G., "Lo social ...", *op. cit.*, p. 195, grifos nossos.

¹⁸ Idem, *Ibidem*.

Este ator não foi, em virtude da natureza da composição social de forças, a coalizão de centro-esquerda da Frente Popular, vitoriosa em 1938; nem tampouco as coalizões de natureza similar, porém mitigada, que se governaram o país até 1947. Era e foi impossível a manutenção da Frente Popular como o ator da revolução passiva no Chile. Não sem razão a denominação das alianças político-eleitorais para concorrer à presidência da República constituídas depois da Frente Popular assimilaram mais a perspectiva "nacional" que a "popular". No entanto, o Partido Radical, núcleo de todas estas coalizões e força política governante até 1952, foi aquele que se constituiu no ator fundamental deste processo. A esquerda aliada aos Radicais, ou uma parte dela, não assumiu a revolução passiva como "programa" porque outro ator político o fazia, por seu integral predomínio político nas coalizões e nos governos que comandou.

Foi o Partido Radical que fixou, a partir de 1938, um novo nexos entre economia e política para que se processasse aquele tipo de desenvolvimento do capitalismo. Ele se constituiu, através da "substituição" das classes dominantes e de sua entronização como núcleo da "classe política civil" no coração da nova classe dirigente. A sua força residia na ausência de vocação hegemônica das elites econômicas e, num outro sentido, na percepção que revelou da função fundamental que estas elites tinham na conservação e reprodução da ordem social. Por outro lado, o Partido Radical foi capaz também de incorporar seletivamente os setores subalternos com relativa tranqüilidade, uma vez que o movimento social destas classes se pautava muito mais por uma "ação pragmática na aceitação da continuidade", agindo politicamente com base numa visão de "longo prazo" que buscava romper o sistema "por dentro", o que não gerou, para estes movimentos, um grau apreciável, coerente e sistemático

de elaboração teórica para fazer frente à política de inserção subalterna conduzida pelos Radicais¹⁹.

Desta forma, o Partido radical, como o centro da política chilena a partir de 1938, conduziu o processo de continuidade da superação da forma política de dominação oligárquica, possibilitou e, ao mesmo tempo, condicionou a inclusão das classes subalternas no sistema da ordem. Foi ele o configurador do "arreglo democrático", sempre moderado, pragmático, estatista, o equilíbrio cêntrico do sistema político. *O Partido Radical foi, assim, o partido da revolução passiva chilena. Fez dela o seu "programa".* Por sua representatividade política e força social, e por sua presença estratégica no sistema político, a "restauração" não pôde prevalecer. A incorporação dos movimentos sociais e da esquerda ao sistema da ordem excluiu, por sua vez, a possibilidade imediata de uma "revolução dos de baixo".

O predomínio do Radicais, neste processo, acabou por evidenciar tanto o deslocamento das classes dominantes do poder político quanto a exacerbação da papel dirigente assumido pelo Estado. A composição social do "pessoal dirigente" do Partido Radical que ascende às funções governativas, basicamente vinculado às camadas médias de corte burocrático, fez com que este partido concentrasse inteiramente o "momento orgânico" de sua ação político-estatal não na condução de "homens e coisas", como no mundo empresarial, mas na sua capacidade de mandar "politicamente"; faculdade auto-legitimada uma vez que sua intenção deliberada era impedir ou eliminar (politicamente) "a agudização da luta de classes fundamentalmente através de uma ação destinada a

¹⁹ Ver sobre isso Benavides, L., *La Democratización y el Desarrollo en el Proyecto Popular. Chile 1890-1970*, Flasco, Santiago, D.T. 165, 1982, p. 52.

obter a igualdade econômica e política de todos os setores"²⁰. Não sem razão, portanto, a lógica do movimento dos Radicais neste processo foi a de confundir "Estado-classe" com "sociedade regulada"²¹, o que explica todo o comportamento siguezagueante deste partido, a despeito da coerência de suas ações, observando-se o sentido histórico preciso que assumiu a sua função como ator de governo.

A revolução de imposição moderna do capitalismo no Chile foi, assim, passiva, mas a sua modalidade não foi a da "via prussiana", onde o "atraso" conduz o "moderno". A ascensão da Frente Popular ao poder cancelou esta alternativa, assim como, via institucionalização do conflito, cancelou a possibilidade do ativismo de massas se transformar em revolução operária e popular. A "ocidentalização" chilena foi, desta forma, uma obra de imposição do "moderno" através da dinâmica da *política*, encontrando sua legitimidade no interior da formalidade democrática. Porém, quem conduziu essa imposição não foi uma expressão política típica das classes proprietárias através da transformação do Estado em seu "partido político". Foram, como vimos, as coalizões políticas hegemônicas pelos Radicais, cujos temas principais eram o desenvolvimento industrial e a integração social, o nexos estrutural e nacional entre economia e política. Neste novo contexto, o espaço para as demandas das classes subalternas, especialmente as operárias e urbanas, lhes foi franqueado pelos institutos do Estado, mas impondo a passividade da lógica clientelista e corporativa aos movimentos sociais e a do cálculo político às suas representações político-partidárias. Deste nexos derivaria a posterior e permanente luta por democratização na

²⁰ Cf. Benavides, L., *op. cit.*, 1982, p. 22-23.

²¹ Ver Gramsci, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 145.

sociedade, bem como a inelutável característica de "plano" e de "princípio estatal" na ação governativa que envolveu o ulterior reformismo social chileno, da Democracia Cristã e da Unidade Popular.

Retomando um dos aspectos que levamos no segundo capítulo, podemos trabalhar aqui com a referência de que a modalidade específica de revolução passiva do Chile faculta um determinado ativismo ao ator subalterno. Suas representações políticas fizeram parte das coalizões governantes, impondo a necessidade de ampliação do Estado não apenas na sua dimensão econômica, mas também na social. Num certo sentido, como na Inglaterra, trata-se de uma revolução passiva "avançada"²², qualificando muito significativamente, ao nosso ver, a particularidade chilena, caracterizada pela incorporação seletiva dos interesses subalternos e pelo avanço dos direitos sociais, em comparação com os demais países latino-americanos. Em virtude desta circunstância, é compreensível o fato do tema das reformas ter se tomado tão recorrente na trajetória da esquerda chilena.

Atualizado num processo histórico e político desta natureza, o mundo do capitalismo não pôde se impor em toda a sua plenitude e autonomia. Ele se afirmou como norma através da mediação política, num contexto de democracia formal. A intervenção do Estado, no entanto, não conseguiu anular o momento tardio em que se efetivava este processo de "ocidentalização". Industrialização, questão agrária, modernização, autonomia nacional, democratização integral, tudo fica a meio caminho, *efetiva-se sem completar-se*; um quadro típico de revolução passiva.

²² Remetemos o leitor à discussão feita no segundo capítulo.

Mesmo assim, é preciso que se enfatize que todo este processo não se configurou como um complexo inorgânico ou desequilibrado. O "arreglo democrático", como um "compromisso tácito", envolveu, de fato, todos os atores políticos organizados. Ele é a metáfora que agrega o processo de substituição no núcleo da sociedade política, o contexto de "diferenciação das elites" e de corporativismo societário, a afirmação do desenvolvimentismo como "modelo e política" nacional, e, por fim, as tensões da democratização social, uma vez que estas também se situaram em estrita relação de dependência aos ditames da sociedade política.

Ao nosso ver, assim, a particularidade chilena repousa nessa modalidade específica e determinada de revolução passiva. Ela não se confunde, como afirmamos, com a modalidade "prussiana" e não é também, muito ao contrário, uma construção a partir da hegemonia privada do mundo do capital. Modalidade que carrega o peso da tradição, mas tensiona sua relação com este mundo a partir de uma situação determinada de poder que faz com que estes elementos busquem, de alguma forma, o seu "aggiornamento". No caso chileno, o equacionamento da "revolução-restauração" obedeceu a traços históricos singulares para realizar o que lhe é característico: "mudar para que nada mude". As forças sociais tradicionais ou "renovadas" das classes proprietárias, pela ação parlamentar ou corporativa, controlaram permanentemente o andamento do processo de "ocidentalização", impuseram limites e influíram em seu ritmo, especialmente no que se refere às pautas de democratização geral da sociedade. O "programa" da revolução passiva, certamente, contemplou as suas demandas imediatas, mas, a política seguida pelos governos Radicais não se constituiu numa expressão da forma pela qual as elites dominantes pensavam conformar o

país. Por outro lado, nem mesmo a vitória da Frente Popular de 1938 e os seus primeiros anos de governo podem ser considerados como um ascenso tempestivo das classes subalternas ao poder de Estado, com subseqüentes radicalizações das suas demandas de democracia social e econômica. O que ocorreu esteve muito longe de ser uma revolução em ativação, um poder "democrático-popular". Mas, é certo também, que, a partir deste momento, as classes subalternas permaneceram presentes e ativas no sentido da satisfação de suas demandas, facultadas pelo sistema da institucionalização dos conflitos. Em síntese, a despeito de toda a "ativação" expressa na singularidade da vitória eleitoral da Frente Popular, o que, na realidade, se verifica é a cristalização da ordem. Sobrevem, ao contrário da expectativa dos ativistas de esquerda, o "aparente imobilismo de uma envoltura política", que permite a ilusão do revolvimento e da agitação.

Assim, diversamente dos processos descritos por Lenin como "via prussiana", ou das modalidades de revolução passiva que Gramsci sintetiza na expressão "*ditadura sem hegemonia*", que, no geral, se pautaram por estruturas autocráticas de legitimação da ordem, afirmando-se esta mais pela "coerção" do que pelo "consenso", no Chile, pelo predomínio do Partido Radical, a democracia representativa, com todas as suas "imperfeições", se configurou como um dos elementos centrais daquela modalidade de revolução passiva. Não podendo prevalecer a "restauração", em seu sentido forte e estrito de uma tendência ao enrigecimento do sistema de representação, o "atraso" estaria impedido de dirigir a modernização; de outro lado, o "moderno", no Chile, também não vivia à luz através de uma "ruptura revolucionária": uma virtual "revolução democrática" submergiu no "programa" da revolução passiva conduzido pelos Radicais. Neste cenário, pôde se

cristalizar, então, a fórmula da "*democracia sem hegemonia*". Esta invenção chilena foi, mais tarde, a razão maior da emergência, na sua esquerda, de um *projeto anunciador* da via democrática ao socialismo, quando, em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente da República²³.

Como possibilidade aberta pelo regime político de franquias democráticas, apresentou-se, assim, no Chile, um cenário que poderíamos definir como uma *dupla guerra de posições de longa duração* entre as suas classes fundamentais²⁴. No período que se estende de 1938 a 1973, há momentos em que prevalece um certo equilíbrio: são os governos de coalizão comandados pelos Radicais, do final da década de 30 e da década de 40. Há momentos em que sobrevivem o assédio das forças reacionárias, sem, no entanto, a democracia política ser eliminada por completo. Inicia-se, aí a crise do Radicalismo como força política governante, com o quadro internacional influenciando de maneira decisiva: foi o momento da guerra fria, que levou à decretação da ilegalidade do Partido Comunista. Contudo, até os anos 50, a fórmula do "arreglo democrático" consegue ser mantida. A partir daí emerge a crise, expressão do progressivo esgotamento da modalidade de revolução passiva configurada pelos governos Radicais. Após uma década de intensa crise e rearticulação do sistema de partidos - no final do governo de Videla e no segundo governo Ibáñez -, a direita retorna ao governo com Jorge Alessandri. Neste momento, a crise expressa pelo esgotamento do esquema político que havia sido construído no período de predomínio do Radicalismo não produziu uma alternativa sólida, abrindo-se, assim, a fase

²³ Desenvolvemos este argumento em *Democracia e Socialismo: A experiência chilena*, São Paulo, Ed. Unesp, 1993, último capítulo.

²⁴ A expressão é extraída de Buci-Glucksmann, C., "Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva" in VVAA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

das chamadas "alternativas globais", a sinalizar que os atores político-sociais passavam a buscar um esquema de resolução para aquela modalidade de revolução passiva. Primeiro a Democracia Cristã, com Eduardo Frei em 1964, com a "revolução em liberdade", estratégia derivada do comunitarismo ou do socialismo cristão, conforme as leituras das principais tendências daquela agremiação política. Depois a "via chilena ao socialismo" de Salvador Allende, a partir de 1970. Particularmente a partir de 1964, com o aprofundamento da democratização político-social, a direita vai se enfraquecendo no sistema político, retomando à sua posição defensiva. Mas, foi este também o momento em que os fundamentos da democracia chilena passaram a estar em xeque. O espaço configurador da política no Chile, isto é, a trajetória da revolução passiva, a sua dupla guerra de posições, requeria, então, uma nova conformação.

Com o golpe de 1973, impõe-se como "alternativa global" o projeto que foi sendo arquitetado pela direita desde a sua reorganização partidária de 1965, com o Partido Nacional. Ao contrário do discurso publicitário dos golpistas de 1973, não se procurou restaurar, após o golpe, nenhuma das práticas democráticas que caracterizaram a história contemporânea do Chile. O golpe de Estado de 1973 pretendeu, também ele, ajustar as suas contas com a modalidade de revolução passiva do Chile. Da mesma maneira que a esquerda, que havia postulado uma "anti-revolução passiva", da qual fazia parte a "via chilena ao socialismo" defendida por Allende, a direita também buscou reinventar a história do país e abrir um novo curso. As suas pautas principais foram a supressão da democracia representativa e a reorientação integral das relações entre Estado e economia. Sua política consubstanciou-se em duas pontas: *politicamente regressiva*, de um lado, *prospectiva*, de outro,

configurando-se na maior antecipação histórica já configurada na América Latina, com a adoção do neoliberalismo como elemento central de reordenamento do capitalismo chileno. A revolução passiva chilena, de equilíbrios e desequilíbrios, encontrou aí sua "solução clássica", à maneira de uma "revolução-reacionária", conformando, então, uma *outra modalidade*, de perspectiva atualíssima quanto às tendências contemporâneas do capitalismo mundial.

Desta forma, a partir de 1973, a longa e dupla guerra de posições cedia seu lugar a um movimento de redefinição da natureza do capitalismo chileno. O surgimento de um "novo cenário" no Chile pós-1973 não resultou da fermentação de uma "utopia" capitalista que contivesse os traços de conversão da sociedade como um todo para a realização dos seus fins. Foi um ato cirúrgico de cancelamento da política. Em outras palavras, da forma pela qual a sociedade chilena compreendia-se a si mesma, vale dizer, derivada de um elemento possibilitado pela "dinâmica residual de atividade" contida na modalidade de revolução passiva chilena.

Como "revolução não-revolucionária", a *modalidade moderna* da revolução passiva vivenciada pelo Chile desde a década de 1930 não havia possibilitado aos chilenos conhecer, como diz Moulian, "o significado exato da palavra 'revolução'"²⁵. Este não seria, como ficou revelado no início da década de 1970, um dado ocioso. Quando as elites políticas chilenas se viram aproximadas a este fato desconhecido, reagiram incisivamente a ponto de permitirem a instalação do que Tironi

²⁵ Cf. Moulian, T., "Tensiones y Crisis política: analisis de la década del sesenta" in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, pp. 69-110.

chamou de uma profunda "crise de consensos"²⁶, que contribuiu para o colapso da frágil democracia chilena. Pela crise que precedeu ao golpe de 1973, as elites políticas chilenas, embora tenham vivenciado por décadas a modalidade específica de revolução passiva que havia dado forma ao Chile moderno, revelaram que, também elas, não reconheciam, em toda a plenitude, o viço e as possibilidades daquela invenção chilena que havia permitido a aproximação do país ao "ocidente".

²⁶ Cf. Tironi, E., *El liberalismo real*; Santiago, SUR, 1986.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE Cerda, Pedro, *El Problema Agrario*, Paris, Imprimerie Française, 1929.

AGUIRRE Cerda, Pedro, *El Problema Industrial*, Santiago, Prensas de la Universidad de Chile, 1933.

AGUIRRE S., Jorge, *Pedro Aguirre Cerda - Ejemplo de Chilenidad*, Ed. do Autor, Santiago, 1992.

ANSALDI, Waldo, "Conviene o no conviene invocar al genio de la lampada? El uso de las categorías gramscianas en el análisis de la historia de las sociedades latinoamericanas" in *Estudios Sociales*, n. 02, primeiro semestre 1992, pp.45-65.

ARICO, José, *La Cola del Diablo - itinerario de Gramsci en América Latina*, Caracas, Ed. Nueva Sociedad, 1988.

ATRIA, R. y TAGLE, M.(ed.), *Estado y Política en Chile - Ensayos sobre las Bases Sociales del Desarrollo Político Chileno*, Santiago, CPU, 1991.

AYLWIN, Mariana et alii, *Chile en el siglo XX*, Santiago, Ed. Emisión Ltda., 1986.

BARNARD, A., "El Partido Comunista de Chile y las Políticas del Tercer Período, 1931-1934" in *Nueva Historia*, ano 02, n. 08, Londres, 1983, pp. 211-247.

BASCUÑÁN, Carlos, "La estrategia política para la formación de Frente Populares" in *Estudios Sociales*, n. 33, C.P.U., Santiago, 1982, pp.69-113.

BENAVIDES, Leopoldo, *La Democratización y el Desarrollo en el Proyecto Popular. Chile - 1880-1970*, Santiago, FLACSO, D.T. 165, 1982.

BENAVIDES, Leopoldo, *La Formación de la Izquierda Chilena. Relaciones entre el Partido Comunista y el Partido Socialista - los Antecedentes Históricos*, Santiago, FLACSO, D.T. 389, 1988.

BERGQUIST, Charles, *Los trabajadores en la historia latinoamericana - Estudios Comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia*, Bogotá, SigloXXI, 1988.

BERMÚDEZ M.,Oscar, *El Drama Político de Chile*, Santiago, Editorial Tegalda, 1947.

BERNEDO, Patricio, "Prosperidad económica bajo Carlos Ibáñez del Campo, 1927-1929" in *História*, Pontificia Universidad Católica de Santiago, vol. 24, 1989.

BLAKEMORE, Harold, "Chile, desde la guerra del Pacífico hasta la depresión mundial, 1880-1930" in Bethell, Leslie, *Historia de América Latina - América del Sur, 1870-1930*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, vol. 10, pp.157-203.

BODEI, Remo, "Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização" in VVAA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

BORON, Atilio A., "Movilización política y crisis política en Chile, 1920-1970", in Flacso/Unesco, *Teoría, metodología y política del desarrollo de América Latina*, B. Aires/ Santiago, Flacso Ediciones, 1972.

BORON, Atilio A., *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BORON, Atilio, A., *Notas sobre las Raíces Histórico-estructurales de la Mobilización Política en Chile*, México, Foro Internacional, vol. XVI, n. 01, El Colegio de México, 1975.

BRAVO LIRA, Bernardino, "Orígenes, Apogeo y Ocaso de los Partidos Políticos en Chile, 1857-1973" in *Política*, n. 07, Santiago, 1985, pp. 09-42.

BRAVO LIRA, Bernardino, *Régimen de Gobierno y Partidos Políticos 1924-1973*, Santiago, 1978.

BRAVO, Braulio, *El Frente Popular y la sindicalización campesina*, Valparaíso, Tesis de Magister en Historia, Instituto de Historia, Universidad católica de Valparaíso, 1988.

BUCI-GLUCKSMANN, C., "Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva" in VVAA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CABALLERO, Manuel, *La Internacional Comunista y la Revolución Latinoamericana, 1919-1943*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1987.

CÁCERES Q. Gonzalo, *Temas de História de Chile (Siglos XIX y XX). Una aproximación bibliográfica a lo publicado entre 1982 y 1992*, Santiago, mimeo, enero 1994.

CÁCERES Q., Gonzalo, *Modernización Autoritaria y Renovación del Espacio Urbano: Santiago de Chile, 1927-1931* (Tesis de Licenciatura), Santiago, PUC de Chile, 1995.

CAETANO, Gerardo y RILLA, José, *Historia Contemporanea del Uruguay: de la colonia al Mercosur*, Montevideo, Editorial Fin de Siglo, 1994.

CALDERÓN, Fernando y Santos, Mario R. dos, *Sociedad sin Atajos - cultura, política y reestructuración económica en América Latina*, Buenos Aires, Paidós, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, cap.III, pp.99-134.

CARRASCO, Julio E. Guíñez, *Interpretación de la evolución social y política de Chile desde 1932 a 1952*, Universidad de Concepción, memoria, 1963.

CASANOVA, Pablo Gonzáles, *El Estado y los partidos políticos en México*, México D.F., Era, 1981.

CASH MOLINA, Jorge, *Bosquejo de una Historia - Falange Nacional, 1935-1957*, Santiago, Copygraph, 1986.

CASTAÑEDA, J., *Utopía Desarmada - intrigas, dilemas e promesas da esquerda latino-americana*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1994.

CAVAROZZI, Marcelo, *La etapa oligárquica de dominación burguesa en Chile*, Buenos Aires, 1977.

CONTRERAS LABARCA, C., *! Este es Schnake !*, Santiago, Ediciones del CC de PCCh, Discurso de 12/01/1941.

CONTRERAS LABARCA, C., *Unión Nacional*, Santiago, 1944.

CORREA, Enrique, "Balance y destino de la transición" in *Foro 2000*, n. 10, Santiago, 1994

CORREA, Sofia, "Arturo Alessandri y los partidos políticos en su segunda administración" in Orrego, Claudio et al., *Siete Ensayos sobre Arturo Alessandri Palma*, Santiago, ICHEH, 1979.

CORREA, Sofia, "La Derecha en la Política Chilena de la Década de 1950" in *Opciones*, n. 09, Santiago, Academia de Humanismo Cristiano, 1986.

CORREA, Sofia, "Sistema Político y Movimiento Partidario, 1920-1990" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago SUR, 1994, pp. 86-88.

COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A.(orgs.), *Gramsci e a América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

CRISTI, Renato y Ruiz, Carlos, *El Pensamiento Conservador en Chile*, Santiago, Ed. Universitaria, 1992.

CRUZ SALAS, Luis, *Historia Social de Chile: 1931-1945 - Los Partidos Populares: 1931-1941*, Santiago, Memoria para optar pelo título de professor de Estado, Universidad Técnica del Estado, 1969.

CUEVA, Agustin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, São Paulo, Ed. Global, 1983.

DAIRE T., Alonso, "La política del Partido Comunista desde la post-guerra a la Unidad Popular" in VARAS, A.(comp.), *El Partido Comunista en Chile*, Santiago, Cesoc-Flacso, 1988.

DE FELICE, F., "Revolução Passiva, fascismo, americanismo em Gramsci" in VVAA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

DE RAMÓN, Armando, *Santiago de Chile (1541-1991). História de una sociedad urbana*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.

DEL POZO, José, *Les Ideologies du Developpemen Au Chili a L'Époque de L'Intustrialisatio (1938-1952)*, Université de Montreal, mimeo, 1986.

DEL POZO, José, "La période d'alliances politiques multiclassistes au Chili (1936-1956): Populisme ou autonomie de classes?" in *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caribes*, XIII, 25, 1988, pp. 07-27.

DEL POZO, José, "Los Gobiernos Radicales frente ao Desarrollo, 1938-1952" in *Caravelle*, n. 53, Toulouse, 1989.

DEL ROIO, Marcos, *A Classe Operária na Revolução Burguesa - a política de alianças do PCB: 1928-1935*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

DOONER, Patricio, "La Segunda administración Ibánes" in *Estudios Sociales*, n. 43, Santiago, 1985, pp. 83-108.

DRAKE, Paul W. y Jaksic (org.), *El Difícil Camino Hacia la Democracia en Chile (1982-1990)*, Santiago, Flacso, 1993.

DRAKE, Paul W., "El renacimiento de la democracia en Chile: perspectivas históricas y comparativas" in *Revista de Ciencia Política*, n. 198, Santiago, 1986.

DRAKE, Paul W., "The Chilean Socialist Party and Coalition Politics, 1932-1946" in *Hispanic American Historical Review*, vol. 53, n. 04, november 1973, pp. 619-643.

DRAKE, Paul, *Socialismo y Populismo - Chile 1936-1973*, Valparaiso, Universidade Católica de Valparaiso, 1992.

DURAN B., Florencio, *El Partido Radical*, Santiago, Ed. Nascimento, 1958.

ECHENIQUE CELIS, Antonia, *El Proceso de Desarrollo y Culminación de la Crisis del Estado Oligárquico en Chile (1891-1932)*, México, Flacso, Tesis de Maestría, 1981.

ESPINOZA, Vicente, *Para una historia de los pobres de la ciudad*, Santiago, SUR, 1988.

FALETTO, E., "Clases, crisis política y el problema del socialismo en Chile" in ZENTENO, Raúl B.(coord.), *Clases sociales y crisis política en América Latina*(Seminario de Oaxaca), México, Siglo XXI, 1977.

FAÚNDEZ, Júlío, *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*, Santiago, Ed. BAT, 1992.

FERMANDOIS, Joaquín em "Las Paradojas de la Modernización (1932-1992)" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, Sur, 1994, pp. 341-348.

FERNANDEZ C., Juan F., *Pedro Aguirre Cerda y el Frente Popular Chileno*, Santiago, Ediciones Ercilla, 1938.

FLISFISCH, A., *Algunas Hipotesis sobre la Relación entre Intelectuales y Partidos Políticos en Chile*, Santiago, FLACSO, D.T. 234, 1985.

GABRIEL PALMA, J., "Chile 1914-1935: De Economía Exportadora a Sustitutiva de Importaciones" in *Estudios Cieplan*, n. 12, marzo de 1984.

GARRETÓN, M. A., "Democratización, Desarrollo, Modernidad: una nueva problemática para América Latina?" in Alcántara, Manuel & Crespo, Ismael (eds.), *Los Límites de la Consolidación Democrática en América Latina*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, pp.75-82.

GARRETÓN, Manuel Antonio, *La Posibilidad Democrática en Chile*, Cuadernos de Difusión, Flacso, Santiago, 1989, pp. 51-63.

GAZMURI, C. y SAGREDO, R., "Historiografía chilena en los últimos 20 años" in Gómez-Martínez, José L. y Pinedo, Javier, *Los ensayistas, Chile: 1968-1988*, Georgia, 1987-1988.

GAZMURI, C., "La Historia de Chile Republicano: una decadencia?" in *Alternativas*, Santiago, junio 1984, pp. 106-155.

GIL, Frederico, *El Sistema Político de Chile*, Santiago, Ed. Andres Bello, 1969.

GÓNGORA, M., *Ensayo Histórico sobre la Noción de Estado en Chile en los Siglos XIX y XX*, Santiago, Ed. Universitaria, 1986.

- GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- GUZMAN H., Jorge, *Gabriel Gonzales Videla - Biografía y Analisis Crítico de su Programa*, Santiago, 1946.
- HEISE, Julio, *História de Chile. El Periodo Parlamentário (1861-1925)*, Santiago, Editorial Andrés Bello, 1974.
- HIRSCHMAN, Albert O., *Política Econômica na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1965.
- HIRSCHMAN, Albert O., "Desarrollo y América Latina: Obstinación por la esperanza" in *Lecturas del Trimestre Económico*, n. 05, México, FCE, 1973.
- HUNEES, Carlos, "El Sistema de Partidos en Chile: cambio y continuidad" in *Opciones*, n.13, Santiago, 1988.
- IBÁÑEZ S.M., Adolfo, "Los Ingenieros, El Estado Y La Política En Chile - Do Ministério de Fomento a la Corporación de Fomento: 1927-1939" in *Historia*, Santiago, n.18, 1983.
- IBÁÑEZ S. M., Adolfo, "El Liderazgo en los gremios empresariales y su contribucion al desarrollo del Estado Moderno durante la década de 1930 - El fomento a la producción e los antecedentes de CORFO" in *Historia*, vol. 28, 1994.
- INFANTE BARROS, Marta, *Testigos del Treita y Ocho*, Santiago, Editorial Adres Bello, 1972.
- JOBET, J. Cesar, *Ensayo Crítico del Desarrollo Económico-Social de Chile*, Santiago, Ed. Universitaria, 1955.
- JOBET, Julio César, "El Partido Socialista y el Frente Popular en Chile" in *Arauco*, n. 85, fevereiro de 1967.
- JOBET, Julio César, *História del Partido Socialista de Chile*, Santiago, Ediciones Documentas, 2ª ed., abril de 1987.
- JOCELYN-HOLT, Alfredo, *La Independencia de Chile - tradición, modernización y mito*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.
- JOHNSON J., John, *La Transformación política de América Latina - el surgimiento de los setores médios*, Buenos Aires, Ed. Dimensión Americana, 1961.
- JULIÁ, Santos, "La Internacional Comunista: de la ofensiva revolucionaria al Frente Popular" in Cabrera, Mercedes et al (orgs), *Europa en Crisis, 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 287-317.

- KANOUSI, D. y MENA, J., *La Revolución Pasiva: una Lectura a los Cuadernos de la Cárcer*, Puebla, Universidad Autónoma de Puebla, 1985.
- LAVÍN, J., *Chile: La Revolución Silenciosa*, Santiago, Zig-Zag, 1987.
- LECHNER, N.(org.), *Estado y Política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1981.
- LECHNER, N., *El Sistema de Partidos en Chile - una continuidad problemática*, Santiago, FLACSO, D.T. 249, 1985.
- LECHNER, N., *La democracia en Chile*, B. Aires, Ediciones Signos, 1970.
- LÓPEZ C., Glória, *El Partido Radical y su Política de Alianzas (1936-1942)*, Santiago, Universidad de Chile, memoria, 1966.
- MALDONADO PRIETO, C., *La Milicia Republicana - Historia de un Ejército Civil en Chile - 1932-1936*, Santiago, SUMWUS, 1988.
- MANGONI, Luisa, "Rivoluzione Passiva" in *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*, Roma, Editrice L'Unità, 1987.
- MANUEL REVECO, Juan, *Los Influjos del APRA en el Partido Socialista de Chile - un aporte al estudio del origen populista del socialismo chileno*, Santiago Flacso, Tesis de Ciencias Sociales, 1989.
- MARFAN, M., "Políticas Reativadoras y Recesión externa: Chile, 1929-1938" in *Estudios Cieplan*, n. 12, Santiago, 1984, pp. 89-119.
- MARRAMAIO, Giacomo, "O Demônio Anti-sistemático" in *Presença*, n. 11, Rio de Janeiro, CPDC, janeiro de 1988, pp. 150-157.
- MARTIN DEL CAMPO, Julio Labastida (coord.), *Hegemonia y Alternativas Políticas en América Latina*, México, Siglo XXI, 1985.
- MEDINA Peña, Luis, *Hacia el nuevo Estado - México, 1920-1993*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1994.
- MILOS HURTADO, Pedro, *El Partido Radical y el Partido Socialista en la Conformación del Frente Popular Chileno, 1935-1938*, Tesis para optar al grado de Licenciatura en Historia, Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 1985.
- MOULIAN, T., "Tensiones y Crisis política: analisis de la década del sesenta" in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, pp. 69-110.
- MOULIAN, Tomás, "Violencia, Gradualismo y Reformas en el Desarrollo Político Chileno" in VV.AA., *Estudios sobre Sistemas de Partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1985, pp. 17-68.

MOULIAN, Tomás e TORRES D., Isabel, *Discusiones entre honorables - las candidaturas presidenciales de la derecha(1938-1946)*, Santiago, Flacso, 1987.

MOULIAN, Tomás, *La Forja de Ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*, Santiago, Flacso, 1993.

MOULIAN, Tomás, "Limitaciones de la transición a la democracia en Chile" in *Proposiciones*, n. 25, Santiago, Sur, 1994, pp. 34-45.

MOULIAN, Tomás. "Una victoria táctica y una derrota estratégica" in *Foro 2000*, Santiago, n. 10, 1994, pp. 07-09.

MUERMANN ORELLANA, M. y MUNOZ CORREA, J. G., *Mundo Obrero - Chile, Siglos XIX y XX*, Santiago, Universidad de Santiago de Chile, 1992.

MUÑOZ D., Ignacio, *Historia del Poder: la Sociedad Nacional de Agricultura durante el Período del Frente Popular*, Santiago, Ed. Vivaria, Serie Avances n. 01, 1991.

MUÑOZ G., Oscar y ARRIAGADA, Ana M., *Orígenes Políticos y Económicos del Estado Empresarial en Chile*, Santiago, Cieplan, serie Estudios n. 16, 1977.

MUÑOZ G., Oscar, *Chile y su industrialización: pasado, crisis y opciones*, Santiago, CIEPLAN (Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica), 1988.

NUÑEZ, Ricardo, *Socialismo: 10 Años de Renovación - 1979/1989*, Santiago, Ediciones del Omitorrinco, 1991.

O'DONNELL, G. "Transições, continuidades e alguns paradoxos" in Wanderley Reis, F. e O'Donnell, G. (orgs), *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988.

ORREGO V., Claudio (ed.), *Horacio Walker y su Tiempo*, Santiago, Ediciones Aconcagua, 1976.

ORTEGA M., Luis, et all, *CORFO - Corporación de Fomento de la Producción: 50 años de realizaciones (1939-1959)*, Santiago, Facultad de Humanidades, Universidad de Santiago de Chile, 1989.

ORTEGA M., Luis, "Los límites de la modernización en Chile. Siglos XIX y XX" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, Sur, 1994, pp. 33-41.

OSORIO, Jaime, *Raíces de la Democracia en Chile, 1850-1970*, México, Ed. Era, 1992.

PABLO ARELLANO, José, *Políticas Sociales y Desarrollo- Chile 1924-1984*, Santiago, Cieplan, 1985.

- PÁEZ-CAMINO, Feliciano, *Democracias y Dictaduras en los Años Treinta*, Madrid, Editorial Síntesis, 1992.
- PALMA Z., L y IGLESIAS M. J., *Presencia de Juan Antonio Ríos*, Santiago, Editorial Universitaria, 1957.
- PEREIRA LARRAIN, Teresa, *El Partido Conservador - ideas, figuras y actitudes (1930-1965)*, Santiago, Editorial Vivaria, 1994.
- PETRAS, James, *Política y Fuerzas Sociales en el Desarrollo Chileno*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1967.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégias da Ilusão - A revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- PINOCHET, Tancredo, *Un año de empleado público en Chile*, Imprenta Universitaria, Santiago, 1915.
- PINTO, Aníbal, "Estado y Gran Empresa: de la Precrisis hasta el Gobierno de Jorge Alessandri" in *Estudios Cieplan*, n. 16, Santiago, junio 1985, pp. 05-40.
- PINTO, Aníbal, *Chile, un Caso de Desarrollo Frustrado*, Santiago, Ed. Universitaria, 1973.
- PIZARRO, Crisostomo, *La Huelga Obrera en Chile - 1890-1970*, Santiago, SUR, 1986.
- POBLETE, Dario y BRAVO, Alfredo G., *História del Partido Radical y del Frente Popular*, Santiago, 1936.
- PONCE DURAN, Pedro, *Oscar Schnake Vergara - comienzos del socialismo chileno (1933-1942)*, Santiago, Documentas, 1994.
- PORTANTIERO, J. C., *Los usos de Gramsci*, Buenos Aires, Folios Editores, 1983.
- REYES ALVARES, Jaime, *Los Presidentes Radicales y su Partido - Chile, 1938-1952*, Santiago, Centro de Estudios Públicos, D.T. 120, mayo 1989.
- RIQUELME S., Alfredo, *La Clase Política Chilena en la Literatura Historiográfica y Politológica: el Estado de la Questión y Bibliografía*, Santiago, ILET, 1987.
- RIQUELME S., Alfredo, *Visión de Estados Unidos en el Partido Comunista Chileno - la "Era Rooseveltiana": 1933-1945*, Santiago, FLACSO, D.T. 239, 1985.
- RIZ, Liliana de, *Sociedad y política en Chile: de Portales a Pinochet*, México, UNAM, 1979.

ROJAS Flores, J., *El Sindicalismo y el Estado en Chile, 1924-1936*, Santiago, 1986.

ROJAS, Flores, J., *La Dictadura de Ibáñez y los Sindicatos*, Santiago, dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993.

SALAZAR, G. (coord.) "Historiografía Chilena: balance y perspectivas - actas del seminario de historia de Chile" in *Proposiciones*, Santiago, n. 12, 1986.

SALAZAR, Gabriel, "Lo Social (Popular) y lo Político (Nacional) en Chile: crisis del modo clientelista de articulación?" in *Movimientos Sociales y Política: el desafío de la democracia en América Latina*, Santiago, CES Ediciones/Clacso, 1990.

SALAZAR, Salazar: *Violencia Política Popular en las "Grandes Alamedas" - Santiago de Chile, 1947-1987*, Santiago, SUR, 1990.

SALAZAR, Salazar, "Asamblea Constituyente de 1925 - un olvidado ejercicio de soberanía popular" in *Página Abierta*, Santiago, 30/09 a 13/10/1991, pp. 26-27.

SALAZAR, Gabriel, "Construcción de Estado en Chile: la historia reversa de la legitimidad" in *Proposiciones*, n. 24, Santiago, SUR, 1994, pp. 92-110.

SÁNCHEZ, Luis Alberto, *Visto y vivido en Chile - Bitacora Chilena, 1930-1970*, Lima, Editorial Unidas, 1975.

SCHNAKE Vergara, Oscar, *Chile y la Guerra - hacia una democracia dirigida*, Santiago, Ediciones Ercilla, 1941.

SCULLY, Timothy R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992.

SILVA V., Fernando, "Expansion y Crisis Nacional: 1861-1924" in Villalobos, Sérgio, *Historia de Chile*, tomo IV, Santiago, Ed. Universitaria, 1987.

SILVA V., Fernando, "Un Contrapunto de Medio Siglo: Democracia Liberal y Estatismo Burocrático - 1924-1970" in Villalobos, Sérgio, *Historia de Chile*, tomo IV, Santiago, Ed. Universitaria, 1987.

SNOW, Peter G., *Radicalismo Chileno - Historia y Doctrina del Partido Radical*, Buenos Aires/Santiago, Ed. Francisco de Aguirre, 1972.

SOLEDAD G., Maria, "Factores Nacionales Internacionales de la política interna del Partido Comunista de Chile(1922-1952)" in VARAS, Augusto(comp.) *El Partido Comunista en Chile*, Santiago, Cesoc-Flacso, 1988.

SOTO VÁSQUEZ, Jorge, *El papel del Estado en Chile: ideas y proposiciones, 1910-1920*, Santiago, Tesis de Licenciatura en Historia, Instituto de Historia, Universidad Católica de Chile, 1988.

STABILI, M. R., "Mirando las cosas al revés: Algunas reflexões a propósito del período parlamentario" in Ortega, Luis (ed.), *La Guerra Civil de 1891 - cien años hoy*, Santiago, Universidad de Santiago de Chile, 1991, pp.157-169.

STABILI, M. R., "Regimen Oligárquico y Tensiones Modernizadoras, Chile 1900-1930", inédito, mimeo., 1985.

STABILI, M. R., *Il Cile - dalla Repubblica liberale al dopo Pinochet (1861-1990)*, Giunti, Firenze, 1991.

STEVENSON, John R., *The Chilean Popular Front*, University of Pennsylvania Press, 1942; Connecticut, Greenwood Press, 1970, Segunda Edição.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luis, *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

TIRONI B., Ana, *La Ideología del Partido Radical Chileno en los Años Treinta*, Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Memoria de Licenciatura em História, 1983.

TIRONI, Eugenio, *El liberalismo real*, Santiago, SUR, 1986.

TIRONI, Eugenio, *Los Silencios de la Revolución*, Santiago, Editorial La Puerta Abierta, 1988.

TIRONI, Eugenio, *Autoritarismo, Modernización y Marginalidad - El Caso de Chile, 1973-1989*, Santiago, SUR, 1990.

TRIVELLI, Hugo y TRIVELLI, Pablo, "El crecimiento economico chileno" in Zahler, Roberto, et.alli, *Chile: Treinta y Cinco Anos de discontinuidad economica - 1940/1975*, Santiago, Instituto Chileno de Estudios Humanísticos, 1978.

URZUA V., G. y GARCIA B., A., *Diagnostico de la Burocracia Chilena, 1918-1969*, Santiago, Ed. Jurídica de Chile, 1971.

URZUA V., Germán, *El Partido Radical - su Evolución Política*, Santiago, Academia de Ciencias Políticas e Administrativa, 1961.

URZUA V., German, *La democracia practica - los gobiernos radicales*, Santiago, CIEDES, 1987.

URZUA V., German., *História Política e Electoral de Chile (1931-1973)*, Santiago, Colección Documentos de Chile, 1986.

- VACCA, Giuseppe, "I 'Quaderni' e la política del'900" in *Gramsci e Togliatti*, Roma, Riuniti, 1991.
- VALDEZ M., Salvador, *Cinco Anos de Gobierno de Izquierda, 1939-1943*, Santiago, Talleres "La Libertad", 1944.
- VALDÍVIA O. Z., Verónica, *El Nacionalismo Chileno en los Años del Frente Popular (1938-1952)*, Santiago, Universidad Católica Blas Cañas, Serie Investigaciones, n. 03, 1996.
- VALDÍVIA, O. Z., Verónica, "Las Milicias Socialistas (1934-1941)" in *Mapocho* n.33, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1993.
- VALDÍVIA, O. Z., Verónica, *Las Milicias Republicanas - Los civiles en armas, 1932-1936*, Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos/Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1992.
- VALENZUELA M., Jaime, "La Agricultura y la Política Agraria durante el Gobierno del Frente Popular, 1938-1941" in *Estudios Sociales*, n. 61, 1989, pp. 119-149.
- VALENZUELA, A. y VALENZUELA, S., "Los Orígenes de la Democracia. Reflexiones Teóricas sobre el Caso de Chile" in *Estudios Públicos*, n. 12, Santiago, 1983.
- VERGARA, P., *Auge y Caída del Neoliberalismo en Chile*, Santiago, Flacso, 1985.
- VIANNA, L. W., "Americanistas e Iberistas: a polémica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos" in *Dados*, vol. 34, n. 02, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck, "O Ator e os Fatos: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci" in *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n 02, 1995, pp. 181-235.
- VILLALOBOS R., Sergio e outros, *Historia de Chile*, Santiago, Ed. Universitaria, Tomo 4, 1974.
- VITALE, Luis, *Interpretación Marxista de la Historia de Chile - de la semicolonía inglesa a semicolonía norteamericana(1891-1970)*, Barcelona, Editorial Fontamara, 1980.
- VV.AA., *Fascismo, Democracia y Frente Popular*, Cuadernos de Pasado y Presente, México, Siglo XXI, 1984.
- WALKER, Ignacio, *Socialismo y Democracia - Chile y Europa en Perspectiva Comparada*, Santiago, Cieplan-Hachette, 1990.
- WEFFORT, F., "Liberalismo e Oligarquía" in *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp.105-121.

YOPO H., Boris, *El Partido Radical y Estados Unidos, 1933-1946*, Santiago, FLACSO, D.T. 230, 1984.

YOPO H., Boris, *El Partido Socialista y Estados Unidos, 1933-1946*, Santiago, FLACSO, D.T. 224, 1984.

ZERMENO, S., "Las fracturas del Estado en América Latina" in LECHNER, N.(org.), *Estado y política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1981.

ANEXO I

PROGRAMA DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR

“Diante da situação econômica e política pela qual atravessa o país, que se caracteriza pela falta de solução dos problemas nacionais; pelo completo abandono em que os governantes deixaram o patrimônio coletivo e a riqueza pública, permitindo a exploração sem controle do capital imperialista; e devido, além disso, à desesperante situação de miséria de toda ordem na qual se debate nosso povo, como consequência desta mesma política governamental; e considerando, finalmente, as contínuas transgressões às garantias democráticas e a nossa constituição republicana, ameaçada permanentemente pela implantação de uma ditadura oligárquica, os diversos partidos da Frente Popular e a Confederação dos Trabalhadores do Chile, depois de estabelecer seus respectivos programas e aspirações, concordaram com o seguinte programa comum e se comprometem, solenemente, em defendê-lo em todo momento e a realizá-lo a partir do Governo.

1º Na ordem política:

- a) Manutenção e defesa do regime democrático, restaurando as garantias individuais e respeitando todos os direitos;
- b) A correta sucessão dos Poderes Públicos, mediante a livre expressão da vontade do cidadão;
- c) Supressão das leis repressivas de caráter político;
- d) Respeito a todo credo político, social e religioso;

2º Na ordem econômica:

- a) Planificação da economia nacional de forma a incrementar a produção mineral, industrial e agrícola, regulando-a e procedendo a uma distribuição mais eqüitativa e mais justa;
- b) Criação do Cartel do Salitre e Iodo de acordo com os interesses da nossa economia;
- c) Legislação sobre as empresas imperialistas com o propósito fundamental de defender o patrimônio nacional e os interesses do Estado, dos empregados e dos operários;
- d) Supressão dos monopólios;

- e) Revisão do pagamento da dívida externa, a fim de enquadrar sua realização dentro das possibilidades econômicas do país para desenvolver uma vasta política de melhoramento das classes populares, mediante a construção de habitações para operários e empregados, a atenção à infância desvalida, a instalação de sanatórios, campos de repouso e outras organizações para defesa e cuidado da saúde do povo;
- f) Revisão do sistema tributário, diminuindo os impostos indiretos porque estes recaem sobre a massa consumidora;
- g) Melhor investimento dos fundos públicos de forma que se possa realizar um progresso social útil, necessário e produtor;
- h) Reforma agrária: apoio efetivo aos pequenos e médios proprietários; colonização baseada em empregados, parceiros e trabalhadores camponeses;
- i) Melhora da moeda e diminuição dos direitos aduaneiros, sempre que não se prejudique a economia nacional;
- j) Ação constante em todas as regiões do país, com intervenção de elementos locais da Administração Pública e de seus organismos para que o progresso civilizatório seja eqüitativo em todo o país.

3º Na ordem educacional:

- a) Reforma educacional em harmonia com os interesses da sociedade, incluindo a educação do adulto e as escolas complementares;
- b) Continuidade da educação até a Universidade;
- c) Gratuidade do ensino em todos os seus graus;
- d) A educação primária, secundária e técnica deve ser em função do Estado ou, ao menos, controlada por ele;
- e) Criação de institutos e universidades de trabalho;
- f) Proteção do Estado e dos Municípios aos estudantes indigentes; alimentação, vestuário, utensílios e atenção sanitária;
- g) O mestre não pode ser perseguido por suas idéias políticas.

4º Na ordem social:

- a) Aperfeiçoamento da legislação social e estrito cumprimento das garantias que as atuais leis outorgam a empregados e operários;
- b) Legislação para trabalhadores agrícolas, parceiros e pequenos proprietários;
- c) Aperfeiçoamento da regulamentação da jornada de trabalho;
- d) Fixação de salários racionais, de acordo com as necessidades materiais e culturais das classes trabalhadoras e dos empregados. À igualdade de trabalho, igualdade de salários;

- e) Intervenção do Estado nos rendimentos do arrendamento, de acordo com a avaliação fiscal;
- f) Higienização da residência e construção de habitações para operários e empregados;
- g) Plano de melhoramento da saúde pública com organização técnica e científica, valorizando, especialmente, o conjunto de medidas que tendam à previdência social;
- h) Assistência sanitária à família operária;
- i) Participação direta da classe trabalhadora na direção dos organismos de previdência criados em seu benefício;
- j) Severa penalização da especulação e do ágio;
- k) Supressão do desemprego e direito ao trabalho.

5º Na ordem internacional:

- a) Defesa da paz americana dentro de uma respeitosa política de independência das demais nações;
- b) Cuidadosa atenção à defesa nacional, dotando as Forças Armadas de instrução, equipamento e meios para seu eficaz desenvolvimento, com o objetivo de resguardar nossa soberania.”

Fonte: *Claridad* de 23/10/38, “Programa que realizará el Gobierno de Aguirre”, extraído de Milos Hurtado, Pedro, *El Partido Radical y el Partido Socialista en la Conformación del Frente Popular Chileno, 1935-1938*. Tesis para optar al grado de Licenciatura en Historia, Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 1985, pp. 435-436.

ANEXO II

Tabela 1: Porcentagem de votos de cada partido nas eleições de deputados

Partido	1937	1941	1945	1949	1953
Conservadores	21.3	17.2	23.6	21.1	14.4
Liberais	20.7	14.0	17.9	17.9	10.9
Outros de direita	---	---	2.2	3.0	2.7
Total Direita	42.0	31.2	43.7	42.0	28.0
Radicais	18.7	21.9	19.9	21.7	13.3
Agrariolaboristas	---	---	---	8.3	15.2
Outros de centro	9.4	9.1	11.3	17.1	20.5
Total de centro	28.1	31.0	31.2	47.1	49.0
Socialistas	11.2	16.8	7.2	3.4	5.4
Soc. Populares	---	---	---	4.9	8.8
Comunistas	---	11.8	10.3	---	---
Outros de esq.	4.2	5.3	5.6	1.1	---
Total esquerda	15.4	33.9	23.1	9.6	14.2

Fonte: SCULLY, Timothy R., *Los Partidos de Centro y la Evolución Política Chilena*, Santiago, Cieplan/Notre Dame, 1992, p. 138

Tabela 2: Percentuais de inscritos e votantes por população

Ano	INSCRITOS		VOTANTES	
	Absolutos	% Pop. Total	Absolutos	% Pop
Total				
1932 P	429.772	9,5	342.900	7,6
1937 C	475.354	9,8	412.230	8,5
1938 P	503.871	10,3	441.441	9,0
1941 C	575.625	11,3	450.248	8,7
1942 P	581.486	11,1	464.669	8,9
1945 C	641.495	11,6	449.930	8,1
1946 P	631.527	11,2	477.785	8,5
1949 C	591.994	9,1	464.872	7,8

P= Eleições de Presidente da República

C= Eleições para o Congresso Nacional

Nota: O direito de voto para as mulheres foi outorgado em 1949, mas somente foi colocado em prática nas eleições presidenciais em 1952. Anteriormente a isso, o voto feminino era permitido nas eleições municipais.

Fonte: Mariana Aylwin et.al. , *Chile en el Siglo XX*, Santiago, Editorial Emision, 1986, p. 187.

ANEXO III

ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DOS PRINCIPAIS AUTORES REFERIDOS NO TEXTO

ARMANDO DE RAMÓN

Nasc.: Santiago de Chile, 1927.

Formação: Advogado, Universidade de Chile; Sociólogo, FLACSO.

Professor titular do Instituto de História da Universidade Católica.

Durante a ditadura foi oposição de centro-esquerda, sem partido definido. Na transição é crítico dos processos mas sem identificação clara.

BERNARDINO BRAVO-LIRA

Nasc.: Viña del Mar, 1938

Formação: advogado

Professor de História do Direito, Universidade do Chile

Durante a ditadura foi simpático ao regime. Na transição pode ser considerado como parte de uma direita nostálgica.

JOSE DEL POZO

Nasc.: Viña del Mar, Chile, 1943

Formação: Prof. de História (Universidade de Chile, 1965).

Mestre em História (Universidade de Quebec, 1976).

Doutor em História (Universidade de Montreal, 1986).

Professor na Université du Québec a Montreal (UQAM).

Diretor executivo da *Revista de estudios latinoamericanos y del Caribe*.

MARIA ROSARIO STABILI

Nasc.: Lecce, Itália, 1950

Formação: Doutora em Filosofia

Professora de História de América Latina na Universidade de Roma
TRE

Faculdade de Letras, Departamento de Estudos Históricos.

SOFIA CORREA

Nasc.: Santiago de Chile, 1953

Formação: Professora de História, PUC. Doutora em Filosofia, Universidade de Oxford

Diretora do Museu Histórico Nacional

Durante a ditadura foi simpatizante da DC e durante a transição apoiou a *Concertación por la Democracia*; atualmente, sem vinculação partidária.

TOMÁS MOULIAN

Nasc.: Santiago de Chile, 1940

Formação: Sociólogo pela Universidade Católica

Pesquisador da FLACSO e Diretor da Escola de Sociologia da Universidade de ARCIS.

Desde os anos 60 foi militante da esquerda católica (MAPU)

EUGENIO TIRONI

Nasc.: Santiago de Chile, 1951

Formação: Doutor em Sociologia, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris.

Professor da PUC, Escola de Sociologia

Durante a década de 1980 foi líder do processo de convergência do socialismo chileno. Atualmente está no PPD. Fez parte do primeiro governo da *Concertación*. Foi fundador do SUR; hoje é empresário de comunicações, presta serviços de assessoria e análise. Colunista da Revista *Que pasa*.

GABRIEL SALAZAR VERGARA

Nasc.: Santiago de Chile, 1933

Formação: Professor de História e Geografia pela Universidade de Chile; Doutor em História pela Universidade de Hull, Inglaterra.

Professor das Universidades de Chile, Santiago, Católica, Universidade de Concepción;

Pesquisador do SUR, Diretor do Mestrado de Ciências Sociais de ARCIS Universidade (Santiago)

Foi militante do MIR de 1960 a 1970; em 1980 passou a se dedicar ao Movimento Social; depois do exílio é um crítico dos partidos políticos no Chile. Um dos historiadores mais respeitados e dedica-se a História Social.

MARIO GÓNGORA DEL CAMPO

Nasc.: Santiago de Chile, 1915

Formação: Licenciado em Filosofia, especialização em História; Professor de História, Geografia e Educação Cívica; Professor da Universidade de Chile, Católica e Valparaíso, PUC, Santiago. Em 1976 recebeu o Prêmio Nacional de História.

Na juventude foi do PC Chileno. Posteriormente tomou-se direitista e um conservador pessimista. Durante o regime militar foi nacionalista, contrário às estratégias dos neo-liberais. Suspeita-se que redigiu a Declaração de Princípios da Junta Militar, texto básico para se compreender a face nacionalista e autoritária do Regime Militar. Morreu em 1985.